

**A TRANSIÇÃO PARA A PARENTALIDADE E  
A RELAÇÃO DE CASAL DE ADOLESCENTES**

*Daniela Centenaro Levandowski*

Tese de doutoramento apresentada como exigência parcial para a obtenção  
do grau de Doutor em Psicologia sob orientação dos  
professores Dr. Cesar Augusto Piccinini e Dra. Rita de Cássia Sobreira Lopes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Psicologia  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento  
Porto Alegre, dezembro de 2005.

***Epitáfio***

*(Sérgio Brito, Titãs)*

*Devia ter amado mais*

*Ter chorado mais*

*Ter visto o sol nascer*

*Devia ter arriscado mais*

*E até errado mais*

*Ter feito o que eu queria fazer*

*Queria ter aceitado as pessoas como elas são*

*Cada um sabe a alegria e a dor que traz no coração*

*(...)*

*Devia ter complicado menos*

*Trabalhado menos*

*Ter visto o sol se pôr*

*Devia ter me importado menos*

*Com problemas pequenos*

*Ter morrido de amor*

*Queria ter aceitado a vida como ela é*

*A cada um cabe alegrias e a tristeza que vier*

Ao Gustavo, que me deu inspiração para prosseguir, agradeço pelo amor, pelo companheirismo e pela compreensão; aos meus pais – Irene e Antônio Eugênio – que sempre acreditaram em mim e torceram para que tudo transcorresse da melhor forma; às minhas irmãs, Camila e Natália, pela força e incentivo constantes. A eles dedico esta tese.

## AGRADECIMENTOS

Ao término desta longa etapa de vida e de estudo que foi o Doutorado, alguns agradecimentos muito especiais se fazem necessários.

Em primeiro lugar, aos meus orientadores neste trabalho, Piccinini e Rita, “meus pais acadêmicos”, pelo carinho, respeito, disponibilidade e apoio sempre demonstrados. Os apontamentos e conselhos de vocês foram essenciais nesta caminhada. Em especial à Rita, que me acolheu na metade do percurso, de coração aberto, e nem por isso foi menos importante em suas contribuições para o trabalho. Agradeço-lhes pelo incentivo para o meu aprimoramento constante e pelo aprendizado nesses sete anos em que estivemos juntos.

À professora Dra. Maria Lúcia Tiellet Nunes, que me viu crescer dentro da Psicologia e me acompanhou desde os primeiros passos na área, meu muito obrigada pelo carinho e pelas contribuições sempre prestadas.

Às professoras Dra. Adriana Wagner, Dra. Maria Alves de Toledo Bruns, Dra. Rita Sobreira Lopes e Dra. Maria Lúcia Tiellet Nunes, integrantes da banca examinadora do exame de qualificação do projeto de tese, pelas valiosas contribuições dadas naquele momento, que propiciaram a revisão e reconstituição deste trabalho.

Ao Hospital das Clínicas de Porto Alegre, pela permissão para a realização da coleta de dados.

Aos participantes desta pesquisa, sem os quais este estudo não teria sido possível. Muito obrigada pela disponibilidade e pela confiança!

Às bolsistas do GIDEP, especialmente Ana Paula Kroeff Vieira, Lisandra Moreira Espíndula, Tatiana De Nardi e Patrícia Royer Voigt, pelo inestimável auxílio na coleta de dados, pela seriedade, responsabilidade e dedicação na condução desta tarefa.

Às alunas do curso de Psicologia da UFRGS, especialmente Juliana Martins Costa, Luiza Martins Vianna, Joana Horst, Fernanda Schmitt Ribeiro, Cristina Schwarz, Janaína Turcato Zanchin e Daniela Lindenmeyer, pelo grande entusiasmo com o trabalho e o auxílio na etapa de análise dos dados.

Às colegas do GIDEP, sempre uma presença amiga, acolhedora, reconfortante e inteligente, especialmente Aline Grill Gomes, Andréa Ferrari, Andréa Rapoport,

Clarissa Corrêa Menezes, Daniela Delias de Souza Schwegber, Giana Bitencourt Frizzo, Luciana Castoldi e Milena da Rosa Silva pela amizade!

Aos colegas de doutorado, pelo apoio e pelo carinho, especialmente Jerusa Fumagalli Salles, pelo incentivo e pela amizade desde os tempos do Mestrado.

Ao Alziro e à Marga, funcionários da UFRGS, pela disponibilidade em me ajudar sempre que precisei de um “apoio técnico”.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da UFRGS, pelo respeito e acolhimento sempre demonstrados.

Às psicólogas Carmen Labres e Denise Falcke (“chefa”), pelo empréstimo de materiais teóricos fundamentais para a realização desta pesquisa, bem como pelo incentivo.

À psicóloga Iná Caroline Simoni, pelo incentivo, pelo auxílio com a organização da fundamentação teórica e pelas discussões teóricas e metodológicas.

À Alice Maggi, colega de UCS (Universidade de Caxias do Sul), modelo de pesquisadora e de profissional, com quem aprendi o que era um Doutorado, pela preocupação, disponibilidade, confiança e também pelo incentivo a buscar sempre mais.

Aos meus (ex) alunos, que sempre me estimulam a fazer mais e melhor, para os quais ensinar é um prazer e com os quais aprender é um contínuo.

Aos meus amigos, irmãos de coração, com quem escolhi compartilhar minha vida, bons e maus momentos, meu muito obrigada pela torcida e pela força nos períodos de “desespero”! Em especial, ao apoio recebido da Lui, Elisa, galera da Psicologia da PUCRS, Comunidade Cinco, Mi e Deise.

À Deus, pela minha vida, início de toda esta vontade de investigar...

Aos meus avós, José e Maria, pelo carinho e pela força.

Aos meus pais, base de tudo, com quem primeiro aprendi sobre tudo que aqui escrevi, obrigada pela vida, pelo amor e pelo apoio sempre demonstrados. Amo vocês!

À Luzinha, minha “mãe preta”, pelo amor, dedicação e presteza que sempre teve comigo.

Às minhas irmãs de verdade, Cami e Nati, pelo amor, pelo apoio e pelas boas risadas. Amo vocês!

Aos meus “cunhadinhos”, Gabi e Sérgio, e aos meus primos, Lú, Cris e Amandinha, pela força e pelo carinho!

Ao meu super marido, Gus(tavo), com quem vivo muito do que aqui estudei, obrigada pelo amor incondicional, pela ajuda diária, pelo carinho, pela compreensão da minha ausência, enfim, por ter tornado esta caminhada um pouco menos desgastante. Te amo muito!

Por fim, agradeço também a todos que indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

## SUMÁRIO

<i>LISTA DE TABELAS</i>	9
<i>LISTA DE FIGURAS</i>	10
<i>RESUMO</i>	11
<i>ABSTRACT</i>	12
<i>CAPÍTULO I</i>	13
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
Apresentação	13
Características da Adolescência como Fase do Ciclo Vital	14
Separação-Individuação: A Adolescência e a Transição para a Parentalidade como Diferentes Etapas de um mesmo Processo	27
Paternidade Adolescente: Estudos Teóricos e Empíricos	36
Maternidade Adolescente: Estudos Teóricos e Empíricos	57
A Relação de Casal na Adolescência	80
Individualidade e Conjugalidade na Relação de Casal	99
<i>Justificativa e Objetivos do Estudo</i>	108
<i>CAPÍTULO II</i>	111
<b>MÉTODO</b>	<b>111</b>
Participantes	111
Delineamento e Procedimentos	112
Instrumentos	115
<i>CAPÍTULO III</i>	117
<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>117</b>
Família 1: Cléber, Daiane e o filho Cléber Roberto	119
Família 2: Miguel, Adriane e a filha Bianca	147
Família 3: Dante, Ana e o filho Ronald	185
<b>DISCUSSÃO GERAL</b>	<b>214</b>
<i>CAPÍTULO IV</i>	227
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>227</b>
<i>REFERÊNCIAS</i>	235
<i>ANEXOS</i>	258
<b>Anexo A</b>	<b>259</b>
Estudo Longitudinal de Porto Alegre: Da Gestação à Escola	259
<b>Anexo B</b>	<b>265</b>
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	265
<b>Anexo C</b>	<b>266</b>
Entrevista de Contato Inicial	266
<b>Anexo D</b>	<b>267</b>
Entrevista de Dados Demográficos do Casal	267
<b>Anexo E</b>	<b>268</b>
Entrevista sobre a Gestação e as Expectativas da Gestante	268

<b>Anexo F</b>	<b>270</b>
Narrativa Conjunta do Casal sobre sua História	270
<b>Anexo G</b>	<b>271</b>
Genograma Familiar do Casal	271
<b>Anexo H</b>	<b>272</b>
Entrevista sobre a Experiência da Maternidade - Terceiro Mês do Bebê	272
<b>Anexo I</b>	<b>274</b>
Entrevista com a Mãe sobre o Desenvolvimento do Bebê - Primeiro Ano do Bebê	274
<b>Anexo J</b>	<b>276</b>
Entrevista com a Mãe sobre o Desenvolvimento do Bebê - Segundo Ano do Bebê	276
<b>Anexo K</b>	<b>279</b>
Entrevista com o Casal sobre a Experiência da Parentalidade -Terceiro Mês do Bebê	279
<b>Anexo L</b>	<b>280</b>
Estrutura de categorias e subcategorias temáticas	280



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01: Dados Demográficos dos participantes do estudo

p. 112

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 01: Genograma familiar de Cléber e Daiane	p. 120
Figura 02: Genograma familiar de Miguel e Adriane	p. 148
Figura 03: Genograma familiar de Dante e Ana	p. 186

## RESUMO

O presente estudo teve por objetivo investigar a transição para a parentalidade e a relação de casal de adolescentes, da gestação até o segundo ano de vida da criança. Mais especificamente, visou a investigar como o processo de separação-indivuação se manifesta na parentalidade e na relação de casal de adolescentes. Participaram do estudo três casais adolescentes, cujos membros tinham entre 14 e 18 anos de idade no início da coleta de dados, sendo dois de nível sócio-econômico baixo e um médio, residentes em Porto Alegre. A pesquisa teve um delineamento de estudo de caso coletivo, sendo cada caso investigado em quatro momentos: terceiro trimestre de gestação, terceiro mês, primeiro e segundo ano da criança. Os relatos dos participantes foram analisados através de análise de conteúdo qualitativa, que gerou diversas categorias temáticas, agrupadas em torno de três eixos temáticos: a relação de casal, o tornar-se pai e o tornar-se mãe. Os resultados revelaram que, de modo geral, os pais e mães adolescentes avaliaram positivamente a experiência de transição para a parentalidade, mesmo enfrentando algumas dificuldades, especialmente no início (gestação e terceiro mês do bebê). Quanto ao processo de separação-indivuação, foi possível perceber nos participantes tanto características da terceira indivuação, especialmente no segundo ano da criança, quanto da segunda indivuação. Manifestações do processo de separação-indivuação foram também observadas na relação de casal. Constatou-se que a conjugalidade foi incrementada a partir da gravidez, ficando enfraquecida após o nascimento do bebê e sendo retomada parcialmente a partir do segundo ano da criança. Percebeu-se um amadurecimento dos participantes ao longo dos dois anos da pesquisa, o que faz pensar que a parentalidade na adolescência, apesar de dificultar a vivência de algumas tarefas específicas da fase, como a experimentação, as amizades e a autonomia frente aos próprios pais, não traz apenas repercussões negativas para a vida dos jovens, mas também ganhos no desenvolvimento emocional.

Palavras-chaves: adolescência, parentalidade, casal, separação-indivuação

## **ABSTRACT**

The present study aimed to investigate the transition to parenthood and marital relationship in adolescents, from pregnancy to the child's second year of life. More specifically, it aimed to investigate how the separation-individuation process manifests itself in adolescent parenthood and marital relationship. Three adolescent couples, aged 14 to 18 at the beginning of data collection, two of low and one of middle socioeconomic background, living in Porto Alegre, took part in the study. It consisted of a collective case study design, in which each case was seen in four moments: third trimester of pregnancy, baby's third month, first and second year of life. The participant's answers were analysed through content analysis, which generated several thematic categories, grouped together around three main thematic axes: marital relationship, becoming a father and becoming a mother. The results showed that adolescent mothers and fathers positively evaluated the transition to parenthood experience, even facing some difficulties, especially at the beginning (pregnancy and baby's third month of life). As far as the separation-individuation process is concerned, participants revealed features of both the third individuation, especially in the child's second year of life, and of the second individuation. Manifestations of the separation-individuation process were also observed in marital relationship. Conjugalitv was incremented during pregnancy, was reduced after the baby's birth and increased in the child's second year of life. An evolution of the participants along the two years could be detected, enabling to think that even though adolescent parenthood makes the phase-specific tasks, such as experimentation, friendship and autonomy in relation to parents, more difficult to experience, it does not have only negative repercussions in the young people's lives but also gains in terms of emotional development.

**Keywords:** adolescence, parenthood, couple, separation-individuation

# CAPÍTULO I

## INTRODUÇÃO

### **Apresentação**

A transição para a parentalidade na adolescência, como tema de estudo no meio acadêmico nacional, tem sido pouco investigada. A maior parte dos estudos nacionais versa sobre a gestação e a maternidade na adolescência a partir da perspectiva da gestante adolescente (ex. Amazarray & cols., 1998; Kreutz, 2001). Contudo, dado o expressivo número de casais adolescentes que atualmente passam pela situação inesperada de gestar e cuidar de um bebê, é importante que seja dada maior atenção ao pai adolescente, e à formação e desenvolvimento do casal adolescente nesse momento. Nesse sentido, o presente estudo teve por objetivo investigar a transição para a parentalidade e a relação de casal de adolescentes, da gestação até o segundo ano de vida da criança. Mais especificamente, visou a investigar como o processo de separação-indivuação se manifesta na parentalidade e na relação de casal de adolescentes.

Cabe ressaltar que este trabalho foi embasado teoricamente por aportes da Psicanálise, em especial no processo de separação-indivuação postulado inicialmente por Mahler e colegas (Mahler, 1982; Mahler, Pine & Bergman, 2002) e pela teorização de Blos (1994, 1996) sobre a segunda indivuação e Colarusso (1990) sobre a terceira indivuação, dirigidos às diferentes fases do ciclo de vida individual: infância, adolescência e idade adulta, respectivamente. Esta orientação foi escolhida para permitir o entendimento dos aspectos individuais do processo de transição para a parentalidade. A Psicanálise permite um entendimento das vivências subjetivas, essencial para o objetivo do presente estudo. Mais especificamente, a perspectiva da separação e indivuação oferece um corpo teórico coerente, que explica algumas questões psíquicas inerentes à fase adolescente, no caso, a separação e indivuação em relação às imagens parentais, bem como a sobreposição de questões ligadas ao processo em suas manifestações na fase adulta, no caso, a terceira indivuação, quando da ocorrência de uma gestação, isto é, a revivência da simbiose com o novo bebê e as novas relações estabelecidas com os próprios pais. Dessa forma, permite refletir acerca de como o adolescente vivencia o processo de transição para a parentalidade, que parece se opor a uma tarefa de desenvolvimento central da fase – a separação psicológica dos pais.

Já para o entendimento da relação de casal dos adolescentes, adotou-se como enfoque as dimensões individualidade e conjugalidade, conforme desenvolvidas por Féres-Carneiro e colegas (Féres-Carneiro, 1996, 1998, 2001; Féres-Carneiro & Magalhães, 2000; Magalhães & Féres-Carneiro, 2003), cuja base teórica também se encontra em diferentes perspectivas psicanalíticas. Tal enfoque permite o entendimento do paradoxo que perpassa qualquer relação de casal, qual seja, a co-existência de um *eu* e um *nós*, cujo equilíbrio é sempre dinâmico e difícil de alcançar. Pensa-se que esta perspectiva teórica em nível de casal se relaciona coerentemente com a perspectiva da separação-indivuação em nível individual, uma vez que também enfatiza questões de identidade pessoal (aqui em contraponto a questões de identidade de casal), uma vez que somente um indivíduo minimamente separado e individualizado teria condições psíquicas de preservar seu *eu* dentro do *nós* conjugal.

A fim de situar teoricamente o tema do estudo, a seguir, primeiramente revisam-se as principais características da adolescência como fase do ciclo vital e o contexto de transformações bio-psico-sociais envolvendo os adolescentes. Em um segundo momento, examina-se a perspectiva teórica da separação-indivuação. Após, são revisados estudos teóricos e empíricos sobre a paternidade e a maternidade adolescente. Por fim, aborda-se o tema da relação de casal na adolescência e a questão da individualidade e da conjugalidade nesta relação.

### **Características da Adolescência como Fase do Ciclo Vital<sup>1</sup>**

Nessa sessão são revisados diversos estudos teóricos e empíricos sobre a adolescência enquanto fase do ciclo vital. Os estudos revisados foram agrupados em torno de seis grandes temas: conceituação; cronologia; repercussões sociais das tarefas adolescentes; mudanças (biológicas, cognitivas e sociais); questões psicossociais e aspectos psíquicos (lutos).

Quanto à conceituação da adolescência, os autores que se dedicaram ao estudo desta etapa são unânimes em afirmar que esta é uma fase bastante complexa do ciclo

---

<sup>1</sup> Esta sessão foi adaptada da revisão da literatura elaborada pela pesquisadora para sua Dissertação de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS), intitulada “Paternidade na adolescência: Sentimentos, expectativas e a interação com o bebê”, defendida em março de 2001, sob orientação do Prof. Dr. Cesar Piccinini. Parte desta sessão foi publicada nos artigos “A interação pai-bebê entre pais adolescentes e adultos” (Levandowski & Piccinini, 2002) e “Paternidade na adolescência e os fatores de risco e de proteção para violência na interação pai-criança” (Levandowski & cols., 2002).

vital, pela quantidade e qualidade de transformações biológicas, psicológicas e sociais que o indivíduo experimenta. A adolescência é, por isso, um evento psicológico e social, além de biológico, que se manifesta diferentemente de acordo com o ambiente social, econômico e cultural do adolescente (Knobel, 1981). De fato, em estudo realizado com jovens do meio urbano e rural sobre a vivência da adolescência, Martins, Trindade e Almeida (2003) constataram a influência do meio sócio-cultural sobre a mesma. Para os jovens do meio urbano, a adolescência foi vista como tempo de liberdade, alegria e descobertas, estando o futuro distante, sendo o foco atual sair com os amigos, passar de ano e escolher um curso superior. As preocupações se centravam no presente e nos cuidados para não estragar o futuro idealizado, aparecendo como verbo mais representativo o ter (liberdade, amigos, apoio, dinheiro e roupas da moda). No entanto, para os adolescentes da zona rural, o futuro apareceu mais próximo, pois, com o final do Ensino Médio técnico, eles buscavam emprego para ganhar dinheiro e estabelecer família, demonstrando que viver a adolescência já implicava trabalho, responsabilidade e definição da vida futura. Para estes jovens, era necessário ser filho e aluno responsável, atitude essencial para a conquista de seus objetivos. Os autores concluíram que a diferença estava centrada na maneira de viver dos jovens: enquanto os adolescentes rurais reconheciam a própria responsabilidade na construção de seu futuro, os urbanos atribuíam o futuro às condições que lhes seriam oferecidas.

Já no aspecto cronológico, segundo a Organização Mundial da Saúde<sup>2</sup>, a adolescência compreende a faixa etária de 10 a 19 anos de idade, enquanto que, para o Estatuto da Criança e do Adolescente, ela vai de 12 a 18 anos. Aberastury (1981) refere que o início da adolescência se dá concomitante às primeiras transformações biológicas, que se iniciam em idade não definida. Já em relação ao término da adolescência, Blos (1994) salienta que são adotados critérios variados, que obedecem principalmente a fatores de natureza sócio-cultural. O autor cita como requisitos para que o adolescente alcance o *status* adulto: a escolha da identidade sexual, a capacidade de manter relações afetivas estáveis, a independência econômica, o comprometimento profissional, a formação de um sistema de valores próprio e a manutenção de um bom relacionamento com a geração precedente. Desse modo, nesta fase o jovem depara-se com muitas tarefas desenvolvimentais, que abrangem todos os domínios de sua vida: pessoal,

---

<sup>2</sup> A Organização Mundial da Saúde ([www.who.int](http://www.who.int)) utiliza o termo *adolescence* para se referir à faixa etária de 10 a 19 anos, e o termo *young people*, para designar as idades entre 10 e 24 anos (acesso em 15 de dezembro de 2004).

familiar, social, escolar e biológico (Aberastury, 1981; Blos, 1994, 1996). Para Montmayor (1986), a resolução destas tarefas afetará o comportamento global do adolescente, e o modo como poderá enfrentar a experiência da parentalidade.

Em relação a isso, Russell (1980) e Montmayor (1986) concentraram-se nas repercussões sociais das tarefas adolescentes, terceiro tema revisado, indicando que os ritos/eventos pelos quais os jovens necessitam passar mudam de acordo com fatores históricos, sociais e culturais. Constataram a existência de um número limitado de ritos de passagem e também de um período de tempo e uma seqüência considerada apropriada para que eles aconteçam, como por exemplo, a realização de uma faculdade durante a juventude. Existiria toda uma organização social para apoiar estas passagens, que não estaria presente nos casos em que a ordem de ocorrência ou a extensão dos eventos se altera, como por exemplo, quando ocorre uma gestação na adolescência. Russell (1980) ressalta que a quantidade de estresse de qualquer transição varia com a importância social dos papéis envolvidos, e com o grau no qual esta se dá fora do tempo previsto. Como os papéis de pai e de mãe são fundamentais em nossa sociedade, se poderia esperar que a transição precoce para a parentalidade seria bem estressante para os indivíduos. Os pais e mães adolescentes, nesta situação, iniciam suas trajetórias sexual e parental precocemente, algumas vezes antes e poucas vezes conjuntamente com a trajetória conjugal. Frequentemente assumem a trajetória parental e simultaneamente a profissional, sem ter completado a escolarização. Assim, para Russell (1980), o pai e a mãe adolescentes se defrontam simultaneamente com muitas tarefas desenvolvimentais individuais e familiares. Dessa forma, Montmayor (1986) ressalta que os problemas enfrentados pelos adolescentes não decorreriam apenas de preconceitos ou imaturidade, mas também de falta de preparo social para apoiá-los, causando estresse adicionais para os mesmos.

De fato, na literatura sobre paternidade adolescente, é unânime a afirmação de que este evento fora do ciclo de vida esperado causa uma sobrecarga para os jovens envolvidos (Belsky & Miller, 1986; Elster & Hendricks, 1986; Robinson, 1988), pois acabam enfrentando duas crises simultaneamente: a paternidade e a adolescência (Nunes, 1998; Robinson, 1988; Young, 1988), sem muitas vezes terem capacidade para lidar com ambas. O mesmo se aplicaria à maternidade adolescente (Viçosa, 1997). Ao mesmo tempo, a gravidez é vista como uma tentativa por parte do jovem de lidar com as tarefas evolutivas normais da fase adolescente (Lewis & Volkmar, 1993).



Tomando em consideração uma perspectiva da Psicologia do Desenvolvimento, comentam-se agora as principais mudanças ocorridas na adolescência, segundo Steinberg (1985). São elas: mudanças biológicas, cognitivas e sociais. Dentre as mudanças biológicas, a puberdade é o evento mais importante, trazendo mudanças na aparência e no alcance da capacidade reprodutiva, o que requer adaptação do adolescente e dos que o rodeiam. A puberdade como processo biológico se estende aproximadamente dos nove aos 14 anos, caracterizando-se pelo surgimento da atividade hormonal, que possibilita o aparecimento dos caracteres sexuais secundários, indicando, assim, a maturação sexual (Outeiral, 1994). De acordo com Blos (1994), é a maturação o fato biológico que introduz a puberdade no plano psicológico, pois impulsiona a uma nova organização das pulsões e do ego. Ele considera que a adolescência se caracterizaria sobretudo por tais mudanças físicas. De fato, a puberdade exige uma nova adaptação física e mental do adolescente (Blos, 1994), o que remete diretamente a uma reformulação da auto-imagem, no sentido de definir sua identidade sexual (Montmayor, 1986). Este processo gera muitas dúvidas nos jovens, que se preocupam muito com a normalidade de suas transformações corporais, nunca antes experimentadas de forma tão abrupta e radical, bem como com sua atratividade física (Blos, 1994; McKinney, Fitzgerald & Strommen, 1977). Esta situação poderia gerar grande quantidade de estresse para os adolescentes (Montmayor, 1986), pois as mudanças físicas incontroláveis podem ser sentidas como uma invasão (Aberastury, 1990).

A puberdade também repercute no plano psicológico, no sentido de evidenciar as diferenças sexuais entre meninos e meninas e confrontar o adolescente com a descontinuidade de sua experiência infantil (McKinney & cols., 1977). De forma geral, este evento físico ainda influenciaria as relações interpessoais do adolescente, pois as mudanças da aparência induziriam a uma modificação do comportamento do próprio adolescente e, por consequência, daqueles que se relacionam com ele (Blos, 1994; McKinney & cols., 1977; Steinberg, 1985). Nesse sentido, Steinberg, estudando famílias de adolescentes em idade pubertária, notou que os padrões de interação se modificam durante a maturação, passando de um breve período de conflito para o estabelecimento de um novo padrão, em que os filhos passam a ter mais poder para influenciar as decisões familiares. A puberdade também seria um fator de influência para o direcionamento dos interesses do adolescente ao grupo de pares (Blos, 1994; Steinberg, 1985).

A maturação física não segue um padrão uniforme, também não acontecendo no mesmo ritmo entre o adolescente e seus pares, e ainda menos entre os sexos (Atwater, 1988; Blos, 1994; Coleman, 1980; McKinney & cols., 1977; Steinberg, 1985). Dentre os meninos, a maturação sexual precoce parece ser mais vantajosa do que a tardia (Atwater, 1988; Steinberg, 1985), pois aumentaria sua auto-estima, possibilitaria um relacionamento mais positivo com os pares e as meninas, e facilitaria assumir papéis de liderança em seu grupo de iguais (Atwater, 1988; McKinney & cols., 1977; Montmayor, 1986; Steinberg, 1985). Ao mesmo tempo, a maturação biológica precoce também levaria a experiências sexuais precoces, o que aumentaria a chance de uma paternidade na adolescência (Montmayor, 1986). De modo geral, a aparência mais adulta levaria a uma entrada precoce nos papéis adultos, dispondo estes jovens de menos tempo para experimentar novos papéis e situações típicas da adolescência (Atwater, 1988; Steinberg, 1985). Já para as meninas, o que se percebe é que a maturação física pode ocasionar uma redução da auto-estima, especialmente se for precoce. As meninas que amadurecem mais tarde parecem ser mais atrativas e sociáveis do que as mais precoces, pois estas últimas acabam se tornando mais autônomas e populares entre os meninos (Steinberg, 1985). Geralmente são expostas a um tratamento mais adulto, que favoreceria o amadurecimento social e emocional, o que pareceria positivo, se não fosse sentido como um amadurecimento forçado. O fato de amadurecer mais tardiamente pode trazer grande ansiedade para as meninas (Atwater, 1988), mas como elas crescem junto com os meninos de sua idade, acabam tendo mais experiências adequadas à sua faixa etária, vivendo sua adolescência sem grandes pressões. De fato, em pesquisa visando a investigar as associações entre puberdade precoce, atividade sexual precoce e comportamentos bulímicos, Kaltiala-Heino e colaboradores (2001) encontraram resultados que confirmaram esta associação. Para os autores, o surgimento de comportamento bulímico pode ser decorrente de a maturação corporal precoce estar associada com auto-avaliação negativa e imagem corporal negativa entre as meninas. No entanto, ainda não parece estar claro qual é o verdadeiro impacto da maturação sexual precoce ou tardia no desenvolvimento psicológico dos jovens. Como afirma Steinberg (1985), de modo geral, o que parece mais importar é o grau de diferença da adolescente em relação ao seu grupo de iguais, ao invés da época em que a puberdade inicia. Os efeitos psicológicos do amadurecimento físico precoce ou tardio parecem

depende do indivíduo, de sua família, do apoio recebido dos pares e de suas experiências de vida (Atwater, 1988).

Outras mudanças importantes ocorridas na adolescência seriam aquelas referentes ao aspecto cognitivo, que se traduzem por habilidades de pensamento mais avançadas, que trazem ao adolescente maior aptidão para pensar sobre situações hipotéticas e sobre conceitos abstratos, afetando até mesmo o modo como o adolescente pensa sobre ele mesmo, sobre os outros e sobre o mundo (Steinberg, 1985). Ele pode fazer relações de relações, o que lhe permite formular hipóteses e testá-las, e reformulá-las frente às evidências da realidade. Assim, durante este estágio, o indivíduo se torna capaz de raciocinar dedutivamente, podendo se engajar em pensamentos causais e fornecer explicações científicas para os eventos (McKinney & cols., 1977). De fato, para Piaget (1976), é na adolescência que se atinge o pensamento formal, que permite pensar sobre possibilidades não imediatamente presentes em uma situação, a fim de resolvê-la, bem como gerar hipóteses e gerenciar conscientemente o próprio funcionamento mental. O que diferencia a lógica do adolescente no estágio de operações formais do estágio prévio das operações concretas é que o adolescente pode pensar sobre seu próprio raciocínio, o que implica em uma nova separação sujeito-objeto. Este descentramento envolve um procedimento que se desenvolve gradualmente desde a infância, permitindo que o adolescente elabore teorias e filosofias a respeito do mundo e de si mesmo (McKinney & cols., 1977). Nesse sentido, a cognição permite ao jovem realizar uma atividade mental que lhe é necessária, conforme Aberastury (1981), já que, para alcançar a maturidade afetiva e intelectual, precisa construir antes seu sistema de valores, uma ideologia própria, que confronta com a de seu meio, e teorias políticas e sociais que lhe permitam posicionar-se frente ao mundo, defendendo um ideal. No entanto, tais construções se constituem em soluções transitórias para sua crise, pois possibilitam a fuga do mundo externo e uma volta para o mundo de fantasia, tão essencial nos primórdios da etapa adolescente. Isto porque aumenta a onipotência narcisista e a sensação de prescindir do mundo externo.

Muitas mudanças pessoais podem acontecer subjacentes a esta mudança no tipo de raciocínio do adolescente. Por exemplo, fica evidente um certo egocentrismo: o adolescente passa a pensar que vivencia situações únicas, que não podem ser compreendidas adequadamente pelas outras pessoas. Ao mesmo tempo, pensa em si mesmo como o foco único das preocupações dos outros. Esta preocupação de estar

sendo objeto de atenção faz com que ele atente para seu comportamento e aparência (McKinney & cols., 1977). Isto porque, durante a adolescência, o indivíduo pode pensar sobre o modo como as outras pessoas pensariam sobre ele, isto é, considerar-se como um objeto da percepção e pensamento dos outros. Uma consequência do egocentrismo seria o intermitente idealismo fantasioso do adolescente, pois, conforme Piaget (1976), o adolescente tenta adaptar seu ego ao ambiente social, ao mesmo tempo em que também tenta adaptar o ambiente ao seu ego. Assim, ele pode ser altamente interessado em reformas políticas, religiosas ou educacionais, e pode desenvolver idéias de natureza egocêntrica como solução para problemas nestas áreas (McKinney & cols., 1977).

No entanto, como afirmam McKinney e colaboradores (1977), ao contrário dos demais estágios de desenvolvimento cognitivo, há pouca consistência quanto à idade na qual a lógica formal se inicia. Isso porque as operações formais se referem tanto a um estágio de desenvolvimento cognitivo quanto a um estilo de raciocínio. Assim, em uma situação específica, um determinado adolescente poderia ou não recorrer aos recursos da lógica formal. Algumas variáveis que determinam este uso, de acordo com os autores, seriam: quantidade de experiência prévia do adolescente com um dado problema, o tipo de problema com o qual o adolescente está sendo confrontado, seu estado de alerta ou fadiga e sua capacidade intelectual geral. Dessa forma, nem todos os adolescentes contam com este tipo de raciocínio e provavelmente nenhum adolescente o adquire completamente.

Relacionando o desenvolvimento cognitivo com a parentalidade, Montmayor (1986) comenta que os adolescentes não possuem muitas informações sobre bebês e seu desenvolvimento e podem ser menos capazes do que os adultos para lidar com materiais impressos. Para este autor, os adolescentes mais novos têm dificuldades em adquirir e utilizar informações contidas em livros sobre o cuidado de crianças, dependendo mais de sua experiência prática e aprendizagem por tentativa-e-erro, estratégias potencialmente perigosas quando empregadas com bebês. Além disso, os adolescentes têm dificuldade para manter agendas e planejar seu futuro imediato e a longo prazo. Estas duas deficiências podem impedir um cuidado efetivo da criança, uma vez que um pai/mãe sensível é considerado aquele que pode perceber as necessidades do bebê, interpretá-las corretamente e planejar o seu atendimento apropriado. Tais capacidades requerem habilidades como gerar e testar hipóteses, selecionar um plano de ação e monitorar seus efeitos, que o adolescente pode ainda não ter bem desenvolvidas. Neste

sentido é que a literatura aponta amplamente a imaturidade cognitiva do adolescente como um fator que dificultaria a responsividade ao bebê (Elster & Hendricks, 1986; Marsiglio & Cohan, 1997; Young, 1988).

Por fim, as mudanças sociais da adolescência incluem assumir novos papéis sociais, adquirindo novos direitos, deveres e responsabilidades, tais como licença para dirigir e votar. A redefinição social provoca uma redefinição pessoal, com a avaliação das habilidades e competências, pois o jovem pode agora se engajar em outras atividades, como casamento e trabalho, o que altera sua auto-imagem e as relações com os outros (Steinberg, 1985).

Um outro tema relacionado às modificações da adolescência diz respeito às questões psicossociais enfrentadas pelos jovens, que seriam cinco, conforme Steinberg (1985): a consolidação da identidade, a aquisição da autonomia e da intimidade, a consolidação da sexualidade e da capacidade de realização. Em relação à *identidade*, o jovem pode se preocupar com quem ele é realmente e o que será no futuro, passando por um período de experimentação de papéis, na tentativa de encontrar sua verdadeira identidade. Para Knobel (1981), somente quando o adolescente aceita seus aspectos de criança e de adulto simultaneamente é que poderá aceitar suas mudanças corporais e, assim, começar a definir sua identidade. O processo de busca da identidade ocupa grande parte de sua energia, fazendo com que o jovem se mostre diferentemente em cada situação ou ambiente. Para ele, estas flutuações da identidade refletem as mudanças internas, bem como o número maior de modelos de identificação tomados pelo adolescente. Blos (1996) comenta que não só os pais, mas também o grupo de amigos, os professores e outros adultos significativos passam a ser considerados como modelos, influenciando na forma final da identidade do adolescente.

Ainda em relação à definição da identidade, também para Erikson (1998) esta seria a principal tarefa da adolescência. Ele propôs uma seqüência de estágios de desenvolvimento psicossocial, sendo o conflito típico desta fase identidade x confusão de identidade. Para o autor, um senso global de identidade ajusta gradualmente as várias auto-imagens experienciadas durante a infância que, neste momento, podem ser recapituladas dramaticamente, e as oportunidades de papel social que são oferecidas aos jovens para seleção e comprometimento. O processo de formação da identidade é visto pelo autor como tendo uma *configuração desenvolvimental*, integrando dados constitucionais, necessidades libidinais idiossincráticas, capacidades preferidas,

identificações significativas, defesas efetivas, sublimações bem-sucedidas e papéis consistentes. Tudo isso emergiria a partir de uma mútua adaptação de potenciais individuais, visões de mundo tecnológicas e ideologias religiosas ou políticas. Os padrões básicos da identidade emergiriam da afirmação ou repúdio seletivo das identificações infantis do indivíduo e da maneira pela qual o processo social da época identifica os indivíduos (como pessoas que tinham que se tornar o que são e que merecem confiança por serem assim). Para Erikson (1998), somente quando possui um senso genuíno de identidade o jovem pode enxergar claramente onde está, o que é e o que representa. Um adolescente confuso em relação à sua identidade não seria capaz de estabelecer relações de intimidade posteriormente. Assim, a confiabilidade do comprometimento do adulto depende do resultado de sua luta adolescente pela identidade. Percebe-se, com isso, que a questão da identidade é crucial para o desenvolvimento posterior adequado. Ainda para Erikson, a adolescência pode ser vista como uma *moratória social*: período de maturação sexual e cognitiva e, ao mesmo tempo, um adiamento sancionado do comprometimento definitivo. Isso possibilita uma relativa liberdade para a experimentação de papéis, todos significativos para a auto-renovação adaptativa da sociedade.

Considerando a influência da família sobre a formação da identidade, a relação pais-filho é a mais importante, pois o genitor do mesmo sexo é um modelo de identificação direta para o adolescente (Montmayor, 1986). Como diz Blos (1994), mesmo quando afirma não ser como os pais, o jovem já está definindo sua identidade. Nesse sentido, os meninos são geralmente mais negativamente afetados do que as garotas pela ausência paterna, pela falta de um modelo de papel sexual apropriado. Atwater (1988) comenta que, nas famílias nas quais o pai é ausente, os filhos teriam mais probabilidade de sofrer problemas emocionais e sociais, abandonar a escola e se engajar em comportamentos anti-sociais (ex. consumo de drogas, álcool, atividade sexual) do que nas famílias intactas.

Em relação ao grupo de pares, outra fonte de modelos para a formação da identidade adolescente, Knobel (1981) refere que este aparece como uma forma de socialização de culpas, como defesa contra as ansiedades e como uma maneira de comparação e/ou identificação no aspecto corporal, que, devido à puberdade, está sendo modificado. O grupo de iguais parece ser importante especialmente para os meninos, pois eles não possuem muitas oportunidades de identificação masculina, o que os leva a

construir sua identidade de gênero por oposição à identidade feminina (Teti & Lamb, 1986). Dessa forma, segundo Teti e Lamb, na adolescência os iguais passam a ter um papel relevante para a consolidação dessa faceta da identidade, estando a auto-estima de muitos adolescentes relacionada ao valor que o grupo lhes dá. Para tanto, comportam-se de acordo com normas estritas quanto aos comportamentos considerados masculinos.

Passando-se à segunda questão psicossocial, a *aquisição da autonomia*, esta se dá por uma luta para se estabelecer como independente e autogovernado, ou seja, ser menos dependente emocionalmente dos pais, ser capaz de tomar decisões independentemente e estabelecer um código de valores e moral próprios (Steinberg, 1985). Conforme Blos (1994, 1996), a aquisição da autonomia em relação aos pais seria a tarefa psíquica principal da adolescência. De acordo com Blos (1994), o adolescente deve, neste período, obter a independência relativa dos pais, a autonomia emocional e financeira, a partir da definição de sua identidade pessoal única, com um sistema de valores próprio. Isso o leva a estabelecer uma nova forma de relação com as gerações precedentes. Para Blos (1994), a individuação provoca sentimentos de solidão e confusão, bem como medo, pois representaria o fim dos sonhos megalomânicos da infância, uma vez que o adolescente vê que esta tem fim, e que deve assumir sua própria existência individual, com compromissos aos quais não pode escapar. A esse respeito, Aberastury (1981) afirma que a entrada no mundo adulto é desejada e temida pelos adolescentes, por ser um momento crucial do processo de desprendimento que se iniciou com o nascimento. Ainda em relação ao processo de separação-individuação, Aberastury (1981) comenta que a rebeldia e o desprezo aparecem como uma forma de defesa do jovem contra a dependência excessiva dos pais, dos quais quer ambivalentemente a separação. De fato, estas atitudes seriam como que rupturas violentas de dependência, mais do que sinal de amadurecimento, elaboração ou resolução de conflitos (Blos, 1996). No caso da ocorrência da parentalidade na adolescência, Young (1988) ressalta que a conquista da autonomia em relação aos próprios pais fica prejudicada, em vista da necessidade de seu apoio para o enfrentamento da nova situação. Nesse sentido, o adolescente poderia entrar em conflito com os genitores para mostrar que ao menos pode controlar o bebê, apesar de ainda não conseguir controlar sua própria vida.

Ainda em relação à autonomia, cabe comentar a necessidade de a família poder libertar o adolescente rumo à independência. Neste momento do ciclo vital familiar,

deve haver um equilíbrio entre as forças centrípetas e centrífugas, a fim de que o adolescente não permaneça preso à família ou seja expulso dela abruptamente (Preto, 2001). Os pais devem poder fazer um luto pelos filhos pequenos e a idealização que eles lhes ofereciam, pelas projeções que depositavam em seus filhos e pelas satisfações que eles lhes proporcionavam. Essa tarefa é promovida pelo adolescente, que marca sua independência com constantes oposições e críticas. Porém, esta tarefa pode ficar dificultada caso os pais também estejam vivenciando uma crise na meia idade, em que predomina uma reflexão da vida pregressa e um planejamento para o futuro. Nesse sentido, surge a inveja das potencialidades de vida do filho, e a dificuldade de lidar com um igual pode favorecer uma postura de dominação do adolescente, infantilizando-o e impedindo seu crescimento autônomo (Marcelli & Braconnier, 1989). Nestes casos, pode-se pensar a gravidez como uma forma de libertação do adolescente em relação aos pais, ou, ao contrário, de manutenção da dependência, devido às novas demandas da parentalidade e à impossibilidade de alguns adolescentes lidarem com elas, especialmente no sentido econômico.

Outra dificuldade na relação dos adolescentes com seus pais é a adolescência dos filhos despertar a adolescência reprimida dos pais e, com isso, todos os seus conflitos mal resolvidos (Marcelli & Braconnier, 1989). Como diz Outeiral (1994), todo o grupo familiar adolece. Somado a isso, os avós entram na velhice, o que, por si só, também acarreta estresse adicional para os pais, que podem se ver perdendo seus próprios pais e sendo abandonados por seus filhos (Preto, 2001). Pais com forte senso de eu serão menos reativos aos desafios adolescentes, não entenderão suas queixas e críticas de forma pessoal e, assim, não se sentirão ameaçados pelas mesmas. Entretanto, a tolerância dos pais depende de sua autonomia emocional em relação aos seus próprios pais (Preto, 2001).

A terceira questão psicossocial citada por Steinberg (1985) seria a *aquisição da intimidade*, que se refere à capacidade de estabelecer uma relação de amor e verdade com os pares, seja de amizade ou de namoro. Na adolescência, as amizades incluem ajuda, interação e afetos mútuos, lealdade e pouca competição, assemelhando-se às amizades adultas. A intimidade é favorecida pelo senso de identidade definido e pelo desenvolvimento cognitivo, que permitiria ao adolescente considerar o ponto de vista do outro e expressar seus sentimentos e pensamentos (Papalia & Olds, 2000). Relacionado a isso estaria a quarta questão psicossocial proposta por Steinberg (1985), a



*consolidação da sexualidade*, que diz respeito a tornar-se sexualmente ativo, o que modifica a relação do adolescente com seus pares, além de fazer surgir muitas questões difíceis, tais como esforçar-se para incorporar a sexualidade dentro de um senso de si mesmo ainda em desenvolvimento, a necessidade de resolver questões sobre valores sexuais e saber-se preparado ou não para entrar em uma relação. De fato, para Papalia e Olds (2000), a identidade sexual engloba ver-se como um ser sexual, adaptar-se às excitações sexuais e formar ligações românticas. A partir de uma perspectiva psicanalítica, a consolidação da sexualidade implica renunciar a bissexualidade infantil e assumir uma opção heterossexual (Knobel, 1981). No entanto, isso não exclui a vivência de experiências homossexuais neste período, até mesmo como uma tentativa de experimentação e definição. Conforme Aberastuy (1990), o aparecimento do sêmen e da menstruação serve de preparação para os novos papéis a serem cumpridos na procriação. Este fato pode determinar conflitos posteriores no plano psíquico, que se traduzem no rechaço inconsciente da procriação, na esterilidade ou na dificuldade para assumir o papel parental (Aberastury, 1990). Em função de todas essas questões, nem sempre as experiências sexuais do adolescente indicam maturidade sexual, no sentido de trazerem algum aprendizado, prazer e consideração pelo outro, por sua individualidade (Knobel, 1981). A atividade sexual precoce vista atualmente em nosso meio parece ser mais indicativa de uma pseudogenitalidade, do que um sinal de tal maturidade, segundo Knobel.

Ainda em relação à sexualidade, cabe salientar que, na adolescência, seria reeditado o conflito edípico, até mesmo por influência da maturação biológica, que agora permite sua concretização. O adolescente pode, então, recorrer à masturbação como forma de defesa, e até mesmo para conhecer o funcionamento de seus órgãos genitais, em uma preparação para a relação sexual (Knobel, 1981). Mais uma vez, pais à vontade com sua sexualidade conseguem aceitar melhor a sexualidade dos filhos e transmitir esta aceitação a eles (Preto, 2001). De fato, os tabus sexuais e a regulação da sexualidade pela sociedade são alguns dos aspectos responsáveis pelos sentimentos de vergonha e incômodo dos adolescentes ao falarem sobre temas e práticas sexuais (Jeolás & Ferrari, 2003; Martini, Gregis & Jardim, 1999).

As manifestações afetivas do adolescente, e a conseqüente intimidade, também estão bastante relacionadas com a consolidação da identidade, pois, como salienta Aberastury (1981), somente quando se percebe como um ser único, que necessita de um

outro para sua complementação, é que o adolescente poderá lançar-se a relacionamentos afetivos mais duradouros. Montmayor (1986) complementa essa idéia, apontando que talvez um senso de identidade precário, que levaria a uma capacidade insuficiente para a intimidade, seria parcialmente responsável pela a insatisfação conjugal e discórdia encontrada entre casais adolescentes, que resulta em uma interação não sensível com o bebê.

Finalmente, a última questão psicossocial seria a *capacidade de realização*, que engloba as mudanças nos planos e comportamentos educacional e profissional, com a tomada de decisões importantes sobre a escolarização e a carreira. Tais decisões dependem do desempenho escolar do adolescente, da avaliação de suas próprias competências e capacidades, das suas aspirações e expectativas para o futuro e da direção e dos conselhos que recebe de seus pais, professores e amigos (Steinberg, 1985).

Passando agora ao enfoque dos aspectos psíquicos, amplamente ancorados nas mudanças comentadas acima, as tarefas mais importantes da adolescência seriam, a partir de uma perspectiva psicanalítica, conforme Aberastury (1981), a elaboração do *luto pelo corpo infantil*, do *luto pelos pais da infância* e do *luto pela identidade infantil*, aos quais se soma, como decorrência, o *luto pela bissexualidade*. Estes lutos estão relacionados entre si. Segundo a autora, o adolescente deve renunciar ao corpo infantil, que representa uma renúncia a todo o seu mundo infantil, a fim de que possa assumir tarefas de maior responsabilidade social e pessoal. Além disso, o adolescente deve decepcionar-se com seus pais, percebendo-os não mais como os pais onipotentes da infância, mas sim como portadores de defeitos e qualidades. Esse afrouxamento dos laços objetivos infantis, de acordo com Blos (1996), facilitará sua identificação com os mesmos e, conseqüentemente, seu processo de separação-individuação. Conforme Knobel (1981), essa nova relação com os pais é promovida também pelas mudanças corporais, que colocam o adolescente em uma nova posição, de maior igualdade. Já o terceiro luto traz a necessidade de uma nova definição de si mesmo, ou de consolidação da identidade anterior, ancorada, da mesma forma, nas mudanças corporais (Aberastury, 1981). A partir disso, o jovem pode assumir também uma escolha sexual, a genitalidade, passando a ver o outro como uma pessoa necessária à sua satisfação sexual e pessoal, perdendo a fantasia poderosa de auto-suficiência presente na infância (Blos, 1994). Disso decorre a definição de uma posição sexual (Blos, 1994; Knobel, 1981).

A partir do que foi exposto acima, percebe-se que a adolescência é uma etapa repleta de desafios, nas mais variadas áreas da vida: física, psicológica, cognitiva e social. Com isto, fica evidente que a experiência da parentalidade na adolescência pode causar um impacto psicológico, comportamental e social muito grande nos jovens, em função de todas as adaptações que exige dos mesmos, que já estão a deparar-se com as várias tarefas evolutivas próprias da adolescência. Passa-se, então, a examinar a seguir, um processo que perpassa tanto a adolescência quanto a parentalidade: o processo de separação-indivuação, marco teórico deste trabalho.

### **Separação-Indivuação: A Adolescência e a Transição para a Parentalidade como Diferentes Etapas de um mesmo Processo**

Como foi visto na seção anterior, uma das especificidades da adolescência é a conquista de autonomia em relação à família e a maior abertura para o mundo externo. Blos (1994, 1996), a partir do referencial psicanalítico, refere-se a este processo como a *segunda indivuação*, considerando a *primeira indivuação* aquela ocorrida na infância, postulada por Mahler e colegas (Mahler, 1982; Mahler & cols., 2002). Já Colarusso (1990) trabalha o mesmo processo na idade adulta, denominando-o *terceira indivuação*, em função da situação de parentalidade, que acarretaria a necessidade de separação e indivuação em um novo nível junto aos próprios pais. Assim, para facilitar o entendimento das concepções de Blos (1996) e Colarusso (1990) sobre a segunda e a terceira indivuação, respectivamente, abordadas ao longo do texto, inicialmente foi feita uma breve revisão da primeira indivuação.

Mahler e colegas (Mahler, 1982; Mahler & cols., 2002) consideraram que o processo normal de separação-indivuação do bebê em relação à mãe seria o primeiro e decisivo pré-requisito para o desenvolvimento e a manutenção de um senso de identidade, de uma consciência de um sentido de ser, isto é, de uma auto-imagem seguramente individualizada e diferenciada de si mesmo. Os autores apontaram separação e indivuação como dois processos estruturais diferentes e complementares; o primeiro significaria a saída da criança da fusão simbiótica com a mãe, isto é, a aquisição intrapsíquica de um sentido de desligamento da mãe e do mundo em geral (sentimento de ser um indivíduo separado). Já o segundo indicaria a evolução da autonomia psíquica, com a criança assumindo suas características individuais. Assim,

para eles, o processo de separação-individuação levaria ao nascimento psicológico do indivíduo, iniciando-se no quarto ou quinto mês de vida e finalizando por volta do 36º mês, embora permanecesse ativo durante todo o desenvolvimento posterior (Mahler, 1982; Mahler & cols., 2002).

Para Mahler e colegas (Mahler, 1982; Mahler & cols., 2002), inicialmente o bebê se encontra em uma *fase autista normal*, quando não haveria catexia dos estímulos externos, apesar de certa receptividade aos mesmos. Esta seria, portanto, uma fase anobjetal; o bebê sente que sua necessidade é satisfeita dentro de sua órbita autista onipotente. Por volta do segundo mês de vida, entretanto, a barreira contra os estímulos externos começaria a se romper, e a catexia passaria a ser direcionada para a periferia sensório-perceptiva. Pela repetição de experiências instintivas prazerosas e desprazerosas, e a formação de traços mnêmicos, o bebê perceberia que a satisfação de suas necessidades provém de um objeto parcial externo, voltando sua catexia para a mãe. Iniciaria, então, a formação de um ego corporal, com a demarcação do eu e do mundo dos objetos, entrando, assim, na *fase simbiótica*, pré-objetal, porque, apesar da consciência inicial de um objeto que satisfaz as suas necessidades, o bebê ainda se comporta como se ele e a mãe fossem uma unidade dual dentro de uma mesma fronteira (mãe como objeto parcial). O termo simbiose aqui significa um estado de indiferenciação/fusão com a mãe.

Ainda de acordo com o entendimento de Mahler e colegas (Mahler, 1982; Mahler & cols., 2002), na fase seguinte, *diferenciação*, a resposta de sorriso social específica dirigida à mãe pelo bebê indicaria o estabelecimento de um elo especial entre eles. O bebê agora passaria a emitir comportamentos que indicam tentativas iniciais de separação-individuação, como se afastar da mãe para examinar melhor seu rosto, explorando-o tátil e visualmente, o que dá início a um processo de diferenciação somatopsíquica, possibilitado pela habilidade de sentar e engatinhar. Posteriormente, com o desenvolvimento e a aquisição da marcha, a criança assume uma posição mais ativa quanto à manutenção da distância entre a díade. Quanto mais ela se sentir segura com a presença da mãe, mesmo à distância, mais irá explorar o ambiente, o que demarca a *fase de exploração ou treinamento*. Em geral, as crianças sentem prazer nesta exploração, estando investidos libidinalmente o exercício de funções autônomas (motilidade), seu corpo e o novo mundo, em detrimento da mãe. Mostra-se alegre pelos seus progressos, mas também por escapar da fusão e do engolfamento pela mãe. Esta

deve renunciar à posse do corpo do filho, encorajando-o para a descoberta; a expectativa e a confiança de êxito no mundo depositadas na criança pela mãe são importantes para a sua segurança e auto-estima.

Entretanto, o nível de atividade e de interesse pelo mundo diminui quando a criança se dá conta de que a mãe não está por perto para o reabastecimento emocional (Mahler, 1982; Mahler & cols., 2002). Dessa forma, segundo os autores, a mãe passa a ser buscada para o reabastecimento, numa tentativa de *reaproximação*, que caracteriza uma nova subfase do processo; ela é agora alguém com quem a criança quer compartilhar suas conquistas e amor, ao mesmo tempo em que adquire a consciência do seu desligamento em relação a ela, o que aumenta a ansiedade de separação, expressa pela preocupação constante com o paradeiro da mãe e por um comportamento de aproximação ativa. Quanto menos disponível estiver a mãe neste momento, mais a criança tentará conquistá-la. A reação a estranhos reaparece, indicando a quebra da ilusão da união exclusiva com a mãe por parte da criança. A fonte de prazer se desloca da locomoção para a interação social, servindo o jogo como uma maneira ativa de tolerar a separação da mãe. Assim, a criança passa a vivenciar uma *crise de reaproximação*, marcada pelo paradoxo entre sua necessidade de exercitar a autonomia e a sua incapacidade e necessidade de ajuda externa para tanto, o que provoca uma queda no seu narcisismo, expresso por oscilações de humor, irritabilidade, insatisfação e insaciabilidade, além da ambivalência em relação à mãe (conflito aproximação x afastamento). De fato, simultaneamente à maior capacidade de deixar a mãe de forma ativa, a criança demonstra uma dificuldade com relação ao processo de abandono, tentando agarrar-se à mãe, encontrar adultos substitutos na sua ausência ou utilizar objetos transicionais para se assegurar contra a perda. A solução dessa crise só ocorre por volta dos 24 meses (*resolução da crise de reaproximação*), com o par mãe-criança encontrando sua distância ideal de funcionamento, graças à aquisição e desenvolvimento da linguagem, ao processo de internalização do bom e de regras e exigências (início do superego) e ao progresso da habilidade de expressar desejos e fantasias através do jogo simbólico. Por fim, a *constância do objeto emocional* é atingida, em função da internalização de uma imagem positivamente catexizada e constante deste objeto (unificação do objeto bom e mau em uma representação total), permitindo à criança um funcionamento em separado, pois a mãe é parcialmente substituída pela sua imagem interna. Nessa subfase o ego já se encontra mais

estruturado, havendo um sentido mais estável das fronteiras do *self*, além de uma primitiva identidade de gênero (Mahler, 1982; Mahler & cols., 2002).

A partir da teorização proposta por Mahler e colegas em relação ao processo de primeira individuação na infância, Blos (1994, 1996) a ampliou para a fase adolescente, uma vez que existem semelhanças entre as duas fases da vida em relação a este processo. Para o autor, a adolescência é um período vital que pode ser considerado como uma oportunidade de revisão, melhor elaboração e até mesmo resolução de muitos conflitos infantis. Nesse sentido, Blos (1994) refere, por exemplo, que o Complexo de Édipo seria retomado com toda a força na adolescência, tendo uma nova configuração nesse momento, uma vez que a maturidade fisiológica do jovem permitiria a concretização do incesto. No entanto, no mesmo momento em que o jovem revive suas relações primitivas com seus pais, ele necessita realizar um trabalho psíquico bastante doloroso, que corresponde à separação e diferenciação das imagens internalizadas dos mesmos. A isso o autor chamou de *segundo processo de individuação*. Mahler e colegas (Mahler, 1982; Mahler & cols., 2002) já haviam sugerido uma reedição deste processo na adolescência, quando o jovem deveria efetivamente distanciar-se dos pais.

Blos (1996) fez uma comparação do processo de segunda individuação do adolescente com aquele ocorrido na infância. Enquanto a criança parte de um estado de simbiose total e deve alcançar um estado de diferenciação física e psicológica eu/não-eu em relação à mãe, compreendendo a existência da mãe como um objeto e de si mesmo como um *self* separado, o adolescente deve extrapolar esta diferenciação para o social mais amplo. Ambos os processos são marcados pela ambivalência entre “o ir e o não ir além”, isto é, pela alegria em função das conquistas e libertação e, ao mesmo tempo, pela dor da perda do objeto. São também disparados pelo impulso maturacional, representado pelos progressos na locomoção e linguagem na infância, e pela maturação sexual na adolescência. Um outro ponto de comparação é o fato de que na infância o desligamento da mãe ou cuidador é de cunho físico, principalmente a partir da internalização de uma imagem da mãe, promovida pelo desenvolvimento da memória e do pensamento simbólico. Já na adolescência, o que vale é a deatexia destas imagens, o desligamento destes objetos internalizados, a fim de que o jovem possa seguir adiante, formando seu próprio grupo familiar. Tanto na infância quanto na adolescência, o desligamento promove a descoberta de outros objetos que serão amados ou odiados,

como brinquedos, pessoas, pares, etc., sendo que, na adolescência, estes outros aumentam em variedade.

Ainda, conforme Blos (1996), a individuação implica que a pessoa assuma as responsabilidades sobre seus atos e escolhas, ao invés de depositá-la em seus cuidadores ou responsáveis. Ademais, segundo o autor (Blos, 1994), o jovem se dá conta de sua limitação existencial e do final definitivo da infância, o que pode causar ansiedade, confusão e solidão. Por sua vez, a solidão e o abandono despertam a necessidade da proximidade humana. Assim, para Blos (1996), a mudança na catexia libidinal, decorrente do abandono dos objetos parentais infantis, faz com que o grupo adquira grande importância, pois a libido passa a ser direcionada e investida no mesmo, inclusive como substituto do superego parental, também enfraquecido neste momento. Além disso, o grupo alivia a culpa que se segue à emancipação da dependência de proibições e lealdades infantis, bem como facilita a associação do adolescente à nova geração, à qual deve pertencer. Os ídolos que surgem nessa fase também podem ser entendidos como substituição aos pais da infância, servindo apenas para manter o equilíbrio narcisista, sendo abandonados quando a libido passa a ser investida em novos relacionamentos genuínos (Blos, 1996).

Uma outra consequência desta decatexia dos objetos infantis seria o engrandecimento do *self* (Blos, 1996). Isso porque, conforme o autor, o amor pelos pais acaba sendo substituído pelo amor a si mesmo ou pela própria perfeição potencial. Este narcisismo exacerbado afeta o teste de realidade, servindo para contrabalançar o sentido de inexistência, especialmente o estado de desamparo, e o desespero, especialmente o estado de perda do objeto, vivenciados pelo adolescente nesse processo. Uma das manifestações desse movimento seria, segundo Blos, a constante mudança de humor do jovem. De outro modo, a libido objetal livre poderia ser dirigida para o corpo, causando preocupações hipocondríacas, ou para novos objetos de amor heterossexual, especialmente na adolescência propriamente dita (Blos, 1996). Apesar de na pré-adolescência o jovem iniciar tentativas de separação dos objetos infantis, com amizades intensas, íntimas e idealizadas com pessoas do mesmo sexo, é nessa nova etapa que ocorre a renúncia final e irreversível ao objeto de amor incestuoso. A primeira escolha de objeto é geralmente determinada por alguma semelhança física ou mental, ou diferença notável, com um dos genitores. Esses amores só se transformarão em amor

maduro, segundo Blos (1994), com a resolução progressiva do complexo de Édipo durante a adolescência.

O abandono dos objetos parentais internalizados pode ser difícil para o adolescente, segundo Blos (1996), também porque leva a uma desidealização do mundo infantil, o que pode ter um efeito devastador sobre o *self*, especialmente em relação ao narcisismo. Assim, o não abandono perpetua a crença na própria perfeição e na perfeição parental.

A constante atividade do adolescente pode ser entendida, conforme Blos (1996), como um esforço para se manter vinculado à realidade; fazendo coisas, o adolescente consegue o afeto e a agitação emocional que muitas vezes lhe garantem a integridade no meio deste processo de luto que tem que passar. Assim, é comum a necessidade de denegar o abandono pela ação. Em alguns casos, vê-se uma revolta, uma oposição e um negativismo intenso, ou um rompimento brusco com a família, enquanto que, em outros, um distanciamento físico, com o jovem indo morar em outro lugar, como se a separação externa tornasse dispensável o doloroso processo de separação interna. Essas são algumas das muitas manobras defensivas que podem ser usadas pelo adolescente neste período.

Caso o processo de individuação se desenvolva bem, para Blos (1996) isto favoreceria o amadurecimento do ego, pela capacidade de relacionamentos mais maduros, pela evitação de um retorno posterior à infância e pela possibilidade de surgimento de novas funções autônomas, como o pensamento. Ao mesmo tempo, se observaria uma modificação do superego, decorrente da decaída das imagens parentais edípicas e pré-edípicas. Enfim, toda a estrutura da personalidade se acomodaria. No entanto, como afirma o autor, somente um ego intacto pode efetuar essa reorganização, que exige uma regressão a serviço do desenvolvimento. Esta é necessária por permitir a revisão de situações infantis perigosas e opressoras, ou ainda, de dependências infantis retardadas, ansiedades e necessidades. O ego, se não estiver mais autônomo e voltado para a realidade, não conseguirá evitar o engolfamento regressivo no estágio indiferenciado, podendo até desencadear um estado psicótico. Esse é um risco que o adolescente corre, uma vez que seu ego encontra-se fragilizado em função da intensificação dos impulsos e da rejeição das imagens parentais, que significam, de outro modo, também uma perda de apoio para o adolescente, expondo a integridade ou a imperfeição de seu ego, antes disfarçada pelo apoio parental. Caso o processo da



segunda individuação não se desenvolva bem, haveria o impedimento, o retardo ou a restrição da descoberta de objetos extra-familiares, alerta Blos (1996).

A segunda individuação pode manifestar-se de forma diferente, dependendo do adolescente e seu grupo familiar. Felizmente, conforme Blos (1994, 1996), após a resolução deste processo, que se daria ao término da adolescência, se observa uma continuidade da relação do jovem com os pais contemporâneos, ao invés dos pais infantis, e, com isso, a possibilidade de vivenciar a terceira individuação, processo descrito a partir de agora.

O processo da *terceira individuação*, defendido por Colarusso (1990), ocorreria dos 20 aos 60 anos de idade, ocasionando uma maior elaboração do *self* e a diferenciação dos objetos. Tal processo tem como centro o vínculo objetal com o filho, o contínuo envolvimento heterossexual com um cônjuge e o vínculo com os próprios pais idosos, ou com suas representações, caso sejam falecidos. A terceira individuação seria um processo normal que ocorre em reação à involução e morte dos próprios pais, sendo afetada pela experiência individual na situação pais-filhos e pela ausência ou presença de psicopatologia. O autor compara a adolescência e a idade adulta em relação à perda dos objetos parentais, indicando que, enquanto na primeira etapa ela é fantasiosa, ocorrendo por um ativo desengajamento, na idade adulta muitas vezes a perda dos pais é real. Nos dois processos as representações parentais são substituídas por novas representações, mais atuais. Assim, na idade adulta, a separação-individuação esperada ocorreria em relação à família de origem e a nova família, constituída pelo casamento e procriação.

Cabe ressaltar que Colarusso (1990) aborda o processo no que tange à relação conjugal e à parentalidade biológica, não levando em consideração outros aspectos que possam estar envolvidos no mesmo. Para ele, a transição da segunda para a terceira individuação se daria entre o final da adolescência e o início da idade adulta, quando o indivíduo apresentaria uma aumentada capacidade de separação intrapsíquica e se encontraria engajado nas tarefas específicas da nova fase, baseadas em um funcionamento independente: morar sozinho, resolver tarefas diárias por si mesmo, ter vida sexual ativa e se preparar para a vida profissional. No entanto, a pessoa nesta idade, conforme Colarusso, seria um ser intrapsiquicamente solitário, porque, ao mesmo tempo em que não pode mais se apoiar nos pais para orientação, manutenção e direção, devido à modificação e até mesmo ao enfraquecimento das representações intrapsíquicas deles,

ainda não estaria envolvida com novos vínculos intensos (cônjuge e filhos), que substituiriam os vínculos objetais infantis. Para o autor, é essa solidão normativa que vai levar os adultos jovens ao preenchimento dos espaços deixados pelo abandono dos objetos infantis, pelo estabelecimento de uma nova família. Neste processo, através da identificação, eles vivenciarão o reencontro regressivo com os objetos infantis. Dessa forma, percebe-se que a parentalidade oportuniza uma situação na qual temas e relações infantis podem ser re-elaborados em relação às tarefas e conflitos desenvolvimentais específicos da idade adulta. Os adultos, enquanto pais, replicam a situação gratificante de intimidade com seus próprios pais da infância.

Assim, a parentalidade é a questão central da terceira individuação, porque é a extensão natural da continuidade biogenética na qual ocorrem os processos anteriores de individuação. O atual adulto, que um dia foi a criança simbiótica, usa sua maturidade física e sua crescente capacidade de intimidade para criar uma nova vida e assumir o papel parental no processo de separação-individuação. Tomar o papel ativo da situação promove a re-elaboração dos sentimentos infantis de passividade e submissão. Ao mesmo tempo, à medida que a criança cresce, os pais são forçados a moderar alguns aspectos de seu narcisismo e onipotência infantis residuais. O aumento da vulnerabilidade narcísica e a diminuição da onipotência são vivenciados concomitantemente como resultado da luta do adulto contra a limitação de tempo e os sinais do envelhecimento, além do fato inevitável da própria morte.

Colarusso (1990) comenta que o nascimento e o desenvolvimento do filho(a) repercutem de várias formas no processo da terceira individuação dos pais. Devido ao foco da presente pesquisa, cabe examinar os períodos compreendidos entre a gravidez e os anos pré-edípicos. Em relação ao primeiro período, o autor enfatiza que a concepção acrescenta uma nova dimensão à identidade sexual dos pais, pela confirmação de que os órgãos sexuais são capazes de desempenhar a função para a qual existem. Assim, a imagem corporal dos genitores é alterada para incluir a nova capacidade genital, expandindo o sentido de masculinidade/feminilidade. Além disso, a experiência de criar uma vida é narcisicamente gratificante, fato que perdura ao longo da interação com o bebê, que proporciona tanto uma sensação de completude sexual (parentalidade biológica), como estimula o desejo de fornecer um cuidado terno, tornando-se fortemente identificado com o *self* (parentalidade psicológica). A intensa fusão com o bebê completa a vivência da simbiose, especialmente para as mães. A parentalidade leva

também a uma maior complexidade do vínculo objetal ao cônjuge, pela necessidade de incluir na representação interna do mesmo uma nova dimensão como pai/mãe. O superego e o ideal de ego são também modificados, para incluir o conceito pessoal como pai/mãe e a expectativa de sucesso nesta tarefa. Para Colarusso (1990), ter um bebê também repercute na relação dos novos pais com seus próprios pais: os adultos reconhecem no que eles se parecem com seus pais (na capacidade de cuidar-se, de amar física e emocionalmente e de procriar). Além disso, completa-se o ciclo familiar, revertendo-se o papel infantil passivo. Mais especificamente, o fato de ter um bebê reativa a experiência infantil com a mãe pré-edípica ao contrário, pois a criança inicial agora é o adulto todo poderoso, controlando e dominando um bebê dependente e passivo. Isso estimula tanto instintos libidinais, de cuidado, ternura e amor, como agressivos, de controle, dominação e sadismo, em relação ao bebê. Estas interações emocionalmente intensas reativam no genitor todos os aspectos de sua primeira individuação, e é essa revivência da simbiose que fornece aos pais uma nova chance de engajamento e separação, agora com uma estrutura psíquica mais sofisticada.

Já quanto aos anos pré-edípicos, conforme Colarusso (1990), durante todo o seu desenvolvimento a criança gradualmente vai se individuando, até mesmo pela sua maior atividade, o que força o genitor a abandonar o controle total sobre o seu corpo e atividade física e mental, neutralizando seus sentimentos de onipotência e dominação sobre ela, já que se encontra identificada com o *self*. Percebe-se, então, que o papel parental expande o *self* do adulto, mas também estimula sua maior individuação em relação aos próprios pais. Nesse aspecto, três grandes temas emergem: 1) tornando-se pai, o indivíduo assume um papel que antes era exclusivo de seus pais, o que, de certa forma, o iguala a eles; 2) constantes comparações, conscientes e inconscientes, são feitas entre a forma como os novos pais estão cuidando do bebê e a forma como eles mesmos foram criados por seus pais, o que estimula a individuação e altera a estrutura psíquica, particularmente o ideal de ego, ao mesmo tempo em que reforça a continuidade e a conexão entre as gerações; 3) a individuação dos pais é aumentada pela habilidade de dar a eles algo único e importante para seu desenvolvimento – um neto, sua continuidade genética, o que faz com que o filho ganhe prestígio e poder em relação aos seus próprios pais, acarretando uma reversão dos papéis geracionais.

A partir da revisão teórica efetuada sobre o processo de separação-individuação, é possível perceber a complexidade do mesmo, bem como suas peculiaridades conforme

as diferentes etapas do desenvolvimento humano. Além disso, é possível constatar que este processo dura a vida inteira, sendo a última separação a nossa própria morte (Colarusso, 1990). Passa-se agora ao exame da questão da paternidade na adolescência, um dos eixos centrais do presente estudo.

### **Paternidade Adolescente: Estudos Teóricos e Empíricos<sup>3</sup>**

Nessa sessão são revisados diversos estudos teóricos e empíricos sobre a paternidade na adolescência, enfatizando-se as inconsistências e divergências dos achados e dos métodos utilizados por eles. Para tanto, os estudos revisados foram agrupados em torno de oito temas: preconceitos; fatores associados à paternidade adolescente, com ênfase na contracepção; conseqüências da paternidade adolescente; prontidão para a paternidade; vivência da gravidez e da paternidade, com ênfase nas dificuldades e aspectos positivos; relacionamento pai adolescente-bebê; interação pai adolescente-bebê, e, por fim, rede de apoio social.

Em relação ao primeiro tema, preconceitos, percebe-se que a literatura poucas vezes destaca uma preocupação específica com a paternidade adolescente, havendo uma grande escassez de estudos sobre o tema, especialmente em nosso meio. Conforme Fonseca (1998), existiriam pouco mais de uma dezena de artigos científicos sobre a questão. Em âmbito internacional, também não são muitos os pesquisadores que se dedicaram ao tema, sendo que os estudos encontrados geralmente foram realizados nas décadas de 70 e 90, tendo um enfoque principalmente social, enfatizando as diferenças entre grupos étnicos (brancos, negros e hispânicos).

Mesmo que os pais adolescentes, classificados segundo a OMS como aqueles com idade até 19 anos (Trindade & Menandro, 2002), sejam ainda classificados como ausentes, constata-se que esta já não é mais a única situação encontrada (Fonseca, 1998; Redmond, 1985; Trindade & Bruns, 1999), pois vários adolescentes vêm assumindo a paternidade e acompanhando suas namoradas, motivados por uma vontade pessoal e não somente por pressões familiares e/ou sociais. Como afirmam Elster e Lamb (1986), o

---

<sup>3</sup> Esta sessão foi adaptada da revisão da literatura elaborada pela pesquisadora para sua Dissertação de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS), intitulada "Paternidade na adolescência: Sentimentos, expectativas e a interação com o bebê", defendida em março de 2001, sob orientação do Prof. Dr. Cesar Piccinini. Partes desta sessão foram publicadas nos artigos "A interação pai-bebê entre pais adolescentes e adultos" (Levandowski & Piccinini, 2002), "Paternidade na adolescência e os fatores de risco e de proteção para violência na interação pai-criança" (Levandowski & cols., 2002) e "Paternidade na adolescência: Aspectos teóricos e empíricos" (Levandowski & Piccinini, 2004).

pai adolescente agora é visto como um componente essencial de um caro problema social. Percebe-se, dessa forma, que estes futuros pais necessitam ser conhecidos e terem atendidas as suas necessidades, para que possam desempenhar de forma mais efetiva este novo papel. O silêncio da sociedade em relação ao jovem pai pode ser entendido, de acordo com Fonseca (1998), como perverso, pois, ao anular socialmente a paternidade adolescente, acaba-se por legitimar a ausência paterna, dificultando-se ao adolescente pensar, prevenir ou assumir sua condição de pai. Para o autor, o silêncio em relação a este evento deve-se a uma percepção do futuro bebê como “sendo da mãe”, e a um reconhecimento do adolescente como sendo principalmente filho, ao invés de pai. Além disso, conforme Trindade e Menandro (2002), os próprios adolescentes mostram uma insegurança a respeito de sua importância e necessidade na vida dos filhos, considerando a relação mãe-filho mais importante e insubstituível, apesar dessa representação lhes causar desconforto. Assim, constata-se a existência de certo preconceito da sociedade em relação à paternidade na adolescência, refletido nos estereótipos encontrados em estudo conduzido por Robinson (1988), destacando-se: *o super ganhão*, homem vivido, que conhece na prática mais sobre sexo e sexualidade do que os outros adolescentes; *o Don Juan*, que explora as frágeis adolescentes e tira vantagem delas; *o macho*, aquele que não tem controle interno e que necessita provar sua masculinidade; *o fugaz*, inconstante, cujos relacionamentos são casuais, com pouco envolvimento emocional e *o pai fantasma*, aquele que se ausenta e se afasta do cuidado e da educação do filho e também da parceira. Contudo, Robinson (1988) ressalta que estes estereótipos não podem ser generalizados para todos os adolescentes, pois alguns deles envolvem-se física e psicologicamente com a mãe da criança e o bebê, o que também é apontado por Fonseca (1997, 1998).

Quanto aos fatores associados à paternidade adolescente, são citados na literatura: problemas escolares, incluindo desempenho insuficiente, repetência, desinteresse do jovem e dos pais na educação de seus filhos e/ou avaliações negativas feitas pelos professores (Dearden, Hale & Alvarez, 1992; Fagot, Pears, Capaldi, Crosby & Leve, 1998), baixo *status* sócio-econômico, comportamento anti-social e pouco disciplinador dos próprios pais, engajamento em um grupo de iguais desviante e comportamento anti-social (no caso, prisão, uso de drogas e tabagismo; Fagot & cols., 1998). No estudo de Trindade e Menandro (2002), realizado com oito pais jovens residentes na região da Grande Vitória, apareceram também como causas da gravidez o

desconhecimento e o não uso de métodos contraceptivos, ou seja, a negligência quanto à prevenção de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis. Em relação a esse aspecto, cabe comentar que a sexualidade masculina é frequentemente referida como “incontrolável”, não sendo da natureza do homem, mas sim da mulher, pensar em anticoncepção (Cabral, 2003). Além disso, os homens explicam a não proteção, eventual ou freqüente, pela imprevisibilidade das relações ou pelo desejo da mulher de engravidar (Cabral, 2003; Lima & cols., 2004; Trindade & Menandro, 2002).

Já as conseqüências da paternidade adolescente apontadas pela literatura seriam: baixo nível sócio-econômico (Nock, 1998), em virtude de menor remuneração, menor escolaridade, menor número de horas de trabalho ao ano, menor taxa de coabitação, problemas educacionais e abandono da escola (Marsiglio, 1986; Nock, 1998), delinqüência (Stouthamer-Loeber & Wei, 1998), aumento do nível de ansiedade (Buchanan & Robbins, 1990) e diminuição da auto-estima (Robinson & Frank, 1994). De acordo com Marsiglio (1986), a baixa escolaridade independe da etnia do pai adolescente e do fato de viver ou não com a criança. Dessa forma, o autor conclui que talvez os pais jovens já estejam fora da escola antes da ocorrência da paternidade. De fato, apesar de haver referência a prejuízos no desenvolvimento educacional e inserção precoce no mercado de trabalho (Trindade & Menandro, 2002), Heilborn e colaboradores (2002) não constataram mudanças significativas nas trajetórias escolar e profissional de adolescentes brasileiros de classes médias e populares em função da paternidade, em um estudo envolvendo adolescentes de 18 a 24 anos de três capitais brasileiras (Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre). Na classe média, o projeto educacional e ocupacional foi mantido, sendo os custos com o filho freqüentemente assumidos pela família do jovem, enquanto que, nas classes populares, um maior número de pais trabalhava e não estudava, sendo a entrada no mercado de trabalho anterior à paternidade, para o auxílio nas despesas da casa. Nesse caso, a paternidade serviu apenas para realçar a necessidade de uma atitude mais compromissada ou a busca de uma maior estabilidade no mundo ocupacional.

Os resultados diferentes entre os diferentes estudos revisados poderiam ser explicados por diferenças sócio-culturais, tendo em vista os diferentes países em que foram realizados (Brasil e EUA), bem como os diferentes momentos no tempo (década de 90 e de 80, respectivamente). Talvez para os jovens norte-americanos brancos, cujo padrão de vida é mais elevado, a paternidade precoce force a entrada no mercado de

trabalho e prejudique o desempenho acadêmico, comprometendo a vida ocupacional posterior, enquanto que, para os negros, em virtude das grandes diferenças étnicas existentes naquele país, seja um fator a mais de discriminação social, dificultando a escolarização e a profissão. Já no Brasil, a profissionalização, mesmo precoce, parece ser esperada e buscada pelos jovens da classe popular, não tendo a paternidade maiores efeitos sobre isso e, mesmo na classe média, pelo auxílio da família, o jovem pai não necessariamente tem que abandonar os estudos para entrar no mercado de trabalho. Entretanto, fica a dúvida se pesquisas norte-americanas mais atuais não mostrariam outra realidade a respeito do assunto, uma vez que os estudos de Nock (1998) e Marsiglio (1986) aqui citados basearam-se em dados longitudinais coletados com jovens de várias etnias durante os anos 80.

Uma outra consequência da paternidade da adolescência citada acima, o aumento da ansiedade, também é apresentada de forma inconsistente pela literatura. Por exemplo, apesar de Buchanan e Robbins (1990) encontrarem entre homens adultos jovens que tiveram uma namorada grávida na adolescência mais sinais de estresse do que entre aqueles que não tiveram, Robinson e Barret (1987) não encontraram diferenças significativas no autoconceito e ansiedade de pais adolescentes e adultos no contexto norte-americano. Entretanto, segundo Buchanan e Robbins, ser pai (independentemente de morar junto ou casar) apareceu como menos estressante e ansiogênico do que vivenciar um aborto. Porém, entre os negros, os índices foram menores do que entre brancos e latinos (*hispanics*) para qualquer resolução da gravidez (aborto, paternidade, casamento). Pode-se pensar que, tanto para os adolescentes negros norte-americanos, como para outros grupos étnicos, a paternidade não seja encarada como uma experiência negativa, e sim como uma marca do *status* adulto, não afetando, assim, o seu nível de ansiedade. Desse modo, a transição acelerada de papel social não traria efeitos tão deletérios, por ser encarada de forma positiva, o que poderia explicar os resultados contraditórios relativos à ansiedade em decorrência da paternidade.

No entanto, também não se pode deixar de mencionar o fato de que, no estudo transversal de Robinson e Barret (1987) foram usadas escalas para a mensuração dos dois conceitos (ansiedade e auto-estima), e os participantes podiam responder conforme o que gostariam de ser/pensar/sentir, e não conforme o que realmente estavam sendo/pensando/sentindo, até mesmo por não se darem conta de seu estado emocional. Diferentemente disto, o estudo longitudinal de Buchanan e Robbins (1990) combinou

instrumento padronizado (questionário) com entrevista, e utilizou grupos de comparação (etnias e diferentes resoluções da gravidez), oferecendo um melhor panorama da situação. De qualquer forma, um achado como o do estudo de Buchanan e Robbins, de maior ansiedade na idade adulta de homens que tiveram uma namorada que ficou grávida durante a adolescência, mostra que o fato de esses homens terem assumido a criança ou não (não mencionado no estudo), pode lhes trazer ansiedade, seja pelas exigências emocionais e/ou econômicas, com certeza maiores do que aquelas de homens adulto-jovens sem filhos, seja pela culpa justamente por não terem assumido o filho.

Um outro ponto de contradição encontrado na literatura se refere a outra consequência da paternidade adolescente citada anteriormente: a diminuição da auto-estima. No estudo de Robinson e Frank (1994), que investigou quantitativa e transversalmente esse aspecto entre jovens do sexo masculino e feminino (13 a 19 anos), foi constatada uma diferença significativa na auto-estima de pais adolescentes em comparação a adolescentes sexualmente ativos não pais, sendo menor o índice entre os pais adolescentes. Entretanto, Herzog, citado por Allen e Doherty (1996), comenta que os pais adolescentes teriam sua auto-estima elevada por tornarem-se pais. Também Goodyear, Newcomb e Allison (2000), em pesquisa realizada com 307 homens latinos (adolescentes e jovens adultos), dos quais 207 já haviam engravidado alguma jovem, constataram que, neste contexto étnico, a gravidez foi percebida como marca de masculinidade, levando a uma suposição de elevação da auto-estima. Nesse mesmo sentido, em uma pesquisa qualitativa conduzida por Cabral (2003), na cidade do Rio de Janeiro, com 15 rapazes de classe popular que assumiram a paternidade, o reconhecimento e o comprometimento com a parceira e a criança foram considerados como “tornar-se responsável”, “tornar-se homem”, pois, segundo o depoimento deles, “é preciso ser homem para assumir o que fez”. Assim, a paternidade apareceu como fator de incremento do processo de transição para a vida adulta e de elevação da auto-estima dos jovens. Percebe-se, assim, a partir destes estudos, que a auto-estima parece sofrer influência do meio social em que o jovem vive, pois, naqueles contextos em que a gravidez e a paternidade apareceram como prova de masculinidade e adulez, não houve nenhum prejuízo na auto-estima, diferentemente do que foi constatado no estudo de Robinson e Frank (1994). Nesse sentido, os próprios autores citam que os jovens que participaram de seu estudo participavam de um programa de intervenção voltado à integração familiar, e assim, a paternidade pode ter sido considerada por esses jovens



como um desapontamento às expectativas de pais e professores sobre eles, em função dos seus efeitos sobre seus planos futuros. Por outro lado, neste estudo foi utilizada uma medida objetiva de auto-estima, o que não ocorreu nos demais estudos, podendo haver diferença entre o depoimento subjetivo dos jovens sobre seus sentimentos acerca de si mesmos e a realização de uma avaliação mais objetiva. Também a amostra do estudo de Robinson e Frank (1994) era composta por jovens de menor idade, diferentemente dos demais estudos, podendo-se supor um impacto maior da paternidade para estes jovens, em função da pouca idade, ou ainda, um reflexo muito forte da transformação exigida pela situação, já melhor elaborada pelos adolescentes mais velhos.

O quarto tema abordado ao longo desta revisão de literatura é a prontidão para a paternidade. Por trás dos estudos realizados sobre o tema, existe a idéia da existência de um padrão de prontidão psicológica característico dos pais adultos. Conforme o estudo qualitativo feito por Trindade e Menandro (2002) mencionado anteriormente, todos os jovens de classe média sentiram-se despreparados para lidar com a situação de paternidade, considerando-se imaturos e inexperientes. Outros autores, como Allen e Doherty (1996) e Nunes (1998), encontraram dados que corroboram tais afirmativas, pois os participantes de seus estudos (negros norte-americanos e gaúchos, respectivamente) projetavam tornarem-se pais em idade mais avançada que as suas, percebendo-se como sendo pais muito precocemente. Também os jovens cariocas participantes do estudo de Cabral (2003) consideraram que a gravidez ocorrera num momento inoportuno, pela falta de condições materiais ideais para serem chefes de família. Por fim, no estudo conduzido por Westney, Cole e Munford (1986) com 28 futuros pais adolescentes norte-americanos (15 a 18 anos), a partir de um questionário, a maioria (75%) não se percebeu como estando pronto para a paternidade ou estava indecisa quanto à prontidão (21%). Muitos deles (75%) projetavam se tornar pais com 20 anos de idade ou mais. A questão da não prontidão parece se refletir na reação inicial dos adolescentes à notícia da gravidez, em geral negativa, ou ambivalente (tristeza, choque, surpresa, medo; Dallas & Chen, 1998; Levandowski, 2001; Trindade & Menandro, 2002; Westney & cols., 1986). Como uma resposta inicial positiva à gestação parece predizer uma maior facilidade no ajustamento à paternidade (Elster & Panzarine, 1983), se poderia pensar que os pais jovens estariam em uma situação de risco.

A falta de prontidão psicológica dos adolescentes pode ser decorrente da menor racionalidade de suas decisões, da sua menor habilidade para fazer julgamentos morais e cognitivos e do seu menor conhecimento sobre o desenvolvimento infantil (Belsky & Miller, 1986). Para Cochran (1997), muitos pais adolescentes negros também possuem expectativas irreais sobre sua habilidade para cumprir com suas obrigações paternas, o que colabora para a sua falta de prontidão. Uma outra razão para a ambivalência e a não prontidão dos adolescentes, de acordo com Teti e Lamb (1986), é o fato de a paternidade significar a continuação do controle dos pais e da sociedade sobre si mesmos, frente ao desejo de estabelecer autonomia, principalmente entre os meninos, que geralmente recebem menor supervisão parental e são mais encorajados a serem independentes desde pequenos.

No entanto, a não prontidão para a paternidade não é fato único na literatura. De acordo com Trindade e Menandro (2002), os jovens pais de classe popular não mencionaram falta de prontidão para a paternidade, ao contrário dos jovens de classe média. Também no estudo de Westney e colaboradores (1986) alguns adolescentes se consideraram prontos para a paternidade. No estudo de Hendricks e Montgomery (1983), realizado com 47 jovens pais negros não casados, em duas cidades diferentes no contexto norte-americano (zona urbana e rural), 40% dos jovens entrevistados no meio urbano se considerava pronto para ser pai, e 65% dos jovens no meio rural se considerava ao menos um pouco pronto para ser pai. Em avaliação retrospectiva, inclusive alguns se consideraram mais prontos inicialmente do que imaginavam na época.

Conforme bem apontam Westney e colaboradores (1986), para a avaliação de prontidão, os jovens levam em conta vários critérios, tais como estado emocional, financeiro, educacional, social, cronológico, ocupacional, etc. Assim, os diferentes achados apresentados pelos diferentes estudos correspondem a avaliações diferentes desses critérios pelos participantes. Com isso, percebe-se que a questão econômica não parece ser o único fator considerado na avaliação da prontidão do adolescente. Ao contrário, o fator que parece ter tido mais peso, a partir dos resultados expostos, foi a questão da preparação emocional para a paternidade. Nesse sentido, jovens do meio urbano ou de classe média, que não tinham a gravidez em seus planos, parecem ter se sentido mais despreparados para as mudanças de vida trazidas pela situação. Contudo, não se pode esquecer que somente os estudos de Westney e colaboradores (1986) e

Hendricks e Montgomery (1983) investigaram de forma objetiva a prontidão para a paternidade. Nos demais estudos (qualitativos), essa questão emergiu das falas dos participantes. Um outro aspecto que deve ser levado em consideração é que a grande maioria dos jovens fez essa avaliação retrospectivamente, pois em todos os estudos, com exceção daquele feito por Westney e colaboradores (1986), eles já eram pais. Assim, enquanto alguns jovens avaliaram a experiência e sua preparação a ela no plano imaginário, outros já a estavam vivenciando, o que pode também ter confundido suas percepções quanto à avaliação inicial e as dificuldades experienciadas no decorrer do exercício da paternidade, o que, por sua vez, acaba interferindo na avaliação de sua prontidão para a situação.

Já quanto à vivência da gravidez e da paternidade, quinto tema abordado nesta revisão de literatura, o estresse foi um aspecto apontado por alguns estudos, que indicaram que os adolescentes vivenciariam maiores estresses do que os futuros pais adultos, em função de sua etapa de vida (Elster & Hendricks, 1986; Robinson, 1988). Por exemplo, Elster e Panzarine (1983) investigaram os principais estressores para futuros pais jovens norte-americanos, encontrando como os mais proeminentes: preocupações profissionais e educacionais, especialmente como eles dariam suporte financeiro para sua nova família, como manteriam ou adquiririam um emprego e como terminariam a escolarização; preocupações em relação à saúde da gestante e do bebê e com o parto; preocupações envolvendo suas atitudes como pais, incluindo questões de disciplina e cuidados; preocupações com problemas nas relações, especialmente problemas com suas parceiras, amigos, pais, ciúme da atenção que o bebê estava recebendo, inveja da liberdade de seus pares e preocupações pela saúde de seus próprios pais. Entretanto, alguns jovens relataram menos estresse que outros, especialmente aqueles que haviam antecipado a gestação, tinham uma relação amorosa mais duradoura com suas parceiras e souberam da gravidez desde o início.

Outro aspecto difícil para os pais adolescentes durante a vivência da gravidez seria, conforme Dallas e Chen (1998), a aceitação das mudanças do corpo, do humor e do comportamento da gestante. Além disso, os mesmos autores constataram certa confusão entre jovens norte-americanos negros sobre o que esperar da paternidade e sobre seu papel durante a gestação, ao mesmo tempo em que outros jovens consideravam a paternidade como um importante papel, que só poderia ser preenchido completamente por um homem. Mais especificamente quanto às competências da

paternidade, os pais citaram como tarefas o cuidado da criança (afeto, direção e disciplina, alimentação, troca de roupa, ida ao médico) e o apoio financeiro e com as tarefas domésticas, sendo citados principalmente como provedores, mas também como cuidadores. Para os pais adolescentes do estudo de Trindade e Menandro (2002), ser pai envolvia preocupação e responsabilidade: trabalhar para sustentar o filho, brincar com ele, educar e preparar para o futuro, além de ser presença constante, fonte de carinho, amor e atenção. Nesse sentido, percebe-se que os pais adolescentes enfrentam muitas questões semelhantes às de pais adultos, apesar de terem menos recursos que eles. De fato, Rothstein (1978) comenta que o adolescente pode experimentar questões universais da paternidade, com uma variante particular ao seu estágio de desenvolvimento.

Também dentro das dificuldades quanto à vivência da gestação e da paternidade encontra-se o fato de o adolescente ter que passar a vivenciar simultaneamente dois papéis sociais opostos: adolescência e paternidade (Elster & Hendricks, 1986; Nunes, 1998; Robinson, 1988). Em um estudo com oito pais adolescentes gaúchos, Nunes (1998) encontrou este paradoxo: o fato de ter filhos confrontou os pais com a privação da liberdade, por terem que dar assistência ao recém-nascido. Os adolescentes tiveram que abdicar do papel adolescente (fazer festa, ficar com as meninas, ensaiar um comportamento sexual) para cumprir o papel paterno (responsabilidade, privação das festas e saídas noturnas, necessidade de trabalho remunerado), enfrentando, inclusive, preconceitos e pressões da família e sociedade em geral. Também no estudo realizado por Harris (1998), no contexto norte-americano, os adolescentes mencionaram como aspectos negativos ligados à paternidade o aumento de responsabilidades e o fato de terem que deixar de fazer várias coisas que gostavam. No contexto brasileiro, o estudo de Trindade e Menandro (2002), mencionado anteriormente, encontrou resultados semelhantes: os adolescentes pesquisados não haviam planejado a gravidez, e a maioria deles mencionou como aspectos negativos de tornar-se pai a maior responsabilidade e a redução da liberdade, pela diminuição de contatos sociais e perda de programas com os amigos, bem como por situações de constrangimento vivenciadas, tais como pressões e cobranças. Segundo as autoras, os jovens pareciam sentir a privação de vivências cruciais para o seu desenvolvimento, tendo alguns deles muitas dificuldades na construção da paternidade, enquanto que, para outros, tal processo nem chegou a ser construído. Além disso, o peso das responsabilidades econômicas e psicológicas pode por à prova a personalidade do indivíduo. Assim, os jovens têm como tarefa maior

manter intacta sua auto-estima e sua identidade, fugindo dos rígidos estereótipos e papéis impostos socialmente (Nunes, 1998). No caso, em nossa sociedade, cabe ao homem a provisão material da família; o cumprimento com sucesso deste papel é uma das maiores provas de masculinidade (Siqueira & cols., 2002; Teti & Lamb, 1986; Trindade & Menandro, 2002).

De fato, Cabral (2003) comenta que, para os adolescentes, a contribuição financeira para o sustento da família é sentida como uma obrigação moral. Entretanto, esta contribuição não só é importante moralmente, mas também para a construção da identidade masculina, afora o fato de possibilitar autonomia financeira em relação aos pais, bem como o consumo de bens materiais. Assumir um filho inclui prover as necessidades da própria criança, o que cria para os pais adolescentes grandes pressões, pois eles não têm ainda um nível de escolaridade que proporcione um emprego satisfatório. Desta forma, parece mais desejável, para muitos deles, escapar das responsabilidades da paternidade. De fato, segundo Cochran (1997), a renda e o estado laboral dos pais parecem ser os fatores preditores mais importantes para o valor atribuído ao papel paterno, e não a idade ou a escolaridade.

Entretanto, ainda em relação à vivência da gravidez, mencionada acima como sendo geralmente negativa, encontraram-se também investigações que apontaram para experiências positivas vividas pelos adolescentes na transição para a paternidade, demonstrando não haver unanimidade entre os autores quanto ao assunto. Por exemplo, no estudo conduzido por Hendricks e Montgomery (1983), aproximadamente 60% dos 47 pais adolescentes negros por eles investigados indicou que a experiência de ser pai mudaria sua vida de forma positiva. Resultado semelhante foi encontrado por Redmond (1985), cujos entrevistados (jovens canadenses) consideravam a paternidade uma experiência positiva quando a dupla havia planejado a gravidez e desejava cuidar da criança. Contrariando os estereótipos negativos, os pais adolescentes negros norte-americanos do estudo de Allen e Doherty (1996) mencionaram o significado positivo da paternidade, utilizando metáforas espirituais para descrever o tornar-se e o ser pai, como, por exemplo, ver o filho como uma dádiva divina. Além disso, consideravam que ser pai era uma experiência que estava modificando sua vida para melhor, contribuindo para o seu desenvolvimento como pessoa, mesmo estando conscientes dos desafios e problemas associados à situação. Trindade e Menandro (2002), em pesquisa qualitativa conduzida no contexto brasileiro, também comentaram que, para esses jovens, a

paternidade trouxe amadurecimento pessoal, havendo um sentimento de satisfação com a condição de ser pai, e de orgulho por assumir a criança e estabelecer com ela uma relação afetiva. Também no estudo de Dellmann-Jenkins, Sattler e Richardson (1993), para a maioria dos sete pais adolescentes norte-americanos por eles entrevistados, os estresses da parentalidade estavam sendo bem enfrentados. A grande maioria referiu sentir-se segura e confiante no desempenho de várias atividades envolvendo o papel parental, tais como cuidados diários e disciplina.

As diferenças quanto à avaliação da vivência da paternidade pelos jovens, encontradas na literatura, podem ser decorrentes de vários fatores. Primeiramente, fica evidente que estudos qualitativos (ex. Allen & Doherty, 1996; Dallas & Chen, 1998; Trindade & Menandro, 2002) apontam tanto experiências positivas quanto negativas entre os jovens, enquanto que aqueles que tratam de revisões da literatura (ex. Elster & Hendricks, 1986; Robinson, 1988), ou cujo delineamento é quantitativo (ex. Elster & Panzarine, 1983), tendem a apontar apenas os aspectos negativos dessa experiência. Pensa-se que a abordagem dos sujeitos através de uma entrevista parece ser mais adequada para a emergência de relatos de satisfação, e não apenas de dificuldades, muitas vezes apontadas de antemão nos questionários e demais instrumentos utilizados nas pesquisas quantitativas.

Outro aspecto que também precisa ser destacado é o cultural. Por exemplo, no contexto brasileiro, as experiências foram avaliadas mais positivamente do que nas pesquisas realizadas em outros países. Talvez ser pai adolescente no Brasil seja uma experiência menos dolorosa e constrangedora do que ser pai em outros lugares do mundo, em função dos valores sociais, familiares e econômicos de cada país. Além disso, as avaliações de uma experiência como positiva ou negativa passam por critérios pessoais, que podem variar enormemente entre os participantes, em função de seus planos de vida, do apoio social que recebem, de suas expectativas pessoais, etc. E até mesmo os próprios pesquisadores podem rotular alguns depoimentos ou dados dos estudos como positivos ou negativos, segundo seus próprios critérios pessoais. De qualquer forma, os dados de vivências negativas indicam que, para alguns adolescentes, a adaptação à experiência parece ser realmente difícil, enquanto que, para outros, não. Obviamente também alguns jovens podem ter exagerado sua avaliação positiva da paternidade, talvez até mesmo como uma defesa contra os sentimentos de tristeza e frustração decorrentes da experiência. Por outro lado, os jovens mais envolvidos com a

gravidez e a paternidade podem realmente sentir menos dificuldades, por terem acesso também aos aspectos positivos da mesma, a partir do contato com o filho, o que reforça a confiança em suas capacidades pessoais. Pode-se pensar, ainda, que inicialmente a tendência é haver um sentimento negativo frente à situação, mas que, durante o processo de gravidez e paternidade, esse sentimento se transforme positivamente, fato encontrado no estudo conduzido por Levandowski (2001) com jovens gaúchos. Entretanto, nada impede que, à medida que a criança cresce, mudem as habilidades exigidas dos pais e surjam novos desafios que façam variar a satisfação do adolescente com a paternidade.

Passando-se agora ao tema do relacionamento pai adolescente-bebê, foram encontradas na literatura duas tendências, que poderiam ser mencionadas como conviver ou não conviver com a criança. Por um lado, percebe-se que os adolescentes acreditam que podem influenciar positivamente a vida de seu filho, pela manutenção de contato e envolvimento (Dallas & Chen, 1998). Em vários estudos que investigaram o tema, os adolescentes referiram uma convivência freqüente com o filho, um afeto positivo pelo mesmo e um relacionamento bastante próximo, mesmo não morando com ele (Allen & Doherty, 1996; Nunes, 1998; Rhein & cols., 1997; Trindade & Bruns, 1999). Muitos estudos indicaram a felicidade dos jovens na convivência com o filho (Allen & Doherty, 1996; Nunes, 1998; Trindade e Bruns, 1999), bem como seu desejo de envolvimento com o mesmo (Rhein & cols., 1997; Robinson, 1988). Assim, o nascimento parece dirimir as dúvidas e perplexidades vividas no momento da descoberta da gestação (Trindade & Bruns, 1999), com a limitada competência financeira e a falta de experiência de vida não chegando a inibir a habilidade dos jovens para amar a criança (Dallas & Chen, 1998). De fato, conforme Christmon (1990b), a grande participação dos pais adolescentes na vida de suas crianças tem sido largamente ignorada. Dizer que o jovem pai tem pouco contato com seu bebê parece ser um preconceito, uma concepção errônea veiculada socialmente (Parke, Power & Fisher, 1980), pois, a partir de uma revisão de literatura, Coley e Chase-Lansdale (1998) encontraram que, apesar das baixas taxas de casamento e alta incidência de divórcio entre casais adolescentes, pelo menos 50% dos pais vive com sua criança algum tempo depois do nascimento. Além disso, muitos vêem suas crianças regularmente, ao menos durante os primeiros anos. Para Parke e colaboradores (1980), também a partir de uma revisão da literatura, estes jovens muitas vezes estabelecem uma relação “estável” com

a criança, mesmo depois de terem estado separados dela por um grande período de tempo, durante o qual normalmente terminam a escolarização e conseguem um emprego melhor. A falta de contato inicial, entretanto, não impede o desenvolvimento de uma relação satisfatória pai-criança, que influencie positivamente o desenvolvimento posterior da mesma. Nesse sentido, conforme Christmon (1990b), a auto-imagem do adolescente seria uma influência importante no seu desejo de envolvimento com o bebê, pois a melhor auto-imagem indicaria a resolução dos conflitos adolescentes, que podem esconder o desejo do jovem de assumir responsabilidades frente à criança e sua aptidão para a paternidade. As expectativas pessoais em relação ao papel paterno também parecem influenciar o desejo de assumir responsabilidades frente à criança.

Por outro lado, pela necessidade de lidar com problemas de natureza variada, em muitos casos os adolescentes podem ter suas aspirações em relação ao envolvimento com a criança diminuídas (Allen & Doherty, 1996; Rhein & cols., 1997). A análise dos dados do estudo conduzido por Fagot e colaboradores (1998), em contexto norte-americano, com jovens em situação de risco social, corroborou estes achados, pois revelou que menos da metade das crianças vivia com seu pai biológico aos 2 anos de idade, e que 40% delas não tinha contato com o pai. Também no estudo realizado por Allen e Doherty (1996) os jovens mencionaram conhecer outros jovens que não haviam assumido a paternidade. As maiores dificuldades enfrentadas pelos pais adolescentes no exercício da paternidade parecem ser: o aumento da responsabilidade, que pode sobrecarregá-los (Allen & Doherty, 1996), a educação da criança (Dellmann-Jenkins & cols., 1993), a falta de recursos financeiros, que ocasiona uma dependência de outros para o sustento material do bebê (Dallas & Chen, 1998; Hendricks, 1980, 1988), o sentimento de falta de maturidade e de frustração, por tentarem conciliar o cuidado da criança e a vivência da adolescência (Dallas & Chen, 1998), a perda da liberdade (Cabral, 2003; Hendricks, 1980, 1988), os conflitos com a mãe do bebê (por exemplo, a mãe da criança querer se casar antes que ele termine a escolarização, ressentimentos da mãe da adolescente em relação a ele; Hendricks, 1980, 1988; Trindade & Menandro, 2002) e com vários membros da família da parceira, especialmente o pai dela, o fato de não encontrar um bom cuidador para o bebê, não poder vê-lo quando quiser, não ser capaz de freqüentar a escola (Hendricks, 1980, 1988) e usar drogas (Rhein & cols., 1997). Assim, de modo geral, o que parece é que muitos pais adolescentes querem se envolver e, quando não o fazem, seria por considerarem as demandas e



responsabilidades da paternidade muito grandes frente às suas habilidades pessoais (Allen & Doherty, 1996; Dennison & Coleman, 1998), por desconhecimento da gestação da companheira ou pela crença de não serem o pai do bebê (Dennison & Coleman, 1998). A paternidade parece nem sempre ser vista como um desastre; apesar de aparecerem sentimentos negativos, os pais procuram se adaptar à nova situação (Trindade & Menandro, 2002). De qualquer forma, cabe ressaltar que o cuidado realizado por pais adolescentes muitas vezes não seria autêntico, pois muitos assumiriam a paternidade pressionados pela família, e não por uma consciência pessoal quanto à sua responsabilidade (Trindade & Bruns, 1999). E, de outro modo, alguns pais adolescentes podem mesmo desejar escapar das responsabilidades, abandonando a jovem e a criança (Dennison & Coleman, 1998).

Em resumo, quanto à convivência ou não com a criança, a partir de uma análise dos estudos revisados, ficou evidente um viés na seleção dos participantes nos estudos qualitativos (ex. Dallas & Chen, 1998; Trindade & Bruns, 1999), pois os jovens que deram seu depoimento eram todos pais que haviam assumido o filho. Já os dados de pais que não assumiram a paternidade adolescente foram obtidos através de outros meios, indiretos: por estudo de revisão de literatura (ex. Dennison & Coleman, 1998), pelo depoimento dos pais em relação a outros jovens conhecidos deles (ex. Allen & Doherty, 1996), por estudo longitudinal com adolescentes, sendo que alguns deles se tornaram pais no decorrer do estudo (ex. Fagot & cols., 1998) e por depoimento de outras pessoas, além dos próprios pais adolescentes (ex. Rhein & cols., 1997). Em relação aos estudos qualitativos, o depoimento dos próprios pais adolescentes foi basicamente a única informação obtida. De modo geral, não foi feito um levantamento mais objetivo quanto ao número de horas em contato com a criança, atividades desenvolvidas, etc., que permitisse confirmar a idéia de envolvimento e participação do adolescente na vida dos filhos, aspecto levado em conta apenas no estudo de Rhein e colaboradores (1997). De qualquer modo, declarações de outras pessoas, especialmente familiares dos jovens, também devem ser consideradas com cautela, porque podem estar nelas embutidas muitas mágoas e conflitos pessoais com os adolescentes, que acabariam mascarando seu envolvimento com a paternidade. Por outro lado, os dados conseguidos indiretamente, especialmente através da revisão de literatura, não conseguem analisar a totalidade do fenômeno, pois muitos estudos devem ter retratado a ausência destes jovens frente à paternidade por não terem conseguido acessá-los, e não por eles

simplesmente não existirem ou desaparecerem subitamente da vida da jovem mãe. De qualquer modo, parece ficar evidente, entre a grande maioria dos jovens pais, uma vontade de assumir a criança e ter contato com a mesma, que nem sempre se mantém, por diversas razões, que competem não somente ao pai adolescente, mas a todo o contexto em que ele está inserido.

Nesse sentido, uma explicação fornecida por Christmon (1990a) e Teti e Lamb (1986), em relação à ambivalência destes pais, se refere ao fato de os jovens estarem desenvolvendo seu papel sexual como homens, o que os faz evitar quaisquer comportamentos de cuidado, considerados femininos. Para Teti e Lamb (1986), quando as incertezas da maturação sexual e da formação da identidade são resolvidas, os jovens podem ampliar suas concepções do papel sexual masculino e sentirem-se menos ameaçados pela expressão de comportamentos afetivos. Além disso, como a adolescência é uma fase de consolidação da identidade, um pai adolescente com uma identidade difusa pode encontrar dificuldades em ser pai e marido efetivo. Por exemplo, pode passar a competir com sua criança pela atenção da parceira, sentindo-se ameaçado pelo interesse dela pelo bebê (Montmayor, 1986). Por outro lado, o tornar-se pai na adolescência afeta o desenvolvimento subsequente da identidade, por forçar o adolescente a fazer certas escolhas, limitando as oportunidades de vida.

Tratando mais especificamente da interação pai-bebê, outro tema abordado nesta revisão da literatura, de acordo com Lamb e Elster (1986), a situação encontrada assemelha-se àquela citada para as mães adolescentes. Sua habilidade para interagir de forma responsiva e sensível ao bebê poderia ser afetada pelo seu nível de desenvolvimento cognitivo (Marsiglio & Cohan, 1997; Sadler & Catrone, 1983; Young, 1988), pelo parco conhecimento sobre o desenvolvimento infantil (Allen & Doherty, 1996; Harris, 1998; Lamb & Elster, 1986; Marsiglio & Cohan, 1997), pelas características do bebê (Jorgensen, 1993; Marsiglio & Cohan, 1997), pela quantidade de estresse vivenciado e capacidade de lidar com ele, em função da vivência simultânea da adolescência e da paternidade (Christmon, 1990a; Lamb & Elster, 1986; Russell, 1980), e pela presença ou não de uma rede de apoio social (Lamb & Elster, 1986). Mais especificamente em relação ao desconhecimento sobre o desenvolvimento infantil, este poderia ser limitado a algumas áreas (Parke & cols., 1980), sendo decorrente da menor escolaridade dos jovens ou da menor quantidade de contato e experiências com crianças (Dennison & Coleman, 1998; Lamb & Elster, 1986; Marsiglio & Cohan, 1997; Young,

1988). De fato, a literatura aponta que as experiências prévias com cuidado infantil aumentariam a probabilidade de envolvimento paterno entre pais adultos (Cabrera, Tamis-LeMonda, Bradley, Hofferth & Lamb, 2000). Entre adolescentes, os achados do estudo de Westney, Cole e Munford (1988) confirmam esta idéia, pois quanto mais os jovens norte-americanos tinham conhecimento sobre o bebê, mais esperavam oferecer apoio para ele e para a gestante após o nascimento. Além disso, conforme Lamb e Elster (1986), o conhecimento afetaria não só as atitudes em relação à criança, como também a satisfação com o papel parental. A partir de uma revisão da literatura, Robinson (1988), citando um estudo de De Lissovoy, refere que os conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil dos pais adolescentes não seriam realísticos, portanto, suas expectativas sobre o bebê também não o seriam, se baseadas neste quesito, geralmente esperando mais do que os bebês seriam capazes de fazer. Isso os levaria a ter atitudes impacientes e intolerantes, que freqüentemente resultariam em disciplinamento físico punitivo. Este mesmo artigo é mencionado também na revisão da literatura levada a cabo por Robinson e Barret (1987). Contudo, pode-se pensar que, pela data de realização do estudo, ele não estaria refletindo a realidade da interação dos pais jovens com seus filhos atualmente, haja vista toda a transformação social da paternidade nos últimos anos no sentido de maior afetividade e envolvimento entre pais e filhos (ver Ramires, 1997).

De qualquer forma, um aspecto bastante mencionado na literatura referente à interação pai adolescente-bebê é a ocorrência de maus tratos em relação à criança. Em uma revisão de estudos feita por Jorgensen (1993), encontra-se a idéia de que os jovens estariam mais propensos a maltratar seus filhos, por terem expectativas irreais sobre o comportamento e o desenvolvimento da criança, vivenciarem estresses familiares, conjugais e profissionais, bem como frustração por não atingirem seus objetivos educacionais e ocupacionais, terem insegurança econômica e baixa renda, além de isolarem-se dos amigos como resultado da gravidez. Conforme Robinson (1988), os pais adolescentes preencheriam os critérios do perfil de pais adultos abusadores, quais sejam: gravidez não planejada, bebê com problemas perinatais ou com defeitos congênitos, e criança como meio para a satisfação de necessidades não atendidas. Somado a isso, segundo Bolton e Belsky (1986), as taxas de nascimento entre adolescentes são maiores entre os grupos sócio-econômicos considerados de maior risco, no caso, de menor nível sócio-econômico e menor apoio social. Dados nesse

sentido foram encontrados por Fagot e colaboradores (1998), investigando longitudinalmente, através de métodos variados, 206 garotos norte-americanos em situação de risco, dos quais 35 se tornaram pais adolescentes. Estes mostraram um índice maior de prisões e uso de substâncias, bem como, investigando a história de saúde da criança, os filhos eram geralmente pré-termos e haviam sofrido graves danos corporais, que não queimaduras ou cortes. No entanto, os autores não especificaram o que seriam estes danos corporais, e comentam que talvez consultas a pediatras ou a hospitais indicassem um índice maior de violência contra a criança. Contudo, não se pode esquecer que estes jovens já se apresentavam em situação de risco antes da ocorrência da paternidade, portanto, esta pode apenas ter exacerbado a situação, sendo óbvio que nestas condições o exercício da paternidade não seria dos mais adequados, a começar pelos aspectos pessoais, afora os sociais.

Ainda conforme os estudos revisados por Bolton e Belsky (1986), os pais adolescentes estariam em posição de maior risco do que as suas companheiras, por enfrentarem pressões maiores, tenderem a ser mais violentos e a usar álcool e drogas, terem seus planos mais severamente cortados pela gravidez, sentirem-se mais isolados da criança e de sistemas de apoio e pensarem que não têm capacidade para contribuir ativamente na vida de sua criança. Entretanto, dados contrários a esta afirmativa foram encontrados no estudo realizado por Harris (1998) com 22 mães adolescentes e seis pais adolescentes negros, a partir de entrevista estruturada e grupo focal, uma vez que as jovens se mostraram mais propensas a utilizar a punição física do que os pais. Desse modo, pode-se pensar que tanto as jovens quanto os pais adolescentes estariam em posição similar de risco para a violência. Contudo, as mães poderiam estar em posição de maior risco, em função de geralmente arcarem com o cuidado diário da criança, o que, por si só, é um fator bastante estressante. Por outro lado, os jovens participantes do estudo de Harris podem não ter sido muito verdadeiros em suas declarações, a fim de mostrar uma imagem positiva de si mesmos.

Entretanto, como Bolton e Belsky (1986) também enfatizam, as expectativas de alta incidência de maus tratos entre pais adolescentes não têm sido confirmadas nas estatísticas oficiais e em outros estudos por eles revisados, porque os fatores de risco do pai, da criança e do ambiente presentes entre os adolescentes nem sempre teriam uma intensidade suficiente para que a violência fosse deflagrada, ou porque os pais jovens podem apresentar estratégias para lidar com eles, bem como fatores de proteção (por

ex., apoio familiar). Parece, mais uma vez, que também nesse ponto, em virtude dos escassos conhecimentos sobre a relação pai adolescente-bebê, muitas vezes são aplicados conhecimentos adquiridos entre pais adultos, que não refletem a verdadeira configuração dos fatos entre os adolescentes (Bolton & Belsky, 1986; Levandowski & cols., 2002).

Apesar de todos estes fatores que podem influir negativamente na interação pai adolescente-bebê, quando o comportamento de pais adolescentes é comparado ao de pais adultos, as poucas pesquisas existentes sobre o tema mostram muitas semelhanças entre os mesmos (Lamb & Elster, 1985; Lamb & cols., 1986; Levandowski & Piccinini, 2002). Assim, a idade parece ser um determinante muito menos importante da qualidade do comportamento parental do que uma variedade de fatores sócio-ecológicos e de personalidade freqüentemente correlacionados com a idade parental, obscurecendo, assim, as relações envolvidas. Robinson (1988), revisando pesquisas realizadas com pais adolescentes, também aponta que eles não difeririam psicologicamente dos pais adultos. Sendo assim, mesmo enfrentando dificuldades pessoais, eles conseguiriam permanecer com suas parceiras e interagir adequadamente com o bebê, ainda mais quando auxiliados (Cochran, 1997; Marsiglio & Cohan, 1997; Robinson, 1988; Sadler & Catrone, 1983; Young, 1988). Como apontam Allen e Doherty (1996), os pais adolescentes poderiam oferecer benefícios diretos para a criança, como o fornecimento de comida, roupa e o preenchimento das necessidades materiais da criança, bem como a disponibilidade emocional, que os ajudaria a desenvolver um senso de confiança (Cabrera & cols., 2000). O pai adolescente também poderia oferecer benefícios indiretos, que seriam as diferentes formas de apoio para a mãe adolescente, em especial o emocional e o financeiro (Allen & Doherty, 1996). O apoio emocional é importante entre os adolescentes, tendo em vista os preconceitos que podem enfrentar, e os conflitos que podem surgir entre a mãe adolescente e sua família, em decorrência da gravidez.

Voltando-nos agora para a rede de apoio social dos pais adolescentes, último tema incluído nesta revisão da literatura, destacam-se inicialmente estudos sobre a família dos pais adolescentes. Com respeito às características da família de origem, a literatura aponta um padrão de relação familiar característico, semelhante ao encontrado entre as mães adolescentes. Haveria uma relação bastante próxima com a própria mãe, considerada a fonte principal de apoio, enquanto que o pai seria emocional e/ou

fisicamente ausente (Allen & Doherty, 1996; Christmon, 1990b; Dallas & Chen, 1998; Elster & Hendricks, 1986; Trindade & Bruns, 1998; Westney & cols., 1986). Esta situação poderia influenciar negativamente o adolescente, por receber uma mensagem de que em seu futuro papel não necessitaria se envolver com o bebê, por ser esta uma tarefa feminina (Teti & Lamb, 1986). Nesse sentido, Christmon (1990a) encontrou, entre pais adolescentes negros norte-americanos, uma influência de sua relação e atitudes em relação à família de origem no seu desejo de envolvimento com o bebê.

Para Trindade e Bruns (1999), a presença de um modelo de atuação paterna auxilia o rapaz na sua vivência como pai, possibilitando-lhe um parâmetro de como agir. O pai pode ser utilizado pelos adolescentes como modelo direto, o que gera um repetir de suas ações, ou como modelo indireto, no momento em que o adolescente reflete sobre sua experiência e a recria, elaborando uma maneira própria de educar seu filho e se relacionar com ele. De fato, Allen e Doherty (1996) e Trindade e Bruns (1999) encontraram como modelo de pai dos adolescentes, tanto no contexto norte-americano, como no contexto brasileiro, respectivamente, seu próprio pai. No entanto, alguns participantes referiram que estavam sendo melhores pais para suas crianças do que seus pais haviam sido para eles (Allen & Doherty, 1996). Os jovens caracterizaram o papel paterno como de provedor econômico e de suporte emocional para a família, o que também apareceu no estudo conduzido por Trindade e Menandro (2002). De acordo com Allen e Doherty, estes pais também viam a si mesmos como os principais disciplinadores de suas crianças no futuro, talvez como um desejo de contrabalançar a indulgência materna ou pelo ressentimento pela ausência paterna. Mais especificamente, de acordo com pesquisa realizada por Goodyear, Newcomb & Allison (2000), muitos pais adolescentes latinos tiveram outras experiências negativas além do abandono paterno, como abuso sexual ou negligência e consumo excessivo de álcool pelos pais. Segundo Allen e Doherty (1996), devido ao modelo paterno negativo, muitos pais adolescentes podem ter dificuldade de se imaginar como parceiros e pais bem sucedidos. Por outro lado, Goodyear e colaboradores (2000) consideram que o abuso familiar pode estimular a sexualidade e a paternidade como uma tentativa de viver uma experiência de intimidade e criar uma família própria para amar e ser amado.

Ainda em relação à família de origem, para Furstenberg (1980), quando a gravidez ocorre pela primeira vez, os jovens expressam grande apreensão em relação às reações de seus pais. Estes geralmente demonstram mais entendimento e apoio do que

os jovens esperam, o que os alivia e gratifica. Para Trindade e Bruns (1999), os adolescentes e seus pais, ao se depararem com a paternidade, têm seu mundo modificado, pois passam a enfrentar o que até o momento “fingiam” não ver, isto é, a possibilidade de o filho vir a ser pai. Para as autoras, o apoio oferecido pela família poderia significar uma certa reparação da culpa, decorrente do fornecimento de uma educação sexual ineficiente.

Entretanto, até mesmo a família e os amigos, tanto seus como das mães adolescentes, podem ser considerados pelos jovens como obstáculos para o seu envolvimento com o bebê, especialmente quando hostis a eles ou não apoiadores da relação da dupla (Allen & Doherty, 1996), ou ainda, se os impedem de assumir o papel paterno ou o pressionam para tanto (Nunes, 1998; Trindade & Bruns, 1999). No entanto, no caso de relações positivas, a maioria dos pais adolescentes parece contar com as suas mães e as novas relações estabelecidas com a família da namorada (Dallas & Chen, 1998), especialmente nas famílias negras (Cochran, 1997). Como ocorre entre as jovens, a família do adolescente pode ter alguma participação já na sua decisão de assumir a paternidade (Redmond, 1985). De fato, nos estudos realizados por Trindade e Bruns (1999), Levandowski (2001) e Nunes (1998) em nosso meio, os pais adolescentes citaram aspectos positivos relacionados ao apoio recebido da família de origem (ex.: apoio emocional e financeiro). De forma geral, conforme Nunes (1998), atitudes ambivalentes da família (de pressão e apoio) para com o pai adolescente atestariam a falta de preparo das mesmas para enfrentarem a situação.

No que se refere à família da namorada, no estudo de Trindade e Menandro (2002), pais adolescentes do Espírito Santo referiram gratidão pelo apoio dos avós maternos nos cuidados com a criança, principalmente com relação a dinheiro, lazer e orientações para a resolução de problemas corriqueiros com as crianças. Dados semelhantes foram encontrados por Levandowski (2001) no contexto gaúcho, pois os jovens relataram contar com o apoio de sua família e da família da jovem durante a gestação, inclusive esperando ser ajudados por elas após o nascimento do bebê. Contudo, no estudo conduzido por Dallas e Chen (1998), os jovens percebiam que algumas das avós desencorajavam sua relação com as jovens, por isso tinham medo de que elas pudessem lhes negar o acesso à criança, evitando encontros potencialmente negativos com as mesmas.

Por fim, em relação à rede de apoio social mais ampla, a literatura aponta a falta, em muitos casos, de uma rede adequada para auxiliar os pais adolescentes, o que denotaria a existência de preconceitos e barreiras, em virtude de a paternidade ser considerada um evento adulto (Elster & Hendricks, 1986). Em dois estudos com pais adolescentes norte-americanos de três etnias distintas (brancos, negros e latinos), Hendricks (1980, 1988) constatou que professores e religiosos seriam pouco utilizados por estes pais como fonte de auxílio, por não serem percebidos como preparados para atender às suas necessidades. Escolas, hospitais ou mesmo agências de serviços sociais também foram mencionadas no estudo de Allen e Doherty (1996) como fonte de obstáculos para o envolvimento dos pais adolescentes negros norte-americanos com seus bebês. Muitos deles sentiam que a equipe desses locais prejudicava seus esforços para cuidar de seu bebê, parecendo estar contra eles. Dessa forma, pode-se concluir que o apoio institucional ou da comunidade é um fator de incentivo ou impedimento do envolvimento do pai adolescente com o filho, em virtude das normas e expectativas existentes em relação ao comportamento paterno (Marsiglio & Cohan, 1997).

Também deve ser ressaltado que, embora Hendricks (1980) tenha encontrado em seu estudo com adolescentes norte-americanos um bom relacionamento entre adolescente e professores, assim como uma opinião positiva sobre a escola e o estudar, os jovens não os mencionaram como figuras de apoio frente a um problema pessoal. Isto sugere que a escola não está preparada para atender as necessidades e os problemas decorrentes da paternidade adolescente, o que poderia aumentar a evasão escolar, pelo fato de o jovem não se sentir acolhido e compreendido neste ambiente. Outros dados que corroboram esta afirmação foram revelados pelo estudo qualitativo conduzido por Allen e Doherty, pois pais adolescentes negros referiram que a escola mais dificultava do que os auxiliava no cuidado da criança, uma vez que os profissionais se mostravam contra eles e a favor das mães adolescentes. Para Westney e colaboradores (1986), o término da escolarização e a conquista de um emprego contribuiriam para o aumento da auto-estima destes adolescentes, bem como para o aumento de sua competência para resolver as tarefas da vida, auxiliando também no desenvolvimento da responsabilidade e da independência.

A partir da revisão de literatura exposta acima, percebe-se que a paternidade na adolescência pode trazer mudanças importantes nos diversos aspectos da vida dos adolescentes. Além disso, fica evidente uma tendência à avaliação negativa da



paternidade desses jovens, nem sempre confirmada pelo depoimento direto dos mesmos. A falta de estudos sobre a temática é perceptível, o que impede um entendimento claro sobre a questão, em função dos resultados contraditórios e das poucas investigações realizadas em âmbito nacional. Quanto ao método utilizado, a maioria dos estudos teve um delineamento transversal e quantitativo, não proporcionando uma idéia completa do processo de transição para a paternidade entre os jovens. Um outro aspecto que chama a atenção é a ênfase dos estudos na prontidão para a paternidade, não encontrada entre as mães adolescentes, indicando talvez uma suposição de que elas estariam prontas para a maternidade, mesmo em idade precoce, o que não ocorreria com os jovens. Por fim, percebe-se também uma falta de estudos voltados para uma explicação evolutiva sobre a parentalidade na adolescência.

Passa-se agora à revisão dos estudos sobre a maternidade adolescente, tendo em vista os objetivos do presente estudo e pelo fato de que muitos desses jovens têm outras adolescentes como parceiras para enfrentar as dificuldades, responsabilidades e alegrias desta nova situação de vida.

### **Maternidade Adolescente: Estudos Teóricos e Empíricos**

Nessa sessão são revisados diversos estudos teóricos e empíricos sobre gravidez e maternidade na adolescência, enfatizando-se as inconsistências e divergências dos achados e dos métodos utilizados. Para tanto, os estudos revisados foram agrupados em torno de sete grandes temas: índices de gravidez entre adolescentes; fatores de influência para a gravidez e a maternidade na adolescência, com ênfase na contracepção; conseqüências da maternidade na adolescência; vivência da gravidez e da maternidade adolescente; interação mãe adolescente-bebê, e, por fim, relacionamento com a família. Após a exposição dos temas, são explicitadas duas perspectivas teóricas encontradas para o entendimento da situação de gravidez/maternidade na adolescência: a familiar e a individual psicanalítica.

Quanto ao primeiro tema, índices de gravidez na adolescência, esta é referida como um problema de saúde pública em nosso país (Barker & Castro, 2002; Dadoorian, 1998; Sabroza & cols., 2004; Santos, 1999; Trindade & Menandro, 2002), sendo freqüentes os relatos de aumento do índice de gestações nesta faixa etária (Camargo, 2002; Melo, 2001b; Muza & Costa, 2002; Sabroza & cols., 2004; Soares, 1999; Yazlle

& cols., 2002). Dos partos realizados pelo SUS em 2000, 27,1% envolveram adolescentes, índice que aumentou aproximadamente 5% em um período de cinco anos anteriores àquela data. No ano de 2002, a previsão do Ministério da Saúde era de que de 800 mil a um milhão de meninas de 10 a 19 anos se tornariam mães, e de que aproximadamente um milhão de partos realizados pelo SUS seriam de adolescentes (Camargo, 2002). Em 2004, reportagem do Jornal Pioneiro, intitulada “Crescem casos de gravidez precoce” (22/03/2004), constatou, a partir de levantamento de dados do IBGE, que, apesar da redução na taxa de fecundidade das mulheres brasileiras, nos últimos 10 anos houve um aumento de 12,5% nos casos de gestação em mulheres de 15 a 19 anos, começando a chamar a atenção o grande número de gestantes de 10 a 14 anos. A cada ano, no SUS, são registrados 31 mil partos nessa faixa etária, conforme indicou a reportagem. De fato, a gravidez é a primeira causa de internações em moças entre 10 e 19 anos de idade na rede SUS, conforme dados expostos por Freitas e Botega (2002). Duarte (2005), já trazendo dados de 2004, informou que, das 30.216 adolescentes que engravidaram no Rio Grande do Sul em 2004, 28.302 deram à luz, correspondendo a 20% de todas as gestações.

Assim, apesar de o Rio Grande do Sul aparecer como o segundo estado de menor índice de gestação na adolescência no Brasil, com 23,68% de partos sobre o percentual total de partos no país, nota-se um aumento na proporção de mães adolescentes (Melo, 2001b). De fato, Duarte (2005) apontou que, embora de 1994 a 2004 o coeficiente de gravidez na adolescência tenha baixado de 38,9 casos por 1000 adolescentes para 29,1 casos, o percentual de partos em relação a outras faixas etárias aumentou, chegando aos 20% acima citados em 2004. Tendência semelhante é encontrada em outras grandes cidades, como por exemplo, Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, sendo o aumento maior na faixa etária dos 13 aos 17 anos (Ribeiro, Barbieri, Bettiol & Silva, 2000). Conforme Pinheiro (2000), a discreta tendência de aumento no número de adolescentes grávidas contrasta com a vertiginosa queda nas taxas de natalidade e fecundidade observadas no Brasil desde a segunda metade da década de 60.

A situação internacional parece ser semelhante à do Brasil, com as estatísticas indicando um aumento no número de bebês nascidos de mães adolescentes (Luster & Mittelstaedt, 1993). No entanto, Coley e Chase-Lansdale (1998), revisando estudos norte-americanos, afirmam que o número de gestações na adolescência não tem se elevado tanto. O que ocorre é que tem diminuído o número de abortos e adoções entre

as adolescentes, bem como tem aumentado o número de jovens que decidem não se unir ao pai do bebê, o que serve para aumentar a visibilidade social deste fenômeno. Colaboram também para incrementar estas estatísticas, segundo Barker e Castro (2002), o maior número de adolescentes, a diminuição da fecundidade em mulheres mais velhas e o maior acesso da população aos sistemas de saúde, responsável pela geração de mais dados sobre o fenômeno.

Dentre os fatores de influência para a gravidez e a maternidade na adolescência, segundo tema abordado nesta revisão da literatura, Miller, Benson e Galbraith (2001), a partir de uma revisão relativamente recente da literatura, apontaram como fatores de proteção: ter uma relação próxima com os pais, receber algum tipo de supervisão parental e ter valores familiares que desaprovam a gravidez na adolescência.

Já entre os fatores sócio-demográficos associados à gravidez na adolescência, têm sido destacados na literatura: baixo nível sócio-econômico (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Jorgensen, 1993; Hockaday & cols., 2000; Miller & cols., 2001; Taquete, 1992), uso de álcool e outras drogas (Anteghini, Fonseca, Ireland & Blum, 2001; Coley & Chase-Lansdale, 1998; Hockaday & cols., 2000), início precoce das relações sexuais, bem como da menarca (Gomes, Fonseca & Veiga, 2002; Hockaday & cols., 2000; Sabroza & cols., 2004; Santos, 1999) e uso inadequado ou não uso de métodos contraceptivos (Amazarray & cols., 1998; Cerveny, 1996; Coley & Chase-Lansdale, 1998; Folle & Geib, 2004; Jeolás & Ferrari, 2003; Landy & cols., 1983; Melo, 2001a; Muza & Costa, 2002; Pinheiro, 2000; Taquete, 1992).

Com relação especificamente à contracepção, os problemas são freqüentemente vistos como conseqüência de desinformação dos potenciais usuários (Diaz & Diaz, 1999; Gomes & cols., 2002). Os adolescentes referem pouco diálogo sobre o assunto com a família; as informações são recebidas principalmente de irmãos mais velhos e amigos, sendo questionável o conteúdo passado (Gomes & cols., 2002; Muza & Costa, 2002). No entanto, alguns estudos referem que a informação sobre contracepção está disponível (ex. Dadoorian, 1998; 2003; Muza & Costa, 2002), mas não é acessada pela falta de acesso aos serviços de saúde e medicamentos (Diaz & Diaz, 1999; Guimarães, Vieira & Palmeira, 2003; Muza & Costa, 2002; Sabroza & cols., 2004; Santos, 1999), pelo desejo inconsciente de engravidar, ou ainda, pela falta de consciência sobre a suscetibilidade de ocorrência de uma gravidez (Núñez-Urquiza, Hernández-Prado, García-Barrios, González & Walker, 2003).

De fato, a ocorrência da gravidez pode estar ancorada no exercício do pensamento mágico, na recusa da possibilidade de gravidez como consequência da relação sexual e por não assunção da responsabilidade pela relação, como se fosse possível transitar pela sexualidade sem consequências (Borges, 1999; Fávero & Mello, 1997; Santos, 1999; Tavares, 1996). Em geral, o comportamento contraceptivo é posterior ao início do relacionamento sexual do casal (Cabral, 2003), isso porque, para as mães de famílias de classe média, a liberação do uso de anticoncepcionais significa liberar a adolescente sexualmente, enquanto que, para a jovem, significa admitir que mantém relações sexuais (Fávero & Mello, 1997). Entretanto, após a primeira gravidez, verifica-se nestas famílias uma mudança na trajetória anticonceptiva, através de maiores cuidados da mãe para evitar uma próxima gravidez da filha adolescente, permitindo que ela retome os estudos e invista na carreira profissional, o que não se observa na classe popular (Heilborn & cols., 2002). Isto parece confirmar a idéia de maior valorização social da gravidez nas classes populares, pela falta de melhores oportunidades de inserção social, contrariamente ao panorama encontrado entre jovens de classe média.

Já entre os fatores sócio-emocionais associados à gravidez, são mencionados: experiências prematuras de perdas (Folle & Geib, 2004), relação emocionalmente distante com o pai ou privação emocional (Anteghini & cols., 2001; Coley & Chase-Lansdale, 1998; Folle & Geib, 2004; Landy & cols., 1983; Lee, 2001; Oz, Tari & Fine, 1992; Pinheiro, 2000; Taquete, 1992), abuso sexual (Freitas & Botega, 2002; Miller & cols., 2001), alcoolismo paterno (Taquete, 1992; Viçosa, 1993), família monoparental (Anteghini & cols., 2001; Coley & Chase-Lansdale, 1998; Hockaday & cols., 2000; Jorgensen, 1993; Lee, 2001; Miller & cols., 2001; Viçosa, 1993), baixa auto-estima, expectativas educacionais modestas, atitudes tradicionais em relação ao papel da mulher na família (Hockaday & cols., 2000), a própria mãe ter sido mãe na adolescência (Cervený, 1996; Dadoorian, 1998; Freitas & Botega, 2002; Kaplan, 1996; Lee, 2001; Marcelli & Braconnier, 1989; Silva & Salomão, 2003; Taquete, 1992; Viçosa, 1993) e/ou alguma irmã ser sexualmente ativa ou já ser mãe (Miller & cols., 2001), desejo de ter uma família harmoniosa (Taquete, 1992), desejo de construir uma relação íntima e uma sexualidade adulta com o parceiro (Amazarray & cols., 1998), desejo de engravidar, impulsividade (Gomes & cols., 2002), desejo de constatar a própria capacidade reprodutiva, de construir uma identidade feminina (Dadoorian, 1998; 2003; Gomes & cols., 2002; Kahhale, 1997; Lima & cols., 2004) e de demonstrar

independência frente aos pais e busca de novo *status* social (Dadoorian, 2003), com a construção de um projeto de vida compatível com as expectativas, normas e possibilidades disponíveis (Pinheiro, 2000).

Especificamente quanto ao desejo de engravidar, pesquisa realizada por Cowley e Farley (2001) com 202 jovens norte-americanas (13 a 18 anos) indicou como melhor preditor da atitude da adolescente em relação à gravidez (desejar engravidar, estar ambivalente em relação à gravidez e desejar evitar a gravidez) sua percepção do desejo do namorado por um bebê. As garotas que desejavam engravidar (19,8% contra 56,4% que desejavam evitar a gravidez) referiram mais freqüentemente que seu namorado desejava um bebê. Entretanto, os autores salientam que a percepção das adolescentes do desejo do namorado pode estar refletindo seu próprio desejo, ao invés do desejo do companheiro.

Passando agora ao exame de estudos que investigaram as conseqüências da gravidez e da maternidade entre adolescentes, terceiro tema em destaque nessa sessão teórica, Coley e Chase-Lansdale (1998) constataram, a partir de uma revisão da literatura, que grande parte dos estudos realizados sobre as conseqüências da maternidade na adolescência demonstram funcionamento menos efetivo da jovem em várias áreas da vida. Os resultados negativos mais comuns seriam baixo nível de estabilidade conjugal, por abandono pelo parceiro ou deterioração do relacionamento amoroso (Amazarray & cols., 1998; Bailey & cols., 2001; Coley & Chase-Lansdale, 1998; Luster & Mittelstaedt, 1993) e maior número de filhos (Barker & Castro, 2002; Coley & Chase-Lansdale, 1998; Luster & Mittelstaedt, 1993; Oliveira, 1998).

Destaca-se também, como conseqüência da maternidade na adolescência, o abandono escolar, seja pela gravidez em si, por sentimentos de vergonha, por não gostar da escola ou por desejo do companheiro (Amazarray & cols., 1998; Bailey & cols., 2001; Dadoorian, 1998; 2003; Diaz & Diaz, 1999; Fávero & Mello, 1997; Heilborn & cols., 2002; Lima & cols., 2004; Madeira, 1998; Oliveira, 1998; Sabroza & cols., 2004; Santos, 1999; Silva & Salomão, 2003; Taquete, 1992). Taxas mais altas de desemprego e de pobreza também são comumente encontradas (Barker & Castro, 2002; Lima & cols., 2004; Medrado & Lyra, 1999; Oliveira, 1998; Sabroza & cols., 2004), pois a questão econômica ficaria prejudicada pelo baixo nível de escolaridade, baixa estabilidade conjugal e baixo *status* sócio-econômico familiar. No entanto, estudos longitudinais indicam que esta situação desfavorável poderia ser revertida após os 20

anos da jovem, quando a criança já se encontraria em idade escolar e ela poderia aumentar sua jornada de trabalho (Furstenberg, Brooks-Gunn & Morgan, 1990; Sabroza & cols., 2004).

A questão do abandono escolar e das dificuldades econômicas é patente na literatura revisada, tanto em nível nacional quanto internacional. Porém, estudos mais recentes indicam que tais conseqüências muitas vezes são produto não apenas da maternidade na adolescência, mas sim, de uma situação de pobreza já existente anteriormente, servindo a maternidade para perpetuar esta condição, que talvez se desenvolvesse da mesma forma sem a gravidez (Coley & Chase-Lansdale, 1998). Obviamente que em famílias de nível sócio-econômico mais alto esta situação talvez não aconteça, pois podem ser feitos arranjos para garantir o término da escolarização da jovem, evitando, assim, uma desvantagem tão grande frente ao mercado de trabalho. Em relação a isso, estudo publicado por Heilborn e colaboradores (2002) constatou que nas classes médias, a gravidez traz mudanças expressivas, como uma maior internalidade da jovem em relação à casa, afastamento da escola, atraso da inserção profissional e intensificação da dependência, enquanto que, nas classes populares, a internalização em relação à casa, a descontinuidade da vida escolar e o menor índice de empregos são aspectos que já estavam presentes, ficando apenas mais enfatizados a partir da gravidez. Assim, o perfil pós-gravidez encontrado pelas pesquisadoras foi o mesmo nas duas classes, sugerindo que a maternidade estrutura as carreiras escolar e profissional a ponto de subordinar, inclusive, as especificidades de classe sócio-econômica.

Dessa forma, a idéia atual, de que a grávida adolescente está desperdiçando oportunidades e subordinando-se precocemente ao papel de mãe, decorrente da emancipação feminina e das mudanças de expectativas com relação à escolaridade, profissionalização e sexualidade da mulher, nem sempre se aplicaria às jovens de classes populares, que não dispõem de tantas oportunidades sociais (Heilborn & cols., 2002).

De fato, do ponto de vista social, uma explicação para o fato de que garotas de famílias pobres, desorganizadas, monoparentais, pouco escolarizadas e usuárias de drogas mais provavelmente se tornam mães adolescentes do que suas contemporâneas, que vivem em ambientes mais favoráveis, foi oferecida por Dean (1997). Segundo a autora, tal ambiente limitaria severamente a perspectiva das adolescentes de formarem e manterem uma família, devido à limitação educacional e profissional; ao número

reduzido de parceiros disponíveis para casar-se, ou que estão em posição de contribuir para o bem-estar econômico da futura família; ao número reduzido de modelos alternativos de vida (no caso, bem sucedidos), e, às grandes pressões em relação à atividade sexual pré-conjugal. Além disso, este tipo de ambiente também mitigaria as relações conjugais estáveis, pela restrição de alternativas que proporcionariam sentimentos de auto-eficácia e valorização pessoal, e pelo restrito número de modelos de relações emocionais saudáveis com os pais ou figuras de apoio, em virtude até mesmo do estresse causado por suas limitadas circunstâncias de vida. Assim, para Dean, a gravidez dessas jovens pode ser uma estratégia adaptativa para atender suas necessidades sociais, econômicas e desenvolvimentais, em um ambiente onde os homens e os recursos materiais e financeiros são escassos. Ter um bebê fora do casamento serviria para solidificar as redes para as funções econômica e de cuidado, bem como para ajudar as jovens a se tornarem independentes, responsáveis e identificadas com seus papéis de mulher, permitindo a criação do bebê antes da entrada no mercado de trabalho. Também poderia preencher as necessidades dos avós de parentalidade e oferecer às crianças uma ampla rede de parentes com quem se relacionar.

Constata-se, então, que, muito freqüentemente, a maternidade pode ser motivada pela percepção de uma falta de opções e de alternativas educacionais, profissionais e afetivas desejáveis para o futuro da jovem, restando-lhe, como fontes de gratificação e reconhecimento, ser esposa e mãe (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Dadoorian, 2003; Gomes & cols., 2002; Lima & cols., 2004; Pinheiro, 2000). Assim sendo, aquelas jovens que não possuem um suporte adequado e estabilidade emocional, poderiam procurar o sexo e a maternidade precoce como forma de vivenciar uma relação de proximidade emocional com alguém (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Guimarães & cols., 2003; Osofsky, Hann & Peebles, 1993), especialmente com homens (Taquete, 1992). Socialmente, a gravidez representa realização, saúde e maturidade da mulher e, nos ambientes nos quais há poucas possibilidades de atingir estas qualidades por outros meios, a maternidade pode ser uma saída (Barker & Castro, 2002; Trindade & Menandro, 2002). Isso poderia explicar a melhor aceitação da gravidez na adolescência nas classes populares.

Contudo, não se pode esquecer que a maternidade e a paternidade adolescentes não são fenômenos encontrados apenas entre jovens econômica e/ou socialmente

desfavorecidas. O que ocorre é que as pesquisas em geral são realizadas com essa população pelo acesso mais fácil, e até mesmo porque entre jovens de classes sociais economicamente favorecidas, a gravidez pode ser interrompida, uma vez que há recursos financeiros para isso, ou, quando é levada a termo, contorna-se a situação, evitando que a jovem tenha sua escolarização e profissionalização interrompidas. Nesses casos, pode-se pensar que não se aplicam muitos dos conhecimentos veiculados sobre a parentalidade na adolescência, por exemplo, quanto às suas conseqüências, expostas anteriormente.

Outra conseqüência da maternidade adolescente seriam os eventuais problemas de saúde para a mãe e a criança. Quanto à saúde física das mães, os problemas médicos mais citados são anemia, hipertensão, complicações no parto, disfunções uterinas, infecções durante a gravidez, hemorragias pós-parto e mortalidade (Costa & cols., 2002; Jorgensen, 1993; Ribeiro & cols., 2000; Yazlle & cols., 2002). Quanto mais jovem a adolescente, maior parece ser o risco de complicações físicas e morte, especialmente até os 15 anos, porque o organismo ainda está se desenvolvendo (Barker & Castro, 2002; Oliveira, 1998).

Diversos estudos mencionam que muitas jovens não realizam um atendimento pré-natal adequado por procura tardia de assistência médica, seja por negação da gravidez, por desconhecimento e falta de orientação, ou até mesmo por medo de serem pressionadas a abortar (Diaz & Diaz, 1999; Gama & cols., 2004; Kaplan, 1996; Machado & Paula, 1996; Melo, 2001a; Viçosa, 1997). A realização inadequada do acompanhamento pré-natal aparece ainda relacionada à ausência de apoio familiar, do pai do bebê e da sociedade, à não coabitação com o pai do bebê, às baixas condições de vida (como baixa escolaridade e ausência de água encanada em casa) e ao uso de drogas lícitas ou ilícitas durante a gestação (Gama & cols., 2004; Sabroza & cols., 2004). Assim, como afirma Viçosa (1993), quando a jovem consegue ser bem acompanhada durante a gravidez, fica evidente uma diminuição nos riscos pré e peri-natais.

Já em relação à saúde da criança, são citadas como possíveis conseqüências da gestação precoce: prematuridade, baixo peso ao nascer, morte perinatal, epilepsia, deficiência mental, baixo QI, cegueira, surdez, aborto natural e morte na infância (Costa & cols., 2002; Jorgensen, 1993; Luster & Mittelstaedt, 1993; Oliveira, 1998; Ribeiro & cols., 2000). Madeira (1998) enfatiza as altas porcentagens de baixo peso ao nascer, pois este implica maior risco de desnutrição, de doenças diarréicas e respiratórias, de



infecções e, portanto, maior mortalidade infantil. De fato, em sua pesquisa, realizada em Belo Horizonte (MG), a autora encontrou como intercorrências clínicas mais frequentes as infecções respiratórias agudas (43%), seguidas por dermatoses (33,8%) e diarreias (9,2%).

No entanto, as pesquisas vêm revelando melhores condições de saúde, em função do maior número de serviços de atendimento a adolescentes grávidas e mães adolescentes. De fato, como apontam Machado e Paula (1996), adolescentes com boa estrutura familiar e bom vínculo com os profissionais da saúde tendem a ter crianças com bom desenvolvimento e baixa procura dos serviços de emergência. Assim, a ocorrência de problemas de saúde da mãe e da criança pode ser mais uma consequência do estado de pobreza, que envolve habitação em ambientes propícios a doenças, e da falta de cuidado pré-natal, especialmente com a alimentação e a saúde geral, do que da idade da mãe (Barker & Castro, 2002; Coley & Chase-Lansdale, 1998; Costa & cols., 2002; Machado & Paula, 1996; Madeira, 1998; Medrado & Lyra, 1999; Oliveira, 1998; Sabroza & cols., 2004; Silva & Salomão, 2003; Yazlle & cols., 2002).

Também se encontrou como consequência da maternidade adolescente na literatura o impedimento ou dificuldades na resolução de muitas tarefas comuns da adolescência, como o desenvolvimento da autonomia em relação aos pais, a exploração de relacionamentos afetivos e de amizade e a consolidação da identidade (Amazarray & cols., 1998; Jorgensen, 1993; Lewis & Volkmar, 1993; Marcelli & Braconnier, 1989; Viçosa, 1997). De fato, para Viçosa (1997) e Kahhale (1997), as jovens estariam em uma situação de risco para consolidar o processo natural de separação-indivuação, pela dependência em relação aos pais gerada pela maternidade, podendo levar ao *engolfamento* da adolescente pela mãe. Nesses casos, a adolescente passaria a identificar-se com o feto, muitas vezes abandonando o companheiro, voltando para a casa dos pais e, em alguns casos, conforme relatado por Viçosa, até dormindo na mesma cama que eles. O resultado disso pode ser um aumento dos conflitos, maior ansiedade, estresse, desespero e depressão, sensação de fracasso pessoal e baixa auto-estima (Jorgensen, 1993).

Nesse sentido, Freitas e Botega (2002) realizaram um estudo epidemiológico transversal ao longo da gestação com 120 adolescentes (14 a 18 anos) da cidade de Piracicaba (SP), para determinar a prevalência de depressão, ansiedade e ideação suicida, encontrando 23% de casos de ansiedade, 21% de casos de depressão e 17% de

ideação suicida. No entanto, o grupo como um todo se apresentou heterogêneo quanto à saúde mental. Não houve diferenças nesses quadros ao longo dos trimestres gestacionais. A ideação suicida apareceu associada à depressão, assim como não ter namorado e contar com pouco apoio social. Infelizmente, os autores não trabalharam com grupo de comparação de gestantes adultas, não investigaram longitudinalmente estes índices e, além disso, mais de 50% das jovens tinham sofrido abuso físico ou sexual, o que deve ter contribuído para os índices de psicopatologia encontrados, uma vez que Landy e colaboradores (1983) não encontraram evidências de psicopatologia entre adolescentes canadenses grávidas e mães quando comparadas com adolescentes não mães e mães adultas. Essas diferenças entre os resultados das pesquisas podem ter ocorrido devido ao fato de a primeira ter sido realizada somente durante a gestação, enquanto que a outra comparou o perfil psicológico de gestantes até os 14 meses de vida do bebê, minimizando o efeito da possível ansiedade e ajustamentos psicológicos que a gravidez naturalmente traz às mulheres.

Abordando agora o quarto tema encontrado na literatura revisada, vivência da gestação e da maternidade, mais especificamente em relação à experiência da gestação, alguns estudos destacaram a percepção da movimentação fetal pelas jovens mães. Por exemplo, algumas jovens gaúchas no estudo de Amazarray e colaboradores (1998) referiram não conseguir se considerar mães até a percepção dos primeiros movimentos fetais. Dados citados por Kahhale (1997) acerca de uma pesquisa realizada com gestantes adolescentes paulistas, revelaram que 80% delas sentiam a movimentação fetal; 47% interpretava tais movimentos como forma de comunicação com o bebê; 12% como algo incômodo/doloroso, e 21% não atribuía significado aos movimentos - o que poderia indicar dificuldade na elaboração e integração de uma nova imagem corporal, exigência tanto da gravidez quanto da adolescência. De fato, Kahhale coloca que grande parte das adolescentes grávidas demonstra dificuldade para lidar com o próprio corpo e com o corpo do companheiro.

Ainda dentro da vivência da gestação, algumas manifestações comuns foram medo do parto e ansiedade em relação à troca de papéis (Melo, 2001a), bem como medo de não saber cuidar do bebê (Piccinini & cols., 2002). Porém, Melo (2001a) acredita que a insegurança em relação ao papel materno é mais imaginária que real, pois efetivamente muitas jovens já tiveram experiência no cuidado de outras crianças e conseguem se sair bem neste novo papel. Isso porque a autora constatou que aquelas

jovens acostumadas ao cuidado de irmãos ou outras crianças incorporavam rapidamente o novo papel materno. Assim, as expectativas negativas das jovens parecem se dissipar durante a vivência da maternidade, quando podem usufruir a convivência com o filho.

De fato, abordando já a vivência da maternidade, o estudo de Bailey e colaboradores (2001), com 367 mães adolescentes cearenses mostrou que, embora elas percebessem a gravidez como tendo impacto negativo em suas vidas, demonstraram um aumento na auto-estima um ano após o parto e referiram boas relações com familiares e companheiros, indicando que a maternidade não lhes trouxe apenas conseqüências negativas. Em pesquisa realizada por Dennison e Coleman (1998) com 53 mães adolescentes inglesas, foram encontrados sentimentos positivos em relação à criança, mesmo nos casos em que a gravidez não foi planejada. As jovens descreveram de forma realista as dificuldades enfrentadas, mas referiram obter muito prazer da convivência com seu bebê. A maioria estava determinada a ser uma boa mãe, querendo fazer o melhor pela criança, aproveitando dicas de profissionais e de suas próprias mães sobre os cuidados com o filho. Percebe-se, assim, que muitas jovens referem sentimentos de orgulho e felicidade em relação à gravidez e à maternidade, apesar do arrependimento pela precocidade da gestação e de reações iniciais adversas (Amazarray & cols., 1998; Dadoorian, 2003; Melo, 2001a; Santos & Schor, 2003), não apenas de si mesmas, mas do companheiro e da família de origem (Sabroza & cols., 2004; Silva & Salomão, 2003).

Como referem alguns autores, parece haver algum tipo de valorização pessoal em função da experiência da maternidade; para estas adolescentes, tornar-se mãe é tornar-se mulher, um rito de passagem marcado pela responsabilidade e pelo amadurecimento. O filho, extensão de seu corpo, a completa, preenche suas carências e desejos íntimos e passa a ser o centro de sua vida, trazendo-lhe um reconhecimento por parte dos familiares e da sociedade, e não somente sofrimento (Dadoorian, 1998; 2003; Folle & Geib, 2004; Melo, 2001a).

Entretanto, no estudo realizado por Sommer e colaboradores (1993), adolescentes norte-americanas referiram vivenciar maior estresse no desempenho do papel materno do que as mães adultas, além de exibirem menor preparação cognitiva para a maternidade e um estilo parental menos adaptativo. Também no estudo conduzido por Santos e Schor (2003) investigando padrões na vivência da maternidade na adolescência precoce em 20 adolescentes cariocas (10 a 14 anos), em um período de

seis a 24 meses após o nascimento do bebê, foram encontrados resultados contraditórios. Dois padrões de vivências foram evidenciados entre as mães: satisfação com a maternidade/dependência do afeto do filho e depressão/estresse. Embora 70% das jovens tenham referido que sua vida era pior naquele momento do que antes da gravidez, para o primeiro grupo, em que se enquadraram a grande maioria das jovens, a maternidade foi vista positivamente e de forma enriquecedora emocionalmente, preenchendo um espaço vazio de afeto. As jovens assumiram o papel materno, não tiveram dificuldades quanto ao grupo social e sua vida estava centrada na figura do filho. Já para o outro grupo, em que se enquadraram apenas quatro participantes, a maternidade foi vista negativamente, como algo fragilizante, uma experiência difícil e solitária, para a qual não tinham preparação. Surgiram conflitos com o companheiro e dificuldades para cumprir o papel materno. Seu desejo de independência apareceu como desejo de fuga da situação. Sua vida estava centrada em suas necessidades e constatou-se ressentimento pela perda da juventude e nenhum ganho com a maternidade.

Em relação a esses dois estudos, que aparentemente contradizem a idéia anterior de que a vivência parece ser mais positiva que a expectativa quanto à maternidade, pode-se pensar que, no segundo estudo, a idade das jovens tenha contribuído para uma avaliação negativa da situação, pois se pressupõe a existência de diferenças entre adolescentes de 10 a 14 anos e de 15 a 18 anos em sua transição para a maternidade, com maiores dificuldades para as primeiras, em função da maior imaturidade fisiológica e até mesmo psicológica. Além disso, o instrumento utilizado (Q-sort) pode ter confundido as jovens ou até mesmo direcionado suas respostas. E também não se pode deixar de pensar que a ambivalência das jovens esteja relacionada às perdas vividas por elas, que devem ser sentidas como mais dolorosas do que para as mães adultas, em função da sua etapa de desenvolvimento: perda do corpo adolescente, da liberdade, das amizades, dos planos futuros, etc.

Já quanto ao primeiro estudo, obviamente que, na comparação com mães adultas, as adolescentes apresentaram resultados mais negativos, pois as adultas tinham melhor nível sócio-econômico, maiores habilidades cognitivas, maior rede de apoio, inclusive relacionamento com companheiro, o que contribuiu para um menor índice de estresse parental e, conseqüentemente, melhor interação com o bebê, além de conhecerem mais o desenvolvimento infantil e as tarefas da maternidade. Novamente aqui aparece a questão de um grupo de comparação inadequado (adolescentes x

adultas), que impede uma visão clara dos fatos, pois reforça o estereótipo de incompetência das mães adolescentes, tomando a idade adulta como referência para a comparação. Os próprios autores reconheceram que muitas diferenças foram atenuadas quando variáveis demográficas foram consideradas, e que esta situação poderia se modificar ao longo do tempo, pois mães que prosperam e amadurecem no desempenho do papel materno tendem a experimentar menos estresse, independentemente da preparação cognitiva inicial para a maternidade.

Cabe lembrar, inclusive, que, em várias culturas, a maternidade ocorre em idade que seria considerada hoje como adolescência. Aqui mesmo no Brasil, há algum tempo atrás, e ainda hoje, em determinados grupos sociais, especialmente os de nível sócio-econômico baixo, a maternidade ocorre sistematicamente na adolescência. Assim, casar e ter filhos com uma mulher jovem não está necessariamente associado a padrões inadequados de maternidade. Na verdade, em grupos sociais específicos, a maternidade pode ocorrer adequadamente ainda na adolescência. Contribui para isto o fato de o grupo cultural não perceber este evento como inadequado. Isto tem acontecido na história da humanidade, e ainda hoje, em vários países, como no Brasil.

Assim, mais uma vez fica claro que as mães adolescentes são um grupo heterogêneo, com experiências diversas, conforme o contexto social, econômico, familiar e perfil psicológico de cada uma. De qualquer modo, o que sobressai na literatura - especialmente nos estudos de revisão e na introdução teórica de muitos artigos - é uma idéia mais negativa da experiência da maternidade. Isto ocorre especialmente em estudos mais antigos, que pareciam veicular um modelo deficitário das mães adolescentes. Entretanto, em estudos qualitativos, que utilizam o depoimento direto das jovens, um outro quadro tende a aparecer, com destaque para a adaptação à maternidade e vivências positivas, apesar de as jovens estarem conscientes de vários aspectos negativos envolvidos nesta situação, como o preconceito e a “perda” da adolescência. É também evidente que resultados diferentes refletem o momento de realização do estudo (gestação x pós-parto), porque as expectativas das jovens, em função do grande impacto da realidade da gravidez, podem estar impregnadas de negativismo e insegurança, o que se desfaz no convívio com o bebê e com o apoio recebido. Por fim, os achados acabam sendo afetados pela idade da adolescente participante. Aspectos negativos tendem a estar mais associados ao ser mãe aos 13 ou 14 anos, do que ao ser mãe aos 17 e 18 anos.

Nesse sentido, um outro aspecto, ainda relativo à vivência da maternidade, investigado por alguns estudos no contexto brasileiro (Amazarray & cols., 1998; Folle & Geib, 2004; Taquete, 1992) foi o amadurecimento das jovens após o nascimento do bebê. Uma maior maturidade das mães adolescentes canadenses também foi encontrada no estudo de Oz e colaboradores (1992), em comparação com jovens não mães. Em geral as mães adolescentes se mostraram seguras na sua habilidade de ter sucesso como mães e no seu desenvolvimento. Conforme Oz e colaboradores (1992), esta maior maturidade poderia ser decorrente da vida difícil que as jovens pesquisadas tiveram e/ou da própria transição para a maternidade, que representaria um desafio à visão de mundo da jovem, exigindo uma visão mais ampla das complexidades da vida. No entanto, para Amazarray e colaboradores (1998), assumir a maternidade não garante às jovens o *status* adulto, em função das dificuldades encontradas em vários aspectos da vida, bem como pela dependência da família, que contrasta com a autonomia demonstrada com a decisão de assumir a gestação. Porém, se pode pensar que o amadurecimento psicológico seria um dos grandes ganhos para estas jovens, apesar da dependência financeira dos pais, que caracterizaria a fase adolescente.

Quanto ao desempenho e satisfação com o papel materno, ponto também incluído na temática vivência da maternidade, localizou-se um estudo realizado por Ragozin e colaboradores (1982) com 105 díades mãe-bebê, entre mães adolescentes e adultas norte-americanas (16 a 38 anos), que revelou que, em geral, as mães adolescentes responsabilizavam-se menos pelos cuidados da criança, permaneciam mais tempo longe dela (para atividades sociais) e referiram menor satisfação com o papel materno do que as adultas. Os autores consideram que a idade materna foi o melhor preditor para as atitudes e comportamentos maternos. Já a relação entre a idade e a satisfação com a maternidade foi mediada pelo tipo de nascimento, estando as adultas mais preparadas para lidar com a crise desencadeada por um parto prematuro. Contudo, para os autores, a linearidade destes resultados não indica necessariamente que haveria um melhor período para ser mãe. Ainda em relação à idade, Luster e Mittelstaedt (1993) e Lamb e Elster (1986) comentam, revisando diversos estudos realizados com mães adolescentes de diversas idades, que parece existir uma relação modesta entre idade materna e competência parental, com maior favorecimento das mães adolescentes mais velhas. É plausível que haja uma maior dificuldade das adolescentes em comparação com as mães adultas na interação e maternagem do bebê, por vivenciarem maiores

estresses, raramente terem um companheiro que as apóie, tenderem a ter mais filhos em seguida e terem que conciliar as demandas da adolescência, educacionais, laborais e maternas (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Lamb & Elster, 1986; Viçosa, 1997). Nesse sentido, segundo Osofsky e colaboradores (1993), dentro dos fatores que interfeririam na habilidade parental das adolescentes estariam os conflitos de desenvolvimento específicos da adolescência (tais como confusão de identidade e autonomia em relação aos pais), além de necessidades e interesses que competem com os da criança, menor auto-estima e depressão.

O último aspecto encontrado na literatura referente à vivência da maternidade diz respeito às expectativas das jovens quanto ao futuro. Em relação a isso, jovens gaúchas e catarinenses, pesquisadas respectivamente por Amazarray e colaboradores (1998) e Melo (2001a), planejavam recuperar alguma atividade profissional, adquirir uma casa própria e se casar. Conforme Coley e Chase-Lansdale (1998), fatores preditores de sucesso a longo prazo para essas jovens mães seriam: estar em uma série escolar avançada quando da ocorrência da gravidez, ter uma família pequena, não precisar de assistência pública e ter expectativas pessoais e familiares positivas quanto ao seu sucesso pessoal.

Um outro aspecto encontrado na literatura, que constituiu a quinta temática a ser abordada, diz respeito especificamente à interação mãe adolescente-bebê. Luster e Mittelstaedt (1993), a partir de uma revisão da literatura, encontraram que as mães adolescentes forneceriam um ambiente familiar menos apoiador para suas crianças e, em geral, tenderiam a ser menos responsivas ao bebê, quando comparadas com mães adultas. Na verdade, conforme os autores, a maior diferença na interação seria quanto à responsividade e estimulação verbal fornecida ao bebê, bem menor entre as adolescentes. Além disso, Lamb e Elster (1986) assinalaram que, em geral, estas tendem a se engajar em comportamentos agressivos e não apropriados, como beliscar o bebê, cutucá-lo e irritá-lo, raramente exibidos pelas mães adultas. Em uma revisão da literatura, Osofsky e colaboradores (1993) também encontraram que as adolescentes tendem a ser menos verbais em sua interação com o bebê, utilizando apenas pequenos comandos e disciplinamento, além de mais punitivas e intrusivas, menos sensíveis e mais emocionalmente negativas. Comportamentos mais punitivos também foram encontrados por Reis e Herz (1987) entre as adolescentes mais jovens, em uma investigação sobre atitudes maternas em relação ao bebê com 177 jovens norte-

americanas, comparando mães adolescentes de várias idades com adolescentes não mães. Ainda Crockenberg (1987), em um estudo com 40 mães jovens norte-americanas, cujos filhos estavam com 24 meses de idade, constatou que elas demonstravam mais raiva e comportamentos punitivos para com o bebê quando recebiam pouco apoio do parceiro após o nascimento da criança, particularmente quando havia relatos de experiências de rejeição por parte de seus pais na infância. Fatores da criança, tais como a irritabilidade, não foram preditores do comportamento materno, o que reforça importância do apoio e das experiências iniciais na maternagem das mães jovens. Segundo a autora, experiências iniciais negativas podem ser superadas se, na atualidade, a jovem receber apoio do parceiro.

Entretanto, contrariando estes achados, estudo conduzido por McAnarney e colaboradores (1984) com 75 mães adolescentes norte-americanas (14 a 19 anos) observadas em uma interação livre com o bebê, três dias após o nascimento, não indicou nenhuma relação entre a idade materna e os comportamentos maternos observados (toque gentil x agressivo, olhar, vocalizações positivas e negativas, proximidade x distância do bebê e comportamentos voltados para si mesma). Os autores afirmaram que talvez o *status* sócio-econômico, e não a idade da mãe, exerceria maior impacto sobre os comportamentos maternos, especialmente o toque. Foi encontrada inclusive uma correlação negativa entre idade e vocalizações: quanto maior a idade da jovem, menor a frequência de vocalizações.

Obviamente que estes resultados positivos não necessariamente espelham o futuro da interação mãe-criança, mas fornecem indícios mais positivos do que as pesquisas anteriormente mencionadas. Mesmo assim, poucas generalizações podem ser feitas sobre o comportamento materno das adolescentes, tendo em vista que os estudos disponíveis utilizaram grupos de comparação de mulheres adultas casadas e de classe média, que não seriam os mais adequados (cf. Coley & Chase-Lansdale, 1998), uma vez que, nesses casos, não levariam em conta o *background* e as diferenças sociais e econômicas existentes entre essas mães. Além disso, segundo as autoras, a maioria dos estudos investigou adolescentes de baixo *status* sócio-econômico, embora utilizando instrumentos padronizados para jovens e adultos de nível sócio-econômico médio.

De qualquer forma, diversos fatores de influência sobre a qualidade da interação mãe adolescente-bebê são apontados na literatura. Um deles seria o nível de desenvolvimento cognitivo da jovem, que limitaria sua capacidade de pensar sobre



hipóteses e perceber as necessidades do bebê como mais urgentes que as suas (Lamb & Elster, 1986; Luster & Mittelstaedt, 1993; Young, 1988). Conforme Vondra e Belsky (1993) e Machado e Paula (1996), um indivíduo que está mergulhado em suas próprias preocupações não teria a habilidade de descentrar-se e tomar a perspectiva de um bebê dependente. Sem os recursos psicológicos para entender e tolerar as demandas diárias e frustrações do bebê, se sentiria ainda mais pressionado para demonstrar a paciência, a sensibilidade e a responsividade que a parentalidade requer. Apoiando esta perspectiva, o estudo de Sommer e colaboradores (1993) encontrou menor preparação cognitiva de adolescentes norte-americanas para o papel materno, quando comparadas com gestantes adultas. Soma-se a isto o pouco conhecimento sobre o desenvolvimento infantil que teria a adolescente, o segundo fator citado, pois levaria a expectativas irreais sobre as habilidades do bebê, acarretando muita exigência ou pouca estimulação do mesmo, bem como dificuldades para entender suas necessidades.

As características do bebê, especialmente a percepção de seu temperamento como sendo difícil (Lamb & Elster, 1986; Luster & Mittelstaedt, 1993) e seu estado de saúde, também são fatores que podem influenciar a interação, pois bebês pré-termos ou com riscos físicos parecem contribuir menos para a interação com a mãe (Bolton & Belsky, 1986; Luster & Mittelstaedt, 1993). Além disso, a idade da criança pode ser um fator de risco para uma interação de qualidade entre a mãe adolescente e seu bebê, pois, quanto maior a idade da criança, mais comumente as mães consideram o cuidado como sendo difícil. Por fim, o sexo da criança também pode afetar o modo como a mãe interpreta o seu comportamento e as expectativas que os pais têm em relação à mesma (Okagaki & Divecha, 1993). Por exemplo, a partir de uma revisão de estudos, Osofsky e colaboradores (1993) encontraram diferenças em relação ao sexo do bebê no padrão de interação e demonstração de afeto por parte das mães, constatando-se maior variação no caso de meninos, dependendo de características e da situação de vida da mãe. Assim, fica claro que o bem-estar psicológico das mães adolescentes pode se refletir no seu estilo de maternagem, na qualidade do ambiente oferecido ao filho(a) e na própria interação com o bebê (Luster & Mittelstaedt, 1993).

Dentro do tema interação mãe adolescente-bebê, estudos sobre o apego mãe-bebê foram localizados. Quanto a esse aspecto, a partir da revisão de alguns estudos, Luster e Mittelstaedt (1993) comentam que parece haver uma tendência de maior incidência de apego inseguro (evitativo) entre bebês de mães adolescentes, em

comparação com a encontrada em bebês de mães adultas, apesar de não haver conclusões quanto a esse aspecto na literatura, por também ser semelhante a proporção de casos de apego seguro. No estudo longitudinal realizado por Ward e Carlson (1995), com 74 díades norte-americanas (mães adolescentes de 14 a 18 anos e bebês de até 15 meses), um número maior do que esperado de bebês exibiu um padrão de apego seguro. Neste estudo não foi encontrada relação entre a sensibilidade materna e o padrão de apego dos bebês, pois, em alguns casos, a mãe não era a única cuidadora. De forma geral, os autores assinalaram que existiu uma grande variação entre as jovens, mas que, enquanto grupo, elas teriam maior risco para apresentarem modelos de apego inseguro, em comparação com mães adultas. Contudo, é importante lembrar que o risco não necessariamente se concretizaria na realidade, pois existem também fatores de proteção aos quais estas jovens podem estar expostas, que impediriam um resultado negativo no padrão de apego de seus bebês, o que também foi encontrado entre os estudos revisados por Luster e Mittelstaedt (1993).

Infelizmente alguns estudos têm destacado, dentro da interação mãe-bebê, a existência de maus tratos por parte de mães adolescentes em relação à criança. Entretanto, conforme Luster e Mittelstaedt (1993), enquanto alguns estudos indicam uma associação entre idade materna e maus tratos infantis, outros não apóiam esta associação. Por exemplo, no estudo de Silva e Salomão (2003), as mães de adolescentes (avós maternas) entrevistadas em João Pessoa (PB) descreveram a imaturidade e impaciência de suas filhas para lidarem com o bebê, relatando atitudes de violência física contra a criança, como bater, empurrar e afastar a criança de si mesma, para não ouvir seu choro, embora essa não tenha sido a única situação encontrada.

Para Jorgensen (1993), as condições associadas com o risco de uma gestação adolescente também pesariam para o eventual comportamento violento ou negligente das mães adolescentes (casar jovem, ter dificuldades econômicas, não ter uma rede de apoio social adequada, etc.). Entretanto, nem sempre essa situação de risco corresponderia à realidade, como comentado anteriormente em relação ao apego. De qualquer forma, independentemente da ocorrência de maus tratos, a persistência de um padrão de interação menos responsiva com a criança poderia trazer conseqüências adversas para seu desenvolvimento cognitivo e lingüístico, pela pouca estimulação do ambiente (Luster & Mittelstaedt, 1993). No entanto, estes achados não significam que o

estilo de interação da mãe adolescente não possa se modificar à medida que a criança cresce e se torna mais comunicativa, eliciando respostas de seus parceiros de interação.

Por fim, quanto ao último tema abordado nesta sessão teórica, o relacionamento com a família, esta é considerada por muitas gestantes e mães adolescentes como sua maior fonte de apoio (Coley & Chase-Lansdale, 1998). De fato, Piccinini e colaboradores (2002), investigando em nosso meio o apoio social percebido por 13 mães adolescentes e 13 adultas, da gestação ao terceiro mês de vida do bebê, encontraram a existência de uma rede de apoio efetiva entre estas mães, formada especialmente pelos familiares. Diferenças entre adolescentes e adultas surgiram quanto aos provedores e busca de apoio social: as adolescentes solicitavam mais apoio dos familiares que as adultas, especialmente de suas próprias mães, e menos apoio do pai do bebê, bem como dividiam mais as tarefas com outras pessoas, sentindo-se mais seguras com outros cuidadores para o bebê, em comparação com as adultas. O apoio financeiro e informacional foi o mais freqüente. Dados semelhantes foram encontrados por Amazarray e colaboradores (1998) também entre jovens gaúchas. No entanto, neste último estudo, as adolescentes preferiam cuidar do bebê.

O apoio da família parece ser importante até mesmo para a decisão da jovem de manter a gestação ou praticar o aborto, como indicou o estudo de Ortiz e Nuttall (1987) com 43 adolescentes porto-riquenhas. Constataram que a mãe foi a figura mais influente na manutenção da gestação. Irmãos, namorados e melhores amigos também foram mais influentes para as jovens que levaram a gestação a termo, enquanto que aquelas que decidiram abortar parecem ter tomado a decisão sozinhas. As garotas que receberam apoio da família e dos amigos também referiram níveis mais altos de satisfação com a decisão de assumir a gestação do que aquelas que receberam menos apoio. De qualquer modo, fica claro que nem sempre a família se apresenta como fonte de apoio para as jovens. Por exemplo, no trabalho realizado por Kaplan (1996), investigando o impacto da gravidez precoce na relação mãe-filha adolescente, no contexto norte-americano, as avós relataram que a maternidade de suas filhas ameaçava seus valores morais e sua reputação na comunidade, pois viam a gravidez como algo que contrariava as normas sociais e as expectativas que tinham em relação às filhas. Demonstraram estar em uma situação de conflito, pois, no momento em que ofereciam apoio às jovens, passavam a carregar o estigma de serem mães incompetentes. Então, muitas vezes utilizavam

estratégias defensivas de afastamento, xingando, desprezando, dando apelidos negativos e punindo suas filhas.

No entanto, cabe ressaltar que a grande maioria das participantes deste estudo era negra, etnia comumente discriminada nos EUA, talvez servindo a gravidez como um fator a mais de discriminação, levando as mães das jovens a tomarem as atitudes acima citadas. De forma não tão explícita, o estudo de Silva e Salomão (2003), realizado com jovens paraibanas e suas mães, também encontrou entre algumas avós um sentimento de culpa pela gravidez da filha e o incentivo para o aborto, através do uso de chás. Mais uma vez, os resultados diferentes podem ser decorrentes de fatores culturais. Na Paraíba, as próprias autoras comentam que as avós entrevistadas pareciam ter uma mentalidade mais tradicional do que a de outras regiões do país, não aceitando o “escândalo” provocado pela gravidez da filha.

Ainda quanto ao relacionamento familiar, nota-se um desacordo entre as pesquisas no que diz respeito aos benefícios obtidos pelas adolescentes por morarem com sua família após a gestação. Por um lado, isto seria uma forma de proteção, favorecendo uma maternidade mais positiva e afetuosa (Coley & Chase-Lansdale, 1998). Por outro lado, muitas vezes sua presença na casa dos pais criaria um sistema complexo, instável e conflitivo para o cuidado do bebê, porque nem sempre ocorreria uma divisão adequada de tarefas. As despesas adicionais com a criança seriam sustentadas pelos avós, e o nível de estresse emocional aumentaria, devido ao novo arranjo do sistema familiar, o que poderia prejudicar até mesmo o desenvolvimento do bebê.

Nesse sentido, Silva e Salomão (2003) apontam três situações típicas de relacionamento entre a avó materna do bebê e a mãe adolescente: a avó que assume a responsabilidade pelos cuidados infantis; a que está envergonhada com a gravidez e tem pouca confiança na maturidade da adolescente, tornando-se tão restritiva que o desenvolvimento desta enquanto mãe é inibido; e aquela que serve apenas como um ponto de apoio para a adolescente, assumindo algumas responsabilidades pelos cuidados com a criança. As autoras encontraram como atividades realizadas pelas avós cuidar/apoiar, ensinar/orientar, exercer papel de mãe e avaliar/controlar. As avós guardiãs relataram menores níveis de satisfação conjugal e de união na díade avó/neto(a), além de maior estresse com os pais da criança. Além disso, geralmente quando o exercício da maternidade passa para a avó, a mãe adolescente se torna irmã de

sua própria filha, e a conseqüente confusão de papéis dificulta a construção da identidade da criança, como afirmam Folle e Geib (2004). Entretanto, para Dias e Lopes (2003), somente quando a adolescente se sente incompetente para realizar o cuidado materno é que pode acabar transferindo este cuidado para a sua própria mãe. Assim, o melhor padrão para as mães adolescentes parece ser o cuidado partilhado da criança, sendo a avó vista como um modelo, nem assumindo todas as responsabilidades da parentalidade, nem ficando sem se envolver (Jorgensen, 1993).

De qualquer forma, percebe-se que a gravidez na adolescência atinge todos os membros da família, que devem decidir como proceder em relação à gestação, além de assumir novos papéis familiares. No estudo realizado por Furstenberg (1980), as famílias norte-americanas tiveram que lidar com questões como a incorporação da criança e do pai do bebê à família, e a divisão de responsabilidades e direitos entre as linhagens materna e paterna. O autor também encontrou uma atenuação das tensões pré-existentes na relação pais-filhos com a gravidez, e um bloqueio de uma aliança viável da adolescente com o pai do bebê naquelas famílias solidamente estruturadas. Achado semelhante também foi encontrado por Cervera (1994) em famílias norte-americanas, pois os pais das jovens avaliaram o pai do bebê de forma bastante negativa, ao contrário das próprias adolescentes.

Viçosa (1993) enfatiza, em relação a essa questão, que as mães adolescentes muitas vezes acabariam reproduzindo um modelo familiar de um pai ausente, pois, pelo forte vínculo que mantêm com a mãe, prefeririam continuar morando com sua família de origem a morar com o companheiro. De qualquer forma, nota-se que a relação entre a mãe adolescente e sua mãe é intensificada com a gravidez e o nascimento do filho (Dadoorian, 1998).

Quanto às perspectivas teóricas encontradas para o entendimento da situação de gravidez/maternidade na adolescência, cabe ressaltar a familiar e a individual psicanalítica, que são expostas a seguir. A partir da perspectiva do ciclo de vida familiar, a gestação de um filho na adolescência e o fato de adolescentes morarem junto sem casarem seriam exemplos de situações especiais no ciclo de vida da família, que não são previsíveis e, por isso mesmo, não seriam acompanhadas por rituais que promovam uma preparação e reflexão posterior, podendo gerar mais estresse e, em decorrência, mais sintomas nos membros da família (Imber-Black, 2001). Obviamente, seu caráter especial vai depender da forma como a família e a cultura lidam com estes

eventos. De forma geral, estas situações poderiam ser caracterizadas pela exigência de uma re-elaboração dos relacionamentos, pela falta de apoio social e/ou familiar, pela dificuldade de atingir um equilíbrio entre ser igual e ser diferente das demais famílias, pela vivência da estigmatização em virtude dos preconceitos, pelo envolvimento muitas vezes problemático com sistemas mais amplos, e pelo abandono ou interrupção de rituais familiares posteriores que contribuiriam para construir a identidade familiar.

Também a partir de uma perspectiva sistêmica, Combrinck-Graham (1991), revisando vários estudos, concluiu que, nas famílias de adolescentes grávidas/mães, mesmo quando o pai da jovem está fisicamente presente, ele se envolve pouco com a filha<sup>4</sup>, existindo ainda uma superposição (*sobreinvolucración*) recíproca entre mãe e filha, esta servindo para a mãe como um substituto do pai ausente/distante. A desvantagem educacional destas jovens confirmaria, para o autor, que o papel de companheira da mãe iniciou bem antes da ocorrência da gravidez, levando ao desligamento da jovem da escola. Dessa forma, Combrinck-Graham coloca que a gravidez teria uma função para toda a família: impedir que os membros passem para um novo estágio de relacionamentos mais diferenciados, em função da incapacidade de lidar com uma etapa centrífuga de seu ciclo vital familiar. Assim, algumas jovens poderiam conseguir sua “liberdade” deixando o filho para a própria mãe, como substituto. No entanto, na maioria dos casos isso não ocorreria sem conflito, e a adolescente poderia entregar-se à promiscuidade, às drogas ou a outro tipo de comportamento autodestrutivo. A pauta familiar de um pai periférico e um relacionamento mãe-filha muito emaranhado tenderia a se repetir no futuro, tornando-se a gravidez na adolescência uma situação que dificulta a estruturação de uma fronteira geracional firme. Além disso, também se observaria, segundo o autor, grande incidência de repetição intergeracional da gravidez na adolescência.

Por fim, um entendimento mais individual da maternidade na adolescência, a partir de uma perspectiva psicanalítica, sugere que a gravidez nesta etapa da vida poderia representar uma tentativa, consciente ou inconsciente, de preencher o vazio deixado pelo narcisismo ferido da menina, devido à castração (Borges, 1999; Dadoorian, 1998, 2003). Ela buscaria novos investimentos, devido ao afastamento do investimento original nas figuras parentais que ocorre na adolescência. Em meio a

---

<sup>4</sup> A privação paterna para estas jovens pode ser *real*, isto é, o pai não existir por morte, separação ou abandono, ou *virtual*, isto é, sua presença ser inadequada, ineficaz ou insuficiente. No caso de ausência virtual, ela pode ser constante ou ocasional, e pode não haver disponibilidade de modelos substitutos. Nestas situações, realmente não há um pai em termos relacionais (cf. Gonzalez, 1994).

tantas perdas (do seu corpo, do seu papel e da sua identidade infantil), buscaria conservar a onipotência infantil através da identificação com o bebê, ou então, precipitar-se-ia à vida adulta, buscando o “*status* de gente grande”. Segundo Tavares (1996), a gravidez seria uma tentativa de reconhecimento de um filho, este que elas mesmas são, e que os pais não permitiram crescer. Também pode representar o preenchimento das carências narcísicas dos próprios pais da adolescente (Dadoorian, 1998, 2003). A gravidez pode representar, ainda, uma busca de autovalorização, através da conquista da autoridade e do poder do papel materno, podendo significar uma resistência ao poder parental. Além disso, conforme Folle e Geib (2004), as adolescentes evidenciam uma idealização da situação da maternidade, com conotações de união e harmonia familiar e ênfase na figura paterna, sendo que o funcionamento de suas famílias nem sempre corresponde a essa imagem. Para as autoras, na carência de afeto, dinheiro e moradia, as adolescentes acabariam projetando na maternidade o resgate da esperança na vida, por meio do cuidado materno e do cuidado ilusório de uma nova família.

A partir desta revisão da literatura sobre a maternidade na adolescência, percebe-se a magnitude dos eventuais problemas desta experiência para as jovens, bem como a necessidade de um maior entendimento acerca dos aspectos abordados, em função de resultados contraditórios apontados pela literatura. Conforme comentam alguns autores, a literatura tem destacado um modelo deficitário de mães adolescentes, descritas como sexualmente promíscuas, dependentes dos benefícios estatais, irresponsáveis e possuidoras de pobres habilidades parentais (Dennison & Coleman, 1998; Ward & Carlson, 1995). Em nosso país, a situação não parece ser diferente. No entanto, as experiências, motivações e aspirações destas jovens variam enormemente. De fato, Santos e Schor (2003) apontam a necessidade de levar em conta a heterogeneidade existente entre as vivências de adolescentes grávidas/mães. Segundo elas, as concepções negativas e reducionistas podem se constituir em um entrave para o desenvolvimento de pesquisas e a atuação dos profissionais junto às adolescentes.

Mais especificamente quanto aos estudos revisados, constata-se que um grande número deles tem um caráter descritivo a respeito de um ou outro aspecto relacionado ao fenômeno da maternidade adolescente, nem sempre havendo preocupação entre os autores de teorizar e elaborar hipóteses explicativas para os seus achados em termos do desenvolvimento do adolescente. Pretende-se diminuir esta carência a partir do presente

estudo, com a adoção de uma perspectiva teórica de cunho evolutivo ao se examinar o fenômeno da parentalidade na adolescência. Chama a atenção também a falta de estudos sobre a relação da jovem com seus pais e o fato de um bom número de estudos utilizar comparações entre adolescentes e adultas, além da maior parte deles ter um delineamento transversal e quantitativo.

Passa-se agora ao exame da relação conjugal na adolescência, tendo em vista que, muitas vezes, em função de uma gravidez na adolescência, forma-se um novo casal, que deverá lidar simultaneamente com as demandas da adolescência, da parentalidade e da vida conjugal.

### **A Relação de Casal na Adolescência**

A questão da relação conjugal na vida adulta, e mais especificamente, as transformações da conjugalidade na transição para a parentalidade, têm sido estudadas em âmbito nacional e internacional por diversos autores (Corrêa, 2001; Cox, Paley, Burchinal & Payne, 1999; Dessen & Braz, 2000; Feldman, 2000; Frosch, Mangelsdorf & McHale, 1998; Levy-Shiff, 1994; Menezes, 2001; Wilkinson, 1995). Entretanto, o estudo da relação conjugal na adolescência, nessa mesma perspectiva, ainda é raro, haja vista a escassez de material teórico e empírico referente ao tema. Embora já existam várias pesquisas em relação à maternidade e paternidade na adolescência, o mesmo não ocorre quando se trata dos aspectos conjugais nesta faixa etária. Conforme Hetherington (1997), apesar de as mães adolescentes, em comparação com mães adultas, tenderem menos a casar com o pai da criança, pouco se conhece sobre os casamentos e os parceiros destas jovens. Em virtude do que foi anteriormente exposto quanto aos problemas pessoais e familiares enfrentados pelos pais e mães adolescentes, cabe examinar alguns aspectos desta relação. Infelizmente, os poucos estudos sobre o tema foram baseados em depoimentos de mães adolescentes (Hendricks & Montgomery, 1983), o que impede uma visão mais clara das atitudes dos pais adolescentes em relação à paternidade e à relação com a mãe do bebê.

O que se pode inicialmente pensar sobre os casais adolescentes é que eles constituem muitas vezes uma união estável, pois geralmente coabitam sem oficializar a união através do casamento (cf. Seltzer, 2000). Em função disto, é importante que, inicialmente, sejam contextualizadas as transformações pelas quais a família ocidental tem passado, para, então, examinar a relação de casal na adolescência, tendo em vista



que esse tipo de união nem sempre foi socialmente aceito. Dessa forma, os estudos revisados nesta sessão teórica foram agrupados em torno de três temas: evolução histórica e mudanças na família; coabitação (aspectos históricos e sociais, definição, características, estatísticas, questões legais e estudos empíricos sobre o tema), e estudos teóricos e empíricos sobre a relação de casal na adolescência.

Em relação ao primeiro tema, evolução histórica e mudanças na família, a noção de família nuclear e patriarcal teve sua consolidação com a Revolução Industrial, a partir da qual houve a separação entre a produção e a família (Dias & Lopes, 2003; Giffin, 1998; Ramires, 1997). O homem passou a sair de casa para o trabalho e veio a representar essencialmente a esfera pública, a sociedade e a cultura, enquanto que a mulher permaneceu responsável pelos cuidados da casa e dos filhos, passando a representar a esfera privada da sociedade. Isso ocasionou um distanciamento entre as identidades de gênero e os papéis na família (Dias & Lopes, 2003; Giffin, 1998; Ramires, 1997). De fato, esta estrutura familiar tradicional implicava definições específicas de papéis e de relações, e o estabelecimento de diferenças de gênero e de relações de poder que afetavam tanto os membros do casal, quanto o desenvolvimento da personalidade de seus filhos, criados dentro deste contexto.

Entretanto, como a configuração familiar pode ser extremamente variável, em função de aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais, políticos e religiosos (Osório, 2002), uma transformação passou a ocorrer na família, a partir do empobrecimento de grande parte da população e da conseqüente necessidade de mais trabalho, o que levou à inserção da mulher no mercado de trabalho e no espaço público em geral, amparada pelo movimento feminista e suas conquistas (Dias & Lopes, 2003; Giffin, 1998). Esta situação, por sua vez, levou à necessidade de maior participação do homem nas atividades domésticas e de cuidado com os filhos (Burdon, 1998) e, ao mesmo tempo, a um distanciamento da mulher do seu papel mais socialmente valorizado, tido como natural: o papel materno (Diniz, 1999).

Assim, a igualdade de direitos, deveres e opções entre os sexos pareceu ser o principal agente de transformação da família contemporânea (Dias & Lopes, 2003; Osório, 2002). Também Kiernan (2004a) considera a aumentada participação de jovens na educação, a maior autonomia das mulheres em casa e no mundo do trabalho, a revolução contraceptiva (que auxiliou na separação do sexo e da reprodução) e as altas expectativas em relação aos relacionamentos e ao casamento como fatores de

transformação da família. As definições rígidas de papéis e identidades de gênero passaram a ser questionadas, e novas atitudes e configurações familiares surgiram, como as famílias monoparentais, chefiadas tanto por mulheres quanto por homens, famílias recasadas, famílias homossexuais, dentre outras, indicando que aquele modelo de família nuclear tradicional havia entrado em crise (Ramires, 1997). De fato, o casamento formal heterossexual com a finalidade de constituição de uma família continua sendo uma referência importante, mas convive atualmente com outras formas de união conjugal (Araújo, 2002), indicando seu caráter multifacetado, a partir da complexidade e da não limitação de arranjos possíveis, desenvolvidos sem a ajuda de modelos culturais definidos (Zordan, Falcke & Wagner, 2003).

Passando-se agora a abordar o segundo tema dessa sessão teórica, dentre as novas formas de configuração familiar, cabe destacar aqui a união consensual ou coabitação, que, apesar de freqüentemente ser vista como um desenvolvimento recente, inclui uma variedade de arranjos de vida bastante tradicionais.

Em relação aos aspectos históricos da coabitação, voltando alguns séculos no passado, existem dados ingleses sobre a existência de uniões estáveis, não oficiais, que freqüentemente atingiam o *status* de casamento legal, nas quais crianças nasciam e eram criadas. Já na Suécia, no século XIX, existiam dois tipos de coabitação: uma conhecida como “casamento de consciência”, praticado por um grupo de intelectuais como um protesto contra o fato de que somente os casamentos religiosos eram permitidos naquele tempo, e o “casamento Estocolmo”, encontrado entre pessoas pobres, que não tinham condições de arcar com as despesas de um casamento oficial (Kiernan, 2004b).

Kiernan (2001) traçou o panorama da evolução da coabitação na Europa em período mais recente (década de 50 até os dias atuais). Segundo a autora, devido à grande popularidade do casamento e à tendência crescente para casar em idade cada vez mais precoce que ocorreu entre as décadas de 50 e 60, as uniões informais (ao menos entre pessoas solteiras) eram raras neste período. A coabitação após o divórcio era a forma mais prevalente de coabitação. Antes da década de 70, as uniões consensuais eram estatisticamente invisíveis, apesar de existirem diversos subgrupos da população propícios à coabitação: os economicamente desfavorecidos, aqueles que não conseguiam obter o divórcio, apesar de seu casamento haver fracassado, certos grupos de áreas rurais e grupos que se opunham ideologicamente ao casamento (Kiernan, 2001). Somente na década de 70 surgiu um novo tipo de coabitação que influenciou no

declínio do casamento e que vem aumentando desde então: pessoas jovens vivendo junto como um prelúdio ao casamento ou como uma alternativa a ele (Kiernan, 2004b).

Como afirma Kiernan (2004a), na Inglaterra e em outros países do Oeste europeu não houve nenhuma mudança na vida familiar tão dramática como o rápido aumento nas taxas de coabitação e de nascimento de crianças fora do casamento que ocorreu nas últimas décadas, em função de tendências culturais e materiais de longa data, que alteraram o sentido do casamento ao longo do século XX. Baseada em outros autores (ex. Cherlin), a autora descreve duas grandes mudanças nesse sentido: no meio do século, houve uma mudança do casamento institucional para o de companheirismo, e no final do século, uma mudança do casamento de companheirismo para o individualizado, indicando uma substituição do casamento por parcerias mais flexíveis, que não têm um começo formal e que só se mantêm enquanto ambos tiverem satisfação com a relação.

Assim, o aumento de parcerias não casadas parece também ser um resultado direto do aumento da liberdade individual para iniciar e finalizar relações (Martin, Martin & Martin, 2001), sendo as uniões consensuais entendidas freqüentemente como uma consequência da modernização, individualização e liberação das pessoas jovens das tradições em geral, e da instituição do casamento em particular (Clarke & Jensen, 2004). De fato, sugerem a criação de uma nova moral, baseada em uma responsabilidade individual lúcida, livre de qualquer suporte ritual ou administrativo para a manutenção da união. Em função disso, os parceiros reconhecem a existência de fortes laços morais que os unem, ainda mais pelo fato de serem eles mesmos seus legisladores, e não a Igreja ou a sociedade (Caillé, 1994).

Afora essas mudanças históricas, Kiernan (2001) também comenta sobre os aspectos sociais da coabitação, no sentido de que, segundo a autora, existiriam estágios no desenvolvimento da coabitação dentro da sociedade. Assim, inicialmente, em determinada sociedade, a coabitação emergiria como um fenômeno desviante ou inovador, praticado por um pequeno grupo da população, enquanto que a grande maioria continuaria casando. Em um segundo momento, a coabitação passaria a funcionar como um prelúdio ou um período probatório ao casamento, no qual a força da relação poderia ser testada antes do comprometimento final, sendo uma fase predominantemente sem filhos. No terceiro estágio, a coabitação se tornaria socialmente aceitável como uma alternativa ao casamento, e a parentalidade não ficaria mais restrita

a esse evento, enquanto que, no último estágio, a coabitação e o casamento se tornariam indistinguíveis, com as crianças sendo criadas em ambos os tipos de união. De acordo com Kiernan, estes estágios podem variar em duração, mas, uma vez que determinada sociedade atinja um determinado estágio, torna-se improvável um retorno a um estágio anterior, além de estes poderem co-existir. A autora considera, ainda, que tais estágios possuem paralelos ao nível individual, pois, em um determinado momento, a coabitação pode ter um significado diferente para homens e mulheres, variando com o tempo: uma alternativa à solidão, um precursor ou substituto do casamento. Além disso, a forma como os membros do casal percebem a coabitação pode mudar ao longo do tempo.

Assim, a coabitação é um arranjo conjugal complexo e diverso, de estilos e duração variáveis, que podem ou não incluir crianças, converter-se ou não em casamento, ser tempo integral ou parcial. É justamente essa inconsistência da coabitação que cria dificuldades para a interpretação e o entendimento do fenômeno, e a conseqüente elaboração de políticas públicas (Kiernan, 2004a). Na Europa e nos EUA, a coabitação tem as mesmas características do casamento: vida em comum, na mesma casa, apoio econômico, intimidade sexual e filhos. Na vida cotidiana, muito pouca coisa distingue esses dois tipos de união. Entretanto, para as mulheres, a união consensual pode ser vista como uma alternativa contra a insegurança e a incerteza geradas pelas altas taxas de divórcio, que aumentam os riscos percebidos no investimento em um casamento, ou ainda, simbolizar a evitação da noção de dependência implícita no contrato de casamento (Kiernan, 2004a). Osório (2002) também aponta uma busca por um novo equilíbrio nos jogos de poder entre os membros, um questionamento das relações entre casais, entre pais e filhos, e entre irmãos. Além disto, haveria uma tendência a um respeito maior pela individualidade de cada membro da família (Dias & Lopes, 2003).

Nesse sentido, retomando algumas idéias citadas acima, conforme Heilborn (1995), o casal moderno estrutura-se a partir de um encontro psicológico singular, sedimentado na crença do sentimento amoroso e na recusa à sujeição a regras sociais, sendo pautado pelo princípio de igualdade, que implica a rejeição de qualquer diferença de *status* entre os gêneros, bem como pelo princípio de indiferenciação entre os membros, expressos, na prática, pela reivindicação quanto à equanimidade na divisão das tarefas domésticas e no aporte financeiro de cada um. Assim, o casal moderno aparece como fortemente marcado pela simetria, tendo como regra sociológica a

mutualidade (conjugalidade como núcleo de trocas afetivo-sexuais, com uma não demarcação de papéis conjugais). Além disso, para Heilborn (1995), os novos arranjos familiares surgem justamente para contrabalançar a existência do desejo de vida em comum e de solidão. Entretanto, conforme a autora, apesar de a coabitação facilitar “a fuga do olhar perscrutador do cônjuge” (p. 98), permitindo meios de aproveitamento do tempo de maneira mais pessoal e autônoma, não livra os parceiros dos mecanismos de controle do casamento, apenas matiza o monitoramento pessoal e a contabilidade conjugal, isto é, a conferência do cumprimento do contrato conjugal, através do relatório das atividades cotidianas realizadas fora das vistas do parceiro. Assim, percebe-se que a distância parece continuar sendo o conflito central da relação.

De qualquer forma, como assinala Kiernan (2004a), a coabitação está sendo considerada como a marca do início de uma nova união, enquanto que o ato de casar está se transformando, de uma cerimônia que marcava o início da união, para uma que a confirma. A coabitação parece ser vista como um caminho conveniente para obter as vantagens de uma relação íntima sem o comprometimento de longo prazo que o casamento traz embutido. Felizmente, atualmente o estigma é menor para quem escolhe este tipo de vida conjugal (Haskey, 2001; Martin & cols., 2001).

De fato, a partir de consulta a vários estudos, verifica-se que a coabitação parece ser uma opção cada vez mais presente entre a população em geral. Por exemplo, na região metropolitana de Porto Alegre, houve um aumento de 24% das relações informais entre 1992 e 1995 (Costa, 2000). De 2,3 milhões de pessoas acima de 15 anos, 1.408 afirmaram estar mantendo uma relação afetiva, mas 424,9 mil (mais de 30%) não haviam formalizado a união (civil ou religiosa), em especial entre os 25 e os 29 anos. Em matéria mais recente do Jornal Zero Hora, Gonzatto (2004), baseado nas Estatísticas do Registro Civil de 2003 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), afirmou que mais gaúchos estavam abandonando o casamento formal em prol de uniões informais, destoando da tendência média nacional. Em uma década, o número de casamentos civis no Rio Grande do Sul diminuiu 26%. Em consulta direta ao site do IBGE<sup>5</sup>, em 2003, no Brasil, aproximadamente 5% dos cônjuges tinha menos de 20 anos de idade ao casar legalmente.

---

<sup>5</sup>([http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2003/registrocivil\\_2003.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2003/registrocivil_2003.pdf)), acesso em 22/12/2004.

Também nos EUA, desde a década de 80 as taxas de coabitação estão crescendo no país, em todos os níveis de escolaridade e grupos étnicos. Além disso, mais da metade dos primeiros casamentos está sendo precedida pela coabitação dos parceiros, que continua sendo uma forma de convivência familiar de relativamente curto prazo (dois anos). Naquele país, entre aqueles com menor escolaridade e renda, a coabitação geralmente serve como um substituto para o comprometimento duradouro do casamento. Entretanto, os índices também têm aumentado entre os de maior escolaridade, principalmente entre as mulheres que possuem uma carreira profissional e entre os homens que valorizam muito o lazer (Forste, 2002).

Dados do Reino Unido, informados por Haskey (2001), indicam um aumento de quase três vezes do número de casais que vivem junto (com e sem filhos) entre 1986 e 1998. Segundo o autor, o crescente número de casais unidos consensualmente com filhos foi acompanhado de um declínio no número de casais oficialmente casados com filhos. Além disso, entre os casais consensualmente unidos, era mais comum terem apenas um filho, apesar de que, diferentemente do que apareceu entre os casados, a maioria dos casais que coabitavam não tinham filhos, o que pode ser explicado pela menor idade dos parceiros ou pelo fato de eles casarem ou se separarem antes disso. Nesse sentido, Haskey apontou que homens e mulheres que coabitam são predominantemente jovens (até 25 anos). Por outro lado, outros dados revelados pelo mesmo autor indicam que, em contraste com os casados, a maioria dos casais que coabitam tem estado junto por alguns poucos anos (dois a três anos), apesar de estar evidente um aumento no tempo de coabitação. Assim, conforme Haskey, muitas uniões terminam em casamento, embora esta proporção esteja declinando levemente e, conseqüentemente, a idade de casamento esteja ficando cada vez maior. O que parece é que cada vez mais os casais que começam a viver juntos não colocam o casamento como prioridade, embora desejem fazê-lo. Segundo o autor, muitos vêem um casamento adequado como muito caro, especialmente no momento em que estão ajeitando a casa e os custos são elevados. Desse modo, acabam adiando-o para um momento em que possam arcar com as despesas, quando os arranjos domésticos já foram feitos e eles se sentem prontos para esta ocasião social. Nota-se, também, que casamentos civis são mais freqüentemente precedidos por uniões consensuais do que os religiosos (Haskey, 2000).

Também trazendo dados da Inglaterra, a partir de levantamento nacional de 2001, Kiernan (2004b) comenta que, atualmente, duas de três pessoas que coabitam naquele país nunca foram casadas, porque viver junto antes do casamento tem se tornado uma prática majoritária. Entretanto, a partir do panorama da Europa como um todo, a Inglaterra e os demais países do Reino Unido se encontram em um grupo cujas taxas de coabitação são intermediárias, juntamente com Áustria, Alemanha, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. As taxas mais altas seriam encontradas nos países nórdicos e na França, enquanto que nos países do sul (Grécia, Itália e Portugal) as taxas seriam as menores. A autora comenta que na faixa etária dos 20 anos, na Europa, a proporção de coabitação é mais elevada em relação ao casamento. Metade ou mais das uniões são coabitação, porém, elas significam um prelúdio para o casamento nesta idade, uma vez que na faixa etária dos 30 anos, o casamento continua sendo a forma mais comum de união, apesar do substancial aumento nas proporções de coabitação desde a década de 80 também para pessoas dessa idade (Kiernan, 2004b). Nesse sentido, Kiernan traz dados que corroboram aqueles expostos por Haskey (2001) em relação à curta duração dessas uniões (três anos), ou por se converterem em casamento, ou por se dissolverem, apesar de a extensão do tempo gasto em coabitação estar aumentando desde a década de 80.

Quanto à parentalidade nas uniões consensuais, Kiernan demonstra que mais filhos primogênitos estão nascendo dentro de uniões consensuais em comparação aos demais filhos, e a extensão na qual as crianças nascem dentro deste tipo de união varia de acordo com a idade e a etnia da mãe no momento do nascimento, sendo mais popular entre mães jovens e brancas. A gravidez parece ser um importante fator precipitador da coabitação: em função do declínio do estigma de ter um filho fora de um casamento oficial, esta é uma opção preferida pelas mulheres frente à maternidade independente ou o casamento, uma vez que não sabem se o parceiro terá condições de apoiá-las economicamente. Infelizmente, fora dos países nórdicos, a parentalidade em uma união consensual tende a ser mais comum entre as pessoas com menor escolaridade (Kiernan, 2004b), além do que, mulheres que se tornam mães em uniões consensuais tendem a ter parceiros desempregados ou com ocupações que não exigem grande habilidade e não remuneram bem, o que pode explicar por que estas duplas com filhos estão entre as famílias mais pobres (Edlund, Haider & Pande, 2002; Kiernan, 2001, 2003). Além disso, em todos os países estudados, as crianças nascidas dentro de uma união

consensual mais provavelmente vivenciarão uma separação parental do que aquelas nascidas dentro de um casamento. Isso porque, dentro do conjunto das uniões consensuais, aquelas que não se convertem em casamento parecem ser as mais frágeis, com ao menos uma em cada cinco estando dissolvidas aos cinco anos da criança (Kiernan, 2004b). Por outro lado, mães que têm um filho numa relação consensual tendem a casar, especialmente no primeiro ano do bebê, alegando o compromisso e os direitos da criança como importantes razões para isso (Kiernan, 2001). Mas talvez o casamento só ocorra em caso de melhor nível sócio-econômico do parceiro.

Haskey (2001) traz estimativas futuras quanto ao número de casais que viverão juntos, a partir dos dados levantados até então no Reino Unido. Nesta região, é projetado um aumento de quase 90% da taxa atual de coabitação (22%, contra 12% atual) em 2021, isto é, 2,93 milhões de pessoas. Ele estimou cerca de 2,4 milhões de homens e mulheres solteiros até 45 anos, o que levará ao aumento do número de filhos entre casais que coabitam. Nesse panorama, questões como a responsabilidade paterna dos homens não casados, o contato dos pais com seus filhos e a pensão para a criança em caso de dissolução da união se tornam importantes, em função do número de pessoas envolvidas.

Em relação à questão legal, a Holanda foi o primeiro país europeu a formalizar a coabitação heterossexual. Na França, as pessoas devem registrar sua união e um contrato que contém seus direitos e responsabilidades, enquanto que na Inglaterra, apesar de alguma proteção estatal ser oferecida aos parceiros, esses casais não têm a mesma necessidade que os casados de assinar um registro; em outras palavras, se a dupla decide não casar, esta decisão é respeitada (Kiernan, 2004a).

No Brasil, na Constituição Brasileira de 1988 (em seu artigo 226, § 3º. e 4º.) passou a ser reconhecida “a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar”, sendo a família considerada “a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Entretanto, a primeira regulamentação da norma constitucional que trata da união estável adveio com a Lei n. 8.971, de 29 de dezembro de 1994, que definiu como “companheiros” o homem e a mulher que mantivessem uma união comprovada, na qualidade de solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, por mais de cinco anos, ou com prole. Posteriormente, a Lei n. 9.278, de 10 de maio de 1996, omitiu os requisitos de natureza pessoal, tempo de convivência e existência de prole. Assim, considerou entidade familiar como a convivência duradoura, pública e



contínua de um homem e uma mulher, com o objetivo de constituir uma família. Houve a substituição da expressão “companheiros” por “conviventes”. Mais recentemente, o novo Código Civil de 2002, equiparou a união estável ao casamento, não estabelecendo mais o tempo mínimo de convivência, nem a necessidade de viver sob o mesmo teto, e sim valorizando os deveres de lealdade, respeito e assistência, bem como de guarda, sustento e educação dos filhos. Também no novo Código passou a ser presumida a colaboração dos conviventes na formação do patrimônio familiar, pertencendo os bens adquiridos no período de união a ambos, devendo ser partilhados em caso de dissolução da mesma. Essa situação só se modifica caso haja um contrato escrito entre os companheiros, que explicita os bens de cada um e a forma de administração do patrimônio. Cabe lembrar que a união estável pode ser convertida em casamento através de um requerimento ao juiz e o assento no Registro Civil (Gonçalves, 2002).

Infelizmente, poucos estudos empíricos foram localizados sobre esta forma de união conjugal. Kramer (2004) entrevistou estudantes de graduação e pós-graduação que viviam com uma outra pessoa, ao menos por três meses, em relação aos motivos que os levaram à decisão de morar juntos, encontrando como as razões mais comuns economizar dinheiro, conveniência e necessidade de ter uma casa. Conforme referem Jamieson e colaboradores (2002), vários autores consideram o aumento do número de duplas heterossexuais vivendo junto sem casar como uma redução do desejo de criar e honrar parcerias de longa duração. Nesse sentido, Schames (2000), em estudo sobre satisfação conjugal de homens e mulheres porto-alegrenses, comparando casais oficialmente casados em relação àqueles que apenas coabitavam, encontrou maior consenso nos relacionamentos conjugais oficializados, o que, segundo ela, sugere que, pelo acordo oficial, tornem-se maiores o comprometimento e o investimento na relação. Também no estudo conduzido por Baloush-Kleinman e Sharlin (2004), a partir de uma pesquisa com amostra randômica nacional norte-americana, constatou-se que a coabitação antes do casamento foi mais comum entre os homens menos religiosos e menos comprometidos. Além disso, houve associação entre coabitação e baixo nível de felicidade e alto nível de interações conjugais negativas.

De fato, entre as duplas que apenas coabitam, sem casar, outros estudos apontam características negativas de funcionamento conjugal. Por exemplo, Brown (2000), usando dados do *National Survey of Families and Households* (EUA) para avaliar o efeito do tipo de união sobre a depressão, refere que a depressão foi mais comum entre

peças que coabitavam do que entre os casados. Segundo o autor, a maior incidência de depressão foi devida à maior instabilidade conjugal dos casais que coabitavam, em comparação aos casados, especialmente entre aqueles cuja coabitação era de longa duração e quando havia filhos biológicos e/ou do parceiro. Não foi encontrada associação entre o tipo de união e características pessoais. Shields e Wooden (2003) citam uma pesquisa realizada em contexto norte-americano que indicou que o nível de felicidade daqueles que coabitavam era significativamente menor do que o das pessoas casadas, mas maior do que o das pessoas solteiras. Também Kim e McKenry (2002), examinando a relação entre casamento e bem-estar psicológico, encontraram efeitos menos intensos da coabitação sobre o bem-estar psicológico, em comparação com o casamento, sugerindo que os efeitos protetivos do casamento seriam maiores que aqueles da coabitação. Dush, Cohan e Amato (2003) conduziram um estudo a fim de examinar a relação entre a coabitação antes do casamento e problemas conjugais com 1425 pessoas que casaram em dois períodos de tempo diferentes nos EUA (1964 – 1980 e 1981- 1997). Os autores encontraram que os parceiros que moraram juntos antes do casamento referiram menor qualidade conjugal e maior instabilidade conjugal nos dois períodos de tempo. Ainda Stanley, Whitton e Markman (2004) comentam que geralmente são associados à coabitação riscos para altas taxas de divórcio e término de relacionamento, baixa satisfação com a relação e maior taxa de interações violentas.

Entretanto, a partir de entrevistas em profundidade e questionário aplicados a amostras de casais escoceses de 20 a 29 anos, Jamieson e colaboradores (2002) constataram, entre os membros dos casais que coabitavam, um forte comprometimento, enfatizado pelos participantes. Vários tinham uma opinião de que o casamento não teria nenhum valor adicional em sua união, não casando por não verem nenhum sentido nessa decisão. Além disso, na revisão da literatura realizada por Shields e Wooden (2003), eles apontam que, na Noruega, os membros dos casais que coabitavam não apresentavam níveis de satisfação de vida significativamente diferentes daqueles que eram oficialmente casados, o que pode refletir a grande aceitação da união consensual na Escandinávia. Também em relação aos riscos de dissolução conjugal, estes parecem ser maiores para casais que coabitam antes do casamento na França, Alemanha e Suécia, enquanto que, em outros países, como Noruega, Finlândia, Áustria e Suíça, isso não acontece (Kiernan, 2001). Haskey (2001) inclusive afirma que evidências recentes têm sugerido que a coabitação antes do casamento não está associada com um risco

maior de divórcio subsequente, como se encontrava em estudos anteriores, porque, conforme Svarer (2004), a coabitação permitiria à pessoa obter informações sobre a qualidade do par, e apenas a partir da harmonia e da compatibilidade o relacionamento evoluiria até o casamento.

Fica evidente, assim, que muitos dos resultados apontados pelas pesquisas aqui revisadas estão sujeitos a influências sociais e culturais mais amplas. Por exemplo, em relação aos efeitos da coabitação pré-nupcial na divisão do trabalho doméstico, Batalova e Cohen (2002) assinalaram que as mulheres realizavam mais atividades domésticas que os homens nos casais de 22 países investigados por eles, mas os casais casados que haviam morado junto antes do casamento tinham uma divisão mais igualitária nesse aspecto. Entretanto, a influência das taxas de coabitação somente foi observada em países com maior nível de igualdade de gênero, o que fez os autores pensarem que a tendência para o aumento da coabitação se deve em parte a uma tendência social mais abrangente em direção a uma divisão mais adequada do trabalho doméstico.

A gravidez tem sido apontada, em alguns estudos, como um dos fatores que levaria casais que coabitam a casarem. Por exemplo, a partir de uma pesquisa feita com dados de um estudo nacional sobre as famílias, nos EUA, Manning e Smock (1995) encontraram que a presença de filhos durante a união consensual tende a aumentar as chances de casamento com o parceiro para negros e brancos. Berrington (2001), através de análise de dados nacionais sobre homens e mulheres que coabitam na Inglaterra, também encontrou a gravidez como o fator chave na promoção do casamento, para homens e mulheres. Também Baloush-Kleinman e Sharlin (2004), em Israel, a partir de estudo com casais adultos, encontraram alta correlação entre o desejo de casar e o desejo de ter filhos no futuro, concluindo que a coabitação não parece ser uma alternativa para o casamento, mas um prelúdio para isso. Na Suécia, país onde a coabitação é norma antes do casamento, Duvander (1999) procurou investigar os fatores de influência para a transição da coabitação para o casamento, utilizando dados de um levantamento familiar nacional feito em 1992. Segundo o autor, o estágio do curso de vida, os ganhos econômicos no casamento e a socialização familiar foram os principais fatores preditores da transição da coabitação para o casamento. Outros fatores de influência foram as atitudes em relação ao lazer e à parentalidade.

Entretanto, a situação parece ser diferente em caso de filhos já estarem presentes. Estudo realizado na Noruega por Jensen e Clausen (2003), com crianças

nascidas em 1980, 1986 e 1992, sobre a dissolução da família entre pais casados e que apenas moravam juntos, encontrou maiores riscos para a dissolução familiar entre as crianças cujos pais apenas moravam juntos, em comparação com as crianças cujos pais eram casados. Segundo os autores, os dois maiores preditores da dissolução familiar foram o número de filhos e o fato de estar casado ou não, além da idade materna e da presença de filhos mais velhos de outras uniões (Jensen & Clausen, 2003). A partir de estudo mais recente, baseado em censos nacionais do Reino Unido, Inglaterra e Noruega, Clarke e Jensen (2004) encontraram, em todos os países, considerável risco de dissolução familiar no caso de crianças nascidas em união consensual, sendo ainda maior este risco nos países do Reino Unido e Inglaterra, em comparação com a Noruega. Assim, o fato de ter filhos não necessariamente levaria a dupla que coabita ao casamento, como apontado pelos estudos anteriormente citados, ou talvez o efeito da gravidez fosse maior do que o do parto (Baizán, Aassve & Billari, 2003).

A partir da contextualização da coabitação em termos históricos e sociais, passa-se à exposição de alguns estudos teóricos e empíricos encontrados sobre a relação conjugal na adolescência, foco do presente estudo e terceiro tema desta revisão da literatura. Cabe lembrar que, quando um casal adolescente se forma, geralmente a modalidade adotada não é o casamento, e sim o namoro ou a coabitação (Lamb & cols., 1986), sendo esta aceita como um ensaio para o casamento (Zordan & cols., 2003). Por isso, considerou-se necessário inicialmente revisar diversos aspectos ligados a essa forma de união conjugal.

Segundo Lima e colaboradores (2004), os casais adolescentes atualmente se formam em um contexto de mudanças no que se refere aos valores e à vivência da sexualidade. A ocorrência da iniciação sexual se dá cada vez mais precocemente, muitas vezes sem nenhum preparo emocional, havendo um questionamento da valorização da virgindade. De fato, conforme Martin e colaboradores (2001), as relações sexuais se tornaram um aspecto comum dos relacionamentos entre adolescentes, que demonstram grande aceitação da atividade sexual antes do casamento, principalmente quando estão envolvidos com alguém que amam. Dessa forma, os namoros são cada vez mais breves e intensos, e as relações, marcadas pela eventualidade, não compromisso e atração física (Lima & cols., 2004). Contudo, diferentemente disso, em pesquisa com mães adolescentes no Distrito Federal, Fávero e Mello (1997) constataram que, na classe média, o namoro passava por fases, ocorrendo a relação sexual somente quando o

relacionamento já era considerado “firme”, após uma fase de convívio intenso. Entretanto, o início das relações sexuais acontecia tanto pelo desejo da adolescente de assegurar o namoro, como para diminuir a sua insegurança.

Conforme Zordan e colaboradores (2003), os jovens hoje possuem maior independência dentro da família, já não necessitando mais casar para fugir do controle dos pais e nem para manter relações sexuais regulares com um companheiro, o que faz com que o casamento se transforme de instituição em formalidade. Além disso, o casamento não é mais entendido como a única forma aceitável de vida adulta (Martin & cols., 2001), haja vista que as chances de casamento precoce parecem declinar com o aumento da disponibilidade e atratividade de alternativas ao papel de esposa fornecidas pela família (Waite & Spitze, 1981; Osofsky & cols., 1993). Estes últimos autores colocam, inclusive, que a pequena incidência de casamento entre adolescentes é comum também pela diminuição geral da taxa de casamentos e pelo aumento no índice de pobreza da população. De fato, a partir de pesquisa investigando expectativas de 3646 adolescentes norte-americanos em relação ao casamento e ao parto, Smith e Zabin (1993) comentam que, tanto negros quanto brancos, referiram uma idade mais avançada para o casamento do que para o primeiro parto, indicando que eles esperavam ter o seu primeiro filho sem ainda estarem casados.

Nesse sentido, Costa (2000) comenta que muitos jovens procuram evitar a ansiedade do estágio final da adolescência, momento de consolidação da identidade, através da fuga do compromisso conjugal, estendendo a adolescência, ou abreviando-a mediante um casamento precoce, antecipando seu amadurecimento. Nesse último caso, mais tarde, em função de insucessos afetivos e sexuais, estas pessoas podem sentir a necessidade de voltar atrás para retomar o processo de amadurecimento. O casamento adolescente, para Costa e Katz (1992), poderia funcionar como uma defesa (com características anti-edípicas e antidepressivas) do adolescente, uma fuga para a vida adulta, através da evitação do conflito de separação dos pais. Nesse caso, o casamento, por seu caráter social, seria utilizado como forma de solução aparente do conflito. Tentando preencher o vazio que o curto-circuito do processo de desenvolvimento acarreta, o indivíduo passaria a idealizar o parceiro em seus aspectos estéticos (beleza, intelectualidade e dinheiro), o que serviria para mascarar as inevitáveis frustrações afetivas e sexuais que um relacionamento desse tipo acarreta. Assim, o conflito adolescente influiria decisiva, mas inconscientemente, na escolha do parceiro, que, em

algum grau, guardaria semelhança com o objeto incestuoso que a pessoa tenta evitar, ao dar o salto para a maturidade (Costa & Katz, 1992). A partir dessas considerações, se pode pensar que talvez a escolha por uma união consensual seja uma alternativa saudável por parte dos adolescentes, uma vez que a separação dos pais poderia ocorrer, mesmo que de forma mais gradual, nesse tipo de união.

Mesmo quando os jovens estabelecem relações comprometidas e apaixonadas, ao invés do sexo casual, estas costumam ser temporárias (geralmente têm duração de um ano) e não evoluírem para o casamento. De fato, muitos escolhem coabitar como uma alternativa ao casamento ou para adiá-lo, não necessariamente por uma rejeição direta ao mesmo (Martin & cols., 2001). Nesse sentido, Martin e colaboradores comentam que jovens expostos a níveis significativos de conflito e divórcio parental demonstram grande aceitação da coabitação antes do casamento (dado confirmado por Kiernan, 2001), considerando-a como uma tentativa de determinar a compatibilidade entre os membros do casal e, assim, aumentar as chances de ter um casamento bem-sucedido posteriormente. De fato, segundo dados trazidos por Seltzer (2000), as estatísticas apontam que aproximadamente 30% dos bebês nascidos fora de uma união oficial são de mulheres com 20 anos ou menos. No entanto, conforme Dennison e Coleman (1998), a coabitação e o casamento parecem ser opções particularmente freqüentes para os adolescentes mais velhos, enquanto que, entre os mais novos, é mais freqüente a permanência na casa dos pais durante a gravidez e até mesmo após o nascimento do bebê, pelo menos entre jovens inglesas.

De qualquer forma, as relações consensuais entre adolescentes parecem ser marcadas por dificuldades. Por exemplo, respostas que indicavam um relacionamento negativo entre o pai adolescente e a mãe de seu filho foram encontradas por Nunes (1998) entre gaúchos, geralmente referindo-se ao término do relacionamento ou à imaturidade/infantilidade da relação. O estudo realizado por Moore e Florsheim (2001) também revelou que duplas adolescentes norte-americanas que esperavam um bebê exibiram taxas mais altas de processos interpessoais negativos, como controle, acusação, bloqueio/cerceamento, incluindo comportamentos como exigir/retrair-se (*demand-withdraw*), do que duplas que não esperavam um bebê. Também foram encontrados mais comportamentos do tipo controle e acusação da adolescente em relação ao companheiro e menos apoio mútuo. Foi observada ainda uma diferença de gênero: enquanto as adolescentes tenderam a manter comportamentos de proximidade

em relação ao jovem, este manteve sua autonomia, engajando-se em comportamentos individualizados. Segundo os autores, os comportamentos negativos podem ser decorrentes do estresse da gestação ou até um fator de predisposição a ela.

Além disso, várias razões são citadas para explicar a grande instabilidade e a pequena durabilidade dessas relações, tais como a existência de características negativas associadas a altas taxas de divórcio em todas as idades, como se casar por causa da gestação, ter menor nível educacional e perspectivas de trabalho mais limitadas (Steinberg, 1985; Hetherington, 1997); a necessidade de abandonar os antigos projetos de vida e a falha em alcançar uma autonomia econômica e emocional em relação às famílias de origem (Oliveira, 1998); viver sob estresse econômico e o parceiro ter menos recursos, por falta de treinamento educacional e ocupacional (Hetherington, 1997); a imaturidade para organizar a vida em família e para lidar com as alterações da vida sexual e financeira, em função da exclusividade exigida pelo bebê, que mina o estado de enamoramento e paixão anterior (Oliveira, 1998; Trindade & Bruns, 1999); a instabilidade emocional, a cobrança, a culpa e a necessidade de buscar novas experiências (Machado & Paula, 1996) e o nascimento precoce de um segundo filho (Hetherington, 1997).

Afora isso, Oliveira (1998) destaca que, para a adolescente, a união ao pai da criança poderia significar, muitas vezes, uma submissão à sua própria família, “pagando um preço muito alto” para ter sua “dignidade” recuperada. Essa idéia perpassa os achados encontrados por Fávero e Mello (1997), através de entrevistas com mães adolescentes. Segundo elas, as adolescentes assumiam um papel passivo nas decisões referentes à sua vida pessoal, cabendo primeiramente à sua mãe e, em segundo lugar, ao marido o papel de decidir sobre o seu futuro. Na classe sócio-econômica baixa, havia um esforço da família para garantir o compromisso do namorado com o casamento – esta opção não era questionada – e as decisões sobre estudo/trabalho passavam a ser do marido, que, em geral, faziam com que as adolescentes abandonassem a escola.

Também McLaughling e colaboradores (1986) ressaltam que o casamento entre adolescentes para legitimar o nascimento de uma criança reduz a probabilidade de a adolescente retornar à escola, especialmente entre negros norte-americanos. Percebe-se, assim, que os jovens são pouco atendidos na preparação para o casamento e a vida familiar, podendo entrar em um relacionamento muito rápido, sem a adequada preparação para realizar os ajustamentos necessários para assegurar uma relação estável

e harmônica. Na verdade, a entrada precoce no casamento e na parentalidade parece criar expectativas irreais sobre o que estes papéis incluem (Martin & cols., 2001), servindo essas considerações para explicar a afirmação de Steinberg (1985) de que a taxa de divórcio de homens que se casam na adolescência é três vezes maior do que a taxa de homens que se casam por volta dos 30 anos, e quatro vezes maior entre as mulheres.

Cabe ainda ressaltar que, em caso de problemas conjugais, parece ocorrer um afastamento do pai adolescente em relação à criança (Allen & Doherty, 1996; Belsky & Miller, 1986; Dennison & Coleman, 1998; Marsiglio & Cohan, 1997), pelo fato de a adolescente ou sua família o impedirem de ver o bebê, e por desacordos entre ele e a jovem acerca da criação e das habilidades do bebê (Hendricks & Montgomery, 1983). Assim, a relação com a mãe da criança pode ser um fator de afastamento do pai adolescente ou de seu envolvimento com o filho(a) (Allen & Doherty, 1996).

Todavia, nem todos os casais adolescentes apresentam padrões interpessoais negativos e dificuldades, devendo-se ter cuidado com os estereótipos sobre a eventual natureza inadequada destes relacionamentos. Por exemplo, Galliher e colaboradores (1999), investigando 61 casais adolescentes, encontraram, em geral, um padrão igualitário de relacionamento, com a maioria das duplas contribuindo igualmente com recursos emocionais, dividindo o poder na interação e as responsabilidades pelas decisões tomadas. Além disso, nem sempre as uniões entre adolescentes terminam em função da gravidez. Segundo Lima e colaboradores (2004), a gravidez pode ser justamente uma tentativa de fortalecimento do vínculo com o parceiro. Ter um bebê parece reduzir a chance de término da união, independentemente da decisão de formalizá-la ou não. Por exemplo, em pesquisa longitudinal realizada por Rubin e East (1999), com 154 adolescentes norte-americanas, as que disseram “desejar um bebê” mais provavelmente viviam com o pai do bebê no momento da concepção e dois anos após o nascimento do mesmo, mostrando uma estabilidade conjugal, ao contrário daquelas que disseram que a gravidez “simplesmente aconteceu”. Uma outra pesquisa realizada por Toledo-Dreves, Zabin e Emerson (1995), com 307 adolescentes norte-americanas, também revelou que o pai da criança foi, para 80% do grupo, o único parceiro sexual, e que a duração do namoro foi, em geral, de dois anos, desde a primeira relação sexual até o momento da gravidez, sendo que 2/3 da amostra ainda estava unida criando o bebê dois anos após seu nascimento, mesmo sem estar oficialmente casada.



Dados semelhantes foram encontrados por Cutrona e colaboradores (1998), através de um estudo longitudinal da gestação aos 18 meses do bebê, conduzido com 105 mães adolescentes norte-americanas. A situação de morar junto com o pai do bebê se manteve constante ao longo do tempo, inclusive com um aumento do número de casamentos. Os pais mais provavelmente estavam envolvidos com a jovem se eles tinham uma relação íntima e de apoio seis meses antes do nascimento do bebê. Outro estudo transversal, realizado com 309 gestantes adolescentes gaúchas (11 a 19 anos), usando questionário padronizado, realizado por Abeche (2003), demonstrou a existência de melhor aceitação da gestação entre aquelas que engravidaram de seu primeiro parceiro e que moravam com ele. Assim, as relações entre os adolescentes não parecem sem sentido, devendo-se explorar melhor se a duração depende do nascimento do bebê, ou se é a maior duração do relacionamento que influencia na decisão de ter um bebê (Seltzer, 2000). Aquelas garotas que desejam a gravidez parecem estabelecer relações conjugais mais cedo e direcionar sua vida privilegiando a maternidade, em detrimento dos objetivos educacionais e laborais (Rubin & East, 1999). Assim, a parentalidade pode unir os membros do casal pela sua decisão de morarem junto, promovendo um crescimento emocional da dupla e a manutenção de sentimentos positivos (Trindade & Bruns, 1999). De fato, uma percepção positiva da relação com a mãe do bebê foi encontrada em várias pesquisas realizadas com pais adolescentes (Dallas & Chen, 1998; Hendricks, 1988; Hendricks & Montgomery, 1983; Nunes, 1998; Trindade & Bruns, 1999; Westney & cols., 1986), bem como uma intenção de manter o relacionamento, mesmo sem sua oficialização (Dallas & Chen, 1998; Westney & cols., 1986). Contudo, o nível de envolvimento pós-natal com a adolescente parece estar relacionado à maior duração do relacionamento anterior à gestação, bem como à preparação do jovem para a paternidade (Westney & cols., 1986).

A união consensual com o pai do bebê também parece influenciar no modo como a gestação é percebida pela família e pela própria adolescente, chegando a alterar padrões relacionais e comportamentos ao longo da gestação. Por exemplo, no estudo de Gama e colaboradores (2004), realizado no Rio de Janeiro, o apoio e coabitação com o pai do bebê apareceram relacionados ao bem-estar psicológico da adolescente grávida e ao seu grau de satisfação em relação à vida. O mesmo estudo referiu que este apoio poderia levar a um aumento da auto-estima por parte da jovem, diminuição da depressão e do estresse emocional. Também no estudo conduzido por Unger e Wandersman

(1988), a maioria das jovens mães norte-americanas mostrou-se satisfeita com o apoio recebido do pai do bebê na gestação e no oitavo mês, embora a percepção de apoio do parceiro tenha melhorado ao longo do tempo. O apoio do parceiro durante a gestação e no pós-natal relacionou-se com a satisfação geral da jovem com sua vida. No entanto, neste período, metade das mães não estava mais envolvida com os pais biológicos dos filhos, e sim com outros namorados, ou tinham outros parentes desempenhando a função paterna para a criança. De qualquer modo, como ressaltam Martin e colaboradores (2001), esse resultado positivo pode ser decorrente do fato de a coabitação ser vista, entre as jovens, como uma forma de adquirir maior segurança e estabilidade, especialmente pelo apoio financeiro fornecido pelo parceiro a elas e ao bebê, e pelo fato de a criança ter um pai.

De qualquer forma, o momento da gestação e do casamento parece influenciar na manutenção ou não do relacionamento da dupla. Em pesquisa com casais jovens norte-americanos, Billy, Landale e McLaughlin (1986) encontraram pequena diferença na probabilidade de separação entre as mães adolescentes que já estavam casadas antes da gravidez, e aquelas que casaram entre a gravidez e o parto, ao contrário daquelas cujo parto aconteceu antes do casamento, fato que elevou significativamente a probabilidade de ruptura conjugal, especialmente entre as jovens negras. Assim, entre as jovens que casaram antes do nascimento do bebê, houve pequena diferença na probabilidade de separação, quando comparadas com aquelas que casaram antes de ficarem grávidas e aquelas que casaram depois de ficarem grávidas, mas antes do parto.

Em outro relato de pesquisa, McLaughlin e colaboradores (1986) verificaram que as adolescentes que casaram antes do nascimento do primeiro filho ficaram menos tempo sem engravidar novamente, em comparação àquelas que casaram antes de engravidar ou durante a gravidez. Outro estudo longitudinal conduzido por Timmer e Orbuch (2001), com 373 recém-casados brancos e negros nos EUA, encontrou que os jovens que tiveram filhos antes do casamento tendiam significativamente mais que os não pais a mencionar vantagens práticas do casamento após um ano da ocorrência do mesmo, como por exemplo, segurança financeira, ter uma casa, o parceiro ser um bom pai/mãe, o que chegou a reduzir o risco de divórcio destes casais em aproximadamente 85%.

Como destaca Kahhale (1997), diversas razões pessoais podem influenciar os jovens a manterem ou não sua relação conjugal a partir da gravidez. A decisão de

rompimento do relacionamento pode representar tanto um amadurecimento, como uma recusa ao crescimento, pela manutenção da dependência dos próprios pais. Além disso, poderia estar a serviço de fantasias adolescentes de criar algo próprio e construir a identidade através do filho, ou estar relacionada a uma dificuldade de aceitar o outro em situação de igualdade e complementaridade na sexualidade. Fica evidente, então, a partir da posição da autora, que, para cada casal adolescente, a situação pode se configurar de forma diferente, tanto como submissão à família ou aos parceiros e incapacidade de crescimento pessoal, quanto como amadurecimento.

Os estudos apresentados nesta sessão revelam que, se em épocas anteriores a coabitação não era um tópico de pesquisa privilegiado, atualmente já merece ser um objeto de estudo por si só, devido ao seu grande crescimento e às repercussões deste na mudança dos perfis e estruturas familiares, bem como na vida pessoal da criança e dos parceiros envolvidos (Haskey, 2001). Entretanto, a partir dos escassos estudos encontrados sobre a relação conjugal na adolescência, apresentando resultados contraditórios e pouco explicativos, fica evidente a necessidade de pesquisar sobre o tema, a fim de se poder melhor conhecer este fenômeno, para aprimorar futuras intervenções com esta população. Dessa forma, a fim de ampliar o entendimento da relação de casal na adolescência, escolheu-se focalizar o estudo deste tópico em duas dimensões centrais e paradoxais das relações de casal: a individualidade e a conjugalidade, que são abordadas a seguir.

### **Individualidade e Conjugalidade na Relação de Casal**

Nessa sessão, inicialmente são caracterizados os conceitos de individualidade e conjugalidade, levando-se em conta fatores históricos e sociais na explicação desta questão paradoxal da relação de casal. Após, são revisados alguns estudos sobre o tema. Apesar de ter sido feita uma exaustiva revisão da literatura sobre o assunto, foram enfatizadas aqui as idéias trazidas por Féres-Carneiro e colegas (Féres-Carneiro, 1996, 1998, 2001; Féres-Carneiro & Magalhães, 2000; Magalhães & Féres-Carneiro, 2003), que se constituem em uma referência no estudo do tema em âmbito nacional.

O casamento atualmente é uma relação de extrema importância para os indivíduos envolvidos, devido ao alto grau de intimidade e de investimento afetivo presentes nesta relação (Féres-Carneiro, 2001), que oferece um espaço potencial para a

satisfação de anseios e necessidades especificamente humanas (Costa & Katz, 1992). Seu paradoxo seria justamente o fato de que nenhuma outra relação exige a satisfação tão grande das necessidades mais elementares de união, de pertencer um ao outro, de cuidados, proteção e dependência e, ao mesmo tempo, tal soma de identidade, estabilidade, autonomia e maturidade (Willi, 1978).

Tendo em vista estas premissas sobre a relação conjugal, interessa aqui o estudo de duas dimensões opostas que perpassam a vida a dois, constituindo-se em um dos grandes dilemas do casamento moderno (em referência às diversas formas de relacionamento conjugal): a *individualidade* e a *conjugalidade*. Heilborn (1995) sugere que a palavra conjugalidade foi tomada de empréstimo da língua francesa. A autora usa o termo para recobrir todo o espectro de estruturas sociológicas pertinentes à vida a dois. Já Magalhães e Féres-Carneiro (2003) definem conjugalidade como uma dimensão psicológica compartilhada da vida do casal, que possui dinâmica inconsciente, com leis e funcionamento específico, opondo-se à individualidade, que trataria da dimensão individual presente na vida a dois. Assim, a conjugalidade faria referência à vivência compartilhada dos membros do casal, em função da continuidade e estabilidade do vínculo, estando fundamentada e estruturada a partir da identidade conjugal, por sua vez pautada na trama identificatória dos parceiros, contendo tanto aspectos inconscientes como conscientes (Féres-Carneiro & Magalhães, 2000), incluindo sentimentos, emoções, fantasias, idéias, expectativas e projetos compartilhados (Magalhães, 2003). De fato, Féres-Carneiro (1998) coloca que conjugalidade é o termo usado na literatura em geral em referência à identidade conjugal. A conjugalidade poderia ser entendida, então, como uma estrutura formada a partir da individualidade dos parceiros e do interjogo dinâmico inconsciente do par conjugal. Em outros termos, poderia ser entendida como um eu conjugal, um sistema com funcionamento autônomo (Féres-Carneiro & Magalhães, 2000).

Segundo Magalhães (2003), dentre as principais características da conjugalidade, podem ser citadas: a oscilação entre momentos de fusão e de diferenciação dos parceiros, as trocas intersubjetivas e o espaço para a metabolização e elaboração de projeções. Para a autora, a conjugalidade é tanto produto da articulação inconsciente das trajetórias subjetivas dos parceiros (interjogo de identificações), como produtora de reestruturações nas subjetividades dos mesmos, proporcionando tanto uma oportunidade de elaboração produtiva de conflitos, como de repetição sintomática dos aspectos

patológicos. Assim, o encontro amoroso, através da recordação, repetição e elaboração do Édipo de cada parceiro, exerceria influência sobre cada um deles, podendo ser estas estruturantes ou não.

Alguns autores trataram do tema conjugalidade e individualidade ao se referirem ao funcionamento conjugal, sob diferentes perspectivas e a partir de diferentes conceitos, considerando esta uma das dimensões mais centrais da vida conjugal. Por exemplo, Costa e Katz (1992) mencionaram a idéia da *simbiose conjugal*; Fagundes (1999) abordou a *ilusão de fusão* na relação conjugal; Canevaro (2002) estabeleceu diferenças entre o *amor romântico* e o *amor co-terapêutico*; Alvarenga (1996) enfatizou as diferenças entre o parceiro do laço conjugal enquanto *objeto de amor* e *objeto de paixão*; Willi (1978) desenvolveu o conceito de *colusão* entre os parceiros da relação; Sager (1980) destacou a existência de um *contrato conjugal* entre os parceiros, além do contrato individual; e, por fim, Caillé (1994) enfatizou o conceito de *absoluto do casal*. De fato, conforme Féres-Carneiro (1998), o casal contemporâneo é constantemente confrontado por estas duas forças opostas, por encerrar simultaneamente

“na sua dinâmica, duas individualidades e uma conjugalidade, ou seja, de o casal conter dois sujeitos, dois desejos, duas inserções no mundo, duas percepções do mundo, duas histórias de vida, dois projetos de vida, duas identidades individuais que, na relação amorosa, convivem com uma conjugalidade, um desejo conjunto, uma história de vida conjugal, um projeto de vida de casal, uma identidade conjugal” (Féres-Carneiro, 1998, p. 379-380).

Para melhor entendimento da questão da individualidade e da conjugalidade e de como esta veio a se tornar tão central no casamento contemporâneo, faz-se necessário abordar rapidamente os ideais que perpassam esta relação, baseados em valores históricos e sociais.

Conforme Magalhães e Féres-Carneiro (2003), a noção de conjugalidade, a partir da modernidade, pressupõe a instauração da intimidade entre os parceiros, fundamentando, então, um ideal de complementaridade entre os cônjuges, com a legitimação do “eu” a partir do “nós”. Foi a entrada do amor romântico na relação conjugal que favoreceu o clima ideal para a intimidade. De fato, a intimidade favorece a criação de um clima emocional apropriado para a fusão das individualidades. Entretanto, ela traz o problema da proximidade-limite entre o eu e o outro. Isso porque, conforme Heilborn (1995), a intimidade é vista como o inverso de um conjunto de

regras que demarcam distância física e psicológica entre os parceiros, permitindo um acesso ao corpo do outro que ultrapassa o contexto erótico, abolindo as barreiras que norteiam o contato físico. Assim, a intimidade borra os limites corporais erigidos pela civilidade, porque alimentos e objetos de toalete podem ser trocados, demonstrando também um relaxamento de regras de civilidade ligadas ao nojo perante funções corporais dos parceiros. De qualquer forma, ela é vivenciada como processo de proximidade corporal e conhecimento mútuo.

Féres-Carneiro (1998), nesse sentido, baseando-se nas idéias de Giddens, comenta que o amor romântico, suscitando a questão da intimidade, supõe uma comunicação psíquica e um encontro reparador com o outro, que serviria para preencher o vazio do sujeito, acabar com sua sensação de incompletude e fragmentação. Assim, a função da relação baseada no amor romântico seria a busca da identidade do sujeito, a partir da busca do parceiro ideal, ou seja, a validação da identidade pessoal através da descoberta do outro (Magalhães & Féres-Carneiro, 2003). Entretanto, esse aspecto mesmo se contrapõe ao desenvolvimento de um relacionamento que depende da intimidade. Isso porque, de acordo com Aylmer (2001), existe uma diferença importante entre fusão e intimidade: na fusão o relacionamento é usado como a vertente de eu, enquanto que na intimidade, o relacionamento é entendido como um caminho para compartilhar o eu.

Em outras palavras, é o que diz Amorim (2003), baseando-se nas idéias de Imber-Black, de que existiria uma tirania da intimidade entre os casais modernos, em que é defendida a franqueza total na expressão dos sentimentos, perpassando implicitamente uma proibição sobre manter a privacidade e os segredos pessoais. Entretanto, seria justamente esta falta de privacidade que impede a realização da individuação de cada membro do casal. Nessa mesma linha, as idéias de Simmel (citado por Féres-Carneiro, 1998, 2001) confirmam que o ideal contemporâneo de casamento está embasado justamente no desejo de penetrar na intimidade do outro por completo, de tê-lo por inteiro, o que gera um aumento de expectativas em relação a si mesmo e ao outro, já que cada um deve se tornar um reservatório inesgotável de conteúdos psicológicos latentes para ser descoberto pelo parceiro.

Contudo, conforme Costa (citado por Magalhães & Féres-Carneiro, 2003), a busca de garantia de identidade e tranqüilidade na relação amorosa pela complementação do eu ocorre pela falta de outros suportes sociais tradicionais de

doação de identidade. Para este autor, o amor romântico só pode existir em sociedades nas quais os sujeitos se afastam da rede cultural mais ampla, realçando a importância da privacidade. Assim, o eu moderno, estruturado sobre a noção de indivíduo autônomo, usa o amor como uma forma de compensação de sentido à existência, reforçando o sentimento de pertencimento mútuo. Nesse sentido, segundo Singly (citado por Féres-Carneiro, 2001), o maior investimento na relação enfatiza a fusão dos parceiros, sendo indicativo de uma identidade pessoal não bem delimitada, havendo a necessidade do outro para o sentimento de integração pessoal. Já quando o investimento maior é nas exigências de cada um, a autonomia está enfatizada, estando, nesse caso, a identidade pessoal bem demarcada, tornando o relacionamento conjugal mais autônomo, por ser apenas mais um dos aspectos significativos na definição da identidade pessoal, e não o único, como no primeiro caso.

Constata-se um paradoxo dos ideais ligados ao casamento, porque a exigência de intimidade convive atualmente com a necessidade de autonomia pessoal. Conforme Dias (2000), os ideais sociais enfatizam a maior valorização individual e a satisfação de necessidades pessoais, o que contrasta com as demandas da vida em comum, que exige o compartilhar e reduz a atuação individual. Féres-Carneiro (1998) também comenta que os ideais contemporâneos de relacionamento conjugal valorizam mais a autonomia e a satisfação de cada parceiro do que a dependência entre eles, embora a constituição de um casal exija a criação de uma zona comum de interação (identidade conjugal), isto é, a vivência da realidade comum do casal, os desejos e projetos conjugais.

Sager (1980) considera o sistema conjugal atual não mais integrado por duas pessoas estreitamente ligadas, com papéis precisos determinados pelo sexo, e sim por dois seres livres e independentes, que mantêm sua própria personalidade, dedicando apenas uma parte de seu tempo à relação. De fato, para Féres-Carneiro (2001) e Zordan e colaboradores (2003), atualmente as relações conjugais constroem-se em torno das identidades dos parceiros, havendo o compromisso de sustentar o desenvolvimento individual, mantendo-se enquanto forem prazerosas e produtivas para ambos.

Heilborn (1995) também confirma que a conjugalidade moderna adota o ideal de preservação da autonomia individual e da singularidade, existindo uma delegação mútua de autoridade. Para a autora, o casal, inflacionado por tantas e variadas expectativas, potencializa uma certa entropia, contraditória ao almejado ideal de liberdade. Essa entropia acaba sendo combatida pela manutenção de arenas exclusivas a cada um dos

parceiros, o que denota a necessidade de equilíbrio entre os espaços para a individualidade e a preservação do solo conjugal (partilha de tempo e espaço).

Por outro lado, Jablonski (2001) aponta que a mudança de valores, que trouxe um aumento da liberdade individual, contribuiu para o isolamento dos parceiros, levando, muitas vezes, à dissolução dos casamentos. Para ele, atualmente prevalece uma priorização da própria felicidade, em detrimento aos cuidados prestados e dedicados à formação e manutenção de relações conjugais comprometidas para com as famílias e a comunidade, pois, conforme Féres-Carneiro (1998), quanto maior a busca de autonomia, mais o casamento pode se fragilizar, ao mesmo tempo em que a maior valorização da conjugalidade pode implicar ceder diante das individualidades. Como definem Falcke, Diehl e Wagner (2002), o *eu* e o *tu*, que incluem as características individuais de cada parceiro e suas experiências nas respectivas famílias de origem, se integram com o casamento, formando um *nós*. Conjuntamente os parceiros passam a construir um espaço que é preenchido pelas experiências em comum e a negociar os momentos em que o *nós* será privilegiado. É importante que consigam manter um equilíbrio entre os espaços dedicados ao *eu/tu* e ao *nós*, equilíbrio este que sofrerá alterações em função das demandas inerentes a cada etapa do relacionamento conjugal e do ciclo vital percorrida. De fato, para Willi (1978) e Walsh (2002), casais saudáveis conseguem manter o equilíbrio entre proximidade e distanciamento/diferenças individuais, havendo um compromisso partilhado com a relação e sua continuidade e, ao mesmo tempo, a preservação de uma fronteira em torno dos seus membros para proteger a integridade e prevenir a intrusão externa e a ruptura do vínculo.

Estudos empíricos nacionais confirmam a presença da questão paradoxal da convivência da individualidade e da conjugalidade na relação do casal. Por exemplo, uma pesquisa qualitativa, realizada por Féres-Carneiro (2001) com 32 sujeitos (16 homens e 16 mulheres), casados legalmente ou não por mais de três anos, de nível sócio-econômico médio, revelou a importância de valorizar a individualidade na vida a dois, tanto para homens quanto para mulheres. Os participantes conceberam conjugalidade como cumplicidade, companheirismo e possibilidade de compartilhar e dividir. Homens e mulheres também enfatizaram a importância de espaços para segredos na relação conjugal, especialmente se estes não interferiam na relação ou se poderiam magoar a outra pessoa, como “coisas do passado”, facilitando, assim, a preservação da individualidade e da privacidade. Entretanto, mulheres na faixa etária



dos 35 aos 45 anos enfatizaram o paradoxo conjugalidade/individualidade como uma dificuldade do casamento. Também Dias (2000), em uma pesquisa qualitativa com 14 casais adultos de classe média, na cidade do Rio de Janeiro, encontrou como uma das principais dificuldades na construção do relacionamento conjugal a busca de equilíbrio entre as necessidades individuais e as demandas conjugais. Os casais queriam manter as diferenças individuais, ao mesmo tempo em que construía um espaço comum de interação, o que os levou à necessidade de delimitar espaços para assegurar estas duas vivências (individuais e conjugais).

Em uma outra pesquisa, em que foram entrevistados 12 casais da classe média carioca, sem experiências conjugais anteriores, com tempo de coabitação superior a oito anos e idades entre 34 e 44 anos, Féres-Carneiro e Magalhães (2000) encontraram, entre a maioria dos participantes, especialmente entre as mulheres, uma valorização da preservação da individualidade dentro da relação conjugal. Porém, foram os homens que pareceram usufruir mais desse aspecto, especialmente em função de suas atividades profissionais. Segundo as autoras, a preservação da dimensão individual dentro da conjugalidade refletiu-se na expressão do potencial de realização e de crescimento e no sentimento de valorização a ele associado. Em relação à percepção de influências da conjugalidade sobre a subjetividade, isto é, transformações individuais resultantes de aprendizagens proporcionadas pela vivência conjugal, alguns participantes perceberam mudanças pessoais negativas, resultantes de pseudo-complementaridade, em função de um ou os dois parceiros se submeterem ao outro. Essa questão também ficou evidente em relação aos projetos individuais e conjugais, pois os homens apareceram como pólo realizador de conquistas, tendo seus ideais privilegiados na constituição do ideal conjugal, enquanto que as mulheres tiveram restrição dos projetos individuais e conjugais, aparecendo, por parte de várias delas, queixas de insatisfação profissional e pessoal.

Em uma terceira pesquisa, sobre as dimensões de aliança e sexualidade em dois grupos de casais adultos em terapia, 10 casados e 10 recasados, Féres-Carneiro (1997) verificou que a dimensão da conjugalidade foi mais ressaltada nos casais de primeiro casamento, enquanto que a individualidade apareceu como mais importante entre os recasados, que valorizavam mais as vivências individuais, como as amizades, por exemplo. Além disso, investigando 16 casais em atendimento psicoterápico para verificar relações existentes entre a manifestação da individualidade e da conjugalidade,

os diferentes tipos de escolha amorosa e a possibilidade de mudança na interação conjugal ao longo do processo de terapia, levando à ruptura ou não do casamento, Féres-Carneiro (1995) encontrou que a dimensão individualidade estava menos presente nos casais em que predominou a colusão narcísica e oral, pela grande necessidade de fusão dos parceiros, ao mesmo tempo em que estava mais presente nos casais de colusão sádico-anal (dominador/dominado). Já nos casais em que predominou a colusão fálico-edípica, houve um certo equilíbrio entre individualidade e conjugalidade. Além disso, as análises não revelaram relação significativa entre a manutenção ou ruptura do casamento e a presença maior ou menor da dimensão individualidade ou conjugalidade na interação, nem os tipos predominantes de colusão encontrados. Outrossim, a manutenção ou a ruptura do casamento durante a terapia esteve relacionada às transformações das dimensões individualidade e conjugalidade, e às mudanças efetuadas pelos membros do casal durante o processo terapêutico, levando à busca de maiores espaços de crescimento e autonomia. Assim, o casamento se manteve para aqueles casais em que ambos conseguiram efetuar mudanças, transformando o jogo colusivo desempenhado.

Por fim, em uma pesquisa também realizada com 16 homens e 16 mulheres casados, de classe média, do Rio de Janeiro, Féres-Carneiro (2001) verificou a influência da conjugalidade sobre a subjetividade dos envolvidos. Foram citados, a partir da convivência conjugal, o amadurecimento e o crescimento pessoal, bem como mudanças de valores pessoais, além de modificações de características de personalidade (homens mais tranqüilos, mulheres mais seguras, tolerantes e pacientes). Estes dados apóiam a ideia da parcialidade e da fluidez da integridade e da identidade do sujeito dentro da conjugalidade (Féres-Carneiro & Magalhães, 2000). O jogo identificatório continuamente ativo na relação conjugal, em função do alto grau de investimento libidinal, permite tais elaborações e reestruturações das subjetividades envolvidas, pela articulação do ideal do ego e do ego dos parceiros, e a recordação, repetição e elaboração dos conflitos edípicos de cada um.

Confirmando essa possibilidade, as autoras trazem o pensamento de Ruffiot, para quem um psiquismo diádico instaura-se e re-alimenta os psiquismos individuais dos parceiros na relação conjugal, e de Winnicott, com seu conceito de transicionalidade, fenômeno essencial para a discriminação entre self e não self. Segundo elas, a porosidade dos limites do eu, nessa situação transicional, possibilita a

reestruturação da subjetividade em qualquer momento. Na conjugalidade, a oscilação entre dependência-independência, diferenciação-indiferenciação, está sempre presente, porque o objeto amoroso não é realidade nem fantasia. Os membros do casal se interpenetram, oscilando os pólos eu/não eu, nós/não nós, dentro de nós/fora de nós, dentro do outro/fora do outro.

Costa (2000) também compartilha dessa idéia. Para ele, no casamento há sempre a necessidade de abrir mão de algumas características pessoais e de identificar-se com aspectos do outro, a fim da satisfação dos desejos e anseios da dupla. Para que a plenitude seja atingida, cada um deve participar do interjogo identificatório, sentindo que continua sendo ele mesmo, que ainda possui autonomia, apesar da intensidade de sua ligação amorosa e dependência do outro. Assim, mesmo que a identidade pessoal se estruture desde as primeiras relações afetivas, ela vai se modificando durante a vida, a partir de experiências emocionais significativas, como é o casamento – que, se por um lado, reproduz as relações infantis, por outro cria a oportunidade de um novo campo de relacionamento, diferente do original. Esta nova identidade é grandemente responsável pela estabilidade do vínculo conjugal, uma vez que contrabalança o peso dos conflitos infantis de cada parceiro, colocados em cena na relação.

Percebe-se, então, a partir das idéias expostas acima, que, apesar do uso de diferentes abordagens teóricas para o entendimento da questão do convívio da individualidade e da conjugalidade na relação conjugal, em geral os autores concordam com a necessidade do cultivo de um espaço individual e de um espaço comum dentro da relação amorosa. O equilíbrio dessas dimensões parece tanto garantia de satisfação conjugal, quanto de funcionamento psicológico adequado dos componentes do casal. Na revisão da literatura efetuada não foram encontrados estudos investigando esta temática entre casais adolescentes. Considera-se que uma investigação desse tipo é de suma importância neste momento da vida, tendo em vista as características desta fase, em que o jovem já está buscando sua autonomia e seu espaço individual. Assim, fica a dúvida quanto ao equilíbrio acima referido entre individualidade e conjugalidade em casais adolescentes, bem como quanto à forma como estas dimensões estarão sendo evidenciadas nesse tipo específico de relacionamento conjugal.

## **Justificativa e Objetivos do Estudo**

A partir da revisão da literatura, fica evidente a escassa atenção que o processo de transição para a parentalidade entre adolescentes tem recebido, especialmente em nosso meio, apesar da crescente proporção de gestações na adolescência, citada anteriormente, tanto em âmbito nacional como internacional. Além disto, em geral os estudos que abordam a gravidez na adolescência foram realizados apenas com as mães jovens, havendo pouca literatura sobre a vivência dessa experiência entre os adolescentes que se tornam pais. Ainda menos estudos se preocuparam com a relação de casal de adolescentes, especialmente frente à transição para a parentalidade, apesar de haver literatura documentando que os pais jovens em geral são parceiros das adolescentes e se unem a elas para cuidar o bebê, de forma voluntária ou por pressões familiares. Faltam também estudos que investiguem diferenças na transição para a parentalidade entre o pai e a mãe adolescente. Portanto, todos estes temas encontram-se abertos para novas e mais aprofundadas investigações.

Um outro aspecto que ficou evidente a partir da revisão da literatura é o tratamento conjunto que os temas relacionamento de casal e parentalidade tem recebido em muitos estudos. Quando isso não foi feito diretamente, sempre ficou patente a influência mútua desses dois processos, indicando, assim, sua interdependência, e a impossibilidade de se ter um entendimento completo de um sem levar em consideração o outro. Portanto, em um estudo sobre a transição para a parentalidade, as questões conjugais não devem ser ignoradas.

Nesse sentido, em trabalho anterior, que comparou alguns aspectos da paternidade na adolescência e na idade adulta, Levandowski (2001) já havia mostrado a necessidade de se considerar a influência da relação de casal e o desempenho do papel materno no exercício da paternidade. Mais especificamente, naquele trabalho, em que se comparou 12 pais adolescentes e 11 pais adultos em relação aos seus sentimentos e expectativas quanto ao bebê, e se avaliou a interação do pai com seu bebê de três meses de idade, em uma sessão de observação estruturada, encontrou-se mais semelhanças do que diferenças entre os grupos. Os resultados sugeriram que a idade não era necessariamente um fator determinante para a transição para a paternidade, uma vez que os adolescentes estavam realizando este processo com relativo sucesso, pelo menos até o terceiro mês do bebê, especialmente quando apoiados pela companheira, pela família

ou pela sociedade. Dessa forma, como extensão daquele estudo, tornou-se imprescindível incluir nesta tese tanto os depoimentos das mães, como os dos pais, além de seus relatos sobre a vivência da relação de casal, a fim de ampliar o entendimento inicial sobre a paternidade na adolescência.

Em relação à base teórica dos estudos revisados, tanto nacionais quanto internacionais, muitos não apresentaram uma teoria de base, detendo-se apenas à descrição de fenômenos e situações diversas ligadas aos temas investigados, tanto qualitativa como quantitativamente. Dos poucos estudos embasados por uma perspectiva teórica clara, estes em geral referiam-se à psicanálise e às teorias de família, além de serem também encontrados, em alguns estudos, algumas breves explicações de enfoque sociológico e antropológico. Assim, constatou-se a falta de pesquisas empregando perspectivas teóricas de cunho evolutivo, desenvolvimental, tal como a da separação-indivuação, que é utilizada no presente estudo. Na verdade, não foi localizado nenhum trabalho que abordasse as questões de parentalidade na adolescência sob esse enfoque.

Especificamente em relação à metodologia, muitos estudos utilizaram delineamentos transversais. Os poucos estudos que empregaram delineamentos longitudinais concentraram-se no máximo nos primeiros dezoito meses de vida do bebê, o que não possibilita um entendimento da questão para além deste período. Nesse sentido, a escolha de um delineamento longitudinal mais amplo atenderia a uma necessidade de se estudar a transição em um espaço de tempo superior, em função das grandes adaptações que cada pessoa individualmente e como membro de um casal precisa realizar ao longo dos primeiros anos de vida do bebê. Ainda em relação à metodologia, ficaram evidentes algumas diferenças nos resultados encontrados por estudos qualitativos e quantitativos, comentadas ao longo da introdução. O primeiro tipo de estudo denotou uma perspectiva mais otimista (e talvez mais realista) das ambigüidades e especificidades das vivências de adolescentes de ambos os sexos, em um momento tão complexo e especial como o da transição para a parentalidade, especialmente quando acompanhada pela vivência de uma relação de casal.

Assim sendo, o presente estudo teve por objetivo investigar a transição para a parentalidade e a relação de casal de adolescentes, da gestação até o segundo ano de vida da criança. Mais especificamente, visou a investigar como o processo de

separação-individuação se manifesta na parentalidade e na relação de casal de adolescentes.

## CAPÍTULO II

### MÉTODO

#### **Participantes**

Participaram do estudo três casais adolescentes, cujos membros tinham de 14 a 18 anos de idade no início da coleta de dados. Estes casais foram escolhidos dentre os participantes do *Estudo Longitudinal de Porto Alegre: Da Gestação à Escola* (Piccinini, Tudge, Lopes & Sperb, 1998), que teve por objetivo estudar longitudinalmente o desenvolvimento sócio-emocional de crianças de aproximadamente 100 famílias, acompanhadas desde a gestação até o sétimo ano de vida da criança. No início do projeto, todos os casais esperavam pelo primeiro filho, mas variavam quanto à idade (adolescentes e adultos), nível sócio-econômico e configuração familiar (casados e solteiros). Todos os participantes residiam em Porto Alegre ou região metropolitana e foram convidados a participar do projeto em hospitais, postos de saúde, por indicação e anúncio em jornal. O referido projeto recebeu aprovação do Comitê de Ética do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (Processo n. 98293, de 30 de outubro de 1998).

Como parte do projeto longitudinal, diversos pesquisadores acompanharam grupos específicos de casais. Em função dos interesses da autora, coube-lhe acompanhar em particular os futuros pais e mães adolescentes. Dentre os 15 casais adolescentes acompanhados desde o início do projeto, três foram selecionados para o presente estudo, com base nos seguintes critérios: idade inicial dos participantes de até 18 anos, realização de todas as etapas de coleta de dados previstas e manutenção do relacionamento conjugal desde a gestação até o segundo ano do bebê. Especificamente em relação à idade, foi dada preferência para os casais mais jovens, que preencheram os outros dois critérios de seleção. A Tabela 01 apresenta algumas das características sócio-demográficas dos casais adolescentes incluídos no presente estudo, tendo por base as informações fornecidas na primeira fase de coleta de dados. Outras características dos casais encontram-se mais detalhadas na sessão Resultados.

Tabela 01.

Dados sócio-demográficos dos participantes do estudo

	Idade	Escolaridade (em anos)	Ocupação	Estado civil	Sexo do bebê
<b>Família 1</b>					
Daiane <sup>6</sup>	18	07	Doméstica	Companheiros	Masculino
Cléber	18	05	Pedreiro		
<b>Família 2</b>					
Adriane	17	10	Estudante	Companheiros	Feminino
Miguel	17	10	Estudante		
<b>Família 3</b>					
Ana	14	08	Estudante	Companheiros	Masculino
Dante	16	04	Jardineiro		

**Delineamento e Procedimentos**

Foi utilizado um delineamento de estudo de caso coletivo (Stake, 1994) de caráter longitudinal. Cada caso foi investigado em quatro momentos: terceiro trimestre da gestação, terceiro mês, primeiro e segundo ano do bebê. O estudo de caso coletivo, como delineamento de pesquisa, é utilizado, segundo Stake (1994), para a investigação de um fenômeno, população ou condição geral em um certo número de casos (semelhantes ou diferentes) conjuntamente. Os casos são escolhidos porque se acredita que o seu entendimento levará à compreensão ou à teorização mais ampla sobre um conjunto ainda maior de casos. Assim, no presente estudo, cada caso foi examinado com o objetivo de fornecer conhecimento sobre uma questão. Buscou-se investigar, a partir deste delineamento de pesquisa, a transição para a parentalidade e a relação de casal de adolescentes, da gestação até o segundo ano de vida da criança. Mais especificamente, como o processo de separação-indivuação se manifesta na parentalidade e na relação de casal de adolescentes.

Conforme procedimento estipulado no projeto longitudinal, do qual deriva o presente estudo, as gestantes contatadas preenchem inicialmente a *Entrevista de contato inicial*, ainda nos hospitais, postos de saúde ou na própria universidade. Uma vez atendendo as características da amostra, era feito um contato telefônico com as gestantes cujos companheiros também preenchem os critérios do estudo, a fim de explicar os objetivos da pesquisa e convidá-los a participar do estudo. A partir de sua aceitação, era agendada uma visita à residência deles, quando se realizava a primeira fase de coleta de dados, no último trimestre da gestação, que posteriormente foi seguida

<sup>6</sup>Os nomes dos participantes foram alterados a fim de garantir a confidencialidade das identidades.



por coletas no 3º, 8º, 12º, 18º e 24º. mês de vida do bebê. Em cada uma destas fases de coleta de dados eram aplicados diversos instrumentos, detalhados por Piccinini e colaboradores (1998). Para fins do presente estudo, as fases de coleta de dados do 8º e do 18º. mês de vida do bebê não foram consideradas, tendo em vista a quantidade de dados disponíveis para análise, bem como devido à proximidade destas coletas daquelas que foram aqui examinadas. Além disto, são apresentados, neste trabalho somente os instrumentos cujos dados foram aqui utilizados. Detalhes dos demais instrumentos utilizados e etapas do projeto podem ser encontrados no Anexo A.

A primeira fase da coleta de dados, no terceiro trimestre de gestação, iniciou-se com a assinatura, pelos participantes, de um *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (GIDEP, 1998a; Anexo B). Nessa ocasião os participantes preencheram uma *Entrevista de dados demográficos do casal*, e foi realizada, individualmente, com o futuro pai a *Entrevista sobre a gestação e as expectativas do futuro pai* e, com a gestante, a *Entrevista sobre a gestação e as expectativas da gestante*. Uma terceira entrevista, a *Narrativa conjunta sobre a história do casal*, foi realizada com os membros do casal, ao final das entrevistas individuais, e também foi gravada. Além disso, construiu-se, a partir dos relatos dos participantes, o *Genograma familiar do casal*. Todas as entrevistas foram gravadas e realizadas na residência dos participantes.

Na segunda fase, aos três meses de vida do bebê, os membros do casal foram novamente contatados e foi marcada uma visita à sua residência. Nessa ocasião realizou-se com o pai a *Entrevista sobre a experiência da paternidade – terceiro mês do bebê* e, com a mãe, a *Entrevista sobre a experiência da maternidade – terceiro mês do bebê*. Os dois também foram solicitados a responder conjuntamente a *Entrevista com o casal sobre a experiência da parentalidade – terceiro mês do bebê*. Todas as entrevistas foram gravadas.

Na terceira fase, no primeiro ano do bebê, os membros do casal foram novamente contatados e foi marcada uma visita à Sala de Brinquedos, localizada no Instituto de Psicologia da UFRGS. Nessa fase foi realizada com o pai a *Entrevista com o pai sobre o desenvolvimento do bebê – primeiro ano do bebê* e, com a mãe, a *Entrevista com a mãe sobre o desenvolvimento do bebê – primeiro ano do bebê*. Os dois foram solicitados a responder conjuntamente a *Entrevista com o casal sobre a experiência da parentalidade – primeiro ano do bebê*. Novamente todas as entrevistas foram gravadas. Na quarta e última fase de coleta de dados, no segundo ano de vida do

bebê, os membros do casal foram novamente contatados e foi marcada uma nova visita à Sala de Brinquedos. Foi realizada com o pai e a mãe, individualmente, a *Entrevista com o pai/a mãe sobre o desenvolvimento do bebê – segundo ano do bebê*, que também foram gravadas.

Em todas as etapas de coleta de dados, a pesquisadora era acompanhada por uma bolsista de iniciação científica, para auxílio com a organização dos materiais e realização simultânea das entrevistas individuais. Dentro do possível, procurou-se manter a continuidade no acompanhamento às famílias, com a mesma pesquisadora e a mesma bolsista realizando todas as etapas de coleta dos dados até os 24 meses.

Cabe salientar que a escolha por esses quatro momentos para a realização da coleta de dados seguiu o que estava proposto no projeto longitudinal, justificando-se por diversas razões. Em primeiro lugar, o último trimestre de gravidez era a etapa de início de coleta de dados do Projeto, marcando o período anterior ao nascimento do bebê. As etapas posteriores ao nascimento acompanham diferentes momentos de mudanças desenvolvimentais das crianças que, por sua vez, exigem reformulações na maneira de os pais interagirem com elas e, por conseqüência, vivenciarem sua parentalidade (Stern, 1997). Este autor denominou estes momentos como *janelas clínicas* para a interação pais-bebê. Por exemplo, aos três meses (janela entre dois meses e meio e cinco meses e meio), o bebê já está capacitado para a interação face-a-face, podendo demonstrar todas as suas capacidades sociais e afetivas, bem como sua intenção de manter ou não a interação, até mesmo por falta de outras habilidades. Além disso, a regulação da alimentação e do sono podem estar melhor estabelecidas.

No primeiro ano (janela entre oito e doze meses), o estabelecimento do apego já é patente, pelos comportamentos exibidos pelo bebê, aliados à capacidade de locomoção (engatinhar ou caminhar). Também se observa o advento da intersubjetividade, isto é, a consciência do bebê da subjetividade parental e da sua própria, o que o leva a entender que a mãe e o pai podem ter intenção ou atenção para algumas coisas, que nem sempre vão coincidir com as dele mesmo, necessitando haver uma negociação entre pais e filhos em relação aos conteúdos mentais que serão ou não partilhados.

Por fim, no segundo ano (janela entre dezoito e vinte e quatro meses), inicia-se a linguagem e aumentam a mobilidade e a capacidade física, gerando a necessidade de estabelecimento de limites para a criança, o que já integra o processo de socialização que os pais devem cumprir frente ao filho, levado a cabo através de muitas negociações.

## **Instrumentos**

- *Entrevista de contato inicial* (GIDEP, 1998b): esta ficha foi preenchida pelas gestantes nos hospitais, com o auxílio da pesquisadora. Visou à seleção dos possíveis participantes do estudo, contendo dados como nome da gestante e do pai do bebê, idade, escolaridade, profissão, estado civil, número de filhos, estado de saúde durante a gestação, data prevista para o nascimento do bebê e um telefone ou endereço para o contato posterior. Cópia no Anexo C.

- *Entrevista de dados demográficos do casal* (GIDEP, 1998c): foi preenchida pelos membros do casal, com o auxílio da pesquisadora, na primeira fase da coleta de dados. Esta ficha visou à obtenção de dados demográficos adicionais sobre eles, tais como etnia, religião, tempo de trabalho, estado civil e moradores da casa. Cópia no Anexo D.

- *Entrevista sobre a gestação e as expectativas da gestante* (GIDEP, 1998d): essa entrevista investigou os sentimentos da gestante desde que soube da notícia até aquele momento (terceiro trimestre da gestação), como tinha vivenciado esse período, qual era o seu envolvimento com a gestação, como estava o relacionamento conjugal e com as respectivas famílias e amigos, quais as mudanças percebidas na vida pessoal, etc. Em relação às expectativas, essas foram investigadas em relação ao bebê, ao exercício futuro da maternidade, ao desempenho do papel paterno pelo companheiro, bem como ao futuro do bebê e ao relacionamento conjugal. Uma versão semelhante desta entrevista, denominada *Entrevista sobre a gestação e as expectativas do futuro pai* (GIDEP, 1998e), foi aplicada ao pai. Cópia da versão materna no Anexo E.

- *Narrativa conjunta do casal sobre a sua história* (GIDEP, 1998f): esta entrevista visou à investigação da história do casal, desde o momento em que se conheceram, os motivos pelos quais se interessaram um pelo outro, como decidiram morar juntos, como foi o início da vida conjugal e os planos que tinham para o futuro. Cópia no Anexo F.

- *Genograma familiar do casal* (Castoldi & Sobreira Lopes, 1998, adaptado de Carter & McGoldrick, 1989): este instrumento serviu para a investigação da configuração e do relacionamento familiar de cada participante com sua família de origem e na família atual, bem como dos eventos estressores pessoais e familiares. A partir do mapeamento, permitiu a identificação de situações passadas importantes ocorridas na família de origem, bem como características familiares específicas que influenciaram na transição para a parentalidade e na relação de casal dos participantes. Cópia no Anexo G.

- *Entrevista sobre a experiência da maternidade – terceiro mês do bebê* (GIDEP, 1999a): esta entrevista investigou a experiência da maternidade durante os primeiros três meses de vida do bebê, com temas como as atividades realizadas com o mesmo, mudanças percebidas em si mesma, no companheiro, no casal e na rotina, preocupações com o bebê e conhecimento sobre o mesmo, envolvimento nos cuidados do(a) filho(a) e percepções sobre seu temperamento e sobre o desempenho do papel materno. Versões semelhantes desta entrevista foram utilizadas nas coletas do primeiro ano (*Entrevista com a mãe sobre o desenvolvimento do bebê – primeiro ano do bebê*; GIDEP, 2000a) e segundo ano do bebê (*Entrevista com a mãe sobre o desenvolvimento do bebê – segundo ano do bebê*; GIDEP, 2001a), tendo sido adaptadas para cada etapa de desenvolvimento do mesmo. Também foram desenvolvidas versões semelhantes destas entrevistas para uso com o pai (*Entrevista sobre a experiência da paternidade – terceiro mês do bebê*; GIDEP, 1999b; *Entrevista com o pai sobre o desenvolvimento do bebê – primeiro ano do bebê*; GIDEP, 2000b; *Entrevista com o pai sobre o desenvolvimento do bebê – segundo ano do bebê*; GIDEP, 2001b). Cópia das versões maternas encontram-se nos Anexos H, I, J.

- *Entrevista com o casal sobre a experiência da parentalidade – terceiro mês do bebê* (GIDEP, 1999c): esta entrevista, realizada com os membros do casal conjuntamente, examinou a vida conjugal e familiar desde o nascimento até o terceiro mês do bebê, incluindo as possíveis modificações no relacionamento e na rotina do casal, tanto durante a semana, como nos finais de semana. Além disso, investigou as tarefas assumidas por cada membro em relação ao bebê e atividades de lazer da família. Versão semelhante desta entrevista foi utilizada na coleta de dados do primeiro ano do bebê (*Entrevista com o casal sobre a experiência da parentalidade – primeiro ano do bebê*; GIDEP, 2000c), tendo sido adaptada para esta etapa de desenvolvimento. Cópia da versão do terceiro mês no Anexo K.

### **CAPÍTULO III**

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Análise de conteúdo qualitativa (Bardin, 1977; Laville & Dionne, 1999) das entrevistas foi utilizada para se investigar a transição para a parentalidade e a relação de casal de adolescentes, da gestação até o segundo ano de vida da criança. Mais especificamente, como o processo de separação-indivuação se manifesta na parentalidade e na relação de casal de adolescentes. Durante as análises, se considerou os aspectos desenvolvimentais destes processos, analisados nos quatro momentos de realização do estudo (gestação, terceiro mês, primeiro e segundo ano de vida do bebê). Buscou-se ainda também investigar as semelhanças e particularidades entre os casos estudados.

A análise de conteúdo ocorreu de acordo com o esquema a seguir: 1) transcrição de todas as entrevistas; 2) demarcação de unidades temáticas; 3) criação de uma estrutura de categorias temáticas a partir da leitura das entrevistas, dos temas sugeridos pelas próprias perguntas da entrevista e de categorias temáticas previamente elaboradas (Levandowski, 2001); 4) identificação das unidades temáticas em cada entrevista; 5) análise propriamente dita. Três codificadores foram utilizados para a identificação das categorias e análise das entrevistas. Eventuais discordâncias na codificação eram dirimidas através de discussão. Como ficou evidente pela descrição do processo de análise de conteúdo qualitativa, utilizou-se um modelo misto na criação das categorias (Laville & Dionne, 1999), que se baseou tanto em categorias temáticas prévias, como na modificação ou emergência de novas categorias ao longo do processo de análise.

O Anexo L apresenta a estrutura final de categorias temáticas utilizadas na análise das falas dos participantes do presente estudo, divididas em três eixos temáticos: I – A relação de casal, II - O tornar-se pai e III - O tornar-se mãe. Cada eixo foi dividido em diversas categorias e subcategorias. Buscou-se, na medida do possível, padronizar as categorias temáticas relacionadas à parentalidade ao longo de todas as etapas do estudo, a fim de manter uma coerência no relato de cada caso.

Por fim, em relação às categorias temáticas, é necessário enfatizar que, em função da abrangência dos roteiros de entrevista, em algumas etapas foram selecionados apenas os temas que se referiam estritamente ao foco do presente estudo, deixando-se fora da análise tópicos como o bebê, expectativas em relação ao mesmo, suas

características e desenvolvimento, que obviamente interferem no exercício da parentalidade (Belsky, 1984), mas que aumentariam ainda mais a extensão das análises realizadas.

A seguir, apresenta-se cada um dos três casos examinados conforme o seguinte esquema: a) caracterização da família e, dentro disso, o genograma familiar; b) a relação de casal; c) o tornar-se pai, e d) o tornar-se mãe. Para a caracterização da família, foram utilizadas, além dos dados sócio-demográficos e das informações coletadas a partir dos instrumentos aplicados, também as impressões da pesquisadora durante a coleta de dados, abordando aspectos como descrição física e psicológica dos participantes, descrição de sua moradia e do bairro em que esta se localizava, além de aspectos das famílias de origem relevantes para o presente estudo, obtidos a partir dos dados do genograma familiar. Na elaboração do genograma, foram utilizadas as informações obtidas em uma entrevista específica realizada no final da gestação. As demais sessões foram organizadas a partir das categorias temáticas oriundas da análise de conteúdo qualitativa das entrevistas. A fim de facilitar a apresentação dos resultados, em todos os casos seguiu-se o mesmo padrão de organização do relato dentro de cada eixo de análise. Infelizmente, algumas informações não foram obtidas por falta de respostas mais esclarecedoras por parte dos participantes. No final da apresentação de cada caso, consta um breve entendimento (síntese) do caso nos três eixos temáticos (relação de casal, tornar-se pai e tornar-se mãe), em torno de seu foco central, no caso, individualidade x conjugalidade para a relação de casal, e o processo de separação-individação para o tornar-se pai e mãe.

## **Família 1: Cléber, Daiane e o filho Cléber Roberto**

O casal 1 foi composto por Cléber (pedreiro, 18 anos) e Daiane (doméstica, 18 anos), que se tornaram pais de Cléber Roberto. A família pode ser caracterizada como sendo de nível sócio-econômico baixo<sup>7</sup>. Cléber era alto, magro, tinha cabelos castanhos curtos encaracolados, olhos verdes e pele morena. Fazia um tipo “malandro” no jeito de vestir, nos seus gestos e nas gírias utilizadas ao falar. Daiane tinha cabelos longos crespos, castanhos, olhos castanhos, estatura mediana, peso adequado à estatura (levemente cheinha) e pele morena. Sua fala era tranqüila e seu olhar, doce, meigo e até um pouco infantil, parecendo bastante ansiosa para responder à entrevista.

Inicialmente moravam na casa da mãe de Daiane, mas depois construíram uma pequena casa no mesmo bairro (uma vila da zona sul de Porto Alegre) e passaram a morar sozinhos. Sua rua, dentro da vila, era de difícil acesso, pois não havia calçamento e nem água encanada no início da pesquisa, o que estava sendo providenciado pela prefeitura quando da coleta de três meses do bebê. Ao fundo do terreno onde construíram sua casa passava o rio Guaíba. Eram ladeados por vizinhos e na frente do terreno passava uma “rua”, que mais parecia um beco. Havia bastante vegetação próxima, e como todos os vizinhos se conheciam, dava a impressão de um condomínio na praia ou em cidade do interior. A uma quadra dali estava a casa da mãe de Daiane, e um pouco depois, a da mãe de Cléber.

A casa era pequena e mista: de madeira no quarto, varanda e cozinha, e de alvenaria no banheiro. Todas as peças eram bem pequenas, e havia um mínimo necessário de móveis para sua ocupação. A casa era limpa, apesar de mal pintada e de parecer desorganizada, em função do pouco espaço.

A família de origem de Cléber era composta por duas meia-irmãs e um meio-irmão, todos filhos de outros relacionamentos da mãe. Ele não conhecia seu pai e desconhecia a existência de outros irmãos por parte de pai. Já a família de origem de Daiane era composta por três irmãs e três irmãos, sendo um deles falecido há dois anos por assassinato, cujo nome era Roberto. Seus pais, apesar de não serem oficialmente separados, não moravam juntos, e Daiane tinha pouco contato com o pai. A Figura 01 abaixo apresenta o genograma familiar de Cléber e Daiane.

---

<sup>7</sup> Esta caracterização foi baseada na escolaridade, local de moradia e condições da casa dos adolescentes.

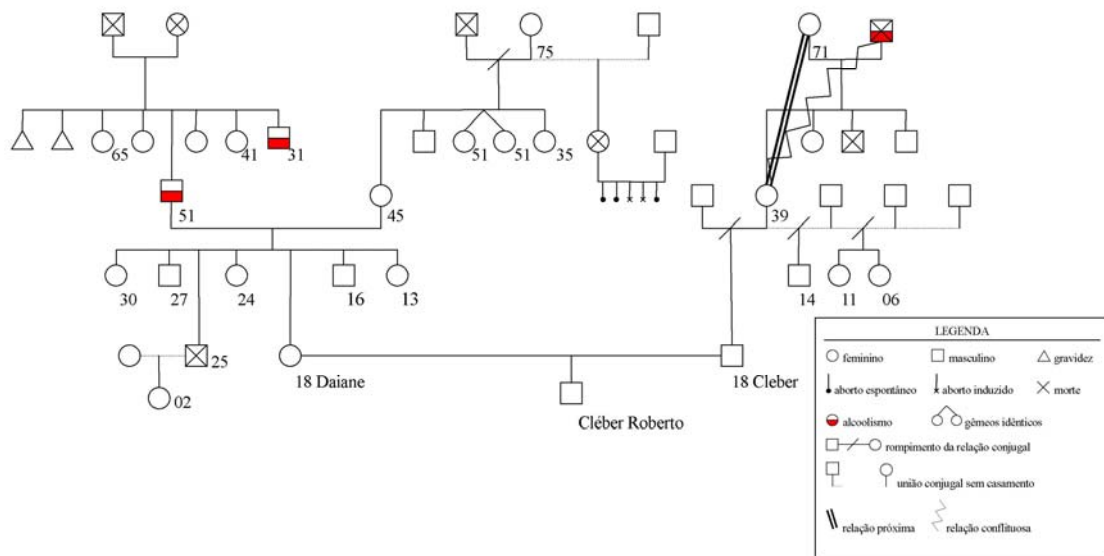


Figura 01. Genograma familiar de Cléber e Daiane

## A relação de casal de Cléber e Daiane

### Gestação

Daiane conhecia Cléber “*desde pequena*”, e era interessada por ele, o qual não demonstrava o mesmo, ficando com várias garotas, inclusive com a prima dela. Em outubro de 1998 eles ficaram pela primeira vez, a partir de um incentivo de um amigo em comum, em uma festa de aniversário. Como ele disse: “*eu não ia ir nesse aniversário, eu ia ir num [de] quinze anos, mas daí adiaram e ia ser na outra semana, daí ela deu essa sorte de ficar comigo nesse dia*”. Passaram algum tempo sem contato, pois, segundo ela, ele logo “*arrumou outra namorada*”. Como não continuou com esta, Daiane pediu para que uma amiga falasse com ele novamente, o que levou Cléber a voltar a procurá-la um mês depois. Ele a convidou para um passeio no parque e, desde então, estão juntos, embora não tenha existido um pedido oficial de namoro. Cléber mencionou que o que mais lhe atraiu em Daiane foi o fato de ela ser legal e bonita, enquanto que ela não conseguiu definir algum aspecto específico, mencionando apenas que não gostava do fato de ele ser “*muito zoeiro*”.

Durante o namoro, Daiane relatou que Cléber não lhe dava muita atenção, saindo muito com os amigos e freqüentando pouco a sua casa. Aparentemente, Daiane estava mais interessada do que Cléber em um relacionamento sério. Alguns meses depois de estarem namorando, Daiane engravidou, aos 18 anos, tendo demorado a contar isso para o namorado. Cléber disse que já estava desconfiado antes mesmo de ela lhe contar. Daiane relatou que, quando ficou sabendo da gravidez, contou somente para



uma amiga, e resolveu brigar com Cléber, pois achava que não iam ficar juntos. Mas acabou convidando-o para conversar. Quando lhe comunicou da gravidez, ele resolveu ficar com ela: *“Daí eu falei ‘Tá, tu não vai mais ficar comigo? E o nenê?’, e ele disse ‘Que nenê?’, ‘O nenê, que eu tô grávida!’, ‘Não, eu vou ficar contigo’.* Daí ele ficou comigo e a gente foi ficando até hoje”.

Daiane comentou que a família de Cléber ficou feliz com a notícia, principalmente a mãe dele: *“pra mãe dele foi festa, primeiro neto”*. Já Cléber comentou que inicialmente sua mãe não acreditou na gravidez, mas, ao ver o exame, aceitou a situação, apenas exigindo que ele assumisse o filho. A mãe de Daiane fez a mesma exigência em relação a Cléber, e como ele assumiu o filho, ela deixou que ele viesse morar na casa dela até eles terem a sua própria casa. Daiane disse que sentiu muito medo de contar para sua família sobre a gravidez. Sua mãe descobriu o fato através da sua irmã, que contou para ela por ciúmes de Daiane. No entanto, Cléber comentou que a família dela aceitou bem o fato desde o início: *“Eles ficaram tudo bobo, ficaram tudo feliz”*. Somente uma irmã de Daiane inicialmente ficou com ciúmes, mas depois acabou aceitando a gravidez da irmã. Desde que ficaram sabendo, ambas as famílias passaram a ajudá-los com roupas, dinheiro, coisas para a casa, etc.

Quanto aos amigos, Daiane falou, de forma ressentida, que eles não a procuravam mais depois da gravidez: *“Antes de eu ficar grávida, eu tinha bastante amigo, agora todo mundo saiu, nem me procuram mais”*. Ela contava apenas com uma amiga que estava na segunda gravidez, com quem partilhava suas dúvidas. Já Cléber citou que a maioria já tinha filhos e que achou *“legal”* a gravidez deles.

Desde a revelação da notícia, então, os membros do casal passaram a conviver mais, pois Cléber praticamente passou a morar na casa da mãe de Daiane, o que ocorreu de forma gradual: *“Eu vim devagarzinho, fui chegando, daí quando eu vi, eu já tava com ela dentro de casa, dormindo junto com ela”*. Eles comentaram que ambos tinham vergonha disso, especialmente Daiane, por isso a mudança foi gradual: *“é que eu pensava que ela [sua mãe] ia me xingar, né?”*. De fato, Cléber comentou que as diferenças no relacionamento antes e durante a gestação eram o fato de ele dormir na casa dela (*“Quando ela falou ‘Bah, eu tô grávida’, aí eu disse ‘Então tá, eu vou ficar aí contigo para te cuidar de noite. Qualquer coisinha é só tu falar pra mim!’”*) e de não saírem mais à noite, apesar de Daiane gostar disso, pois, segundo Cléber, *“tá muito perigoso na rua”*. Cléber comentou que foram se acertando a partir da maior

convivência, apesar de no início ela xingá-lo em virtude de ele sair muito com seus amigos e às vezes nem voltar para casa. Isso porque, segundo Daiane, quando Cléber ficou sabendo da notícia da gravidez, achou legal o fato de ela estar grávida, e ficou junto com ela, mas depois voltou a ter a sua rotina normal de sair com os amigos. Depois de conversarem seriamente, *"Eu acho que ele começou a pensar, que um filho não é brincadeira, daí ele ficou sério, abandonou tudo e ficou comigo"*.

Para ela, só o fato de Cléber não tê-la abandonado já estava servindo como apoio: *"O único apoio mesmo que eu queria é que ele ficasse comigo, que ele não me abandonasse, porque eu vejo várias gurias aqui que ficam grávidas e depois os guris nem ajudam elas, somem, e elas ficam com as crianças sozinhas"*. Respondeu evasivamente que ele a estava ajudando, ressaltando que *"Ele tá sempre comigo, sempre comigo (...) Antes ele não ligava pra mim, agora eu não fico um minuto sozinha, que ele tá sempre atrás de mim, tá sempre me cuidando, tudo. Mas antes ele vinha me ver só às vezes, mas mesmo assim eu insistia, porque eu gostava dele"*. Como ele mesmo afirmou: *"Agora eu tô fazendo direitinho, né. O que ela tá pedindo, eu tô fazendo pra el. Eu também, o que eu tô pedindo, ela tá fazendo por mim..."*. Cléber relatou ainda que estava tentando atender a todas as vontades de Daiane em termos de comida (desejos): *"Às vezes ela fala que tá com desejo, alguma coisa, aí eu vou lá e compro, ela nem pede (...) eu trago o negócio que ela quer, ela fica toda feliz!"*. Segundo ele, ela o solicitava eventualmente, para providenciar algo para comer ou beber. Daiane inclusive comentou que nem esperava que ele se tornasse tão atencioso com ela.

No terceiro trimestre de gestação ambos tinham planos de construir uma casa própria e de morar juntos, sem oficializar sua união, não mencionando planos futuros para além do nascimento do bebê. Segundo eles, os dois haviam decidido isso conjuntamente, e Cléber estava procurando emprego para juntar dinheiro para a construção da casa. Ele acreditava que, após o nascimento do bebê, a vida dos dois não iria mudar em nada; a única coisa diferente seria o fato de ter mais uma pessoa sempre junto deles. Já Daiane acreditava que o relacionamento do casal iria se modificar com a chegada do bebê, sem especificar de que forma isso ocorreria: *"Por enquanto eu não pensei ainda assim o que eu acho que vai mudar, mas acho que a gente vai ter que estar sempre batalhando pra poder sustentar ele, pra poder cuidar ele bem cuidadinho"*. No entanto, *"Eu acho que eu vou saber enfrentar tudo"*.

Daiane foi enfática ao dizer que pediria a ajuda do companheiro, acreditando que este poderia auxiliá-la em tudo, especialmente quando o bebê estivesse chorando ou doente, mas também nas tarefas diárias, como trocar fralda e dar banho. Segundo Cléber, Daiane iria solicitar sua ajuda para cuidar do bebê, mas ele mesmo pretendia ajudá-la em tudo o que fosse preciso: *“eu prefiro ajudar ela do que ficar aí”*. Cléber pensava que poderia ajudar Daiane cuidando do bebê quando ela precisasse sair, limpando a casa, buscando coisas para ela.

Cléber acreditava que, além da ajuda que daria a Daiane, outras pessoas também a ajudariam, como a mãe dela ou a sua mãe, que eram as pessoas que já estavam ajudando mais durante a gestação. Daiane também esperava ajuda de sua mãe depois do nascimento do filho.

### ***Terceiro mês do bebê***

Depois do nascimento do filho, ressaltaram estar tendo pouco tempo em comum, pois o bebê estava sempre no meio deles. Segundo Cléber, *“quando a gente pensa que ele tá dormindo, ele já tá acordado! [risos]”*. O menino estava dormindo no mesmo quarto que os pais, em um berço próximo à cama do casal.

Daiane relatou mudanças que haviam ocorrido na vida deles: *“Ai, não sei... sei que é uma correria!”*. Mesmo assim, ela afirmou que a situação estava melhor do que ela imaginava, e Cléber acrescentou: *“mas tá... tá dando tudo certo, tudo direitinho”*. A única coisa que havia mudado nos planos deles, e que estava sendo fonte de preocupação, era a possibilidade de a prefeitura desapropriar a área onde estava a sua casa, por ser um local de risco (próximo ao rio Guaíba), e transferi-los para um outro bairro, bem mais distante, o que acabou não acontecendo até o final da presente pesquisa. Daiane se disse ressentida: *“depois que a gente demorou tanto para construir...[a casa]”*.

Segundo Daiane, não havia discordâncias entre eles quanto aos cuidados com o bebê até aquele momento.

Cléber contou que, como Daiane logo havia voltado ao trabalho e ele estava desempregado, ficou um tempo cuidando do filho: *“Eu ficava cuidando para ela trabalhar. Acordava, dava mamadeira, o que tinha que fazer eu fazia... dentro de casa, limpava, ficava cuidando”*. Quando ele começou a trabalhar, eles passaram a deixar o bebê com a mãe de Daiane. Assim, naquele momento, durante a semana Cléber

trabalhava desde cedo até a tardinha e Daiane, das 8h às 14h. Ele era o primeiro a acordar e sair, sendo que Daiane deixava o filho na casa de sua mãe enquanto estava trabalhando. Depois das 14h, ela pegava a criança e seguia para a sua casa. Pelas 19h, Cléber chegava e brincava com o bebê. De noite a família ficava reunida, segundo eles, em torno do bebê, cada um se revezando para pegá-lo no colo. Este dormia tarde e acordava algumas vezes durante a madrugada. Apenas no domingo Cléber não trabalhava, aí é que os três conseguiam ficar mais tempo junto durante o dia. Normalmente ficavam em casa, mas algumas vezes visitavam a mãe de Cléber, já que *“ela não vê ele [o bebê] a semana toda”*, conforme Daiane. Os dois demonstraram opiniões diferentes quanto ao fato de o bebê gostar ou não de sair: Daiane comentou que *“Ele não gosta muito de sair, ele fica brabo”*, enquanto Cléber disse que *“Mas às vezes ele tá nos dias dele que ele gosta de sair”*.

No final de semana e durante a semana eles dividiam as tarefas, dependendo do tempo livre; conforme Cléber, *“Não tem problema, um pouco para cada um cuidar”*. Conforme Daiane, ela lhe pedia ajuda sempre que precisava (o que foi confirmado por Cléber), mas, além disso, Cléber por si mesmo cuidava da criança: *“Ele gosta. Ele só não dá banho ainda, porque ele tem medo de agarrar”*. Cléber não se importava com isso: *“Quando ela precisa, eu ajudo... o que ela quiser, pode contar comigo que eu ajudo ela, qualquer coisinha. (...) Às vezes ela nem pede, eu já tô fazendo para ajudar ela mesmo. (...) Eu acho legal ajudar e limpar a casa junto com ela”*. Ele acreditava que Daiane estava gostando da sua participação nas tarefas relacionadas à casa e ao bebê: *“Acho que ela gosta, porque ela vem, me abraça, me beija, faz carinho, fala um negócio...”*. De fato, para Daiane, Cléber a estava ajudando bastante, *“Mais do que eu imaginava até”*.

Sobre o cuidado prestado por sua mãe ao filho, Daiane reclamou que ela e sua irmã davam muita manha para Cléber Roberto: *“Elas ficam com ele no colo... que é um monte de gente. Minha irmã, ela não faz nada, ela só fica cuidando dele, daí ela tá sempre com ele no colo. Quando eu chego lá às vezes ele não quer nem eu”*. Mas, de modo geral, ela gostava dessa forma de cuidado, ficando tranqüila, porque *“Ele não fica com outra pessoa, ele... ficar, ele fica, mas ele fica choramingando assim. Mas com eles lá, não, ele já acostumou”*. Daiane gostava do jeito que elas cuidavam, especialmente porque *“ele vai e vem do jeito que eu levei”*. Pensava que sua mãe tinha preferência pelo neto por esse ter o nome de seu falecido irmão: *“Ela cuida assim de todos os netos,*

*mas acho que não sei, só porque eu botei o nome do meu irmão, eu acho que é mais esse aqui... a gente nota assim, nela, que é mais, ai, Deus me livre, ela cuida dele até a hora do... ela tem bastante compromisso (...) Às vezes ela deixa de sair, espera alguém pra ficar com ele".* A irmã dela também amamentava o bebê algumas vezes, *"quando ele tá muito agitado, assim, que ele não quer mamar a mamadeira"*. Segundo Cléber, a sogra estava tratando bem seu filho; não havia nada que ela fizesse em relação ao bebê que o estivesse incomodando: *"Ela cuida direitinho dele"*. Em geral, não se importava com o fato de outras pessoas cuidarem dele. Cléber também comentou que eles pagavam uma quantia para a mãe de Daiane, bem menor do que pagariam na creche. Além disso, era perto da casa deles, e na creche ele pensava que o filho não estaria tão bem cuidado.

### ***Primeiro ano do bebê***

Neste momento, quando questionados sobre a vida conjugal, ambos responderam falando das capacidades do bebê, comparando-o com outras crianças: *"Eu não imaginava que ele ia ser tão esperto!"*, disse Daiane; *"Tem uma amiga nossa que a filha dela é bem quietinha"*, complementou Cléber. Já quanto ao relacionamento conjugal, Cléber falou que estava *"Normal, normal"*, comentando que havia tempo para conversar e namorar. Daiane acrescentou que Cléber Roberto *"tem ciúme, daí quando ele vê que eu vou pro pai dele, ele vai correndo e já vai pro colo, aí ele vai na minha cara assim e faz carinho nele assim. E empurra eu, ele quer ficar com ele"*. Ambos relataram que até aquele momento seus planos como casal não haviam mudado, mas Cléber acrescentou que antes eles saíam bastante, *"mas agora nem damo bola para sair"*. Segundo Daiane, *"Nem dá vontade, de tanto que a gente ri e se diverte com ele dentro de casa!"*.

Para Cléber, eles não discordavam em nada quanto aos cuidados do bebê. Já Daiane contou que às vezes xingava Cléber, quando ele levava o filho para a rua em dias frios, porque o menino tinha bronquite e exigia alguns cuidados.

A rotina da família durante a semana havia mudado um pouco, em função de Cléber não estar trabalhando naquele momento. Daiane acordava cedo de manhã e saía antes de o filho despertar: *"Eu tenho que sair fugida para ele não chorar!"*. Então Cléber ficava com o menino, assistindo televisão ou passeando pela rua. Quando Daiane

chegava do serviço, segundo Cléber, ele já havia arrumado toda a casa para ela: *“Ela só fica deitada com ele. Brincando com ele”*.

Conforme Daiane, o relacionamento familiar não se modificava no final de semana. A única diferença, segundo Cléber, era que eles tinham tempo para caminhar até a casa da mãe dela e também para andar de bicicleta: *“Eu ando de bicicleta com ele e ele fica bem louco!”*, além de eventualmente levarem o filho em alguma festa. Daiane comentou que agora que ele já caminhava, eles estavam passeando bastante; ambos acreditavam que agora Cléber Roberto entenderia e aproveitaria melhor os passeios. Ao mesmo tempo, Daiane pensava que eles saíam mais quando o filho era menor.

No final de semana, ela e Cléber acabavam realizando as tarefas mais conjuntamente, porque ela estava mais disponível; durante a semana, o cuidado era praticamente todo realizado pelo companheiro, bem como as tarefas da casa. Daiane referiu nem precisar solicitar a ajuda de Cléber, pois *“ele tá sempre cuidando”*. Segundo ele, ela solicitava seu auxílio algumas vezes, e ele a ajudava sem sentir-se incomodado. Por isso, ele acreditava que ela *“acha tri boa a participação, tô sempre ajudando ela, né. Sempre quando ela precisa de um negócio, eu faço, quando tá lavando roupa, eu cuido dele pra ela, quando ela quiser que eu lave uma roupa pra ela, uma louça, eu lavo, ela pede, às vezes eu falo ‘Não, agora não’, aí eu vou lá e lavo pra ela, rapidinho”*.

Eventualmente as avós cuidavam do bebê, mas Daiane preferia que o filho ficasse com sua mãe, pois, quando ele ficava na casa da mãe de Cléber, ela não ficava tranqüila, em função de a irmã menor dele ter ciúme do menino: *“Ela judia dele, empurra ele, estaqueia ele no chão, porque ela era o único nenê, agora ele nasceu”*. Essa era a única coisa que lhe incomodava: *“Eu só não gosto é quando a guriazinha pega ele. (...) ela faz assim na cabecinha dele e ele começa a chorar, que ele não sabe reagir”*. Porém, mesmo quando ele ficava com sua mãe, ela referiu não se sentir segura: *“Eu ligo umas duas vezes pra ver se ele não caiu, se ele tá chorando...”*. Cléber, ao contrário, quando eventualmente as avós cuidavam do bebê, sentia-se tranqüilo, porque *“Elas cuidam direitinho, sempre cuidando ele, sempre olhando se ele faz alguma arte”*. Segundo ele, inicialmente o filho tinha estranhado ficar com as avós: *“Agora ele já tá acostumado, ele pede já pra sair pra ir pra casa da vó dele”*, mas mesmo assim, algumas vezes o menino ainda chorava quando eles saíam, *“Aí eu tenho que acalmar*

*ele pra depois sair*”. Nada lhe incomodava no cuidado prestado pelas avós, porque, segundo eles, *“Elas cuidam bem, do jeitinho que nós cuidamos ele”*.

### ***Segundo ano do bebê***

Quanto ao relacionamento conjugal, Cléber considerou que havia mudado, pois *“As crianças ficam mais espertas, aí tem que tomar cuidado no que faz... porque ele é muito esperto. Tudo ele aprende, qualquer coisinha que acontecer... Quando nós estamos nos beijando, ele vem e... ele tenta fazer igual às vezes. Aí tem que estar maneirando. (...) Muda, muda um pouco, o casal fica meio... aí só quando ele dorme, alguma coisa assim... aí ficamos”*. Cléber enfatizou muito o fato de só ficarem juntos enquanto o bebê estava dormindo, sugerindo que só assim podiam manter relações sexuais. Segundo Daiane, o relacionamento dos dois não havia mudado, apenas agora eles tinham mais serviço e ficavam mais cansados do que antes: *“O tempo que ele tá em casa a gente acaba dormindo de noite, por causa que ele [filho] dorme muito tarde!”*. Apenas à noite eles tinham mais tempo para ficarem juntos. Mas *“a gente não pode nem se beijar, que ele já vem pra cima e ele quer beijar eu. ‘Larga, a mãe é minha namorada!’”, ele fala que eu sou a namorada dele*”. Cléber Roberto continuava dormindo no quarto do casal, em uma bicama colocada ao lado da cama dos pais.

Cléber referiu que ele e Daiane discordavam apenas em pequenas coisas em relação aos cuidados com o filho, como a escolha da roupa. Lembrou que na educação do filho os dois concordavam sempre no que deviam e não deviam ensinar para ele. Já segundo Daiane, havia várias coisas em que ela e Cléber discordavam em relação aos cuidados com o filho, especialmente quanto a brincadeiras e músicas com palavrões, que ele ensinava para o filho: *“Daqui a pouco ele começa a falar, aí eu fico louca: ‘Não é pra falar isso! Tu vai apanhar na boca!’”, ‘Mas o pai disse!’*”.

Durante a semana, Cléber saía para trabalhar de manhã e só voltava à noite. Daiane continuava trabalhando das 08h às 14h, deixando o filho na casa de sua mãe durante este período. Quando saía do serviço, passava na casa dela e pegava o filho. O resto da tarde e à noite ficava cuidando do menino e da casa. Quando Cléber chegava do trabalho, pelas 20h, os três ficavam brincando juntos até a hora de dormir. No final de semana, Cléber e ela não trabalhavam e ficavam com o filho.

Daiane relatou que, em função de horários de trabalho, por Cléber estar novamente trabalhando, durante a semana ela participava mais dos cuidados do filho, o

que se invertia no final de semana, quando Cléber estava mais em casa. Contudo, mesmo durante a semana, ele e Daiane se dividiam nas tarefas do menino, conforme os horários de cada um. A única coisa que apenas Daiane fazia era levantar à noite para dar mamadeira para o filho. Segundo Daiane, Cléber a ajudava muito, sempre que ela solicitava, sem reclamar. Ele confirmou que estava sempre fazendo coisas pelo menino.

Cléber Roberto continuava ficando aos cuidados da avó materna enquanto eles trabalhavam. Em relação a esta situação, ela comentou: *“Eu fico um pouco tranqüila, um pouco não fico, porque eu fico com medo dele fugir também. E ele e o outro gurizinho brigam muito, o da minha irmã. (...) Ele dá também, só que o outro é maior, se atira por cima dele, eu tenho medo de machucar”*. Mas, de modo geral, ela avaliava que sua mãe cuidava bem do menino. Para Cléber, *“Elas cuidam direitinho, dão a alimentação direitinho... desde pequeno. Sempre tão indo lá em casa. (...) Eu acho legal do jeito que elas cuidam, sempre cuidando, que nem um cristal, não deixa fazer isso, sempre cuidando dele direitinho, pra não se machucar, não cair (...) não largam ele pra nada!”*. Por fim, Daiane comentou que as famílias dela e de Cléber não interferiam na criação do filho. A única coisa que ela relatou foi que a mãe de Cléber é muito *“puxa-saca”* do neto, e gostaria de ajudar a cuidar mais do menino. Daiane não deixava o filho com ela em função da distância.

### **Síntese sobre a relação de casal de Cléber e Daiane**

A partir da exposição da história do relacionamento de Cléber e Daiane, ficou evidente, durante o namoro, um desequilíbrio entre individualidade e conjugalidade. Enquanto Cléber enfatizava o pólo da individualidade na relação, pelo fato de sair muito com os amigos e não dar muita atenção para Daiane, ela parecia enfatizar mais a conjugalidade, uma vez que praticamente não fazia outra coisa a não ser conviver com e esperar por Cléber. Assim, fica claro, já no início do namoro, uma certa dependência e submissão de Daiane em relação a Cléber, que nem sempre lhe dava a devida atenção e nem demonstrava o mesmo interesse quanto ao relacionamento de ambos. Esta situação parece refletir o que afirma Jablonski (2001), de que o aumento da liberdade individual pode levar ao isolamento e ao afastamento conjugal. Segundo Willi (1978), as pessoas podem ser usadas como escudos contra a intimidade conjugal excessiva, havendo confusão de limites em relação ao mundo externo e o estabelecimento de limites rígidos frente ao parceiro, por medo de que este abuse da sua debilidade ao confessar seu



sentimento e necessidade. Isto parecia acontecer com Cléber, indicando um medo de união íntima com o parceiro, talvez por medo da perda da individualidade. Entretanto, considerando as idéias de Willi (1978), tanto a postura de “independência” de Cléber poderia ser considerada imatura, como a necessidade de companhia duradoura demonstrada por Daiane. Isso porque, conforme Singly, citado por Féres-Carneiro (2001), o investimento maior na relação conjugal pode ser indicativo de uma identidade pessoal pouco delimitada, havendo necessidade do outro para o sentimento de integração pessoal. Nesse sentido, não se pode deixar de pensar em uma grande carência afetiva da parte de Daiane, somada talvez a uma baixa auto-estima, haja vista a extrema “paixão” e idealização por um sujeito que se mostrava mais disponível aos amigos do que a ela, além de pouco comprometimento com a relação por eles estabelecida.

Parece que foi apenas a partir da notícia da gravidez que Cléber pode se envolver mais profundamente neste relacionamento, construindo a dimensão do “nós” conjugal, principalmente pelo fato de as mães de ambos o pressionarem para assumir a criança, ademais de ele também desejar isso, e pelo fato de, a partir de então, eles passarem a morar juntos. A dupla, a fim de manter e fortalecer o espaço conjugal, planejou e construiu uma casa. Assim, a partir da gestação, a dimensão da conjugalidade sofreu um incremento, pois, segundo Daiane repetiu diversas vezes, Cléber acabou largando tudo para ficar com ela, inclusive os seus amigos e atividades de lazer, o que dá um indício de que nesse momento a dimensão da individualidade acabou se enfraquecendo (Féres-Carneiro & Magalhães, 2000). Daiane, por sua vez, manteve sua ênfase na dimensão da conjugalidade, preservando, em termos individuais, apenas a oportunidade de contato eventual com uma amiga, com quem conversava sobre a gravidez, e o trabalho como doméstica.

Já aos três meses do bebê, ambos ressaltaram que o espaço conjugal estava diminuído em função de o filho estar sempre no meio deles e, inclusive, dormir no mesmo quarto, situação que acabava restringindo o seu contato sexual. Entretanto, o fato de os dois dividirem igualmente as tarefas domésticas, fazendo trocas e auxiliando-se mutuamente nos cuidados do bebê, era um indício de um reforço da conjugalidade. Ao mesmo tempo, o trabalho nesse momento era uma oportunidade de vivência individualizada que Daiane tinha, dado que não corrobora os achados da pesquisa de Féres-Carneiro e Magalhães (2000) com casais adultos, que indicou que os homens

usufruíam mais da dimensão da individualidade em função de atividades profissionais do que as mulheres. Esse aspecto se manteve durante toda a pesquisa.

No primeiro ano do bebê, o espaço conjugal parecia estar sendo retomado, pois conseguiam conviver no final de semana e colaboravam um com o outro em relação à divisão das tarefas domésticas. Também a questão sexual parecia estar sendo parcialmente retomada, porque Cléber afirmou que eles conseguiam conversar e namorar. Contudo, algumas restrições do espaço conjugal estavam presentes, pois não tinham mais interesse em sair à noite e geralmente seus passeios nos finais de semana incluíam o filho.

No segundo ano do filho, em função de sua maior esperteza, Cléber e Daiane sugeriram que o relacionamento sexual e os carinhos entre eles estavam mais raros, podendo namorar somente quando Cléber Roberto estava dormindo, o que sugere uma fragilização desse aspecto, e, por sua vez, da dimensão conjugal. Isso também ficou evidente pela diminuição da interação entre eles, em função do cansaço e da interferência do filho, e pelo aumento dos conflitos quanto à educação e às roupas do filho. Por outro lado, a dimensão conjugalidade ficava evidente pela colaboração que continuavam apresentando na divisão das tarefas de cuidado com o filho.

Interessante notar que, em todo o tempo de acompanhamento da pesquisa, algum espaço individual foi preservado pelos membros do casal, na conservação de atividades profissionais diferentes, e no caso de Cléber, na realização de várias atividades e passeios somente com o filho, sem a inclusão da parceira.

## **O tornar-se pai de Cléber**

### ***Gestação***

Segundo Cléber, a gravidez não foi planejada por eles, pois usavam preservativo. No entanto, *“Um dia eu não botei, esqueci de botar. Aí foi bem no dia esse aí que eu não usei e... aconteceu”*. Ele disse ter ficado *“meio assustado”* com a notícia da gravidez, pois queria ter um filho, mas não naquele momento. Ao mesmo tempo, contou com felicidade o fato de ir fazer o exame e a confirmação da gravidez. Já estava desconfiado disso, em função de ela estar pensativa e de não querer que ele tocasse na sua barriga. Conforme Daiane, Cléber ficou feliz com a notícia, mas parece não ter se dado conta inicialmente do significado de ter um filho, pois continuava

fazendo “folia” com os amigos. Cléber comentou que desde o início quis assumir o filho, e logo começou a procurar emprego para fazer uma casa para eles: “Quando eu vi, já tava. Agora eu tenho que assumir”.

Conforme Cléber, Daiane tinha engordado pouco durante a gestação, porque ele seguira as orientações do médico de uma alimentação mais natural: “Aí ele me deu as dicas e eu cuidei direitinho dela, pra ela não passar um pouco dos limites”. Para ele, era “normal” o fato de ela estar com o corpo modificado: “Não me importo, gosto do jeito que ela é”.

Apesar de Cléber não ter citado mudanças pessoais decorrentes da gravidez, Daiane considerava que Cléber estava muito diferente: “A mãe dele fala, ela me ajuda mais, tudo, porque eu tirei ele assim... Se ele tivesse solteiro hoje, talvez ele não tivesse nem vivo, porque ele andava sempre na noite assim, fazendo bagunça, nas drogas também. Aí depois que ele ficou comigo e abandonou tudo”.

Cléber quase sempre acompanhava Daiane nas consultas médicas, fazendo várias perguntas ao médico. Ele só não comparecia quando estava trabalhando. Na primeira vez que viu o nenê, na ultra-sonografia, Cléber disse ter ficado “emocionado, quase chorei na hora! Aí eu ‘Bah, não vou chorar. (...) Fiquei assim só pensando...”.

Durante a gravidez, preocupava-se com o fato de Daiane pegar coisas pesadas e poder cair e se machucar, por isso estava sempre cuidando dela. Essa foi uma das razões que fez com que ele fosse morar na casa da mãe dela. O cuidado excessivo de Cléber também se devia ao fato de Daiane ter quebrado a perna por volta do sexto mês de gestação. Além disso, preocupava-se também com a alimentação dela. Segundo a jovem, de fato ele ficava controlando sua alimentação e sempre perguntava se o nenê estava se mexendo.

Quando questionado sobre como se imaginava como pai, ele disse: “Bah, pai, pai, eu vou ser um pai legal pro meu filho e bah... (silêncio) Bah, agora eu fiquei meio indeciso”. Apesar disso, imaginava que estaria “toda hora, toda hora” perto do filho, ao redor dele, dando muita atenção e carinho a ele, saindo, dando banho, etc. Cléber já tinha tido experiência com crianças, pois cuidava de suas irmãs, “Eu tenho prática (...) eu sei de tudo”, por isso acreditava que seria fácil cuidar de seu próprio bebê, apesar de ser diferente por ser dele. Ele imaginava que, em situações difíceis, faria “de tudo” para que o bebê quisesse comer, como dar os alimentos certos e somente aquilo que o filho quisesse. Cléber imaginava ensinar diversas coisas para o filho, “da vida assim, da

rua”, e que iria dar *“bastante força para ele, que nem a minha mãe deu força para mim (...) Vou ensinar o que é e o que não é pra ele”*. Daiane acreditava que Cléber seria um bom pai, pois, como ele não teve pai, *“Ele sempre fala que pro filho dele ele vai ensinar tudo o que um dia o pai dele não pode ensinar, ele sempre fala isso”*. Ela achava que ele saberia lidar com o filho, já que adora crianças: *“Ele tá sempre com uma, ele vê as crianças ele fica... Pelo menos com o dos outros é assim, vamos ver com o dele”*.

Cléber não referiu nenhum modelo paterno que achasse válido de ser seguido, afirmando isso reiteradamente. Já Daiane citou um cunhado como modelo positivo para Cléber, porque *“Ele educa eles bem e tá sempre ensinando tudo, ensinando eles assim a se virar na hora certa, dar um jeito assim, no colégio também”*. Quanto a um modelo paterno que não gostaria de seguir, Cléber citou um pai que não gosta da criança e nem da mulher, que não dá atenção, pois quer ter sempre o filho por perto e formar uma família legal. Daiane não referiu um modelo específico negativo de pai, comentando apenas que os pais da vila onde morava sempre abandonavam os filhos. Para ele, um bom pai é aquele que *“dá atenção pro filho, aonde o filho quiser ir tu leva, o que ele quiser tu dá. Aí esse é um bom pai, fazer as coisas que ele quiser, tudinho direitinho”*, enquanto que, para ela, seria aquele que não abandonasse os filhos, que desse atenção, carinho, que fizesse com que o filho gostasse dele, que ajudasse e ensinasse o filho.

Quando inquirido a respeito do seu relacionamento com seu pai, Cléber relatou que nem chegou a conhecê-lo (*“Bah, vou falar a verdade para ti, bah, nunca conheci meu pai”*), e que nem imaginava como ele é. Disse que a sua mãe foi, ao mesmo tempo, seu pai e sua mãe: *“Ela me criou, deu o que eu queria, o que ela não pode dar, ela não deu, ela me ajudou em tudo o que eu precisava”*. Quando pequeno, ela cuidava dele, e quando saía à noite, deixava-o com a avó materna, que também ajudou a criá-lo.

### ***Terceiro mês do bebê***

Ele referiu que ser pai estava sendo uma experiência legal: *“tô me sentindo bem, né, tô gostando”*. Ele acrescentou que a paternidade o havia tirado da rua: *“Eu andava muito na rua, solto... Aí eu tô mais caseiro, mas perto dele, tô dando mais atenção pra ele crescer do meu lado (...) Não vou abandonar ela nem ele!”*. Para ele, ser pai estava sendo menos difícil do que imaginava inicialmente: *“Ah, eu pensava que era difícil, mas não é difícil. Não tô achando difícil. Eu gosto dele, eu gosto dela, eu acho legal*

*até, ser pai tá sendo legal*". Disse que não estava tendo nenhuma dificuldade no desempenho do papel paterno até aquele momento, comentando *"Agora tá tudo bem, arrumei um serviço direito"*.

Descreveu-se como *"um pai coruja"*, que ficava sempre pensando no filho, mesmo enquanto estava trabalhando: *"Eu vejo as mulheres com as criancinhas, eu fico pensando nele, bah, pensando mesmo..."*. Inicialmente tomou conta do menino e da casa, mas naquele momento já havia voltado a trabalhar, então o bebê ficava com a sogra durante o dia, e ele e Daiane se revezavam nos cuidados com o filho, quando estavam em casa. O que Cléber mais gostava de fazer com o filho era brincar e passear, porque o menino gostava de sair, ficar na rua (*"Eu acho que ele puxou por mim!"*). Não havia nada que ele não gostasse de fazer com o filho.

Daiane elogiou o jeito dele com o filho, muito cuidadoso, mas disse que algumas vezes ele o tratava como se já fosse adulto, então ela interferia: *"Ele pensa que o guri é adulto, tudo ele quer ensinar, já quer botar chapéu e coisa... nossa!"*. De qualquer forma, considerava-o um bom pai. Segundo Daiane, ela imaginava que Cléber seria assim mesmo, caso o filho fosse homem, mas ele havia dito que não seria assim, caso tivessem uma menina: *"Ele falou que não ia mudar, tudo assim, não ia trocar o nenê, não ia ficar muito no colo..."*, por isso o sexo do bebê tinha sido uma preocupação constante para ela durante a gravidez: *"Eu tava apavorada, 'Ah, se for uma menina, agora? Coitadinha!"*.

### ***Primeiro ano do bebê***

Cléber considerava que nesse momento *"tá tudo legal"*, apenas gostaria de *"arrumar um serviço"*, já que estava desempregado. Segundo ele, não estava sentindo nenhuma dificuldade para lidar com o filho. Ao contrário, comentou que pensava que ser pai *"ia ser ruim"*, mas considerava que estava sendo mais fácil do que imaginava: *"Eu tô me sentindo legal mesmo com ele, sempre brincando com ele, sempre fazendo as coisas com ele. Quando eu saio, eu faço um negócio ligeiro pra ir pra casa, pra brincar com ele, ou quando eu saio, ele chora pra mim levar ele num lugar, no armazém, na mãe lá, sempre ele dá um jeitinho pra sair comigo"*.

Para Cléber, não havia ocorrido nenhuma situação estressante durante o primeiro ano de vida do filho: *"Sempre a mesma coisa, sempre a mesma rotina. Com ele o cara não fica estressado (...) ele sempre faz a pessoa rir, dá um jeito, eu sempre dou um jeito"*.

*pra fazer alguma coisa pra ele, ou então ele faz um negócio pra mim ficar legal mesmo, dar risada com ele*". De qualquer forma, ele referiu uma preocupação bastante intensa com a saúde da criança: *"Eu dava dinheiro pra ela 'Tu vai lá e leva ele no médico, e tu telefona pra tua patroa pra deixar, pra ti levar no médico' (...) Sempre teve uma maior preocupação com ele, às vezes não conseguia comer direito por causa dele, com o negócio da saúde dele, se ele tava doente, até ficava doente às vezes por causa dele"*.

Cléber se descreveu como um pai coruja neste momento: *"Ah, eu sou um pai, como é que eu vou te dizer assim, um pai coruja, sempre em volta dele, sempre brincando com ele. O que eu posso fazer por ele, eu faço"*. Ele afirmava com veemência ser um bom pai, pois estava sempre cuidando e *"fazendo as coisas pra ele se sentir legal"*. Como a companheira trabalhava, Cléber é quem estava cuidando do menino. O filho ficava mais com ele do que com a mãe; ele mostrava-se contente por assumir estas tarefas: *"Agora é só comigo, né. Agora é só comigo o negócio, cuidar ele"*. O que mais gostava de fazer com o filho neste momento era brincar de lutinha ou de barraquinha em cima da cama, porque o menino gostava muito; ele organizava toda a brincadeira para o filho. Ou ainda, entrava embaixo da cama junto com a criança para brincarem. Novamente ele não citou nenhuma atividade que não gostasse de fazer com o filho.

De fato, Daiane acreditava que ele estava se saindo muito bem como pai e era muito envolvido: *"o tempo todo em volta do guri"*. Ela não imaginava que Cléber seria assim, pois antes *"Ele era bem rebelde, ele só queria rua, só sair de noite assim. A mãe dele chegava a chorar às vezes de noite, por causa que ele sumia, ficava dois, três dias fora. Agora não, agora o tempo todo em volta do Cléber Roberto. Ele não sai pra nada, até pra ir no armazém, tudo ele leva o guri"*.

### ***Segundo ano do bebê***

Cléber considerava que a experiência de ser pai estava sendo boa: *"Ah, é tri, eu acho tri assim. Sempre gostei de ver os outros, com outras crianças... Eu sempre, sempre tava junto com criança, sempre tava. Sempre cuidei as minhas irmãs... os meus primos"*. Cléber não sentia nenhuma dificuldade na criação do filho, enfatizando muito que estava sempre junto do menino. Disse que o filho *"nunca deu trabalho pra nós (...) só às vezes que ele fica enjoadinho, quando ele tá meio gripadinho, aí fica ruim mesmo"*.

Cléber se via como um bom pai para o filho, pois *“Eu tô sempre com ele, sempre ajudando ele, sempre fazendo o que ele quer, sempre, sempre junto com ele. O que eu posso fazer por ele, eu faço, pra ele não se machucar... Tô sempre protegendo ele, pra ele não estar na rua, sempre cuidando ele, pra ele não... tô vendo se tá frio, tá calor, sempre tô dando água... tô falando com ele, conversando com ele...”*. Ele repetiu várias vezes, durante a entrevista, que cuidava muito para que o filho não se machucasse.

Lembrou ainda que, muitas vezes, quando não estava com o filho, pensava *“Bah, tomara que eu chegue em casa pra ficar junto com ele!”*. Quando precisava deixá-lo, ele referiu: *“Às vezes eu sinto peninha dele, porque de manhã às vezes ele se acorda e quer ir junto comigo, ou às vezes quer brincar comigo de manhã e eu não... eu falo ‘Não, o pai tem que ir trabalhar’, aí fico brincando, às vezes chego até atrasado no serviço por causa dele, pra ele estar... pra não deixar ele chorando em casa (...) Às vezes eu saio correndo, às vezes ele vê assim, aí ele sai e começa a chorar, ele tenta sair atrás de mim, aí ele fica chorando e eu fico com pena dele, tento voltar, mas não dá, eu tenho que ir trabalhar. Aí fica ruim pra mim. Ele fica chorando, quer eu, fica esperando até a hora de eu chegar”*. Relatou ainda que muitas vezes ficava lembrando do filho no serviço. No momento, assumia mais os cuidados do filho quando estava em casa, ou seja, só à noite e no final de semana, pois estava trabalhando. A atividade preferida com o filho era jogar bola ou bolita, apesar de gostar de fazer tudo. Também gostava muito de andar de carro e pescar com o filho, porque ele mesmo sempre havia gostado muito dessas atividades e porque o filho ficava olhando e depois tentava imitá-lo, também demonstrando prazer com essas atividades. Para ele, não havia nada que não gostasse de fazer com o filho: *“Nada é difícil com ele (...) eu faço de tudo. Eu tento fazer de tudo pra deixar ela feliz e ele também”*.

Para Daiane, Cléber parecia estar gostando mais de ser pai naquele momento do que antes. Ela considerava que ele estava ainda mais participativo agora do que antes. Entretanto, para Daiane, Cléber como pai chegava a ser *“muito chato, ele... ontem tinha um arranhão aqui nele, ele já tava reclamando (...) Agora de manhã tinha outra... ele tem alergia, eu acho que ele botou a cueca e ficou apertada, então tinha, criou uma bolinha, já tava dizendo que era uma ferida, que tinha que levar no médico... Ele fica muito assim, ele incomoda muito se eu brigo... de dar”*.

Cléber disse ter vários modelos positivos de pais: *“Eu acho tri guri que cuida dos filhos, eu sempre curto, né. Às vezes eu olho, às vezes os caras, bah, uns guri novo, assim, com carrinho e filho no colo, eu fico olhando, ‘Bah, que legal mesmo!’”. Ele considerava como pais ruins aqueles que “não cuida as crianças (...) Mas sempre tento, tento não fazer... tento sempre evitar de ter contato com eles, entendeu?”*. Ele pretendia ser um bom pai para o menino, *“quando ele é pequeno, pra não sentir algum receio de mim quando crescer, né, ficar ‘Bah, o meu pai não me cuidou, fez isso comigo, fez aquilo comigo... me bateu...(…) pra ele ter alguma coisa pra ele... Quando ele tiver o serviço dele, a casa dele, a mulher dele, pra ele vir sempre me visitar e falar ‘Não, o meu pai é superlegal, sempre me cuidou do jeito certinho, sempre me deu uma educação legal’... pra não ‘Não fiquei ruim, o meu pai não me deu um mal... como é que eu posso dizer? Um incentivo pra brigar, pra mim fazer alguma coisa, ou roubar, entendeu? Pra não usar drogas (...) Aí, quando ele ficar grande, pra ele falar pros filhos dele, pra ele ensinar os filhos dele quando ele crescer, pra não... A mesma coisa que eu fiz com ele, entendeu?’”*.

### **Síntese sobre o tornar-se pai de Cléber**

Cléber demonstrou, desde o início, uma aceitação da gravidez, aparentemente maior do que Daiane e, ao longo dos 24 meses, pôde-se perceber seu grande envolvimento e participação nos cuidados do bebê, haja vista a forma como falava de seu relacionamento com ele e seu conhecimento a respeito dos gostos e habilidades do filho. Assim, o processo de paternidade de Cléber foi marcado por uma grande participação na criação do filho, sendo ele muitas vezes o principal cuidador da criança.

De qualquer modo, as falas de Cléber revelaram uma certa dificuldade inicial de se pensar como pai. Contudo, apesar da falta de um modelo paterno positivo em que se espelhar, Cléber foi assumindo a paternidade. Seu pai parece ter servido como um modelo negativo, ao qual ele imaginava se opor durante a gravidez (Colarusso, 1990; Szejer & Stewart, 1997; Trindade & Bruns, 1999), pois, ao contrário da ausência paterna vivida, ele enfatizava que estaria sempre junto do filho. Assim, a partir de sua vivência de *nunca* em relação à figura paterna, Cléber fez questão de enfatizar o *sempre/tudo*, durante o exercício da paternidade, em relação ao filho (por exemplo, estava sempre junto, sempre brincando, sempre fazendo as coisas com ele, sempre cuidando direitinho). Não parecia se permitir nem um afastamento rápido, voltando logo



para a casa. Com isso, parecia querer afirmar para si mesmo a diferença entre ele e seu pai (Blos, 1996; Colarusso, 1990), demonstrando uma necessidade de reparação de sua própria história de falta (Szejer & Stewart, 1997). Contudo, não se pode esquecer que, para Blos (1986), a polarização, isto é, a adoção de papel, comportamentos, valores e moralidade diferentes ou opostos aos da imago internalizada, não significa uma autêntica separação-individuação. Assim, não se pode ter certeza de que a mudança tenha sido fruto da elaboração de suas vivências infantis de abandono.

O fato de, no segundo ano do filho, ter referido como modelo positivo a si mesmo, indiretamente (“*gurus novos cuidando de seus filhos*”), nos indica que ele mesmo se tornou um modelo positivo, em oposição ao modelo negativo recebido do pai, atestando, talvez, uma maior separação-individuação frente ao mesmo (Blos, 1996; Colarusso, 1990). Entretanto, para Blos, se pensarmos esta atitude como um rechaço do adolescente de sua família e de seu passado, ela poderia estar servindo para encobrir o doloroso processo de desligamento, ao invés de ser sinal de sua ocorrência. Por outro lado, conforme o mesmo autor, é comum neste período da vida, em função da retirada da libido dos objetos externos e seu redirecionamento para o próprio *self*, uma autocentralização e auto-absorção do adolescente, que se imagina independente dos objetos amados e odiados de sua infância. Assim, por não ter citado outros modelos externos, isto é, por não ter evidenciado diretamente um direcionamento de seu investimento psíquico e impulsos libidinais e agressivos para outros modelos, o que facilitaria o afrouxamento dos laços objetivos com os pais (Blos, 1996), pode-se pensar que talvez Cléber não tivesse conseguido ainda uma separação emocional mínima dos objetos primários (pais). No segundo ano, ao referir como modelo paterno negativo um pai que não cuida da criança, tentando evitar contato com esse tipo de pai, Cléber parece ter deixado transparecer um medo de se “contaminar” com este modelo negativo, claramente o seu próprio pai, talvez por medo de entrar em contato com suas lembranças de abandono e acabar por repeti-las, além do sofrimento que isso lhe causaria. Assim, fica a dúvida se, em um futuro próximo, ele continuaria demonstrando a postura de intensa dedicação e envolvimento, que parecia mais defensiva do que autêntica, haja vista a intensidade extrema com que fazia isso.

O fato de Cléber dizer, durante a gravidez, conforme Daiane, que não seria assim cuidadoso caso o filho fosse do sexo feminino, leva a pensar que o desejo por um filho homem era muito forte. Ter um filho do mesmo sexo facilita a identificação do pai

com o bebê e o resgate da própria história (Szejer & Stewart, 1997). Durante o transcorrer do exercício da paternidade, Cléber inclusive mostrou, em alguns momentos, uma confusão entre ele e o filho, o que pode ter sido reforçado pelo fato de o menino ter recebido o mesmo nome dele. Obviamente que ocorre normalmente uma identificação entre pai e bebê, mas talvez essa situação tenha facilitado a ele a vivência, tanto ativa como passiva, do cuidado parental (Colarusso, 1990). Indício disso foi o depoimento dado por ele, no primeiro ano do bebê, de que às vezes chegava a ficar doente se o menino adoecia, mostrando uma identificação muito forte com o mesmo, talvez assim gratificando-se como pai e como filho nesta relação. Brazelton e Cramer (1992) comentam que os pais não conseguem evitar uma identificação com o menino. Além disso, há o desejo narcisista de ser completo e onipotente, produzindo e se identificando com o próprio filho, e o desejo de reproduzir (espelhar) a própria imagem, o que explica por que os pais preferem ter filhos homens. No caso dele, o desejo narcisista também fica evidente no sentido de ter um filho homem, para com ele reproduzir a sua situação infantil, superando seu próprio pai na criação do menino (Allen & Doherty, 1996; Brazelton & Cramer, 1992; Colarusso, 1990; Costa & Katz, 1992), o que ficou evidente quando afirmou que queria ser um bom pai, para que o filho transmitisse isso aos seus filhos. Ao mesmo tempo, através da identificação com o filho, o pai pode experimentar um reencontro regressivo com os objetos infantis e estabelecer uma base para uma profunda progressão evolutiva e mudança intrapsíquica (Colarusso, 1990). Desse modo, confirma-se o que Blos (1996) comenta, de que a adolescência, em função da regressão que ocorre, oferece uma segunda chance de entrar em acordo com situações perigosas opressoras que sobreviveram ao período da infância. É por meio desta regressão que o adolescente pode reviver a imagem parental e instituir correções e diferenciações em relação às suas relações de objeto pré-edípicas ambivalentes.

Percebe-se, então, que Cléber elaborou uma maneira própria de educar seu filho e se relacionar com ele, transformando o modelo de ausência recebido de seu pai (Raphael-Leff, 1997). Nesse sentido, talvez pela presença feminina predominante na sua criação (mãe e avó materna), Cléber muitas vezes imaginava-se em uma postura mais cuidadora, tradicionalmente feminina (Trindade, 1993), acabando depois por assumir os cuidados do filho e da casa. Nesse sentido, autores como Brazelton e Cramer (1992) e Costa e Katz (1992) afirmam que o pai precisa tolerar a exclusão temporária da relação e aguardar a oportunidade de participar dela mais tarde. Para isso, precisa identificar-se

com sua mãe e com sua mulher, o que parece ter ocorrido demasiado no caso de Cléber, que, apesar de ser bastante apoiador, muitas vezes parecia competir com Daiane pela posse do filho. De qualquer forma, sua postura de intenso envolvimento confirma a idéia de que muitos pais não querem que o filho passe pelo que passaram, ou querem que ele tenha algo melhor do que tiveram (Brazelton & Cramer, 1992; Fraiberg & cols., 1994).

Ao mesmo tempo, a grande preocupação demonstrada por Cléber quanto à saúde do filho, solicitando que fosse levado ao médico ao menor sinal de qualquer alteração física, poderia ser decorrente do fato de o filho ter o nome de uma pessoa já morta (Roberto, irmão de Daiane), além de representar os seus impulsos agressivos em relação ao filho, que, na sua fantasia, poderiam danificar a criança, necessitando esta sempre ser bem cuidada, para a reparação destes. Isso porque ele não expressava nenhuma ambivalência ou frustração com a paternidade e o filho, o que, conforme Costa e Katz (1992), seria esperado, uma vez que o nascimento desperta sentimentos conflituosos e contraditórios nos pais, sendo reativados, na relação com o filho, sentimentos primitivos e ambivalentes. De outro ponto de vista, Brazelton e Cramer (1992) apontam que os pais desejam ser capazes de defender os filhos contra seus próprios sentimentos de incapacidade e as falhas que percebem em suas vidas. Dessa forma, com esse desejo mágico de superar suas incapacidades, eles podem se ver como seres positivos, inteiramente preparados para criar e educar uma criança perfeita. Mas, por detrás disto, sempre está a ambivalência, que faz com que todos os pais se questionem em algum momento sobre as razões que os levaram a se lançar nessa adaptação, o seu desejo de ter um filho, etc.

## **O tornar-se mãe de Daiane**

### ***Gestação***

Segundo Daiane, Cléber sempre falava que queria ter um filho, mas ela não pensava nisso. Engravidou inesperadamente, em função de não terem usado preservativo em uma das relações sexuais que tiveram. Com o atraso da menstruação, logo desconfiou que estava grávida. Assim, um mês depois já havia feito o exame para confirmar a gravidez. Sua reação à confirmação foi ambivalente: *“Eu fiquei triste, por causa que eu pensava que a minha mãe ia me xingar, e fiquei alegre, por causa que ele*

*ia ficar mais comigo*". Segundo Cléber, Daiane inicialmente ficou um pouco apreensiva com a notícia, mas depois *"ficou toda boba com a gravidez, passava a mão na barriga, até falava assim pra mim, que era pra mim comprar um filme pra tirar a foto dela com a barriga quando tivesse grande"*.

Segundo Daiane, seu corpo mudara, *"não é mais o mesmo"*, mas ela sentia-se bem com isso, por achá-lo bonito. Relatou sentir-se bem grávida: *"Eu me sinto bem, eu acho que eu estou a mesma coisa que antes, só assim, algumas coisas que muda, que eu sinto o nenê mexer, tudo. Mas o resto é a mesma coisa que antes, quando eu não tava grávida, mas agora é mais legal"*. Também disse estar mais sensível, *"Qualquer coisa eu já choro"*. Para Cléber, Daiane não havia mudado durante a gestação.

Ela teve acompanhamento pré-natal adequado, desde o início da gestação, e não apresentou nenhum problema de saúde. Sua maior preocupação era saber se o nenê seria *"perfeito"*. Após ter feito uma ultra-sonografia, ela disse ter ficado *"mais aliviada (...)* *Eu não parava de rir, eu fiquei feliz, feliz mesmo, por causa que eu vi ele ali, todo perfeitinho, daí eu fiquei feliz!"*. Daiane relatou estar com medo do parto. Cléber confirmou que a maior preocupação de Daiane era com o parto.

Daiane afirmou que já pensava a respeito de como seria como mãe: *"toda hora eu tô pensando"*. Preocupava-se com o fato de saber cuidar bem da criança, mas comentou que, como já cuidava de um sobrinho, *"Acho que eu vou ser... eu vou saber educar, ensinar ele, saber falar, né, o que tem que falar, na hora certa, quando ele tiver grandinho. Quando ele tiver pequeno também, vou cuidar bem dele"*. Daiane imaginava-se sempre *"agitando"* o bebê, passeando, conversando e rindo com ele, mas também cuidando. Ela disse que teria que ter paciência para agüentar momentos difíceis, como quando o bebê não quisesse comer ou dormir, e tentaria ajudá-lo. Ela acreditava que criaria seu filho da mesma forma como ela e Cléber haviam sido criados. Cléber também considerava que Daiane *"tem jeito"* para isso, que o jeito dela de lidar com o bebê *"vai ser normal, vai ser direitinho"*, até porque ela já tinha tido experiência com crianças. Ele incentivava bastante a jovem: *"Tu vai pegando o jeitinho, devagarzinho tu vai pegando"*. Quanto ao relacionamento da companheira com o bebê, Cléber imaginava que *"Ela não vai largar ele nem um minuto, só para trabalhar, eu acho"*.

Ela afirmou que sua mãe seria um modelo de mãe a ser seguido: *"porque ela criou sete filhos sozinha, e o meu pai não ajudou ela (...)* *Ela era legal, ela ajudava a*

*gente sempre, quando ela tinha que falar, quando a gente arrumava más companhias, ela falava, falava as coisas certas, dava conselhos*". Da mesma forma, Cléber considerava que a sua própria mãe era um bom modelo a ser seguido por Daiane, pelos mesmos critérios: ter cuidado sozinha de quatro crianças e sempre ter dado atenção a eles, ter sido cuidadosa e carinhosa e não ter deixado faltar nada materialmente, como comida. A jovem afirmou não ter um modelo de mãe negativo, enquanto que Cléber desejava que ela não seguisse o modelo de uma mãe que *"batesse nas crianças, judiasse, deixasse o nenê chorando, não desse atenção muito tempo, não desse mamá nas horas certas, não desse comida também. Que não cuidasse direitinho"*. Boa mãe, para ela, seria aquela que não deixa o filho fazer o que quiser, mas sim aquela que educa, ensina o que deve na hora certa, enquanto que, para ele, uma boa mãe seria aquela que dá atenção aos filhos, *"tudo direitinho"*.

Não lembrava bem do seu relacionamento com a mãe, pois eram em muitos irmãos, mas achava que era bom. A mãe sempre ajudava conversando, dando conselhos, o que continua fazendo até hoje. Do relacionamento com o seu pai, ela disse que também não se lembrava muito, porque ele não participara de sua criação, apenas estava *"por perto"*, visitando-os de vez em quando. Mesmo assim, Daiane referiu que gostava dele.

### ***Terceiro mês do bebê***

Daiane disse que inicialmente achou um pouco difícil cuidar do filho, em função de ter demorado a se recuperar do parto: *"Eu chorava, porque eu pensava que eu não ia conseguir cuidar dele... Eu ficava apavorada!"*. Mas depois que isso passou, não achou mais difícil ser mãe: *"Ah, muda... muda um monte! Mas eu pensava que eu não ia saber cuidar bem dele... e eu aprendi"*. Naquele momento, a única dificuldade que tinha era conciliar o trabalho com o cuidado da casa e do filho, pois tinha recomeçado a trabalhar no segundo mês de vida de Cléber Roberto: *"Dá pena, porque eu vejo ele no carrinho, daí dá vontade de pegar e ficar só com ele"*. Daiane reafirmou isso várias vezes durante a entrevista: *"por mim, eu não trabalhava por causa dele"*. Sentia-se responsável, *"porque eu tenho que cuidar bem dele"*, e preocupava-se com o menino o tempo todo.

Ao ser questionada sobre como se descrevia como mãe, Daiane respondeu: *"Eu acho que eu... eu... se ele gostar, eu acho que eu vou ser uma boa mãe"*. Relatou várias atividades com o filho, como levar ao médico, trocar fralda, dar banho e brincar. Sobre

isso, disse *“Eu acho que, quando ele pensar, ele não vai acreditar, por causa que eu brinco que nem se fosse uma criança, quer dizer, duas crianças”*. Ela gostaria de *“ser quase como uma amiga dele... mais do que mãe”*. O que ela mais gostava de fazer com o filho era ficar brincando enquanto trocava fralda, e o que menos gostava era levá-lo no posto de saúde para dar vacina.

Cléber considerava Daiane *“legal como mãe”*, calma ao lidar com o filho. Para ele, ela estava sendo como ele imaginava que seria.

### ***Primeiro ano do bebê***

Daiane relatou que estava se sentindo bem como mãe, *“apesar das correrias. Ah, tu corre, uma hora, um dia ele tá bom, quando tu vê no outro dia já tá, tem que tá correndo pro hospital!”*. A maior dificuldade dela era o cansaço, pois muitas vezes passava o dia inteiro trabalhando e acabava adormecendo muito cedo: *“Bah, tem horas que de noite, chega seis horas [18h] eu termino de fazer as coisas, eu caio na cama dura, só acordo de noite pra fazer mamá pra ele, às vezes não sei nem que hora!”*. Daiane não imaginava que seria tão corrido ser mãe, mas acreditava que isso era decorrente da necessidade de ela trabalhar, pois nas férias sentia-se bem mais descansada. Segundo ela, havia passado por duas situações especialmente estressantes naquele ano: quando o filho bateu a cabeça no roupeiro e sangrou, e quando seu primo morreu degolado no presídio.

De forma modesta, comparando-se com outras mães que haviam tido nenê, Daiane acreditava que estava sendo uma boa mãe. Ela gostava de brincar e arrumar o filho, especialmente colocar perfume: *“Aonde eu vou, ele sai comigo, um boneco”*. Referiu que não gostava de ter que se afastar dele para trabalhar: *“Ah, às vezes dá pena, não dá vontade de... todo dia tem que sair e deixar ele”*.

Cléber descreveu Daiane como uma boa mãe, pois sempre participava, cuidava bem do menino e dividia com ele as tarefas em relação ao bebê: *“Do jeito dela assim, oh, ela é uma boa mãe”*. Ele relatou gostar do jeito como Daiane tratava Cléber Roberto: *“Ela é tranqüila, ela não é daquelas mães xaropes que pega as crianças e dá-le pau. Ela sempre conversa com ele, fala que não é pra fazer isso, o que é pra fazer”*. Além disso, Cléber disse que Daiane estava sendo uma mãe exatamente como ele imaginava que ela seria.

### ***Segundo ano do bebê***

Daiane considerava que a situação de maternidade, nesse momento, estava melhor do que antes: “*menos correria*”. Ela continuava se sentindo preocupada quando ficava longe do filho para trabalhar, e não ia a nenhuma festa, até mesmo porque o filho percebia que eles estavam se arrumando para sair.

Quando questionada sobre como se descrevia como mãe, Daiane respondeu dizendo que não sabia, mas, após a insistência da entrevistadora, ela disse ser uma mãe cuidadosa, pois arrumava bem o filho: “*Eu saio com ele na rua, eu sei que tá todo mundo olhando, que ele tá sempre... parece um boneco!*”. O que ela mais gostava de fazer com o filho era passear, ir à pracinha, “*Acho que não tem um lugar aqui em Porto Alegre que ele já não tenha ido. (...) O guri tem foto em tudo que é parte!*”. Além dessas atividades, Daiane disse gostar muito de brincar, escrever e desenhar com o filho. Ela não mencionou alguma atividade que não gostasse de fazer com Cléber Roberto. Também Cléber afirmava que ela era “*uma mãe direitinho*”, que sempre havia cuidado e estava do lado do filho.

Daiane inicialmente referiu não seguir nenhum modelo materno, mas depois mencionou que, em termos de orientação quanto à televisão e à alimentação, “*eu faço o que a minha patroa faz... Tudo o que eu vejo ela fazer, coisas que eu achei que devia ser...*”. Ela comentou que não havia nenhuma mãe que ela não quisesse seguir. Disse que sua mãe nunca havia falado nada sobre como era o relacionamento entre elas quando ela tinha dois anos de idade: “*Nem sei... porque era mais com ela, que o meu pai não ficava muito*”. Ela não soube dizer se o relacionamento com a mãe influenciava na forma como ela cuidava do filho hoje, pois não sabia de nada, apenas “*Ela só dizia que eu chorava muito desde pequena, chorava, chorava... (...) Eu me lembro, quando eu tinha até uns 5 anos, que eu ia nos lugares, ficava o tempo todo... chegava a me encolher num canto...*”. Segundo ela, seu filho tinha um jeito completamente oposto.

### **Síntese sobre o tornar-se mãe de Daiane**

Percebe-se que Daiane partiu de uma postura ambivalente em relação à gravidez, mas, posteriormente, conseguiu demonstrar um bom vínculo com seu filho. A partir do que foi exposto, constatou-se que a sua transição para a maternidade foi marcada por uma certa insegurança e aparente desligamento do bebê, em virtude da assunção de um papel secundário como cuidadora. Entretanto, esta atitude parecia encobrir um forte

envolvimento emocional com o filho, cuja expressão foi impedida por diversas circunstâncias, relativas ao companheiro, à própria mãe e à situação econômica da família. De fato, um dos fatores que a impediram de assumir uma postura mais ativa de cuidado foi o retorno precoce ao trabalho, situação que parecia incomodá-la muito, pois gerava cansaço e descontentamento quanto ao cuidado prestado por outras pessoas, apesar de ela nem sempre admitir isso. Além disso, sua participação muitas vezes secundária junto ao filho, comparada com a participação de Cléber, pode ter suas origens não só no modelo materno recebido da mãe (no sentido de não ter aprendido como ser mais próxima afetivamente do filho), como no modelo paterno recebido do pai (de ausência física e emocional). Assim, talvez em função do desejo de que o filho não passasse pelo que ela passou, ou que tivesse algo melhor do que ela havia tido (Brazelton & Cramer, 1992; Fraiberg & cols., 1994), Daiane se resignou a uma posição secundária, para que Cléber pudesse ser um pai presente junto ao menino. Ao mesmo tempo, ela acabou identificando-se com sua mãe, assumindo uma postura mais masculina, servindo como provedora e não como cuidadora (Ackerman, 1986). Assim, Daiane parecia estar repetindo com o filho o modelo materno e de relacionamento com a própria mãe e com o próprio pai (Colarusso, 1990; Stern, 1997), mostrando-se mais distante afetivamente, e mais próxima nas tarefas de cuidado junto ao filho. De fato, desde a gestação ela mostrou uma preocupação com estes aspectos de cuidado.

Entretanto, ao longo de seu processo de transição, ela parece ter ido em busca de outros modelos de identificação, elegendo a patroa como modelo materno positivo no segundo ano de vida do filho. Tal mudança poderia estar representando uma tentativa de Daiane de oposição frente à própria mãe (Colarusso, 1990; Szejer & Stewart, 1997), de afirmação de diferenças entre ela e sua mãe, atestando talvez uma maior separação-indivuação frente à mesma (Blos, 1996; Colarusso, 1990). A busca por um modelo extra-familiar indicaria justamente o direcionamento de seu investimento psíquico libidinal e agressivo para outros modelos, o que facilita o afrouxamento dos laços objetais com os pais (Blos, 1996). Isso porque, conforme Blos, o desligamento de objetos internalizados amados e odiados abre o caminho para o descobrimento de objetos externos e extrafamiliares amados e odiados. Mas, antes de a libido poder voltar-se para a busca de gratificação de objetos específicos da fase no ambiente social mais amplo, para acontecer o desligamento dos objetos infantis, deve ocorrer inicialmente a decaixia pulsional destes objetos. Chama a atenção, no entanto, o fato de



Daiane não ter referido nenhum modelo materno negativo, apesar de já ter irmãs, vizinhas de bairro e amigas que eram mães, reforçando a idéia de busca de modelos positivos alternativos, a fim de encontrar seu jeito próprio de ser mãe (Raphael-Leff, 1997).

De qualquer forma, Daiane parecia estar realizando esta separação de forma autêntica, pois especificou bem os aspectos em que se baseava nas atitudes da patroa, o que dava uma idéia de continuar seguindo o modelo materno em outros quesitos, apesar de não afirmar isso diretamente. Nesse sentido, sua postura lembra a ocorrência da terceira individuação, quando os pais conseguem identificar aspectos em que são semelhantes aos seus próprios pais, se permitindo reconhecer pontos positivos dos mesmos (Colarusso, 1990). Assim, ela parecia estar fazendo uma reavaliação da relação com os próprios pais e deles mesmos como pais (Brazelton & Cramer, 1992; Colarusso, 1990; Costa & Katz, 1992), almejando uma superação de algumas falhas parentais (Colarusso, 1990). Por ter um modelo materno real, concreto, ela talvez pudesse, com mais tranqüilidade, avaliá-lo melhor, tomando o que considerava positivo e se opondo aos aspectos considerados negativos (Colarusso, 1990). Conforme Blos (1996), as relações objetais infantis, quando revividas na adolescência, tendem a aparecer na sua forma original, ou seja, num estado ambivalente. Mas, na adolescência, em função da regressão do ego que ocorre, existe uma segunda chance de entrar em acordo com situações perigosas opressoras que sobreviveram ao período da infância. É por meio desta regressão que o adolescente pode reviver a imagem parental e instituir correções e diferenciações em relação às suas relações de objeto pré-edípicas ambivalentes, como Daiane parecia estar fazendo. De qualquer modo, essa situação corrobora a idéia de que a forma como cada um se projeta e atua como mãe depende não só dos modelos parentais, mas também de outros modelos recebidos (Colarusso, 1990; Szejer & Stewart, 1997).

Quanto às razões pelas quais Daiane poderia ter engravidado, acredita-se que tenha sido para vivenciar uma relação de proximidade emocional com alguém (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Guimarães & cols., 2003; Osofsky & cols., 1993), especialmente com homens (Taquete, 1992), uma vez que mal tinha convivido com seu pai e teve que dividir sua mãe com sete irmãos. Dito de outro modo, sua gravidez poderia ser uma tentativa de superação de carências afetivas decorrentes de relações insatisfatórias, que seriam compensadas através da ligação com o próprio bebê ou com o parceiro, por meio

da constituição de uma família (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Frediani, Roberto & Ballester, 1994; Pinheiro, 2000). Junto a este motivo, estaria outro: o desejo de renovar antigos relacionamentos (Brazelton & Cramer, 1992), no caso, de fazer reviver seu irmão morto, dando, inclusive, seu nome para o filho. Estes dois motivos estão interligados, pois ao dar um neto substituto do filho para sua mãe, Daiane talvez se sentisse mais valorizada por ela, resgatando sua história familiar de falta de afeto (Szejer & Stewart, 1997). Isso porque, segundo Colarusso (1990), a individuação em relação aos próprios pais é aumentada pela habilidade de dar aos avós algo único e importante para seu desenvolvimento pessoal: um neto. O jovem adulto ganha um aumentado prestígio e poder na relação com os pais, pois fornece aos mesmos uma continuidade genética vital ao seu desenvolvimento. Essa idéia fica mais evidenciada quando se pensa na preferência de Daiane pelo sexo masculino, mencionada já na gestação, uma vez que, em geral, as pessoas preferem filhos do mesmo sexo, em função do desejo de duplicar-se, pois isso facilita a identificação com o bebê e o resgate da própria história (Szejer & Stewart, 1997; Costa & Katz, 1992). Como afirmam Brazelton e Cramer (1992), todas as pessoas tendem a amar sua imagem refletida. Entretanto, Costa e Katz (1992) lembram que o desejo de filhos do sexo oposto pode ser defensivo ou secundário, atendendo a pressões sócio-culturais. Também a grande preocupação demonstrada por Daiane quanto à saúde do filho poderia ser decorrente do fato de este justamente representar seu irmão morto.

## **Família 2: Miguel, Adriane e a filha Bianca**

O casal 2 foi formado por Miguel (estudante, 17 anos) e Adriane (estudante, 17 anos), que se tornaram pais de Bianca. A família pode ser caracterizada como sendo de nível sócio-econômico médio. Miguel era alto, magro, tinha cabelos castanhos claros, curtos e encaracolados, pele clara e olhos verdes. Sua fala era suave, em tom baixo, e parecia não querer se mostrar muito durante as entrevistas. Adriane, por sua vez, tinha cabelos castanhos curtos ondulados, olhos castanhos, pele clara, estatura baixa e estava com peso acima do adequado à estatura (gordinha). Sua fala era agradável, pois falava bem, mas ao mesmo tempo era monótona, uma vez que ela ia diminuindo o tom de voz enquanto falava. Tinha um olhar triste e parecia bastante à vontade durante as entrevistas, falando bastante.

Eles eram moradores de uma rua tradicional do centro de Porto Alegre, de fácil acesso, arborizada, asfaltada, com toda uma infra-estrutura próxima em termos de transporte, escola, comércio, etc. O edifício em que moravam era bonito e bem cuidado, apesar de ser mais antigo. Localizava-se na frente de uma bonita praça, o que dava um aspecto agradável e de frescor ao local. Na verdade, o apartamento era da mãe de Miguel, sendo que um dos quartos era espaço exclusivo do casal. O apartamento era de tamanho médio, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, todo limpo e mobiliado, com uma linda vista para a praça, a rua e o rio Guaíba. Vários aparelhos eletrônicos estavam na sala, como computador, uma grande TV, som e videogame.

Em relação às famílias de origem, vale ressaltar que Miguel não conhecia o pai, tendo sido criado pela mãe, e Adriane tinha três primas que haviam ficado grávidas na adolescência, sua família era proveniente do interior do Estado e seu relacionamento com os pais não era muito próximo. A Figura 02 abaixo apresenta o genograma familiar de Miguel e Adriane.

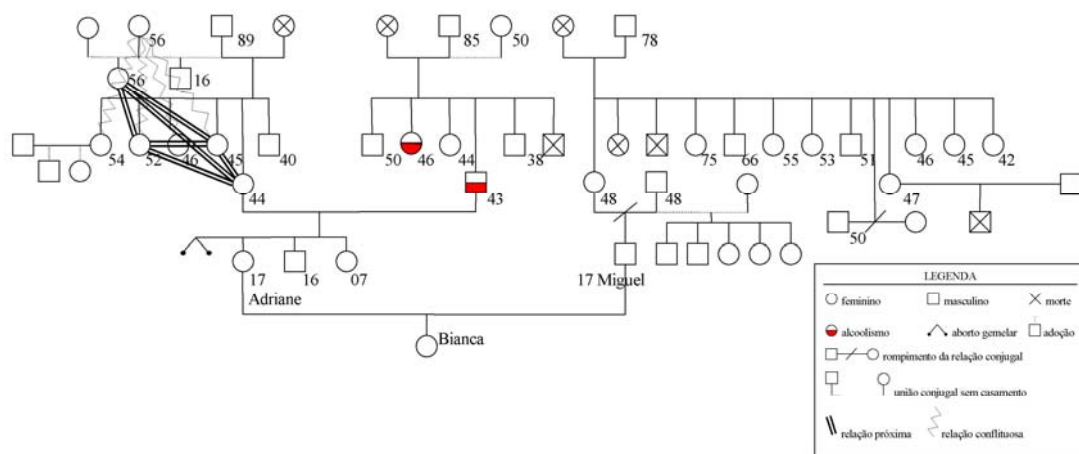


Figura 02. Genograma familiar de Miguel e Adriane

## A relação de casal de Miguel e Adriane

### Gestação

Miguel e Adriane se conheceram em uma festa de aniversário infantil do filho de um vizinho dela. Miguel foi conversar com ela e *“naquele dia a gente já saiu ficando, se conheceu e ficou”*. Quanto ao que despertou seu interesse por Adriane, Miguel não especificou, comentando apenas que *“eu tentei... pra ver qual é que era. Eu falei com ela: ‘Eu gosto de ti, eu quero ficar contigo’*. Já Adriane achou Miguel bonito e legal, gostou de conversar com ele, além do fato de o namoro ter sido uma forma de se *“enturmar”*, pois não conhecia ninguém em Porto Alegre, em função de recém haver se mudado para a cidade.

Porém, como Miguel tinha uma namorada, os dois continuaram ficando juntos, eventualmente, por seis meses. Adriane disse que *“ele ficava me enrolando, sabe”*, porque não terminava o namoro e nem assumia o compromisso com ela. Um dia Miguel lhe propôs que continuassem ficando juntos, mesmo ele estando com a namorada. Adriane aceitou: *“Ah, o que é que tem, eu gosto dele, né... vou tirar a minha casquinha!”*. Uma semana depois, Miguel rompeu com a namorada e pediu Adriane em namoro. Segundo ela, *“Ele nem ficou mais vendo a namorada dele, era só porque ele... ele era apegado a ela, era uma coisa de costume. Daí essa semana, eu não sei o que passou pela cabeça dele, daí ele me pediu em namoro e acabou com ela”*. Adriane afirmou que, desde então, não passaram um dia sem se ver: *“Foi um grude só, desde o primeiro dia (...) A gente nunca mais se desgrudou, não passou um dia sem se ver, a*

*não ser agora, que ele viajou*". De fato, a partir do namoro, durante a semana os dois ficavam muito tempo juntos, apenas dormiam em casas separadas. Os finais de semana passavam juntos na casa de um deles os dias e as noites. As férias e viagens também eram conjuntas na maioria das vezes.

Depois de aproximadamente seis meses de namoro oficial, Adriane engravidou, aos 16 anos, de forma não planejada. Segundo Miguel, eles já estavam desconfiando do fato e foram fazer um exame de sangue. Foi ele quem abriu o exame e viu o resultado positivo. Levou-o para casa e o entregou a Adriane, que aí confirmou a gravidez, pois até então acreditava que estava com um distúrbio hormonal.

Miguel contou que, ao saber da notícia, a mãe dele ficou chocada, *"teve um ataque"*, dizendo *"Como é que tu me fez isso?"*, pois comprava preservativo para eles, surpreendendo-se ao saber que eles não o estavam usando. Ele pediu a ela que não o deixasse *"na mão"*. Com o tempo, ela passou a aceitar a idéia, e no momento já estava *"feliz da vida, fala pra todo mundo: 'Oh, aquela lá é minha nora, tá grávida do meu filho!"*. Adriane considerou a reação da mãe de Miguel melhor do que ela esperava, pois não se relacionavam muito bem antes: *"Ela queria me afastar dele, queria que ele ficasse com os amigos, achava ele muito novo pra se prender, entendeu? Então, antes a gente não se batia, mas agora ela falou que ela só tava tentando evitar isso, e agora que aconteceu, ela me trata tri bem, compra um monte de presentes pro nenê, tá sempre falando, sempre preocupada"*.

Segundo Miguel, Adriane teve medo de contar para o seu pai da gravidez. A família dela também não aceitou bem a notícia, mas o choque para eles não foi tão grande, porque já havia outros casos de maternidade adolescente na família. No entanto, o pai de Adriane teve uma reação muito negativa, desejando um aborto, o que a filha também desejava, mas Miguel impediu-a de fazer: *"Eu disse pra ela: 'Não, tu não vai fazer isso, capaz! Nem que tu dê depois a criança pra mim e continue a tua vida, mas abortar tu não vai!"*. Ele atribui essa vontade do "sogro" ao medo de que sua filha mais nova, Vanessa, deixasse de ser o centro das atenções da família. Para Miguel, *"ele acha assim: 'Eu mando, então todo mundo tem que fazer o que eu mando, porque se não, não dá certo"*. Conforme o depoimento de Adriane, sua família aceitou normalmente a gravidez, porque ela foi *"o quarto caso"*. No entanto, ela comentou que seu pai aparentemente disse ter aceitado a notícia, mas percebia que *"não entra na cabeça dele"*. Até aquele momento, ela se sentia envergonhada quando falavam da gravidez na

presença dele, dizendo que continuava sentindo seu pai “*de fora*” da situação, mostrando-se ressentida pelo fato de ele não ter lhe dado nenhum presente. Seu irmão ficou “*meio revoltado*” no início, “*porque ele não achava certo*”, mas depois aceitou o fato e inclusive será padrinho do bebê. Sua irmã de sete anos, Vanessa, segundo ela, está adorando, mas “*fica meio assim, porque ela não vai mais ser a pequenininha da casa!*”.

Além da ajuda da mãe de Adriane e de Miguel, eles também recebiam presentes de parentes e de colegas de serviço da mãe dele, que haviam organizado um chá de fraldas. Em relação aos amigos, Adriane disse que havia sido “*tranqüilo (...) Eu tinha medo que alguns fossem me olhar atravessado, por achar que não fosse certo, mas não, todo mundo agiu normal, assim, ai, também teve uns que largaram. É um caso à parte ou outro*”. Já os amigos de Miguel mostraram reações negativas ao saberem da gravidez: “*uns ficaram quietos, outros querendo me matar!*”, mas ele afirma que continuam unidos, “*Se um tá na m., o outro vai lá e puxa (...) é aquela amizade antiga, de todo mundo*”.

O jovem negou que tivesse havido mudanças na relação deles desde a descoberta da gravidez. Já Adriane acreditava que o relacionamento tinha mudado “*pra melhor e pra pior*”, pois ela se sentia muito cobrada pelo companheiro, que ficava bravo quando ela não se alimentava direito ou não tomava os medicamentos, mas, ao mesmo tempo, passara a cuidar mais dela. Às vezes ela inclusive se sentia uma “*barriga de aluguel, por causa que ele pega e começa ‘Ai, meu amorzinho, não sei o que’, e eu digo ‘Olha, não te esquece que eu tô aqui também’*”. Segundo ela, estavam brigando muito. Ao mesmo tempo, a convivência havia aumentado, pois agora se viam todos os dias de dia e de noite, dormindo juntos alternadamente na casa da mãe de Miguel e dos pais de Adriane.

De qualquer forma, ela reconhecia o grande apoio que o companheiro estava lhe dando durante toda a gravidez: “*Ele se preocupa com as necessidades, as coisas que eu deixava de fazer, ele fazia por mim. (...) ele me dá as roupas pra eu colocar (...) ele que fala ‘Não, tu tem que mostrar a barriga, tu tem que usar roupa de grávida, que isso aperta a barriga!’ (...) É ele que cuida de mim*”. Desde antes já era ele quem controlava a sua alimentação, higiene e menstruação. Porém, ela confessou ter usado a situação de gravidez como forma de fazer Miguel ficar com ela e lhe dar apoio: “*Eu falava pra ele ‘Tu vai sair pra jogar futebol e vai me deixar aqui, nesse estado, de barriga??’*”.

Quanto ao apoio dado à companheira, ele relatou *estar “sempre em cima ali, senão ela pega e se mata!”*. Miguel a auxiliava no colégio e a apoiava bastante, mas ela parecia estar se sentindo cada vez mais carente: *“Quanto mais tempo eu passo com ela, mais ela tá carente”*. Adriane afirmou que o solicitava bastante, pedindo para estar sempre junto e dormir com ela. Mas ela afirmava que ele dava *“todo o [apoio] que eu precisei, ele me deu até demais às vezes”*.

Ainda segundo Adriane, eles tinham planos de morar junto quando a situação econômica estivesse mais estável. Quanto às expectativas em relação ao futuro da relação, Miguel comentou que Adriane tinha medo de perder a atenção dele para a filha, quando ela nascesse: *“Ela tem medo de perder a minha atenção, que eu tinha só com ela (...) Ela acha que vai ficar jogada num canto, é isso que ela pensa, viagenszinha da cabeça dela, umas bobagenszinhas!”*. Adriane de fato acreditava que, depois do nascimento de Bianca, Miguel iria excluí-la. Ele, no entanto, acreditava que eles ficariam ainda mais unidos com o nascimento da filha. Ela também esperava que o relacionamento melhorasse após o nascimento de Bianca, pois está muito *“saturado (...) Eu espero que com ela a gente se ocupe um pouco com outras coisas, no caso, com ela, né, e o nosso relacionamento, não que ficasse pra segundo plano, mas que estabilizasse um pouco mais (...) A gente briga, daí eu fico me sentindo triste, daí ele fica um tempo sem falar comigo, aí depois ele vem e fica todo... eu espero que isso acabe, essa falta de maturidade”*. Além disso, esperava que Miguel fosse fiel a ela, *“que dê exemplo dentro de casa”* e que se afastasse um pouco dos amigos, já que teria mais responsabilidades. Isso porque *“Às vezes, quando ele sai com os amigos dele, ele se esquece, ele quer fazer o que os amigos fazem, mas ele não pode. (...) Às vezes ele sai de manhã e volta de noite, porque naquele dia que ele sai, ele se libera, e eu fico preocupada”*. Segundo ela, Bianca mudaria a vida dos dois, e eles não poderiam levar a mesma rotina e a vida que as pessoas de sua idade levam, *“porque a gente assumiu uma responsabilidade enorme”*.

Adriane imaginava que iria solicitar seguidamente o apoio do companheiro depois que Bianca nascesse, pois ele *“sabe mais de criança que eu”*, porque havia cuidado de alguns sobrinhos e se interessava por isso. Além disso, *“Ele é muito metido também, ele vai tomar conta, tenho certeza que ele vai fazer isso. (...) Ele vai querer me ajudar em tudo... e ele é muito ciumento, então ele fala ‘É, porque as tuas tias que tão acostumada à criança sem pai, então elas querem tomar conta e fazer tudo. Porque*

*comigo não, porque eu tô aqui, então eu vou cuidar da minha filha, eu que vou cuidar!*”. Miguel também acreditava que a namorada iria pedir a sua ajuda, em função de sua maior experiência com crianças.

No entanto, apesar de saber que contaria com Miguel, Adriane acreditava que sua mãe seria a pessoa que mais a ajudaria, ficando com Bianca quando ela e Miguel não pudessem, opinião que Miguel também compartilhava. Ao mesmo tempo, ela estava incerta quanto ao apoio da família, pois seu pai queria retornar para a cidade do interior do estado da qual eram provenientes, *“Ele não pensa nenhum pouco em mim, sabe, ele pensa nele... eu até nem convivo muito em casa, de dia eu passo no colégio, de noite eu passo aqui no Miguel ou na casa de um amigo, então eu não me envolvo muito no que acontece dentro da minha casa”*. Caso isso acontecesse, teriam que *“se desdobrar mesmo”*, alternando horários, ou colocar a menina em uma creche, *“que é o que a gente menos quer”*. Conforme o jovem, *“mais é nós que vamos ter que encarar ela sozinha”*.

Segundo Miguel, mesmo que os pais de Adriane voltassem a morar no interior do estado, ela ficaria na casa da mãe dele, até para finalizar o Ensino Médio. Afirmava que, se pudesse, sustentaria Adriane e a filha, pois acreditava que em casa a menina seria melhor cuidada.

### ***Terceiro mês do bebê***

Nesse momento, conforme Miguel, o tempo para eles namorarem estava escasso, *“tá difícil”*, porque as avós não ficavam com a menina nos finais de semana *“Uma dorme a tarde inteira e a outra sai a tarde inteira, não tem!”*. Segundo Adriane, quando estavam juntos, a menina também estava; o tempo deles se resumia a depois que a filha dormia. Miguel comentou que desde o início tinha consciência de que isso aconteceria. Ao mesmo tempo, segundo Adriane, eles estavam passando mais tempo juntos depois do nascimento da filha. Ficavam mais tempo na casa de Miguel, porque *“Agora a gente tem a nossa família, então a gente quer ter a nossa privacidade. Então a gente vem pra cá ter a nossa ‘falsa’ privacidade, porque a mãe dele trabalha das 9 às 18h, então nesse tempo a gente fica junto, eu cozinho, ele cuida dela, a gente cuida dela... a gente tem uma rotina assim”*. Segundo eles, a menina sentia quando estava faltando o pai no quarto à noite, e não dormia; *“ela fica agitada a noite toda”*.



Adriane comentou que eles não pretendiam inicialmente morar junto, como estava acontecendo: *“Era só pra ele me ajudar, logo que eu ganhei ela”*. Outro plano que havia modificado era a independência em relação à família: *“Isso a gente desistiu... porque falaram pra gente estudar, o Miguel estudar em vez de trabalhar, então ele tá só estudando”*. As avós de Adriane estavam ajudando-os na manutenção dos estudos. Nesse sentido, os dois comentaram sobre a dificuldade de conciliar a filha e os estudos, especialmente o cansaço para estudar. Além disso, pelo cuidado com as roupas, que se acumulavam; *“a gente não sabe o que faz primeiro!”*, disse Adriane.

Conforme Miguel, eles discordavam em relação à alimentação de Bianca: enquanto Adriane já gostaria de dar papinha para a bebê, ele achava que ainda não era necessário, pois ela não estava doente, *“Ela tá bem saudável, ela tá gordinha, ela precisa de mais alguma coisa? Não precisa!”*, ao que Adriane retrucava *“Ah, ele quer que a guria só coma quando tiver grande, ela vai estar caminhando e pendurada na teta!”*. Miguel então falava: *“Vai parar de dar leite pra que? Ela tá bem”*, *“Eu penso assim, quando eu dou alguma coisa pra ela, eu não penso que ela vai ficar bem ou não, eu penso que ela vai ficar feliz de dar uma coisa nova... que ela vai gostar!”*. Segundo Adriane, um outro aspecto de discordância entre eles era a fralda: *“que eu troco muito a fralda. Ele fala que eu não espero ela acabar de fazer tudo, e às vezes eu não espero mesmo”*; *“Ela vai lá, ela faz um pouquinho de xixi... ela vai lá e troca”*; *“Ai, mas é que a criança fica irritada”*. De fato, Miguel várias vezes se queixou de Adriane em sua entrevista individual, referindo discordâncias quanto ao jeito desorganizado de ser da namorada, que não conseguia cuidar da roupa da menina e nem tinha cuidado ao trocar as fraldas, muitas vezes molhando o lençol. Adriane, por sua vez, reclamava muitas vezes da roupa que ele colocava na filha. Adriane confirmou que ela e Miguel discutiam por causa da roupa da menina. Segundo ela, eles também discutiam quando ela chamava Miguel para trocar fralda suja de coco e ele a chamava de preguiçosa.

Naquele momento, eles despertavam com a filha, por volta das 8h. Miguel levantava com a menina, enquanto Adriane ficava dormindo um pouco mais: *“Eu fico ‘Ah, pega, Miguel, muda Miguel!’ , eu já aproveito bem ele antes dele sair. Eu fico me fazendo, tentando dormir um pouco mais”*. Ela tentava fazer a filha dormir depois que ele saía de casa. Quando isso não acontecia, ela levantava. Ficava toda a manhã com Bianca, indo para a casa de Miguel pelas 10h. Olhava TV com a filha, que dormia novamente. Depois ela fazia o almoço e logo Miguel chegava do colégio e a ajudava a

terminá-lo. Almoçavam juntos e de tarde ela ia para o colégio, ficando Bianca aos cuidados do pai. A bebê dormia após um tempo de brincadeira. Enquanto isso, ele via TV ou fazia outras coisas, como atividades escolares. Quando ela retornava do colégio, passeavam um pouco, e depois, ou ficavam na casa de Miguel, ou iam para a casa dos pais de Adriane. A menina mamava e depois eles olhavam TV ou ficavam estudando, conversavam, além de tomarem banho e organizarem a casa. Nas sextas-feiras, os dois tinham aula ao mesmo tempo, e aí a filha ficava com uma das avós. Bianca ficava mais agitada neste dia, especialmente quando ficava com a mãe de Adriane: *“Com a minha mãe ela fica mais acordada, a minha mãe é mais fresca, daí eu chego ‘Ai, ela tá chorando!’ , daí eu já tenho que pegar ela e acalmar”*.

Segundo Adriane, nos finais de semana eles davam mais atenção para a filha, que dormia mais de manhã. Em geral eles passavam na casa de Miguel, para terem mais tranquilidade. As atividades de lazer, neste momento, eram sair sem destino ou na casa de algum amigo, ou ficar em casa dormindo ou olhando TV, por já passarem bastante tempo fora durante a semana. Além disso, segundo Adriane, eles tentavam fazer coisas das quais Bianca pudesse participar, como escutar música, fazer comida, olhar TV, até porque *“Como a gente não leva a mesma rotina, assim, do pessoal da nossa idade, então a gente não tem convívio com amigo e coisa, então a gente até nem tem aonde ir. Se a gente sai com ela, a gente sai pra caminhar”*.

Adriane pedia constantemente ajuda a Miguel, afirmando que este lhe dava todo o apoio necessário e que, sem ele, não agüentaria a situação. Ela solicitava sua ajuda sempre. Relatou todo o cuidado que ele tinha com ela quando estava cansada ou doente, cozinhando ou ficando com a filha. Ela freqüentemente solicitava seu apoio para trocar a menina, para fazê-la dormir, etc. *“Ele diz que eu sou uma inútil, sabe, mas ele sempre acaba fazendo. E ele gosta assim, ele não se importa, ele assume tudo, ele pega e vai fazendo as coisas sem eu pedir”*. Por outro lado, sentia-se bastante cobrada por ele em alguns momentos, especialmente em relação às tarefas domésticas. Miguel confirmou que a namorada lhe pedia bastante ajuda, e que fazia tudo para ela, porém, não sabia qual a opinião de Adriane sobre a ajuda que ele lhe dava. Além disso, não se sentia ajudado por ela: *“Ela só pede, e quando eu peço, ‘Ai, não posso’, ‘Ai, não quero’, ‘Ai, não dá’, é sempre assim!”*. Em muitos momentos ele cobrava dela mais auxílio: *“Tenta dar um banho nela, pelo menos tenta, que eu vou tá do lado, aí, te ajudando”*. Segundo ele, *“pra ela é uma obrigação, ela sente assim, que eu tô mandando ela, mas eu não tô*

*mandando, eu só tô querendo que ela aprenda, pra ela fazer, pra ajudar, pelo menos, porque fica difícil só eu fazer tudo!*”. Adriane comentou que eles se revezavam com Bianca e a casa no final de semana: *“Tem dias que eu faço tudo, tem dias que ele faz tudo, é ele que me chama de inútil, aí um fica jogando pra cima do outro ‘Ah, porque hoje eu fiz tal coisa, vai tu lá!’ , ‘Não, eu tô de folga hoje!’ (...)* Mas a maioria das coisas quem faz é ele, como eu passo mais tempo com ela”.

Em relação ao apoio dos familiares, Adriane comentou que a mãe de Miguel era a única das duas famílias que estava prestando algum auxílio nos cuidados com Bianca, nos finais de semana e, quando estava em casa, durante a semana. Gostava bastante desta ajuda, porque assim conseguia fazer as suas coisas, como descansar, tomar banho, mexer no computador, etc. Percebia que sua sogra era bem carinhosa com a neta. A única coisa que ela não gostava era a falta de cuidado dela com a roupa da criança. Já sua mãe, segundo ela, *“é difícil, a minha mãe é muito difícil”*, dizia que a neta era *“feia e orelhuda”*. Para Miguel, as avós estavam ficando com Bianca apenas quando os dois não podiam, em função dos horários de aula, mas só auxiliavam quando estavam de folga, e aí ficavam interferindo muito nos cuidados com a menina: *“A gente não se sente muito bem com as mães da gente sempre em volta, dando muito palpite. A gente quer ter assim, a gente quer fazer, eu faço o que eu acho certo para ela... e elas ficam sempre dando palpite, ‘Ah, isso não pode, isso tem que fazer assim, isso tem que fazer assado’. Enche o saco!”*. Por isso, ele tinha planos de trabalhar para alugar algum espaço próprio.

### ***Primeiro ano do bebê***

Neste momento, a vida deles estava bem corrida. Miguel contou que *“não dá quase pra se ver”*, pois ambos estavam trabalhando: ela, no salão de beleza da tia, e ele, na locadora de um amigo. Assim, só estavam se encontrando durante a semana à noite e aos domingos. Adriane também referiu que a vida deles estava *“corrida”* naquele momento, apesar de a filha estar em uma fase mais tranqüila agora, não exigindo tantos cuidados.

Segundo Adriane, somente os planos de Miguel haviam se modificado nos últimos meses: *“Agora ele está cheio dos concursos, já quer viajar para longe!”*, ao que ele retrucou *“Tem que pensar no futuro!”*, apesar de que não estava conseguindo estudar muito, em função das aulas e do trabalho.

Adriane relatou que as discordâncias quanto ao cuidado do bebê continuavam: *“a roupa, ele quer colocar qualquer uma e deixar o cabelo solto, sabe, ele briga comigo, porque ele adora que a guria, eu tenho vontade de lambar e fazer os cachinhos, ele fica furioso, ‘Não tem que fazer isso, a guria está parecendo um nerd!’ , ele fala”*. Outro motivo de discordância, segundo ela, era o fato de oferecer o que estava comendo para a filha, inclusive salgadinhos e “porcarias”, o que já havia provocado urticária na menina; *“ele fica brabo, ele não gosta”*. Miguel complementou: *“Claro, por que com quem ela vai querer comer: comigo ou contigo? Vai querer com ela, né”*. Adriane acrescentou ainda mais um motivo de briga entre eles: o fato de que *“Ele tem mania de pegar os bicos dela e as mamadeiras e colocar na boca”*. Além disso, brigavam também porque *“Toda vez que eu peço pra ele fazer alguma coisa. (...) Ele aceita, mas às vezes ele fica meio de cara assim, principalmente quando ele tá fazendo outra coisa, sabe, ele demora pra vir”*. Segundo Miguel, Adriane, em alguns momentos, ainda se mostrava preguiçosa nos cuidados com a filha.

Durante a semana, quando Adriane saía de manhã, Miguel e Bianca ainda estavam dormindo. Ela deixava a mamadeira pronta e só voltava a ver a filha novamente à tardinha, pois ela estava sendo cuidada por uma babá, na casa dela, em turno integral, para eles estudarem e trabalharem. Quando sobrava um tempo à tarde, Adriane passava no serviço de Miguel para vê-lo, senão só se encontravam novamente à noite. Aí eles procuravam sempre estar os três juntos, descansar, olhar TV. Adriane reclamava que Miguel é *“muito amarrado”* e demorava a ir para a cama. Segundo ela, durante a semana, *“o tempo que a gente tem pra estar junto é o tempo que a gente tem pra comer e dormir”*. Nessa época, os pais de Adriane estavam morando no interior do estado, e eles estavam morando na casa da mãe de Miguel.

Nos finais de semana, a rotina da família mudava, pois eles ficavam mais com a filha, especialmente aos domingos. Adriane comentou sobre a alegria de Bianca, que *“passa o dia inteiro rindo, dá pra gente notar assim que ela fica feliz de estar todo mundo junto em casa”*. Domingo era o dia no qual eles saíam e faziam juntos diversas atividades. Como atividades de lazer, Adriane referiu que eles alugavam filmes, mas quando o tempo estava bom, costumavam sair para passear ou levavam Bianca na pracinha. Entretanto, para a Adriane, *“No final de semana a melhor coisa que tem é dormir, todo mundo, deitar os três juntos e dormir, agarrado”*. Por vezes, eles não saíam, ficavam *“sentados num tapete com os brinquedos dela, é o dia que a gente tira*

*pra Bianca mesmo*". Outra coisa que mudava um pouco nos finais de semana, segundo a jovem, era o fato de Miguel sair mais com os amigos dele. Adriane não costumava sair junto, não gostava *"de estar com os amigos dele, porque eu acho que não tem por que eu estar ali, entendeu, eu fico me sentindo desambientada"*. Miguel comentava que ela deveria *"chamar as amigas"*, passear um pouco, *"pra não ficar sempre naquela rotina"*, mas ela não tinha o costume de sair, gostava mesmo de *"ficar em casa, aí, enquanto ele sai, eu pego um filme, olho, eu não me importo também"*.

Em função de estar trabalhando e estudando, Miguel, nesse momento, não estava assumindo muitas atividades relacionadas à filha. Mesmo assim, de manhã trocava as fraldas e a levava até a casa da babá, ficando com a menina mais à noite: *"Faço a mamadeira dela, faço ela dormir, cuido dela (...) eu sou mais pras coisas pequeninhas"*. Normalmente Adriane se encarregava mais dos cuidados com Bianca, como arrumar e enfeitar, fazer papinha, dar mamadeira, enquanto Miguel estava mais responsável por passear: *"quem leva para passear geralmente é ele, porque eu detesto sair para a rua"*.

Em relação ao companheiro, Adriane continuava pedindo a ajuda dele, embora o considerasse mais resistente a auxiliá-la. Miguel reconhecia que, em função de suas atividades terem aumentado (trabalho e estudo), ele não estava mais conseguindo assumir tantas tarefas de cuidado em relação à filha. Mesmo assim, ela continuava se sentindo bastante ajudada, *"não tenho do que reclamar"*, até porque ele fazia mais coisas que ela. Segundo Miguel, ele tentava oferecer todo o apoio possível para a namorada, mas notava que agora ela não o estava solicitando tanto, apenas para tarefas pequenas, como fazer um suco, uma sobremesa, ou ficar um pouco com a menina, pois, com a idade que Bianca está, *"é mais fácil de cuidar"*. Mesmo assim, quando isto acontecia, ele considerava Adriane *"muito preguiçosa, porque ela poderia largar a Bianca no chão e fazer, porque a Bianca vai atrás, ela não é daquelas que têm que ficar sempre no colo"*.

Em relação à família, quem ajudava nos cuidados de Bianca era a mãe de Miguel. Adriane gostava da maneira como sua sogra cuidava da neta, mas tinha suas ressalvas: *"Eu brigo com ela por causa da papinha da Bianca, que eu acho que ela tem que comer uma papinha mais sólida, sabe, ela não é mais nenê pra comer sopinha, mas ela não, ela deixa aquilo bem aguado"*. Além disso, Adriane achava que Bianca já poderia comer a comida da casa, desde que não fosse muito forte, enquanto a sogra

continuava fazendo sopinhas para a menina. Já Miguel não tinha nada contra o cuidado prestado por sua mãe à Bianca.

Outra pessoa que ajudava no cuidado da filha era a babá, parente de uma tia de Adriane; a menina gostava muito dela, *“até estranha quando não vai”*. Adriane sabia *“que ela está em boas mãos”*, confiava na babá, *“melhor do que ela não pode ter”*. No entanto, referiu não gostar da falta de cuidado com a alimentação da menina, pois alguns alimentos ela ainda não poderia estar comendo, *“Mas eu não falo nada, porque eu sei que ela não faz por mal, é porque ela não tem aquele conhecimento, aquela coisa, é daquelas do interior, ela acha que criança tem que comer de tudo...”*, e do fato da babá colocar muita roupa em Bianca: *“Às vezes tá quarenta graus e a Bianca chega em casa de capuz, porque ela tem essa mania de entrouxar mesmo”*. Já Miguel achava a babá de Bianca *“supercuidadosa, não deixa pegar nada do chão e botar na boca, ela não deixava a Bianca engatinhar no chão, ela ficava no chiqueirinho. Agora ela tá caminhando, ela tá sempre cuidando”*. Ele achava *“legal, porque dá um apoio”*. Nada o desagradava em relação à forma de cuidado da babá.

### ***Segundo ano do bebê***

Segundo Miguel, o relacionamento deles *“tem aquelas briguinhas de sempre, mas eu acho que faz parte uma briguinha. Em geral, tá melhor, eu acho que, com o tempo, vai se acostumando”*. Para ele, a relação estava *“sempre melhorando, tá consertando alguma coisa (...) Acho que é importante, assim, ela crescer, ter os dois juntos”*. Já Adriane comentou que em certa época (um mês atrás) eles nem se encontravam, pelos horários diferentes, *“a gente não se via, só se via dormindo”* e nos finais de semana, mas naquele momento as coisas haviam mudado, pois ele estava apenas estudando e ela já havia terminado o Ensino Médio: *“Agora a gente se vê o dia inteiro, se enjoo da cara um do outro, o dia inteiro, (...) A gente tem brigado bem mais, eu acho que é por causa da convivência (...) Mas é aquela briga que passa e tal, ele tá grudado comigo, que antes ele não tava grudado comigo, sabe. Agora não, ‘Tu tem que ficar junto’... Mas acho que a gente tá como sempre teve, claro que não é mais aquele tempo de namoro assim”*. Ela não gostava de passear com Miguel, por isso achava que estaria com algum problema psicológico, pensando inclusive em fazer terapia. Segundo Adriane, eles passavam mais tempo juntos nos finais de semana; *“Tempo pra namorar é todo tempo assim que a gente passa junto”*, mas principalmente quando Bianca

dormia. No entanto, a filha continuava dormindo no quarto deles, mas agora em seu bercinho, que ficava *“coladinho com a cama”*.

Segundo Miguel, Adriane continuava dizendo que ele não tinha gosto para arrumar a menina, mas não havia discordâncias em relação ao cuidado de Bianca: *“A gente tenta ser, os dois têm que concordar com aquela coisa. Se ela diz que pode e eu digo que não pode, aí a Bianca vai acabar pegando esse furo nosso e não sabe qual que é o certo e qual que é o errado”*. Uma das poucas discordâncias que os pais ainda tinham era quanto à roupa da menina; Adriane se irritava quando sentia frio e Miguel dizia que estava quente, ligando o ventilador e tirando a coberta da filha. Ela continuava achando que ele não tinha jeito para arrumar a menina (roupas). A comida não era mais motivo de discordância, pois Bianca já estava comendo a mesma coisa que eles e, muitas vezes, já pegava alimentos nos armários por sua própria conta.

Durante a semana, como Miguel estava desempregado, os dois ficavam em casa com a menina o dia inteiro; Miguel só saía para estudar à noite. No final de semana, a única mudança era o fato de Miguel não ter aula.

Quanto às tarefas de cuidado (troca de fraldas, banho, escovação de dentes, etc.), havia uma boa divisão entre os membros do casal: quem estava disponível no momento atendia a menina. Assim, apesar de Bianca estar sendo cuidada por ele e por Adriane, ela já não lhe solicitava mais tanto apoio. Como ela disse: *“Às vezes eu preciso pedir [ajuda], às vezes ele também precisa pedir pra mim”*. A única tarefa da qual ele não participava muito era a troca de roupa, porque Adriane achava que ele não tinha *“gosto”*.

Nesse momento, como Miguel e Adriane estavam sem emprego, era a mãe de Miguel quem estava *“segurando as pontas”* financeiramente. Eles contavam bastante com sua mãe, até pelo fato de morarem na casa dela. Quanto a isso, Miguel comentou que era legal contar com a mãe, mas, por outro lado, eles gostariam de ser mais independentes dela. Adriane referiu que agora estava convivendo mais com a mãe de Miguel, uma vez que esta havia se aposentado, ficando mais em casa. No entanto, segundo Adriane, a sogra não interferia nos cuidados de Bianca. Elas se davam bem, porque *“Ela não se envolve em nada assim (...) ela me tolera e eu me abstenho. E todo mundo lá em casa é assim, ninguém se mete na vida do outro”*. A jovem referiu até mesmo não poder contar muito com a sogra, porque *“Ela tem a vida dela e ela deixa bem claro que não abre mão (...) Ela sai e adora o [novo] trabalho dela”*.

Já em relação a sua própria família, que continuava morando no interior, Adriane achava que eles se intrometiam demais nos cuidados de Bianca, quando os visitava nas férias: *“Tudo eles interferem! (...) Quando eu vou pra lá, nossa senhora, é um saco! (...) Não é mais a minha casa, eu não agüento mais aquela agitação”*. Em relação à família de Adriane, Miguel referiu que *“Eles gostam bastante de fazer tudo o que não pode, tudo que não deve fazer”*. Quando a menina ia visitá-los, acostumavam-na com chocolate, refrigerante, balas, *“tudo o que é porcaria”*, aí, quando ela retornava, *“tem que desintoxicar”*.

### **Síntese sobre a relação de casal de Miguel e Adriane**

Adriane se submeteu às condições de Miguel para poder ficar com ele quando se conheceram, aceitando ser “a outra” por seis meses, até ele se decidir por ela. Embora inicialmente relegada a uma posição secundária na vida de Miguel, a escolha dele por ela, frente à namorada, elevou sua auto-estima. De qualquer forma, o período de “teste” do relacionamento, seis meses durante os quais apenas ficavam, sem compromisso, pode ser indicativo de uma falta de preparo (ou talvez de vontade?) dos dois jovens para assumirem uma relação de namoro, com o comprometimento necessário. Entretanto, com o início oficial do namoro, houve uma ênfase muito grande na conjugalidade, com intenso convívio durante a semana, nos finais de semana e nas férias, sobrando pouco espaço para a manutenção da individualidade (Féres-Carneiro, 1998). De fato, os únicos momentos em que não estavam juntos durante o dia eram a ida para a escola e a hora de dormir, pois cada um dormia na sua casa.

No entanto, a partir da gravidez, os dois passaram a dormir todos os dias juntos, alternando-se entre a casa da mãe de Miguel e a casa dos pais de Adriane. Durante a gravidez, a conjugalidade estava tão enfatizada na relação que dava indícios de fusionalidade (Fagundes, 1999), pois, em certos momentos, Adriane e Miguel pareciam se confundir um com o outro, especialmente ele, que cuidava desde a alimentação até as roupas que ela deveria colocar, o que faz lembrar uma relação simbiótica mãe(Miguel)-bebê(Adriane). Ela se queixava dos raros momentos em que o companheiro buscava cultivar sua individualidade, através da convivência com amigos, afirmando que o chantageava para que ele ficasse com ela. Justamente em função do grande espaço ocupado pela conjugalidade, Adriane teve dificuldades de se afastar de Miguel durante a gravidez, para permitir a entrada do bebê, situação referida por Stern (1997) em casais



adultos. Realmente, Adriane sempre achava que Miguel estava dando mais atenção à filha do que a ela, não suportando este afastamento, solicitando cada vez mais a sua presença. As brigas freqüentes também pareciam indicar uma dificuldade de se separar de forma madura. Além disso, parece que Adriane exigiu exclusividade de Miguel como o preço a ser pago por não tê-la deixado fazer um aborto, já que não desejava e não aceitava a gravidez. Sabendo que ele desejava muito ter um filho, fazia de tudo para não se cuidar e, indiretamente, não cuidar da filha, não se alimentando, por exemplo. Ao fazer isso, agredia Miguel e o atormentava, pois ele ficava muito preocupado com o que ela poderia fazer contra si mesma e contra a criança, redobrando seus cuidados e atenção para com ela.

Curiosamente, apesar de tanto “grude” durante a gravidez, quando questionados sobre o futuro do relacionamento, Adriane referiu planos futuros individuais, como realizar uma faculdade e conseguir emprego, não demonstrando muita certeza quanto ao fato de continuarem a morar juntos, o que parecia estar mais definido para Miguel. Novamente aqui aparecia o temor dela quanto à separação, pela necessidade de abrir espaço para a filha (Stern, 1997). Por outro lado, parecia desejar que se ocupassem mais com outras coisas, para que as brigas diminuíssem, dando a entender que existia uma necessidade de direcionar as energias para outras atividades que não dissessem respeito ao casal, mas a cada um individualmente (Féres-Carneiro, 1998, 2001).

No terceiro mês de vida da filha, apesar de referirem estar mais tempo juntos, a conjugalidade ficou enfraquecida, em função da presença constante do bebê, até mesmo na hora de dormir, confirmando-se o temor de Adriane de maior separação entre eles. A falta de colaboração em relação às tarefas domésticas e as freqüentes discordâncias quanto aos cuidados com a filha também dificultavam (e talvez eram um sinal do impedimento para) a construção de um nós conjugal (Féres-Carneiro, 1998, 2001), denotando a falta de um espaço de união. O enfraquecimento da dimensão conjugalidade também ficava evidente pelo fato de que, quando ficavam juntos, pareciam não aproveitar o tempo para compartilhar suas vivências, realizando atividades mais individualizadas ou com baixo nível de interação, como assistir a um filme ou TV e jogar videogame. O predomínio da individualidade neste momento também ficou evidente pelo modo como responderam à entrevista, cada um falando de si com a filha, e não como uma família. Contudo, mesmo com a predominância da dimensão individualidade (Féres-Carneiro, 1998), os amigos pareciam não estar

ocupando um papel de destaque, uma vez que Adriane enfatizou a falta de convívio com estes, em função da rotina diferente que eles tinham em relação às pessoas da mesma idade. Assim, parecia que ambos estavam isolados socialmente e um do outro, mais do que preservando seu espaço individual.

O afastamento entre os membros do casal permaneceu no primeiro ano do bebê, quando, em função do trabalho, somado ao estudo, continuavam tendo poucos momentos de interação e manutenção da conjugalidade durante a semana. Além disso, persistiam as discordâncias em relação aos cuidados da filha e a falta de cooperação nas tarefas domésticas, denotando um enfraquecimento da conjugalidade. A tendência a não aproveitar o tempo para o reforço desta dimensão continuava presente, pois costumavam dormir e assistir TV nessas horas, além de programarem sempre atividades que incluíssem a filha, não referindo ainda relações sexuais. No entanto, Miguel estava fortalecendo a individualidade, por tanto tempo abafada, buscando os amigos e convivendo com os mesmos nos finais de semana, além de referir planos futuros individuais (fazer um concurso), coisas das quais Adriane se queixava. Obviamente, a maior busca de autonomia de Miguel fragilizava a relação (Féres-Carneiro, 1998; Willi, 1978), além de, concomitantemente, nesse momento ele não demonstrar investimento na dimensão conjugal, apesar de continuar desempenhando tarefas de cuidado em relação à filha. Por seu turno, Adriane parecia não investir nem em sua individualidade, nem na relação deles, o que pode ter feito o parceiro valorizar mais seu espaço próprio. Também não se pode esquecer que, neste momento, Adriane estava apresentando indicadores de depressão leve (BDI = 16) o que, de alguma forma, poderia estar lhe impedindo de investir tanto no relacionamento quanto nas suas atividades pessoais.

No segundo ano, continuava evidente a dificuldade de atingir um equilíbrio entre as dimensões de individualidade e conjugalidade (Magalhães & Féres-Carneiro, 2003); ou eles não tinham contato, ou, quando tinham, acabavam brigando, o que impedia a construção de um espaço conjugal harmônico, e, por sua vez, a aproximação entre eles, com o fortalecimento da dimensão conjugal. Entretanto, Adriane sentia o companheiro mais próximo dela, a relação conjugal mais “amarrada”, assim como Miguel, em função de os dois se encontrarem mais agora em casa e de conseguirem funcionar mais como parceiros para organizar a divisão das tarefas com a casa e a filha, o que dá indícios de um reforço da conjugalidade. Também a diminuição das discordâncias entre eles a esta isso, que obviamente ocorreu pelo fato de Miguel ter deixado de fazer todas as

atividades de cuidado que fazia, obrigando Adriane a assumir a sua parte, além de Bianca já estar maior e necessitar de menor atenção. Mas, apesar de uma maior convivência diária e da retomada da conjugalidade no aspecto de divisão das tarefas, continuavam a não ter muito espaço e nem tempo para a intimidade, em função de a filha ainda dormir no mesmo quarto, e de Miguel continuar preservando sua individualidade, a partir do convívio com amigos (o que continuava não acontecendo com Adriane), fatores que impediam um fortalecimento da coesão conjugal (Féres-Carneiro, 1998).

## **O tornar-se pai de Miguel**

### ***Gestação***

A gravidez não foi planejada por eles. Segundo Miguel, não usavam métodos contraceptivos, pois Adriane tinha um distúrbio hormonal que parecia dificultar a gravidez: *“nunca dava nada”*. Porém, Adriane resolveu iniciar o uso de pílula anticoncepcional, e no dia em que ela esqueceu de tomá-la, *“a gente fez e aconteceu, daí deu no que deu”*. Eles já estavam desconfiados da gravidez, mas ele estava tranquilo, dizendo para ela: *“Ah, se tá, paciência, voltar atrás não vai dar!”*. Então foram fazer o exame de sangue. Segundo Miguel, sua reação inicial foi de felicidade, *“até porque eu não tenho pai e quero descontar essa... essa coisa de eu não ter tido pai, eu quero ter, ser o pai que eu nunca tive, entendeu?”*. Conforme Adriane, Miguel gostou da notícia, porque sempre quis ser pai, até por não ter tido pai: *“Para ele foi um mar de rosas, ele só vibrava”*.

Segundo Miguel, *“nada mudou”* com a gravidez, *“a vida continua”*. A única mudança havia sido *“atrasar um pouco os planos que a gente tinha de fazer faculdade, essa coisara toda!”*. Porém, para Adriane, Miguel havia mudado a partir da gestação: *“Ele amadureceu mais. Ele mudou até no comportamento... desde o comportamento até o jeito de vestir, o jeito de pensar”*.

Miguel comentou que Adriane não estava muito diferente fisicamente, já que ela havia perdido bastante peso nos primeiros meses de gestação. A única diferença era o fato de ela estar *“meio cabeluda”*, o que atribuía à questão hormonal. Ele disse que a barriga da companheira crescera e estava *“bonitinha, sem estria, sem nada”*; *“eu começo a chamar ela de gorda, daí me deito na barriga dela de noite e fico lá”*.

Ele havia acompanhado Adriane, sempre que podia, nas consultas e exames médicos. Ele disse ter visto o bebê aos cinco meses de gestação pela ultra-sonografia; sentiu que *“aquilo lá (o bebê) é meu!”*. No segundo exame os médicos não o haviam deixado participar.

Miguel estava preocupado com o fato de Adriane estar com anemia. Ele a incentivava bastante a alimentar-se bem e tomar os medicamentos. Tinha medo de ela *“passar”* isto para o bebê: *“E depois o nenê com anemia é a pior bucha que tem! Vai ter que ficar cuidando...”*. Adriane confirmou a preocupação de Miguel com sua alimentação.

Esperava ser um pai muito presente, auxiliando e ensinando várias coisas à menina. Ao ser questionado sobre o que esperava da relação com a filha, Miguel respondeu: *“Ai, eu espero... que ela não chore no meu colo, porque senão eu vou ficar desesperado! Eu vou achar que ela não gosta de mim, porque eu ... Acho que não dá, ela vai acostumando com o cheiro, a voz...”*. Esperava ainda que ela não passasse pelas mesmas dificuldades pelas quais ele já tinha passado em função da ausência do pai. Miguel contou que se imaginava fazendo *“pirraça”* com Bianca, apesar de saber que a namorada não gostaria muito disso. Tinha a intenção de estar *“sempre em cima, não quero saber (...) tudo o que eu puder fazer, eu vou fazer”*. Nas horas difíceis, ele pensava que *“vai ser no desespero, até porque é o primeiro filho”*, mas esperava contar com conselhos de sua mãe e de sua sogra. Não gostaria de proibi-la de fazer coisas, e sim aconselhá-la, porque *“sempre tem aquela curiosidade de adolescente”*. Imaginava que estaria sempre preocupado, *“sempre em cima, ali”*, e gostaria que a filha confiasse nele.

Adriane também imaginava que Miguel seria um bom pai, mas que iria até *“encher o saco”* da filha, por mimá-la demais: *“Ela vai se encher dele, porque ele vai tá sempre perto, ele não vai sair (...) Sabe, se agora ele já é um bobo, imagina depois então!”*. Ela tinha medo de que ele se frustrasse ao tentar ser bom demais, para compensar o fato de não ter tido pai: *“Ele deve ter as expectativas dele, assim, do que o pai dele não fez pra ele, então ele deve querer fazer isso pra ela... de repente não seja o que ela queira, eu tenho medo que aconteça isso”*.

Miguel confessou não ter conhecido seu pai, citando como modelo paterno a ser seguido o pai de um amigo de infância, porque *“Ele é engraçado, ele brinca assim, tem a hora de brincar, tem a hora de se preocupar, ‘Vai estudar, tu vai fazer isso, tu vai*

*fazer aquilo', mas ele é bem brincalhão, ele gosta bastante de brincar, ele pega, ele tá sempre de arreganho com o P. (...) eu acho ele extremamente fino (...) ele é super gente fina!'*. Adriane disse não ter um modelo paterno que gostaria que o companheiro seguisse: *"Acho que cada um traça sua história. Não tenho nenhum exemplo, até porque ninguém é igual a ninguém"*. Como modelo negativo de pai, Miguel citou o pai de Adriane, *"Ele se acha autoritário, mas ele não tem autoridade sobre eles (...) Ele tá sempre pegando no pé de alguém, tá sempre arrumando alguma coisa. E aí tem que tá sempre enchendo o saco (...) Eu não acho nada legal uma pessoa ser alcoólatra, ser viciado em alguma coisa (...) Ele não é um exemplo para um filho, fazer isso"*. Ela também indicou seu próprio pai como modelo paterno negativo, que era próximo quando criança, mas que havia se afastado por ciúme do namorado, e parecia estar perdido na vida (mudança de cidade e de estilo de vida). Para Miguel, um bom pai seria companheiro, estaria sempre ao lado do filho, daria apoio, seria *"não só um pai, mas uma pessoa amiga"*. Da mesma forma, um bom pai, para Adriane, deveria ser *"no mínimo, uma pessoa que desse amor"* e que fosse fiel ao casamento.

Miguel não conheceu o pai e não comentou nada sobre o relacionamento com sua mãe na infância.

### ***Terceiro mês do bebê***

Miguel considerava que ser pai estava sendo uma experiência *"diferente, a responsabilidade é bem maior do que antes, porque agora, mais do que nunca, eu tenho que pegar e me esforçar um pouco mais (...) sempre pensando nela, no futuro, pra dar conta"*. Para ele, ser pai *"é diferente, é estranho, mas isso a gente tenta se adaptar"*. Sabia desde o início que a filha mudaria a vida deles; mas afirmou que *"Eu não gostava de fazer nada, a minha vida era ficar na rua e ficar dentro de casa, então não mudou nada"*. Sentia dificuldade de conciliar a paternidade com as tarefas escolares, em função de ter que dar atenção para Bianca.

Inicialmente relutou em descrever-se como pai: *"Ah, não sei"*, mas depois afirmou que tentava acompanhar a filha em tudo que fosse possível, *"pra saber das dificuldades dela e coisa, assim, ficar sempre do lado dela, qualquer coisa, se ela precisar, ela pode contar comigo"*. Nesse momento ele estava assumindo a maior parte das tarefas em relação à menina, como o banho, a troca de fraldas, a lavagem das roupas, etc. Queixou-se de cansaço físico em função dessa situação. Comentou que

gostava de brincar com a filha com o bico, e de beijar seu pescoço. Segundo ele, “*Não tem o que eu não goste de fazer. Tem coisas que ela não faz comigo, que é dormir...*”.

Adriane achava que Miguel “*Tá dando de mil a zero em mim! (...) Ele assume tudo, tudo junto comigo. Roupa, ele lava, ele passa, ele faz mamadeira pra ela, ele fica sozinho com ela de tarde, ele leva ela pra passear, ele faz tudo assim, ele é um pai nota 10!*”. Ela o considerava bastante carinhoso com a filha, “*Eu acho estranho que ele não se irrita, eu fico irritada. (...) Ele é calmo o tempo todo, ele ‘Tá, vem com o pai!’*, daí ele acalma ela, ele é muito calmo, não se estressa por nada”. Adriane disse que Miguel estava correspondendo ao que ela esperava dele: “*Eu sempre soube que ele ia ser carinhoso, por causa que desde o início ele falou ‘Ah, o meu filho não sei o que e coisa’ (...) mas ele tá sendo bem mais, ele tá se superando. Que ele não fica só grudado, em volta dela, ele cuida das coisas dela, das roupinhas, das fraldas...*”.

### ***Primeiro ano do bebê***

Em relação à paternidade, Miguel comentou que estava se sentindo “*super feliz*” como pai. Disse que: “*Eu sempre pensei que eu ia ter filho, então é uma coisa, assim, que eu queria ser, ter o pai que eu não tive, e eu acho que eu estou sendo, porque eu sempre quis, eu nunca disse que eu não queria, desde o início*”. Disse que não tinha dificuldade, apenas “*em administrar o estudo, o trabalho, essas coisas e a Bianca, por isso que a gente tem que fazer, faz parte, né, isso agora, e depois, a gente vai levando*”. Para ele, a situação estava “*bem diferente. Todo mundo assim no início falava que prejudicava um pouco, mas agora todo mundo tá aceitando, todo mundo quer viajar com ela, quer ficar com ela um tempinho*”. Não referiu nenhuma situação estressante neste primeiro ano.

Ele se descreveu como um pai “*bem legal, eu tô sempre com ela, na sala, eu estou sempre brincando com ela (...) é eu que mais fico em volta assim*”. Em função de estar trabalhando e estudando, Miguel nesse momento não estava assumindo muitas atividades relacionadas à filha. Mesmo assim, de manhã trocava as fraldas e a levava até a casa da babá, ficando com a menina mais à noite: “*Faço a mamadeira dela, faço ela dormir, cuido dela (...) Eu sou mais pras coisas pequeninhas*”. Ele gostaria de ficar mais tempo com ela, “*Se eu não precisasse trabalhar, eu ficaria com a Bianca, cuidaria dela, sem problema nenhum (...) porque eu gosto de cuidar dela*”. Miguel gostava de passear com a filha, especialmente na pracinha, porque a menina “*não gosta*

*de ficar dentro de casa, ela adora rua”, além de brincar: “A gente tá sempre agitando, a mãe dela não gosta (...) mas a gente não para um minuto!”.* Para ele, não havia nada que não gostasse de fazer com Bianca: *“Não tem nada, eu gosto de tudo!”.*

Para Adriane, Miguel continuava sendo *“um bom pai, eu sempre digo isso e é verdade, entendeu? Ele é tri interessado, e adora aquela filha dele, todos os dias, antes de ir pro trabalho, ele fala que só queria poder ficar em casa com a Bianca assim. Sabe, eu acho que ele se sente meio afastado dela (...) mas ele continua com o mesmo interesse que antes”.* Ela, inclusive, considerava que ele era melhor como pai do que ela imaginava inicialmente, pensava *“que ele fosse ser muito desleixado assim, mais largado (...) porque ele não se preocupa com a estética da filha”.*

### **Segundo ano do bebê**

Miguel estava achando *“legal”* ser pai naquele momento, porque *“cada vez que vai crescendo, parece que eles vão criando, assim, uma independência. Por um lado é bom, mas por outro, quanto mais rápido eles vão crescendo, mais rápido eles vão se distanciar da gente. Por um lado é bom, porque ela consegue fazer as coisas, e a gente não precisa ficar sempre em cima dela pra fazer as coisas pra ela”.* Não estava sentindo nenhuma dificuldade em desempenhar o papel de pai naquele momento. Comentou *“Acho que é só aquele susto, aquela coisa, logo no começo, logo quando é bem pequenininha assim, que tu não sabe... Mas depois tu vai te acostumando e acaba sendo fácil, normal, todo mundo acha que é difícil, mas não é...”.*

Descreveu-se como um bom pai, *“Um pai que tá sempre junto da filha, sempre cuidando pra não se machucar”.* Dividia as atividades pertinentes à filha com Adriane, conforme a disponibilidade de cada um. Uma das coisas que mais gostava de fazer com Bianca, além de passear e estar com ela, era brincar. Novamente referiu que não havia nada que não gostasse de fazer com a criança.

Segundo Adriane, Miguel *“já foi melhor”* como pai. Parecia a ela que ele estava agora *“num momento mais dele, dos amigos dele. Ele quer tocar a vida dele, a privacidade dele, sabe, de sair com os amigos e tal. Mas eu acho que isso é bom, porque teve aquela época baba-ovo, que era a Bianca o dia inteiro. E agora não é mais assim, porque agora ele já tem as atividades dele”.* Nos últimos tempos, ela achava que o companheiro estava *“um pouco mais impaciente”* com a filha, *“Às vezes ele diz ‘Sai,*

*Bianca!’, aí ele dá um grito, ‘Sai, Bianca!’ , até eu me assusto, que ele nunca fez isso”, mas no resto “tudo igual”.*

Miguel disse que não seguia nenhum modelo paterno, *“Eu acho que cada um é cada um assim (...) Eu sou eu, e eu vou passar assim pra ela o que eu sou”*. Ao mesmo tempo, não queria seguir *“Os pais que são chatos, que reprimem muito a criança, que não deixam a criança fazer um pouco o que ela quer”*.

Como Miguel não conheceu seu pai, não referiu nenhuma lembrança paterna, dizendo não saber nada. Também disse não lembrar do relacionamento com a mãe aos dois anos de idade, *“nunca me deu assim uma curiosidade de saber. Sempre foi só eu e a mãe, somos sozinhos, os dois. Eu nunca perguntei assim, mas o que ela fala é que com seis meses eu já fui pra creche, a minha mãe foi trabalhar e daí eu tive que ficar sempre na creche, e a mãe ficava comigo de noite. Eu acho que é isso que eu sei”*. Pensava que isso não influenciava no seu jeito de lidar com Bianca, mas comentou que *“O que eu aprendi com a mãe, eu passo assim pra ela, pra formação do caráter dela, eu acho que é isso mais que eu passo assim, que eu aprendi com a mãe, alguma coisa”*.

### **Síntese sobre o tornar-se pai de Miguel**

Miguel parece ter aceitado bem a paternidade e as modificações e exigências dela decorrentes. Desde o início, mostrou-se um pai dedicado e participativo, muitas vezes assumindo mais a filha do que a companheira. Demonstrava grande conhecimento sobre a filha, o que transmitia uma idéia de convivência e afeto por ela. No entanto, Miguel apresentou uma queda em seu envolvimento a partir do primeiro ano da menina, quando passou a direcionar suas energias também para outros assuntos mais “adolescentes”, que havia deixado para trás até então, como amigos e vida pessoal.

A partir da história de Miguel na transição para a paternidade, ficou evidente que ele quis compensar a ausência paterna com um grande envolvimento com a filha, usando o pai como modelo negativo, transformando-o e opondo-se às suas ações (Colarusso, 1990; Szejer & Stewart, 1997; Trindade & Bruns, 1999), afirmando isso conscientemente, como quando disse, ainda na gestação, que evitaria que a filha passasse pelas mesmas dificuldades que ele enfrentou por não ter tido um pai. Assim, sua postura de intenso envolvimento confirma a idéia de que muitos pais não querem que o filho passe pelo que passaram, ou querem que ele tenha algo melhor do que tiveram (Brazelton & Cramer, 1992; Fraiberg & cols., 1994). Miguel, então, parecia



querer afirmar para si mesmo a diferença entre ele e seu pai (Blos, 1996; Colarusso, 1990), demonstrando uma necessidade de reparação de sua própria história de falta (Szejer & Stewart, 1997), bem como um desejo narcisista de ter um filho para superar seu próprio pai na criação do mesmo (Allen & Doherty, 1996; Brazelton & Cramer, 1992; Colarusso, 1990; Costa & Katz, 1992), o que ficou evidente quando afirmou que achava que estava conseguindo ser um bom pai para a filha, comparando-se ao pai que não havia tido. Entretanto, não se pode esquecer que, para Blos (1996), a adoção de papéis, comportamentos, valores e moralidade diferentes ou opostos aos da imago internalizada nem sempre significam um desligamento autêntico das figuras parentais, rumo à individuação.

Embora ele tenha conseguido se imaginar como pai na gestação, talvez ancorado na imagem paterna positiva que buscou no pai de um amigo de infância, no terceiro mês teve uma certa dificuldade para se definir, talvez em função da falta de um modelo paterno contínuo em que se espelhar (Allen & Doherty, 1996). A sua afirmação, feita na gestação e no primeiro ano de vida da filha, de que queria “*ser, ter o pai que nunca tive*” constitui-se em um ato falho, denotando um desejo de ter tido um pai, o que pode explicar a sua utilização de modelos externos como referência, talvez para concretizar a ausência do mesmo. Assim, aparece uma identificação de Miguel com a filha, gratificando-se como pai e como filho nesta relação, o que pode ter lhe proporcionado uma vivência tanto ativa como passiva do cuidado parental (Colarusso, 1990). Isso porque, através da identificação com o filho, os pais podem experimentar um reencontro regressivo com os objetos infantis, resgatando sua falta e, quem sabe, estabelecendo uma base para uma profunda progressão no seu desenvolvimento e mudança intrapsíquica (Colarusso, 1990). Somado a isso, por meio da regressão, o adolescente pode reviver a imagem parental e instituir correções e diferenciações em relação às suas relações de objeto pré-edípicas ambivalentes (Blos, 1996).

Contudo, apesar de Miguel parecer estar bem ciente de sua própria história, isso parece não ter significado uma maior elaboração das suas vivências de abandono, porque, no segundo ano da filha, conforme o depoimento de Adriane, ele já estava se mostrando menos envolvido e interessado na menina, e durante praticamente todo o tempo de acompanhamento da pesquisa, referiu dificuldades no exercício da paternidade. Conforme Costa e Katz (1992), o nascimento desperta sentimentos conflituosos e contraditórios nos pais, sendo reativados, na relação com o filho,

sentimentos primitivos e ambivalentes. Assim, pode-se pensar que a paternidade tenha reativado tanto o desejo de amar e ser amado, como a raiva do pai abandonante, impedindo Miguel de desfrutar plenamente dos aspectos positivos da mesma, talvez gerando até mesmo uma inveja do cuidado que a filha recebia dele. Nesse sentido, Blos (1996) comenta que as relações objetais infantis, quando revividas na adolescência, tendem a aparecer na sua forma original, ou seja, num estado ambivalente.

O fato de, no segundo ano da filha, Miguel ter referido a si mesmo como modelo positivo, dizendo que *“cada um é um”*, pode indicar uma defesa contra o modelo negativo recebido do pai, ou até mesmo um rechaço do adolescente de sua família e de seu passado, que geralmente encobre o doloroso processo de desligamento, ao invés de ser sinal de sua ocorrência (Blos, 1996). Por outro lado, conforme o mesmo autor, é comum neste período da vida, em função da retirada da libido dos objetos externos e seu redirecionamento para o próprio *self*, uma autocentralização e auto-absorção do adolescente, que se imagina independente dos objetos amados e odiados de sua infância. De qualquer modo, Miguel parece ter se lançado a uma tentativa de separação-individação frente à figura paterna, adotando outros modelos, tanto positivos quanto negativos. Contudo, esta separação não parece ter sido de todo exitosa, em função do que foi comentado acima.

Pela presença feminina predominante na sua criação (mãe), Miguel muitas vezes acabou assumindo uma postura mais cuidadora como pai, tradicionalmente feminina (Trindade, 1993), dedicando-se mais aos cuidados da casa e da filha do que Adriane. Nesse sentido, autores como Brazelton e Cramer (1992) e Costa e Katz (1992) afirmam que o pai precisa tolerar a exclusão temporária da relação e aguardar a oportunidade de participar dela mais tarde. Para isso, precisa identificar-se com sua mãe e com sua mulher, o que parece ter ocorrido demasiado no caso de Miguel, que, apesar de ser bastante apoiador, muitas vezes competia com Adriane pelo amor da filha.

## **O tornar-se mãe de Adriane**

### ***Gestação***

Adriane não fez comentários acerca de como aconteceu a gravidez. Porém, afirmou enfaticamente o quanto foi difícil para ela aceitar o fato: *“Ah, quando eu fiquei sabendo, assim, foi um período tri difícil, porque nem de longe eu queria. Eu não*

*queria mesmo, então, na minha cabeça, não entrava que eu tava grávida, todo mundo ria de mim! (...) Porque a médica disse que eu não tinha dilatação do útero, então ela falou que podia ser um distúrbio hormonal, e eu ‘Não, é distúrbio hormonal!’.* No terceiro mês, ela ainda não aceitava a gravidez; as pessoas comentavam “*Ah, tá ficando barrigudinha, eu olhava ‘Que barrigudinha, o que??!! Não tenho barriga nada!’ Eu não aceitava que essas coisas fossem mudar (...) Que fosse ter que mudar minha rotina, meu corpo, daí no início foi tri difícil aceitar, difícil contar pros outros também. Sabe, eu ficava ‘As pessoas vão me estranhar, vão me reprimir’.*” Passou a ficar o dia inteiro em casa, dormindo, sem atender a telefonemas, pois tinha vergonha do que as pessoas pensariam a seu respeito. Como não aceitava a gravidez, mas via que estava engordando, começou a fazer regime, “*Só que eu comecei a fazer regime de não botar nada na boca!*”. Assim, teve uma forte anemia, chegando até mesmo a desmaiar; depois, teve infecção urinária. Conta que sofreu muito com enjoos, “*Eu me sentia como se eu tivesse dentro de um navio, assim, quase desmaiava*”. Acabou perdendo o semestre no colégio. Para ela, foi “*um choque. (...) Eu não me sentia bem, mas não sabia o que era. Imagina, eu só fui saber que eu tava grávida com três meses!*”, com o resultado do exame de sangue. Segundo Miguel, inicialmente Adriane ficou assustada, abalada com a notícia, e não queria a gravidez, pensou até em abortar, pois acreditava que teria que parar de estudar. Mas, aos poucos, acabou aceitando a situação. Isso só aconteceu no quinto mês, segundo ela; foi quando começou a sair novamente. Como se sentia gorda e não queria botar nenhuma roupa, sua mãe lhe comprou algumas saias e blusas “*larginhas*”, e foi nesse momento que a jovem começou a se gostar, “*Até porque, se eu tava gordinha ou não, tinha desculpa daquilo, entendeu? Então eu comecei a gostar da minha barriga, e agora eu tô adorando, agora eu olho assim ‘Ai, que barrigão!’, e eu olhava pras minhas colegas de curso assim, aquela barriga, aquela coisa que encostava toda e eu olhava pra minha assim e daí ficava ‘Bah, por que eu não tenho uma barriga daquelas?!’.*”

Adriane disse ter ficado bem mais sensível depois da gravidez, “*Eu chorava direto, eu falava que odiava ele por causa disso, até pensava ‘Ai, e agora, o que eu vou fazer? A minha vida vai mudar!’.*” Segundo Miguel, ela estava mais irritada que antes da gravidez.

Adriane fez um exame de sangue aos três meses de gestação e, aos cinco, a primeira ultra-sonografia. Como ficou sem plano de saúde, teve que iniciar um novo

acompanhamento em um hospital público. Fez grupo de gestantes e passou a ter consultas regulares: *“Ah, eu odiava, eu não queria ir no médico”*. Miguel sempre a acompanhava. Referiu uma preocupação com a saúde da filha: disse temer que, pela sua anemia, tivesse passado algo para ela, mas o médico a tranquilizara a esse respeito. Ela também se preocupava com o fato de não saber se deveria ir até o hospital ou não se o bebê parasse de se mexer; *“Eu tenho medo de não ter essa noção (...) porque esses tempos, a semana passada até foi, ela ficou o dia inteiro assim parada, e eu não sabia ‘Agora, se eu vou pro hospital, chego lá e é bobagem minha, que ridículo!’*”. Ela disse que já havia falado com o médico sobre esse seu medo, mas não parecia ter ficado aliviada. Miguel também comentou que Adriane teve uma preocupação inicial por suspeita de gravidez tubária, enquanto que, na realidade, estava com infecção urinária. Quanto ao parto, disse *“Eu não agüento mais essa barriga! (...) A minha barriga tá crescendo muito, gente, eu tô apavorada! Eu quero que ela nasça de uma vez!”*. Referiu um medo da dor do parto, mas mostrou uma preferência pelo parto normal *“Até porque eu acho que eu prefiro a dor da hora, do que depois a dor de ter que me olhar no espelho e ver aqueles pontos... Porque eu nunca aceitei esse negócio de corte no meu corpo”*. Conforme Miguel, Adriane preocupava-se com a dor do parto. Até o momento da entrevista, tinha feito apenas duas ultra-sonografias. Considerou o exame *“tri emocionante”*.

Adriane, quando questionada sobre como se imaginava como mãe, teve dificuldade inicialmente: *“Eu como mãe? Bah!”*. Depois falou que se imaginava uma mãe *“liberada”*, mas dentro de certos limites: *“Como eu tive uma criação muito solta, eu acho que tem certas coisas que eu passei, assim, que eu não quero que ela passe. Então eu acho que tudo tem que ter um limite”*. Ao mesmo tempo, se imaginava uma mãe *“um pouco chata, um pouco exigente, por causa que eu fico com as outras crianças ‘Fala nenê, fala, anda!’, sabe, eu acho que eu vou torturar a coitadinha!”*, por ser muito perfeccionista. Imaginava-se amamentando a menina, mas *“A coisa que eu mais imagino é colocando roupa nela. É porque eu penso ‘Eu vou combinar isso com isso’, e ela vai andar sempre que nem uma bonequinha”*. Também esperava levar a filha pra passear e controlar sua alimentação junto com o namorado: *“Ele fala que a coisa que ele mais quer é controlar a alimentação dela, pra não ficar igual a eu”*. Pensava que o relacionamento entre ela e a filha seria *“normal”*, apesar de achar que ficaria menos tempo com ela do que deveria, em função dos estudos, mas *“Eu vou*

*aproveitar todo o tempo que eu tiver perto dela, acho que eu não vou sair de perto nunca assim!*”. Quanto a situações difíceis, inicialmente Adriane afirmou achar normal que a criança chorasse, mas *“Eu espero que ela não faça no exagero, assim (...) Às vezes eu penso ‘Ai, meu Deus, eu vou ficar em parafuso, vou me escabelar!’*”, apesar de que não se importaria com isso, pois contava com o auxílio de Miguel. Disse também que já estava se preparando para o caso de ter dificuldades com a amamentação de Bianca, pois, em função de seus horários, talvez só conseguisse amamentá-la à noite, o que poderia fazer com que seu leite secasse. Também pensava na hipótese de a menina não se adaptar ao seio, *“ela vai querer outra coisa. Então eu já tô pensando nisso, eu tô pensando em alguma coisa que eu vou ter que substituir”*.

Ela pretendia criar a filha de forma oposta à forma como havia sido criada, valorizando a educação e investindo na formação de Bianca: *“eu acho que tudo que tem na minha casa eu não quero, sabe... Eu acho que vou cuidar, vou ensinar ela a ser obediente, a andar sempre arrumadinha, a estudar, a dar valor para o colégio (...) Eu quero preparar ela o máximo, eu quero ter a preocupação que a minha mãe não tá tendo comigo de me dizer ‘Olha, o futuro tá aí na tua frente, tu tem que fazer alguma coisa, senão tu vai ficar pra trás!’*”. Adriane pretendia proteger a criança de algumas coisas que lhe aconteceram, como a gravidez: *“Eu não quero que aconteça com ela o que tá acontecendo comigo, porque eu quero ter uma relação bem aberta com ela, sabe, falar pra ela que primeiro ela tem que estudar, senão ela vai passar pela mesma coisa que eu tô passando (...) Eu quero que a vida dela seja bem estável, até porque a minha não foi”*.

Miguel demonstrou não saber como seria o relacionamento de Adriane e Bianca, pela jovem ser desorganizada, relaxada e preguiçosa: *“Tô tentando botar ela mais nos eixos (...) que depois, como é que vai ser? (...) A outra vai pegar o costume, e aí não é bom isso, tem que ser educadinha”*. Ele acreditava que ela estava melhorando nesse sentido. Por outro lado, Miguel também comentava que Adriane gostava bastante de criança, e que, por isso, *“vai gostar bastante da pequena, vai tá sempre em cima, ali. Vai ser aquela mãe coruja, sempre em cima. Tanto se acontecer alguma coisa ali, um barulhinho, uma escapadinha da mão assim, se estiver engatinhando ela já vai sair correndo pra levantar, vai ser assim”*.

Adriane tinha plena consciência de que a vida dela mudaria com o nascimento de Bianca, principalmente sua rotina, que não poderia mais ser igual à dos amigos da

mesma idade, em função da responsabilidade assumida: *“Acho que tem horas que vai vir aquela frustração ‘Puts, vai todo mundo pra uma festa, eu não posso ir, eu vou ter que ficar em casa!’ , mas, por outro lado, acho que vai ser gratificante assim, porque ter uma filha, tudo. Mas eu acho que vai ter hora de melancolia, mas também vai ter horas de alegria”*<sup>8</sup>.

Adriane não referiu um modelo de mãe; pensava que teria seus próprios objetivos com a filha. Já Miguel identificou a mãe de Adriane, que disse ser *“super legal”*, e a mãe de um amigo, que era bem brincalhona e amiga, como modelos que gostaria que a namorada seguisse. Como modelo negativo, a jovem apontou uma prima que fora mãe aos 16 anos, e que nunca havia se interessado pelo filho: *“Nunca foi ela que criou ele, o guri passa de casa em casa, ela larga ele assim fim de semana e desaparece (...) Acho que uma pessoa assim nem deveria colocar filho no mundo”*. Nesse ponto, Miguel apontou uma mãe chata, mandona, que estivesse sempre dizendo *“faz isso, faz aquilo, tem que fazer isso, tem que fazer aquilo”*. Uma boa mãe, para Adriane, deveria estar sempre presente, preocupada com a educação e com os problemas do filho dentro e fora de casa, e ser compreensiva, *“porque eu nunca tive isso, sabe”*. Miguel teve dificuldade de elaborar um conceito de boa mãe, comentando apenas que deveria estar ao lado da filha, até para poder conversar sobre assuntos do mundo feminino, que ele não saberia.

A jovem colocou que teve um relacionamento muito distante com a mãe quando pequena, pois era criada pela avó; por isso, esperava ser uma mãe diferente dela: *“Eu cresci na casa dos outros... A minha educação é baseada na educação das pessoas com quem eu vivia, porque a minha mãe nunca foi de falar ‘Vai escovar os dentes, vai tomar banho!’ , sabe, tanto que a minha irmã menor, coitada! Se ela não tivesse eu, Deus o livre, eu não sei o que ia ser da criança, sabe! Então que acho que eu quero ser bem diferente dela”*. Já com o pai, teve uma relação muito próxima na infância, *“até pelo fato de a minha mãe ser distante (...) Quando eu comecei a namorar o Miguel, eu acho que ele ficou com ciúmes, eu não sei o que houve, porque ele completamente cortou a relação comigo (...) ele tá uma pessoa muito estranha (...) Acho que foi desde que ele soube, que faz um ano e meio, que eu comecei, que eu já transava com o Miguel, acho que aí sim ele viu que eu não era mais a guriuzinha dele. Então acho que foi aí que despertou o ciúme nele, sabe”*.

---

<sup>8</sup> Este trecho da entrevista foi acrescentado em função de sua importância para o entendimento do caso, pois não está incluído em nenhuma das categorias temáticas analisadas.

### **Terceiro mês do bebê**

Adriane mostrou certa dificuldade de adaptação em relação à maternidade: “É tri estranho isso, ser mãe assim... a gente tem, leva um tempo pra se acostumar que a vida da gente mudou, assim, que agora não é mais a mesma coisa, que não vai dar mais pra levar a mesma rotina... Mas é muito legal assim”. Durante a entrevista, ela repetiu várias vezes que ser mãe era legal, mas ao mesmo tempo, muito cansativo: “Tem horas assim que eu fico meio irritada, porque eu ‘Para, Bianca, para!’, porque ela é muito agitada, ela não incomoda, mas ela é agitada, tu tem que estar dando atenção pra ela... Daí às vezes me irrita, assim, eu falo, ‘Ah, Miguel, pega ela, senão... eu vou acabar me irritando com ela!’, mas eu não, com ela eu não consigo ficar brava, eu fico brava com ele, coloco ele sempre no meio”. Ela disse que não esperava que sua vida fosse mudar tanto como havia mudado: “Ah, eu pensei assim ‘Eu boto a gurria no carrinho, levo junto pra onde eu precisar ir!’, só que não é assim, ela quer atenção, sabe?”.

Adriane comentou que inicialmente era difícil para ela dizer “Ah, minha filha”, parecia que era uma coisa tão adulta, tão, ai, não combinava comigo, mas agora eu já me acostumei a falar ‘minha filha’, ‘eu sou mãe dela’, essas coisas”. Considerava que agora já entendia melhor a filha do que quando ela havia nascido, por isso já não estava levando tão em consideração os conselhos e opiniões de sua mãe: “Eu achava que, porque a minha mãe era mais velha e já tinha tido filho, então eu já tinha que escutar tudo o que ela falava, que às vezes era uma baita dumas besteiras, sabe. E fazia tudo o que ela dizia... mas agora eu tô vendo que eu tenho que fazer o que eu acho, que eu também, eu não sei muita coisa, mas eu acho que eu compreendo mais ela do que a minha mãe. O que a minha mãe passou foi com outras crianças”.

Relatou também dificuldade para ir para o colégio e deixar a filha em casa, pois sentia sua falta. Mesmo assim, retornou para a escola quando a menina estava com dois meses. No momento da entrevista, estava há uma semana sem frequentar o colégio, pois sentia que “não é o meu lugar, sabe? Eu sinto que o meu lugar não é lá, no meio daquelas pessoas, assim, porque eles me tratam diferente. A única coisa que eles falam comigo é perguntar como é que tá a Bianca. Eu sinto que eu não sou, eles acham que eu não sou igual, sabe? (...) Acho que eles pensam ‘Ai, muito queridinha, mas não serve pra andar com a gente!’. Porque na aula eles até comentam comigo, mas na hora do recreio eu vejo que vai todo mundo pro seu lado e eu fico, sabe, ninguém vem conversar comigo. (...) Eu acho que eles acham assim que agora, porque eu tenho filho,

*não sou uma pessoa que tenha a idade que eu tenho, eles acham que eu sou diferente. (...) Esses tempos o meu colega, ele é um ano mais velho, então ela tava falando não sei o que de transar e tal, daí ele falou um negócio e olhou pra mim, 'Né, tu que entende dessas coisas', eu olhei pra ele 'Por que eu entendo dessas coisas? Agora só porque eu tenho uma filha? Isso pode acontecer na primeira como pode acontecer na centésima vez!' Ele acha que porque eu tenho uma filha eu sou mais promíscua, sou mais rodada, sabe? Eu acho isso estranho, as pessoas pensam este tipo de coisa". Adriane comentou ainda: "Foi tudo certinho, sabe? Namorei até os 6 meses, com 6 meses eu transei, daí depois de um tempo eu fiquei grávida, aconteceu, eu não tive culpa, eu não quis isso, então eu acho que as pessoas não entendem isso... Se eu tivesse feito tudo certinho, não ficava, se eu não tivesse ficado grávida, era um exemplo, sabe?". De qualquer forma, sentia-se triste por estar sem amigos; segundo ela, "Parece que só nos enxergam como pai, como mãe, não nos enxergam como adolescente normal que a gente é, sabe?".*

Referiu ainda estar tendo dificuldade para se adaptar às tarefas diárias, como lavar a roupa da filha, por não ter tido experiência anteriormente. No início falava para Miguel que *"essa não era a vida que eu queria tá levando (...) Tu não pode me cobrar isso, por causa que eu não estou acostumada, sabe, eu nunca precisei fazer"*. No entanto, ultimamente já estava assumindo essas atividades.

Rotulou-se como uma mãe *"ruinzinha"*, pois quem mais cuidava da filha era Miguel, além de não atender a todas as necessidades da menina. Disse ter medo: *"Às vezes ela começa a chorar, e eu, em vez de ficar firme assim, ir lá ver o que que ela tem e procurar resolver, eu não, começo a chorar junto, então é uma coisa que só piora a situação... Às vezes eu falo pro Miguel 'Oh, Miguel, eu não sei, eu não tava pronta pra ter filho, eu não sei o que que ela tem! (...) eu não tenho a noção das coisas que ela precisa assim'. (...) Eu falo pra ele que eu não entendo essas coisas, daí eu me desespero ainda mais, porque às vezes ela começa a ficar chata e eu não sei, eu pergunto pra ele 'O que ela tem?', e ele 'Eu não sei!'. Daí eu fico brava, sabe, que eu não sei, que ele não sabe"*. Era ela quem fazia a filha dormir e escolhia sua roupa. Também costumava brincar com a filha, dançar, mostrar-lhe objetos, cores, etc. Gostava de ficar deitada com a menina, olhando-a; *"Daí às vezes eu até fico triste, porque eu penso 'Ah, meu Deus, quanto tempo será que vai durar isso?'. Daqui a uns dois anos ela já não vai mais querer ficar assim comigo, sabe. Daqui a uns cinco anos ela já vai dormir no quarto dela, já vai ter a cama dela. Daqui uns sete anos ela já vai começar a*



*ir pro colégio, daqui uns dez anos ela não vai mais nem querer chegar perto de mim, porque eu sei, eu já passei por isso! Parece que numa certa idade a gente começa... assim, a ter uma repulsa do pai e da mãe, assim, a gente chega perto e não fica mais, não aceita mais um colo, não abraça, parece que aquilo é estranho, sabe? Daí eu fico pensando: 'Ai, será que ela vai passar por isso também?'*. No entanto, não gostava de ter que ficar entretendo-a o tempo todo, principalmente quando estava fazendo comida ou queria assistir algo na TV.

Miguel comentou que a namorada se queixava muito de não poder fazer nada em função da filha. Para ele, Adriane tinha “*um pouco de dificuldade*” como mãe: “*No dia da vacina, quem teve que acalmar ela fui eu (...) era as duas chorando e eu rindo 'Tá, e o que eu faço? O que eu vou fazer?!', eu peguei uma no colo e passei a mão na cabeça da outra*”. Além disso, a namorada não tinha muita paciência com a filha, e era “*um pouco estabanadinha*” com as atividades, então “*sou mais eu, sempre sobra pra mim*”. Ao mesmo tempo, ficava brava quando ele cuidava de Bianca. Miguel justificava o jeito de Adriane, dizendo que “*Ela só tem que desenvolver... uma coisa nova, leva tempo, pra se acostumar, demora um pouquinho (...) ninguém nasce sabendo também...*”. Quando questionado sobre a forma como Adriane estava desempenhando seu papel naquele momento, em comparação com o que ele esperava dela como mãe durante a gestação, Miguel não respondeu diretamente, dizendo: “*A minha visão é sempre pro futuro...*”.

### ***Primeiro ano do bebê***

Neste momento, Adriane estava passando pela melhor fase da experiência de ser mãe, pois a filha já estava podendo acompanhá-los na maioria das atividades. Ela afirmava estar “*adorando essa fase dela agora, porque tudo o que ela faz, eu adoro ficar olhando, às vezes eu paro e fico só olhando, sabe, só vendo o que ela vai fazer, tá sendo muito legal...*”. Em relação às dificuldades, Adriane referiu que “*Está sendo difícil o fato de não poder ficar muito tempo com ela. Às vezes eu me sinto até meio estranha, depois de passar cinco dias chegando em casa de tardezinha, vendo ela um pouquinho antes de ela dormir, eu me sinto meio estranha para ela, mas, fora isso, eu acho que não tenho muita dificuldade. A minha maior dificuldade é com o horário*

*assim, porque eu me sinto amarrada, porque, se eu estou sozinha com a Bianca, ela me atrasa tudo, e também eu tenho que fazer tudo sozinha”<sup>9</sup>.*

Adriane comentou que, nesse primeiro ano da filha, havia ficado estressada com as doenças dela, *“Quando a criança está doente, como febre, que não tem o que fazer, então eu fico atucanada, eu choro, eu fico irritada, porque eu não sei mesmo, eu me sinto tri impotente, sabe, isso me irrita, me estressa, me deixa louca!”*.

Adriane acreditava que a condição de maternidade estava melhorando cada vez mais, inclusive comentando que achava que ser mãe estava sendo melhor do que ela imaginava inicialmente: *“A gente pensa assim, que um filho vai fazer a gente se isolar do resto do mundo, sabe, vai ter que alterar toda a rotina, mas não é assim, é bem legal mesmo”*. Ainda sentia-se um pouco desajeitada como mãe, mas dizia que era *“Uma pessoa muito carinhosa assim, com a minha filha (...) Eu posso até não demonstrar, as pessoas podem até achar que não é tanto, mas eu sinto assim, entendeu? Às vezes, quando dizem ‘Tu é meio desalmada, passa muito tempo longe da tua filha, porque tu fez filho, agora tem que assumir!’”,* ela se sentia bastante culpada; *“Às vezes as pessoas acham que eu tenho que parar de estudar pra ficar com ela, eu não acho, porque, se eu estou estudando, é pra ela, mesmo, eu quero o bem pra ela!”*.

Em função de Bianca estar sendo cuidada por uma babá o dia inteiro, Adriane assumia algumas atividades com a filha no início da manhã e à noite apenas. O banho era a tarefa que Adriane mais gostava de desempenhar: *“Eu gosto de dar banho nela, adoro!”*, além de *“Quando ela está quietinha, que eu adoro jogar videogame, aí eu sento e coloco ela no meio das minhas pernas, e ela fica ali olhando e eu fico jogando, porque ela gosta também. Ah, eu adoro ficar assim com ela!”*. Ela também gostava de brincar, *“Eu gosto de brincar disso (fantoche) com ela, mas às vezes ela não quer saber, às vezes ela quer que eu saia e não dá nem bola pra mim”*, ensinar coisas para a filha e *“cantar musiquinhas”*. Já não gostava das situações em que Bianca chorava e de carregá-la no colo por muito tempo, já que a menina estava *“muito pesada”*; *“Quando eu pego ela na babá, é uma hora legal assim, porque é uma hora que a gente se reencontra, de passar o dia inteiro longe, mas é também uma hora cansativa, porque ela pesa até chegar em casa. Eu chego em casa assim, eu digo ‘Bianca, pelo amor de Deus, não chega perto de mim agora, eu estou rendida!’”*.

---

<sup>9</sup> No Inventário Beck de Depressão (BDI), aplicado neste momento em todas as mães da pesquisa, Adriane obteve um escore 16, o que indica um grau de depressão leve.

Miguel continuava considerando que a namorada não tinha muita paciência para lidar com a filha, mas acreditava que ela estava *“melhor que antes, tá melhorando bastante, até que ela tá deixando de ser preguiçosa (...) tá começando a fazer mais coisas, tá assumindo melhor o colégio, tá assumindo melhor o estágio, resolveu e agora tá trabalhando (...) tá assumindo mais a Bianca também”*. Contudo, o jeito de ela lidar com a filha continuava sendo *“um jeitinho estabanado (...) Eu sempre falo pra ela, mas ela nunca se dá por conta, mas não é por mal (...) Ela tem vontade de fazer, mas ela não coloca muito em prática”*. De qualquer forma, ela estava bem melhor do que ele imaginava que estaria, *“até porque a criação dela foi diferente, eu pensei que ela não fosse aprender muita coisa, mas agora ela tá começando a aprender, tá tendo mais responsabilidade em fazer as coisas, com a Bianca também”*.

### ***Segundo ano do bebê***

Para Adriane, a maternidade aos dois anos da filha *“tá bem melhor, tá bem mais fácil. Tá bem melhor, porque ela tá bem mais divertida assim, bem mais legal (...) Também porque ela já tá maior, então ela já sai com outras pessoas, sabe, já viaja com a vó dela, assim, não é mais tão dependente da mãe”*. A maior dificuldade, segundo ela, era justamente a *“vontade própria”* de Bianca nesse momento: *“Às vezes a gente tem que entrar em conflito pra chegar a um consenso com ela. Mas, no geral, não tem muita dificuldade, tá tudo bem mais fácil, pela autonomia que ela tem agora”*.

Adriane teve um pouco de dificuldade de se descrever como mãe: *“Ah, meu Deus, deixa eu pensar (...) Eu acho que eu não sei, eu não sou aquela mãe atenciosa, assim, que fica o tempo inteiro em cima, que brinca muito, porque ela não é aquela criança assim da mãe, da vó, não, ela fica com todo mundo. Mas acho que eu tô me saindo legal assim. (...) Eu tento fazer o melhor que eu posso assim, e eu acho que ela não quer...”*. Adriane referiu gostar de ver TV com a filha, especialmente desenhos, porque *“ela deita no meu colo e a gente fica bem juntinho (...) Aí eu gosto de ver ela olhando assim e ela fica repetindo as coisas e mostra ‘Oh, mamãe, aquilo ali’. Eu vejo a percepção dela pras coisas, é bem interessante isto”*. Uma coisa que Adriane não gostava de fazer com Bianca era passear, sair de casa, pois sentia *“muita preguiça”*, especialmente quando a menina pedia pra ir para a pracinha: *“Eu até gosto, acho agradável assim, mas daí eu chego na pracinha e vou ficando, olho pros lados e fico me enchendo o saco”*.

Segundo Miguel, Adriane estava melhorando enquanto mãe: *“Ela tá evoluindo, todo dia um pouquinho”*. Ele disse que ela sempre foi *“meio da preguiça, porque a mãe dela sempre fez tudo pra eles e eles são muito deitados, mas agora ela tá vendo que ela tem que fazer as coisas pra ela, tá mais independente. E agora tá legal, é uma mãe bem atenciosa, sempre quer fazer as vontades, até demais”*. Uma coisa que Miguel estava percebendo era o fato de Adriane estar deixando Bianca *“um pouquinho mais solta, porque antes ela ficava sempre em cima (...) Agora ela já viajou com a vó, já ficou um tempo fora, não incomodou, a gente pode se divertir”*.

Conforme Adriane, ela não estava seguindo nenhum modelo de mãe, *“até porque eu acho que eu não paro pra pensar muito nisso (...) Em nada assim eu me espelho em alguém...”*, e não queria seguir o modelo dado pela própria mãe: *“Hoje, eu me conhecendo e vendo assim até a mãe do Miguel, como ela é com ele, eu olho pra trás e vejo que a minha mãe às vezes falhou um pouco comigo, sabe. Não, isso é normal, mas eu acho que eu não faria muitas coisas que ela fez assim. Até hoje eu vejo o jeito que ela trata a minha irmã, que tem dez anos a menos que eu (...) Bah, eu não quero fazer isso, sabe, eu tô vendo isso agora, porque eu já sei que isso eu não vou fazer com a minha filha, porque eu tô vendo o resultado ali”*.

Adriane referiu lembrar-se mais de sua avó do que de sua mãe aos dois anos de idade, pois, nessa época, ela estava cuidando de seu filho (irmão de Adriane) recém nascido: *“Eu não lembro muito da minha mãe”*. Quando estava na casa da avó, se escondia dentro do roupeiro para não ir embora: *“Meu pai e a mãe falam assim que a minha avó me protegia muito e tal, fazia todas as minhas vontades. Mas da minha mãe, assim, eu não lembro de muita coisa da minha convivência com ela”*. Para ela, estas vivências não estavam influenciando no seu jeito de lidar com Bianca, *“Não sou daquelas pessoas que param pra analisar, sabe, eu não tenho disso, não guardo rancor assim, mas também não digo ‘Ah, que legal, sabe, eu estou aqui por causa dela hoje!’, eu não sou assim, porque eu faço por mim”*.

### **Síntese sobre o tornar-se mãe de Adriane**

Pelo relato de Adriane, inicialmente ficou evidente a dificuldade da jovem de aceitar a gestação e a maternidade, o sofrimento pela mudança dos planos de vida, da rotina, pelo fato de ser diferente de seus colegas e de ter que se responsabilizar por uma criança. Em todos os momentos ela se mostrou ambivalente em relação à maternidade,

ao mesmo tempo elogiando a filha e ressaltando as dificuldades e os pontos negativos de ser mãe (Szejer & Stewart, 1997). Aliás, Adriane passou a se sentir melhor como mãe quando a menina começou a ser cuidada pela babá e se tornou mais independente dela, isto é, quando as exigências da maternidade ficaram menos intensas. Talvez essa dificuldade seja em parte decorrente do tipo de relacionamento estabelecido entre Adriane e sua mãe, bastante distante, conflituado e pouco apoiador, pelo que a jovem expressou ao longo das entrevistas.

Assim, a partir do relato da história de Adriane na transição para a maternidade, ficou evidente que sua expectativa, desde a gestação, era de opor-se à mãe como modelo, transformando-o (Colarusso, 1990; Szejer & Stewart, 1997). Então, ficou muito clara a necessidade de Adriane de afirmar as diferenças entre ela e sua mãe (Blos, 1996; Colarusso, 1990), demonstrando uma necessidade de reparação de sua própria história (Szejer & Stewart, 1997). Nesse sentido, ficou evidente um desejo de que a filha não passasse por algumas situações pelas quais ela havia passado, ou que tivesse algo melhor do que ela mesma havia tido (Brazelton & Cramer, 1992; Fraiberg & cols., 1994). Entretanto, não se pode esquecer que, para Blos (1996), a adoção de papéis, comportamentos, valores e moralidade diferentes ou opostos aos da imagem internalizada nem sempre significam um desligamento autêntico das figuras parentais, rumo à individuação. De fato, Adriane parece ter negado sua história de vida, ao mencionar na gestação que não tinha nenhum modelo materno positivo, apesar de dizer que havia sido criada pela avó, que era dela que lembrava e que gostava de ficar na sua casa, o que sugere um comportamento diferente da avó em comparação à mãe. Além disso, afirmou que suas vivências e lembranças não influenciavam na forma de criar sua filha. Somado a isso, o fato de referir ter seus próprios objetivos como mãe, pode indicar uma postura defensiva contra o modelo negativo recebido da mãe, ou mesmo um rechaço de sua família e de seu passado, que geralmente encobre o doloroso processo de desligamento, ao invés de ser sinal de sua ocorrência, conforme Blos (1996). Isso pode ser corroborado pela falta de outros modelos alternativos em que se espelhar, não indicando um movimento de direcionamento de seu investimento psíquico libidinal e agressivo para outros modelos extrafamiliares, o que facilitaria o afrouxamento dos laços objetivos com os pais, uma vez que o caminho para o descobrimento de objetos externos e extrafamiliares amados e odiados só estará aberto a partir do desligamento de objetos internalizados amados e odiados da infância. Sua postura também poderia estar

indicando justamente a retirada da libido dos objetos externos e seu redirecionamento para o próprio *self*, o que gera uma autocentralização e auto-absorção do adolescente, que se imagina independente dos objetos amados e odiados de sua infância (Blos, 1996).

Infelizmente, aspectos relativos à educação e formação da filha ainda não estavam evidentes, para se poder avaliar se, nesse ponto, a jovem conseguiria realmente se opor à mãe. Isso porque, apesar do desejo de Adriane de ser diferente da mãe, durante todo o tempo de acompanhamento acabou repetindo com a filha o mesmo tipo de relação que tinha com ela, isto é, distante e ambivalente, assemelhando-se justamente aos modelos maternos negativos por ela referidos. Não se pode esquecer que, conforme Costa e Katz (1992), o nascimento desperta sentimentos conflituosos e contraditórios nos pais, sendo reativados, na relação com o filho, sentimentos primitivos e ambivalentes. Somado a isso, segundo Blos (1996), as relações objetais infantis, quando revividas na adolescência, tendem a aparecer na sua forma original, ou seja, num estado ambivalente. Nesse sentido, pode-se pensar que a maternidade tenha reativado tanto a raiva da mãe que a abandonou afetivamente (e do pai, posteriormente), como o desejo de ser amada por esta mãe, impedindo Adriane de desfrutar plenamente dos aspectos positivos da situação. De todo modo, tal panorama está de acordo com o que apontam vários autores psicanalíticos, para quem a forma como cada mulher exerce a maternidade estaria diretamente relacionada aos pais que teve, ou seja, aos modelos parentais recebidos, uma vez que estes são sempre referências (Klaus & Kennell, 1993; Stern, 1997; Szejer & Stewart, 1997). Entretanto, diferentemente do que é esperado na situação de parentalidade, ela não conseguia perceber nada positivo nem na mãe, nem em ninguém, para poder se espelhar, apenas suas falhas, apresentando, nesse sentido, uma postura característica da segunda individuação, de ênfase nas diferenças frente aos progenitores, mais do que nas semelhanças (Blos, 1996; Colarusso, 1990). De forma geral, pelos dados coletados, apareceu um grande ressentimento de Adriane em relação à mãe e à forma como esta a havia criado, o que indica justamente a não elaboração de suas vivências junto à figura objetal infantil. Além disso, a jovem referia nas entrevistas que não pensava sobre o assunto (a forma como sua mãe a havia criado e como isso influenciava na criação de Bianca), o que poderia dificultar o seu processo de separação-individuação frente à mãe principalmente.

Quanto à relação de Adriane com a própria mãe, pode-se pensar que tenha ocorrido uma falha materna na fase oral, pois, como afirma Langer (1986), a frustração oral com a mãe pode levar a dificuldades com o bebê, inclusive à rejeição do feto, como se a mãe dialogasse com sua própria mãe: “Como podes pedir que eu dê o suficiente a meu filho, se tu não me deste o necessário?” (p. 197). Assim, Adriane parecia totalmente identificada com a filha/bebê em alguns momentos, não assumindo uma atitude cuidadora frente à mesma, e ainda solicitando cuidados para si, demonstrando dificuldade de fazer a passagem do papel de filha para o papel de mãe (Stern, 1997), talvez justamente em função dessa falta. Embora, através da identificação com o filho, os pais possam experimentar um reencontro regressivo com os objetos infantis, resgatando sua falta (Colarusso, 1990), somada à regressão do adolescente, que pode reviver a imagem parental e instituir correções e diferenciações em relação às suas relações de objeto pré-edípicas ambivalentes (Blos, 1996), Adriane parece não ter conseguido realizar tal movimento rumo à diferenciação. Com a parentalidade, existe a revivência da simbiose na interação com o filho, particularmente da reaproximação, o que fornece aos pais uma segunda chance de engajamento e separação, agora com uma estrutura psíquica desenvolvida e sofisticada, o que aumenta a probabilidade de domínio adicional dessa tarefa (Colarusso, 1990). Entretanto, Adriane parece não ter conseguido aproximar-se de Bianca o suficiente para reviver com ela a situação simbiótica infantil, embora tenha feito isso, ou tentado fazer, com Miguel.

Já quanto às razões pelas quais Adriane poderia ter engravidado, acredita-se que tenha sido para vivenciar uma relação de proximidade emocional com alguém (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Guimarães & cols., 2003; Osofsky & cols., 1993), uma vez que havia se distanciado do pai em função do ciúme dele em relação a Miguel, e com a mãe parece nunca ter tido uma relação próxima. Assim, a gravidez parece ter sido uma tentativa de superação de carências afetivas decorrentes de relações insatisfatórias, que seriam compensadas através da ligação com o próprio bebê ou com o parceiro, por meio da constituição de uma família (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Frediani & cols., 1994; Pinheiro, 2000). Para Oliveira (1998), a ausência de laços afetivos fortes na família e o sentimento de abandono podem levar a jovem a apoiar-se apenas no namorado. Com receio do abandono também por parte deste, já carente de afetividade, a adolescente vai aceitando o curso que o namoro vai tomando, sem aperceber-se dos riscos físicos e

emocionais a que está se expondo. Além disso, pode ver na gravidez a solução para agredir os pais, punindo-os pela falta de afeto.

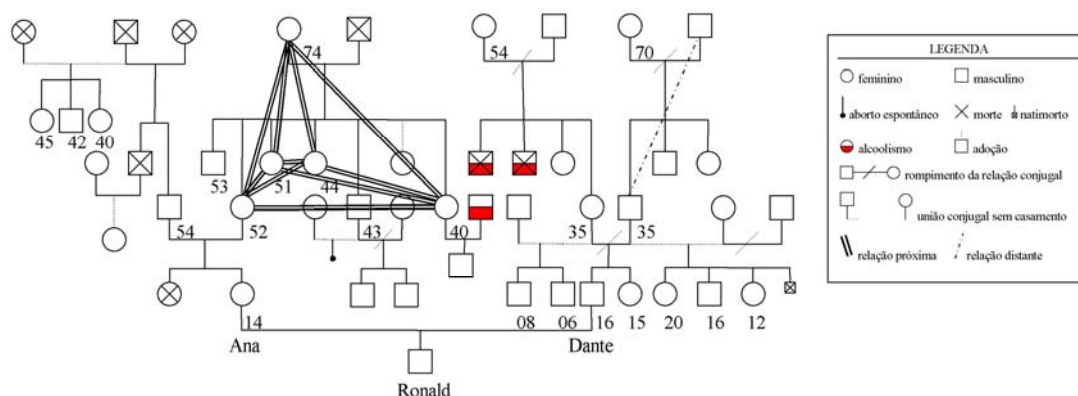


### **Família 3: Dante, Ana e o filho Ronald**

O casal 3 era formado por Dante (estudante, 16 anos) e Ana (estudante, 14 anos), que se tornaram pais de Ronald. A família pode ser considerada como sendo de nível sócio-econômico baixo. Dante tinha olhos cor de mel, pele morena e cabelo castanho curto. Era magro e tinha estatura mediana. Falava pouco durante as entrevistas, respondendo brevemente as perguntas, mas parecia estar sempre querendo mostrar que era “o tal”, passando uma imagem de imaturidade, além de responder muitas perguntas de forma individualista (eu, para mim, o meu), enquanto Ana respondia de forma conjunta (nós, para nós, a gente). Ana tinha olhos azuis, pele clara e longos cabelos loiros, estatura baixa e peso adequado à altura. Mostrou-se bastante comunicativa e afetiva para com as entrevistadoras, por vezes aparentando a idade que tinha, por vezes parecendo mais madura e mais velha.

Eles eram moradores de um bairro de classe média-baixa situado na zona sul de Porto Alegre. A rua principal era calçada, mas a casa estava situada em uma rua transversal, que mais parecia um beco; aí não havia calçamento. Parecia inclusive que a casa dos pais de Ana, onde moravam, estava encravada no meio de uma via de acesso, pois não tinha pátio. A casa era de material, bem simples, mas organizada e limpa, com todos os móveis essenciais a uma casa (como por exemplo, mesa, sofá, armários), além de um bonito som na sala. A casa era pequena e um pouco escura e quente, em função da posição do sol. Ana, Dante e Ronald dormiam em um quarto cuja entrada era pela cozinha. Dentro do quarto havia uma cama de solteiro, um berço e uma cômoda, pois Dante dormia em um colchão no chão. Ao longo do tempo, eles iniciaram a construção de algumas peças em cima da casa dos pais de Ana, mas acabaram não morando lá.

Em relação às famílias de origem, vale ressaltar que Dante havia sido criado pela avó, que tinha um bom relacionamento com o pai e um relacionamento mais distante com a mãe, e que, na sua família, havia um grande número de separações conjugais. Já Ana tinha uma irmã que falecera enquanto bebê, um relacionamento muito próximo com a mãe e morava perto de sua avó. A Figura 03 abaixo apresenta o genograma familiar de Dante e Ana.



**Figura 03.** Genograma familiar de Dante e Ana

### A relação de casal de Dante e Ana

#### Gestação

Ana e Dante se conheceram através de um casal de amigos em comum; conforme Ana, “Foi meio arranjado desde o início, meio certo pra namorar e pra ficar”. Um dia ela estava no telefone conversando com este amigo, que lhe disse: “Ai, eu tenho um amigo pra te apresentar”. Acabaram se conhecendo na casa da namorada dele, “Daí eu conheci ele e no dia não rolou, no outro também não, aí no outro que nós fomos numa janta na casa dessa minha amiga, aí que nós ficamos”. Segundo ela, já começaram a namorar neste dia. Eles não citaram motivos específicos de atração um pelo outro, apenas comentaram que se gostaram desde o início. Não houve um pedido inicial de namoro e também não comentaram sobre o relacionamento deles antes da gravidez, até mesmo porque essa ocorreu aproximadamente vinte dias após terem ficado pela primeira vez, aos 14 anos recém-feitos de Ana.

Dante comentou que, quando Ana lhe disse que a menstruação estava atrasada por três dias, ele teve certeza da gravidez. Mas somente dois meses depois houve a confirmação, através de um exame feito com um mês e quinze dias de atraso da menstruação. Ana só foi ao médico a pedido de sua mãe. Desde os primeiros sintomas, ela contou tudo para ele. Quando veio contar sobre a confirmação da gravidez, ele disse “Eu já sabia, nem adianta tu me falar, que eu já sabia”.

Segundo Ana, sua mãe levou “um choque” ao saber da notícia, especialmente por medo da reação de seu pai. Ela soube porque foi ao médico junto com a filha. A mãe dela interferiu duas vezes na entrevista, comentando que realmente tudo tinha

acontecido “*muito rápido*” entre eles. Comentou que seus pais já sabiam do namoro, porque Dante freqüentava a casa. “*Eu não falei pra ninguém, só [para a] minha mãe*”, sendo que esta falou para a sua avó, que “*não falou nada pra mim*”. Quem contou a notícia para o seu pai foi sua mãe; “*Ele levou um choque, ficou horrorizado!*”. Seu pai inicialmente se distanciou, passou a apenas cumprimentá-la, e foi falar com Dante e o pai dele. Até aproximadamente o quinto mês de gestação, ele não falava do neto, ficava quieto ou saía de perto quando o assunto era este; “*Agora ele fala, ‘Ah, o meu neto vai nascer, eu vou sair com o meu neto, eu vou fazer isso, vou fazer aquilo!’*, agora ele já faz projetos pro neto”. Ana sentiu que ele começou a se apegar mais a ela depois da ecografia; “*Os meus pais tiveram duas filhas, até a minha irmã já morreu, com um ano e quatro meses, antes de eu nascer, então o sonho deles era ter um guri. Mas como a minha mãe já me teve muito velha, aí eles não puderam, e eles queriam porque queriam um guri, e agora vão ter*”. Assim, a reação inicial se transformou; “*agora tá tudo bem*”. Dante confirmou que Ana teve medo de contar a notícia para os pais dela, afirmando que ele também sentiu medo. Dante também confirmou uma reação mais tranqüila da mãe de Ana e uma certa brabeza do pai dela; “*Ele ficou meio assim, por causa que ela é filha única*”.

Foi Dante quem contou para a família dele a notícia; todo mundo ficou contente, especialmente sua mãe. Segundo Ana, a mãe de Dante deu grande apoio, “*Todo mundo ficou contra que eu abortasse e tudo, ninguém pensava nisso*”. Ana comentou que a mãe de Dante é muito legal e “*adorou*” a notícia, dizendo para ela que “*Se tu abortar, eu nunca mais falo contigo, e ainda te dou uma surra!*”. Já o pai de Dante ficou com medo de que o filho viesse a morar com Ana, bem como a avó dele, que o criou, “*também ficou meio chocada, mas todo mundo ficou feliz, ninguém falou nada pra gente, sabe, se falaram, foi indiretamente (...) Eu acho que eles aceitaram bem, o único que demorou mais pra aceitar foi o meu pai mesmo*”.

Segundo ela, sua família (pais, tias e avó) ajuda muito, comprando várias coisas para o bebê e dando apoio, assim como a avó de Dante, tanto com coisas para o bebê, como para ele. Também para Dante os pais de Ana e os seus os auxiliavam muito. Quanto aos amigos, Ana disse que eles tinham muitos amigos e saíam muito com eles. Ela contou que, a partir da gravidez, alguns estavam dando mais apoio, mas, por morarem longe, acabaram se afastando. Ela manteve contato com os que moravam mais perto de sua casa, estes “*ficaram mais perto da gente, por causa que os outros tudo se*

*distanciaram, por causa que a gente saía junto e tudo, eu acho que por causa disso, que a gente não sai mais tudo junto, eu acho que se distanciaram. Mas quando eles me vêem, olham e tudo, olham pra barriga, mexem na barriga*". Dante também comentou que eles tinham *"um bando de amigo, aí quando ela ficou grávida, sumiu um pra lá, um pra lá, agora tá vindo só dois aqui ver nós"*. Seus amigos não tinham filhos ainda.

Decidiram continuar junto em função da gravidez; segundo Ana, *"o combinado era ele morar na casa dele e eu na minha"*. Mas Dante acabou vindo morar com Ana gradualmente. No início apenas passava a noite, *"depois ele veio ficando, veio pedir pra ficar e ficou"*. Os pais de Ana aceitaram esta situação. Dante gostou da mudança para a casa de Ana: *"foi bom ficar perto dela"*. Ele comentou que apenas seu pai o incomodou por isso. Segundo Dante, eles o visitavam na casa de Ana eventualmente e Ana comentou que Dante visitava o pai esporadicamente.

Ana acreditava que eles ficaram mais unidos depois da gravidez: *"Antes nós éramos muito distante, a gente gostava um do outro, mas era mais distante, mais separado, eu pensava em mim e ele pensava nele. Agora, tudo que eu penso, eu penso nele também, e ele eu acho que é a mesma coisa (...) Como é que eu posso te dizer, sei lá, juntamos mais as cabeças e tudo!"*. Dante também concordava que haviam ficado mais próximos em função da gravidez: *"Acho que ela tá até mais junto comigo"*. Ele acreditava que a relação estava melhor, até porque agora não saíam mais como antes.

Segundo Ana, Dante costumava ficar bastante com ela, *"Eu falo pra ele de vez em quando, 'Vai, sai!', mas ele não sai"*. Segundo Dante, ele realmente estava apoiando bastante a namorada, *"o que eu posso, eu dou pra ela"*. Ele disse que ela não lhe pedia muita ajuda durante o dia, mais quando deitava no sofá, aí *"pede água, pede isso, pede aquilo. Aí tenho que ficar trazendo (...) só isso, mais nada"*. Ana considerava que Dante estava lhe dando todo o apoio que ela esperava e precisava, especialmente em termos afetivos.

No terceiro trimestre de gestação, tinham planos de construir uma casa própria, atrás da casa dos pais de Ana. Dante estava procurando um emprego para juntar dinheiro para a construção da casa e as despesas com o bebê. Ana pretendia voltar a estudar no próximo ano, para finalizar o Ensino Médio. Na percepção de Ana, o relacionamento entre ela e Dante mudaria após o nascimento de Ronald. Ela acreditava que o namorado iria sentir ciúmes quando ela desse muita atenção para o filho, *"por causa que agora, toda a minha atenção é pra ele, qualquer coisa que ele faz, eu tô em*

cima, e eu acho que ele vai sentir. A gente vai se distanciar um pouco, isso é provável, mas não tanto, não quero que também seja demais”. Ela achava que Dante iria ficar “deslocado”, porque “gosta da atenção toda pra ele”, e inicialmente ela teria que dar mais atenção para o filho. Além disso, ela achava que ele iria se sentir “um pouco sozinho, por causa que os amigos dele tudo moram longe daqui”. Dante, por sua vez, acreditava que a relação não iria mudar após o nascimento do filho.

Quanto aos cuidados, Ana disse que solicitaria a ajuda de Dante sempre que necessário, pois assim ele aprenderia a trocar fraldas e roupas, a fazer tudo, “porque o dia que, por exemplo, eu faltar, ele tem o pai, se eu faltar algum dia”. Ela acreditava que ele trocava fralda e cuidava do bebê, quando estivesse “quietinho” ou dormindo, e que daria mamadeira, “Ele cuida, ele gosta de criança”. Dante também acreditava que Ana iria lhe pedir bastante ajuda, principalmente à noite, “que ela é preguiçosa pra levantar”. Ele pretendia saber ajudar Ana; “Qualquer coisa que eu puder, eu ajudo; se eu não puder também, tento, se eu errar, eu faço de novo”.

Ana também acreditava que sua mãe e outros parentes poderiam ajudá-la a cuidar de Ronald. Dante tinha expectativa de que os pais de Ana seriam as pessoas que mais os ajudariam, até em função da proximidade.

### **Terceiro mês**

Nesse momento, Dante disse ser um fato raro terem um tempo para eles; eventualmente isso acontecia, quando os pais de Ana saíam para passear com Ronald. Ele comentou que eles ensaiaram uma separação, que não ocorreu, em função de Ana ser muito ciumenta e brigarem muito em função disso. Para ele, “a única coisa que a gente conversa sério é as contas”; achava que às vezes Ana gastava dinheiro em besteiras, “Ela compra umas coisas que não tem que comprar (...) eu trabalhando e ela gastando, não adianta! Entra por um lado e sai pelo outro!”. Estes eram os maiores motivos de brigas naquele momento, além do fato de que “enjoa, muito tempo, assim, a gente faz um ano e pouco que tá junto (...) aí a gente queria dar um tempo, a gente deu um tempo, eu fui lá pro meu pai, fiquei uns dias lá... aí voltei pra cá. Ela ligava todo dia pra lá”. Segundo Dante, Ana não gostava que ele ficasse no pai dele, porque conhecia todas as meninas e, inclusive, já havia ficado com algumas delas, que normalmente o cumprimentavam. Ela ficava braba com ele; “Mas não tem que ficar braba, tem que confiar! Eu confio nela, por que ela não pode confiar em mim? (...) ‘Se não tem

*confiança, não tem por que ficar junto', eu falei pra ela". Para ele, a maior dificuldade deles tinha sido a sua falta de emprego, que naquele momento já estava solucionada; "Cheguei até chorar em casa (...) parecia uma coisa ruim". Ana comentou que a situação estava sendo mais difícil do que ela imaginava, em função da necessidade de comprar coisas para o bebê, "De vem em quando acaba gerando brigas até, pelas coisas... É como a gente pensava, só que eu não pensava que ia ser tão assim". Porém, quando Dante começou a trabalhar, as coisas melhoraram.*

Para Ana, o que mais havia mudado era o fato de que, para uma saída, *"tem que fazer uma programação imensa! Tem que pensar em tudo. Então, quando a gente vai dormir na casa de alguém, que nem a gente foi esses dias lá na casa do pai dele, é uma mudança, parece que a gente ficou dez dias fora!"*. Por isso, Dante desejava comprar um carro para ele. Além disso, Ana referiu como mudança o fato de que *"Agora tudo tem que pensar primeiro nele, comprar as coisas pra ele e tudo, então já dificulta bastante"*. Segundo eles, não havia discordâncias quanto aos cuidados de Ronald.

A rotina da família era a mesma de segunda a sábado: inicialmente a mãe de Ana e a jovem despertavam e, por último, Dante, que saía para o trabalho e só retornava pelas 22h. Os pais de Ana também saíam para trabalhar, ficando ela em casa com o filho. Levantava-se pelas 10h e realizava algumas tarefas domésticas, como lavar a louça e a roupa, sempre acompanhada do filho. Depois, geralmente ia para a casa da sua avó, que morava perto, passando lá toda a tarde. Retornava pelas 17h para preparar a janta e esperar Dante. Geralmente eles ficavam juntos à noite, mas segundo Dante, *"Tem dias que eu chego tão cansado, daí eu tomo um banho, janto e durmo"*. Outras vezes, quando ele chegava, Ronald já estava dormindo, então eles nem se viam. Ana comentou que seus pais também ficavam com eles à noite, vendo TV, mas Dante preferia ouvir rádio ou CD. Eles se deitavam pelas 23h.

No domingo, quando Dante não trabalhava, eles ficavam em casa ou passeavam, especialmente na casa do pai de Dante. Às vezes Ana visitava Dante no emprego, que era próximo à casa do sogro; isto porque, segundo Dante, *"lá onde eu trabalho, é onde eu morava, lá eu tinha um monte de namorada, e ela fica com ciúme!"*. Dante, por ele, ficaria em casa no final de semana, escutando rádio, mas, segundo Ana, *"a gente sai um monte!"*.

Ana passava o dia inteiro cuidando de Ronald e das tarefas domésticas. Porém, quando Dante estava em casa, eles dividiam os cuidados de Ronald. Sempre que

precisava, ela solicitava o apoio de Dante, que nunca se negava a ajudar, apesar de às vezes não querer, principalmente quando estava cansado do trabalho. Dante comentou que ajudava Ana de todas as formas, *“qualquer coisa, o que ela pede, eu apoio ela”*. Segundo ele, ela solicitava o seu apoio quando julgava necessário, mas ele não sabia o que ela pensava da ajuda que ele lhe proporcionava.

Seus pais também a auxiliavam financeiramente e cuidando do neto todas as noites, para eles estudarem. Durante o dia, ela passava a maior parte do tempo na casa de sua avó, que também a auxiliava, quando necessário. As tias e os tios, quando presentes, também cuidavam do bebê. Ana vibrava, porque todas as pessoas gostavam de seu filho e queriam ficar perto dele, e porque ele também gostava de estar com elas; *“Eu quero que ele se apegue com todo mundo, que ele conheça todo mundo, pra não estranhar ninguém”*. Ela só não gostava que algumas vezes sua avó queria colocar muita roupa ou muita coberta no menino. Afora isso, ela disse que todos mimavam Ronald e lhe davam presentes. Dante gostava dos cuidados dispensados pelos pais de Ana ao seu filho, *“tratam bem ele, que nem filho”*. Ele não gostava apenas do fato de eles colocarem muita roupa no menino em dias quentes, *“Eu fico louco com isso!”*. Segundo Dante, os pais de Ana queriam que eles construíssem apenas um quarto para eles atrás da casa, ficando Ronald com eles, ao que ele se opunha.

### ***Primeiro ano do bebê***

Ana comentou que, nesse momento, a vida deles estava bem corrida, *“Tem que andar correndo atrás dele o tempo todo, não pode deixar ele sozinho de jeito nenhum”*. Ela imaginava que sua vida seria mais tranqüila do que estava sendo, porque *“Ele é tihoso, ele é muito esperto, ele vê uma coisa, e até ele conseguir o que ele quer, ele não para”*. Disse que *“Eu e o pai dele, depois que ele nasceu, nós não saímos mais, não por não querer, mas a gente pensa assim ‘Ah, vamos deixar o Ronald em casa?!’”*. Ao mesmo tempo, comentou que estavam se vendo bastante agora, porque Dante estava em casa, desempregado; *“tudo bem com nós assim, se a gente briga, a gente briga, se tá tudo bem, tá tudo bem”*. Ela relatou também que as brigas entre eles eram constantes; *“Tem vezes que a gente discute por nada, a gente se estressa um com o outro do nada! É que ele é assim, ele fica preocupado com alguma coisa, ele desconta em mim, sabe, e eu não acho certo”*; *“Ele tá sem serviço, ele fica preocupado, porque ele não gosta de ficar em casa, parado, nenhum homem gosta de ficar parado em casa, ele acha que ele*

*tem que trabalhar, que tem que colocar dinheiro dentro de casa, então ele fica louco!”*. Segundo ela, esta situação era muito estressante, porque *“Eu me estresso também, fico preocupada, e aí fica um jogando pra cima do outro”*. Ana acreditava que tudo iria melhorar quando Dante conseguisse um emprego, *“Daí a gente não fica tanto tempo junto”*. Dante confirmou que, quando ficava em casa sem trabalho, brigava e descontava sua raiva em todo mundo, e que, além disso, brigava com Ana por ela ser *“muito mandona”*.

Segundo Ana, os planos de vida não haviam se modificado; os dois estavam estudando, pois sua mãe ficava com o neto à noite, *“Só algumas coisas que a gente teve que adiar um pouco, a casa que a gente estava pensando em fazer, só que aí ele teve que sair do serviço e tudo, aí tudo mudou, a gente não tem condições”*. Dante não mencionou nenhuma mudança dos planos deles.

Eles discordavam quanto à forma de arrumar o menino; Dante dizia que *“ela pensa que o guri é mulher”*, pois, segundo Ana, ela gostava de arrumá-lo e cuidava para que ele não caísse, enquanto Dante acreditava que o menino deveria ser cuidado *“mais solto”*. Quanto aos limites, os dois não discordavam; segundo Ana, *“já tá combinado que, quando um repreende, o outro não se mete (...) pra ele não pensar ‘Ah, a minha mãe me salva e eu vou desrespeitar o meu pai!’”*. Depois eles conversavam entre eles, quando não concordavam com alguma atitude um do outro.

Durante a semana, Dante muitas vezes passava o dia fora, procurando emprego. Quando isto não acontecia, eles acordavam, arrumavam a casa, almoçavam, e depois ficavam assistindo TV, enquanto Ronald dormia. Por volta das 18h, começavam a se preparar para ir ao colégio. Como estudavam em colégios diferentes, Ana saía de casa antes que Dante. Ronald ficava aos cuidados da mãe ou da avó de Ana. Quase sempre o menino já estava dormindo quando eles retornavam do colégio. Eventualmente eles visitavam a avó de Ana durante o dia.

No final de semana, a maior mudança, segundo Ana, era o fato de sua mãe estar em casa e ajudar no cuidado de Ronald, além de todos ficarem *“mais junto”*. Eles costumavam visitar o pai de Dante e ir à pracinha com o filho para brincar, *“só assim, a gente não sai muito em função do dinheiro, que também é pouco”*.

Ela comentou que, quando Dante estava em casa durante a semana, ele dividia com ela as tarefas de cuidado do filho; caso contrário, tudo ficava a cargo dela. No final de semana, não havia diferença, pois Ana era quem geralmente fazia tudo. Ela, por



vezes, solicitava sua ajuda; em outras vezes, ele mesmo fazia as coisas para ajudá-la, sem ela pedir, como, por exemplo, trocar as fraldas de Ronald. Quando ela pedia, *“quando ele tá a fim, ele faz fácil, quando ele não quer fazer, aí ele fica brigando, às vezes briga”*. Dante disse ajudar no que podia. Quanto a isso, *“às vezes ele cansa, mas me sinto legal, tudo bem”*. Dante comentou que ela *“só chama, não posso nem mais ver TV direito, que ela só chama”*. Ele disse que gostava de ajudar, *“mas toda a hora chamando é ruim”*, por isso acabavam brigando. No entanto, Dante não imaginava como Ana via a sua participação, porque *“Tem que fazer na hora que ela quer, se não fizer na hora que ela quer, ela já...”*.

Os pais de Ana estavam ajudando nos cuidados de Ronald, quando eles estavam ausentes durante a noite, para estudar. Ela gostava da maneira como eles cuidavam dele; *“eles cuidam mesmo, bastante, não deixam ele se machucar”*. Ao mesmo tempo, não gostava porque *“de vez em quando eles tiram a nossa autoridade (...) A gente dá nele por alguma coisa que ele fez, alguma coisa errada que ele não tem que fazer, aí a minha mãe fala ‘Não dá nele, que ele é muito pequeninho!’, ‘Não xinga!’, coisas assim”*. Então, muitas vezes eles acabavam brigando com os pais de Ana, porque *“vô e vó não gosta que a gente repreende”*. De qualquer forma, ela achava importante eles ficarem um pouco com o neto, porque Ronald era muito apegado a eles, *“Ele é apaixonado pelo vô e pela vó, eu acho importante ele gostar deles”*. Além disso, sua mãe a ajudava através de conversas e financeiramente, com a passagem para o colégio. Em relação aos pais de Ana cuidarem de Ronald, Dante não se incomodava, pois considerava os sogros como pais para ele.

### ***Segundo ano do bebê***

Ana acreditava que sua relação com Dante era boa *“dentro do possível”*; *“Eu acho que a gente tá mais unido, claro, a gente briga mais, mas acho que não... pela nossa idade, a gente estar junto há quase três anos já é uma glória, com filho e tudo”*. Para ela, a relação não tinha se modificado. Agora eles conseguiam namorar enquanto o filho dormia, apesar dele dormir no quarto deles, mas em outra cama. Dante também comentou que o relacionamento *“Tá bom, tá ótimo, não tenho queixa!”*, considerando que a relação estava melhor, *“A gente tem mais carinho um com o outro”*. Dante acrescentou que *“Pra mim mudou muita coisa desde que eu conheci ela”*. Ele mencionou que ela era bastante carinhosa com ele, que era uma pessoa que *“deu sentido*

na vida. Ah, eu era muito galinha antes de ter ela, muito sem-vergonha, tinha várias pessoas ao mesmo tempo! (...) Aí ela parou com isso, agora tô fiel, graças a Deus, três anos já!”.

Ana não referiu nenhuma discordância quanto aos cuidados com Ronald; “a gente tenta resolver”. Dante também afirmou que eles não tinham nenhuma discordância quanto à criação de Ronald: “O que ela fala, tá falado, o que eu falo, tá falado, ninguém muda de opinião!”. Combinavam isso para que Ronald não perdesse “o medo” deles e passasse a “fazer tudo o que quer”. A única coisa que Ana comentou era o fato de ela às vezes brigar com Dante, quando ele não queria brincar com o filho.

Dante estava trabalhando, saindo cedo pela manhã e voltando para casa à noite, muitas vezes sem horário fixo. Em alguns dias, nem via o menino, pois ele estava dormindo quando saía e quando chegava em casa. Ana ficava em casa com o filho durante o dia, e continuava estudando à noite. Nesse momento, o filho ficava com seus pais e/ou com Dante. No final de semana, quando Dante não trabalhava, a família costumava passear no shopping ou em algum parque, ou ainda, eventualmente saíam à noite, ficando Ronald com os pais de Ana.

Como Dante novamente estava trabalhando e passava pouco tempo em casa, não estava participando muito das tarefas relacionadas aos cuidados de Ronald, sendo estas feitas por Ana. Mas uma, em especial, era realizada e estimulada por ele: a escovação dos dentes. Quando estava em casa, continuava ajudando. Para Ana, Dante “sempre me ajuda, se eu peço”. Segundo Dante, Ana não costumava pedir a ajuda dele nos cuidados com Ronald, ele é que, quando podia, ajudava; “é muito difícil, sabe, não vou dizer que ela não pede. Ela faz tudo, acho que nem precisa, assim, mas eu ajudo, quando eu tô em casa”.

Ana ficava tranqüila em deixar Ronald com sua mãe, apenas sentia saudade dele. A única coisa que ela não gostava era a disputa de autoridade entre ela e a mãe em alguns momentos; “então que ela fale pra mim longe dele” quando não concordava com algo. Segundo Ana, a família de Dante “não se mete muito”, até pelo fato de eles conviverem menos. Mais era a sua família que interferia na forma de eles criarem o menino. Já Dante se sentia bem em deixar o filho aos cuidados da sogra, “é vó”. Ele contou que não tinha muito contato com seus pais, até pelo fato de morar com os pais de Ana. De qualquer modo, considerava que as famílias não interferiam em nada “nem pode também (...) o que a gente fala, tá sempre falado”. Porém, Dante comentou que,

por ele, não morariam com os pais dela, e sim com o pai dele, por ser um local maior, pois não tinha queixa dos sogros, *“Moramos ali por vontade dela. (...) Se tivesse outra pessoa pra ficar com eles, eu não morava (...) Que ela pediu, que ela é filha única, sempre ficou com eles, aí ficava até chato sair, deixar eles ali”*.

### **Síntese sobre a relação de casal de Dante e Ana**

Pelo fato de Ana ter engravidado 20 dias depois de ter ficado com Dante pela primeira vez, deduz-se, dessa situação, que, enquanto casal, eles haviam construído, nesse curto espaço de tempo, um conhecimento muito superficial um do outro e da relação. Dessa forma, fica evidente que o espaço e o tempo para a construção da conjugalidade (Heilborn, 1995; Magalhães & Féres-Carneiro, 2003) foram insuficientes, tendo essa dimensão sido construída concomitantemente à parentalidade. Eles não tinham planos de morar junto quando souberam da gravidez, mas, no decorrer da mesma, isso acabou acontecendo gradualmente. Dante se mudou para a casa dos pais de Ana, instalando-se no quarto da jovem. Pelo pequeno espaço do quarto, eles não tinham uma cama de casal. Assim, a sexualidade dos jovens parecia ficar camuflada antes do nascimento de Ronald, prejudicando o estabelecimento da intimidade e, conseqüentemente, da conjugalidade. De qualquer modo, no terceiro trimestre de gestação, tinham planos de construir uma casa própria, em cima da casa dos pais de Ana, o que, segundo Willi (1978) indicaria um desejo de fortalecer o espaço conjugal. Este realmente era exíguo na casa dos pais de Ana, em função do contato muito próximo entre todos e da falta de espaço físico.

Por passarem a morar junto, os dois consideravam que a gravidez os havia unido, tendo diminuído o egoísmo de um com o outro, aumentado o tempo de convivência e diminuído as saídas noturnas da dupla. Ou seja, a gravidez parece ter contribuído para o fortalecimento do pólo da conjugalidade, a partir do cultivo de vivências e interesses comuns e da cooperação entre eles (Féres-Carneiro & Magalhães, 2000). Concomitantemente a isso, pouco espaço restou para a individualidade, limitada apenas a uma convivência eventual com amigos e ao trabalho de Dante. De todo modo, Ana mostrava uma preocupação com o enfraquecimento da dimensão conjugal, já tão fragilmente construída, e uma preparação para as mudanças futuras do relacionamento a partir do nascimento do filho, o que não aparecia em Dante.

No terceiro mês de vida de Ronald, o ciúme de Dante em relação ao bebê, esperado por Ana, não se confirmou (como não ocorreu durante todo o tempo da pesquisa), mas um distanciamento entre eles realmente aconteceu, pois ambos afirmaram ser um fato raro terem um tempo para eles. Nota-se aqui que não tinham espaço e tempo suficientes para a construção da intimidade sexual (Heilborn, 1995), o que também impedia o fortalecimento da conjugalidade. De qualquer forma, a conjugalidade parecia ter sido construída fragilmente, pois nesse momento eles já haviam ensaiado uma separação, em função de conflitos pelo ciúme excessivo de Ana em relação a Dante, e por este se mostrar “enjoado” de Ana em função do grande tempo de convivência (um ano e dois meses). Não se sabe o quanto da desconfiança e do ciúme de Ana era devido às suas fantasias, mas parece que Dante a estimulava nesses sentimentos, pois freqüentava o bairro onde havia morado e ficado com várias meninas, para visitar o pai e trabalhar. Apresentavam ainda algumas discordâncias quanto à questão financeira, sendo esta a maior dificuldade enfrentada por eles, o que dificultava o reforço da conjugalidade, evidenciando novamente uma ênfase na dimensão individual, por falta de cooperação em prol de uma causa comum (no caso, especialmente a construção da casa) ou falta de comunicação e entendimento sobre os gastos realizados e sua necessidade (Hartmann, 2004). O fortalecimento da conjugalidade também ficava prejudicado pela pouca convivência durante a semana, e inclusive aos sábados, em função do trabalho de Dante. Quando estavam juntos, não aproveitavam o tempo para interagir, pois ele ficava sozinho ouvindo música, enquanto Ana ficava assistindo TV com os pais. Ou seja, não aproveitavam o tempo para conviver e fortalecer seus laços, até mesmo pela falta de um espaço físico para isso (Willi, 1978), já que nos espaços da casa os dois casais (Ana e Dante e os pais de Ana) acabavam sempre se misturando. Somente no domingo Dante não trabalhava, porém, neste dia, as atividades deles não permitiam novamente reforçar o pólo da conjugalidade através do diálogo e, principalmente, da intimidade (Magalhães, 2003). Em função de estar sempre cansado do trabalho, nem sempre Dante auxiliava com boa vontade nos cuidados com Ronald, o que também não auxiliava no fortalecimento da cooperação entre eles, e, conseqüentemente, da conjugalidade. Entretanto, eventualmente havia cooperação de sua parte, o que servia para reforçar um pouco a conjugalidade.

No primeiro ano do bebê, a convivência deles era maior, em função de Dante estar desempregado. Entretanto, à maior convivência correspondia uma maior

quantidade de brigas entre os dois, em função de Dante ficar preocupado com essa situação e acabar “descontando” em Ana seus medos e fracassos. Nesse momento, apareceram até mesmo discordâncias quanto aos cuidados com o filho, que não haviam sido referidas antes. Apesar de dividirem as tarefas de cuidado de Ronald quando estavam em casa, geralmente Ana era quem se responsabilizava por tudo. Além disso, muitas vezes, embora a ajudando espontaneamente, Dante se queixava de ter que ajudá-la quando ela solicitava, chegando até mesmo a brigar com ela, mostrando-se pouco prestativo. Assim, o maior tempo de convivência não significava automaticamente um reforço do pólo da conjugalidade, tanto em função dessas pequenas e constantes brigas, quanto porque não cultivavam um tempo para os dois (Féres-Carneiro, 1998). Não saíam juntos, porque não conseguiam deixar o filho em casa, e Dante muitas vezes passava o dia fora à procura de emprego. Quando estavam juntos, acabavam se envolvendo em atividade com pouca interatividade, no caso, ver TV, além de estudarem em colégios diferentes. Nem no final de semana tinham mais privacidade, porque faziam programas que incluíam o filho e nem sempre saíam de casa, em função do dinheiro. Até mesmo os planos de vida conjugais haviam sido adiados (a construção da casa), em função de Dante ter saído do serviço. Assim, as oportunidades para a aproximação e a construção da intimidade eram escassas, impedindo um balanço adequado entre conjugalidade e individualidade (Féres-Carneiro, 1998, 2001). Além disso, continuava não existindo uma fronteira concreta para delimitar o seu espaço conjugal. Por outro lado, a cooperação demonstrada por eles quanto aos limites (educação) dados ao filho demonstrava um indício da dimensão conjugalidade.

No segundo ano do bebê, foi possível perceber uma mudança no sentido de maior aproximação e reforço da conjugalidade, pois já conseguiam namorar depois que o filho dormia e deram depoimentos de carinho um para com o outro. Além disso, apesar de a convivência entre os dois haver diminuído durante a semana, porque Dante estava trabalhando, as brigas também haviam diminuído, e no final de semana, quando Dante não trabalhava, eles eventualmente conseguiam sair sozinhos à noite, deixando o filho com os avós. Também em relação aos cuidados com Ronald, Dante se oferecia para ajudar Ana quando estava em casa, mostrando-se mais prestativo, e as discordâncias entre eles haviam diminuído. Todas estas evidências demonstram a retomada e o fortalecimento da conjugalidade, a partir do cultivo da intimidade, até mesmo no aspecto sexual (Magalhães & Féres-Carneiro, 2003), e da cooperação entre

eles. Essa aproximação parece ter contribuído para a avaliação positiva que os dois fizeram do relacionamento no segundo ano de vida do bebê.

## **O tornar-se pai de Dante**

### ***Gestação***

Segundo Dante, a gravidez não foi planejada por eles. Quando Ana comentou que a menstruação tinha atrasado, ele teve certeza de que ela estava grávida. Ao saber da notícia, achou *“legal, por causa que eu também queria. Aí ela, eu acho que ela não queria, não sei, mas foi bom também, pra gente foi bom”*. Dante ficou feliz, contou a novidade para todo mundo, apesar de ter comentado que *“Ah, é bom [a gravidez], foi bom, (...) Nós não queria, nós somos muito jovens também”*. Segundo Ana, Dante já desconfiava da gravidez e *“tava feliz até”*.

Segundo ele, o período da gestação estava sendo *“muito diferente, tem que ter coisas assim, vamos supor, eu tô ali com ela, deito com ela, não pode tocar muito nela, por causa da barriga, bah, é muita coisa, muda muita coisa! É bom, mas é ruim também”*. O que ele achava ruim era o fato dela sentir dor, incômodo; *“Quando é ruim pra ela, pra mim também é ruim, porque ela tem dor, eu também sinto”*. Apesar de Dante não ter citado nenhuma mudança pessoal, Ana considerava que a gravidez havia mudado mais ele do que ela mesma, porque *“Ele era muito rueiro, muito mulherengo, aí, sei lá, agora ele só fica em casa comigo, ele nem sai mais”*.

Em relação às mudanças no corpo da namorada, Dante acreditava que Ana *“tá gordinha um pouco só”*. Algumas vezes, Dante acompanhava Ana às consultas e exames pré-natais. Quando foi feita a primeira ecografia, ele participou e achou *“Muito tri, mostrou bem direitinho ele, a boquinha, tudo (...) Bah, muito bom!”*.

A maior preocupação de Dante, durante a gestação, era financeira. Estava preocupado em criar o filho sem ter que pedir dinheiro para ninguém, e em arranjar um serviço; *“Eu acho bem melhor assim, nós criando”*. Conforme o depoimento da companheira, Dante se preocupava com o parto, com a dor dela e também por ser ele quem a levaria para o hospital, por passar o dia todo junto com ela em casa. Além disso, Ana referiu que ele tinha medo de que ela tomasse algum chá no início da gravidez, bem como que caísse por cima da barriga, se machucasse e perdesse o nenê.

Dante imaginava que sua relação com o filho seria “*das melhor*”. Imaginando-se como pai, Dante se via trocando fraldas, em função de já ter trocado dos primos. Dante se imaginava ainda jogando bola com ele, fazendo dormir e cuidando: “*Eu imagino tudo, já, como qualquer outro pai, carinhoso, fazendo ele dormir, tudo! O ruim deve ser umas três horas da manhã ele tá chorando e se levantar*”. Ele acreditava não saber o que fazer em caso de dificuldades, entregando o filho para Ana cuidar, “*Toma, eu não sei isso aí!*”. Referiu, em vários momentos da entrevista, ser contra bater em crianças por qualquer motivo. Ana pensava que Dante “*vai ser muito brincalhão com ele (...) e também muito apegado, por causa que ele adora criança. Só que no início eu acho que ele vai ter medo, um pouco de medo de pegar, de deixar cair. Quando estiver chorando, eu acho que ele vai passar pra mim, isso eu tenho quase certeza*”. Ela acreditava que ele teria um bom relacionamento com Ronald, que seria muito apegado como pai.

Dante disse não ter um modelo positivo de pai, queria ser ele mesmo com o filho; “*Modelo não, eu quero ser eu mesmo, eu mesmo com ele*”. Ana acreditava que seu pai poderia ser considerado como modelo positivo; “*O meu pai sempre foi bom pra mim, eu não tenho reclamação dele, por causa que ele nunca bateu em mim, de jeito nenhum, só falava e tudo, mas ele dava carinho do modo dele, entendeu, a gente não sabia que ele tava dando carinho, mas ele tava dando carinho (...) Eu aprendi a conviver com o jeito dele*”. Então, ela apenas gostaria que Dante fosse um pouco mais carinhoso: “*mostrasse mais, assim*”. Como modelo paterno negativo, Dante citou pais “*malandros*”, como seus tios traficantes que estavam distantes dos filhos, “*Malandro que é malandro morre cedo (...) Quando eu morava lá, eu era bem malandrão, sabe, bah, malandro mesmo, quase entrei nas drogas lá! Mas aí a sorte que eu vim pra cá, uma única vez eu vi a Ana, aí fiquei e nunca mais saí*”. Como modelo negativo, Ana inicialmente comentou que “*Agora não me vêm à cabeça*”, mas referiu não gostar de pais repressores, muito severos, que batiam na criança por qualquer motivo. Para Dante, bom pai era aquele que tinha “*firmeza com o filho, saber falar com o filho, não é toda hora berrando, que não leva a nada, educar o filho conforme for (...) Dar também, que num filho eu acho que não pode. Fez alguma coisa, bota lá no quarto (...) se dá e dá, ele acaba morrendo de tanto apanhar!*”. Já para Ana, bom pai era aquele que “*Dá bastante atenção, mostre bastante amor e carinho, pra criança não sentir falta, porque tem muitas pessoas que falam ‘Eu tive um pai’, ‘Eu tive uma mãe na vida, eu não tive*

*pai', ou 'Eu tive um pai e não tive mãe', então isso aí é por causa que, ou a mãe não deu carinho suficiente que mostrasse que gostava dele, ou por causa que o pai não deu. E eu queria que ele lembrasse dos dois com muito amor, assim, gostasse dos dois bastante”.*

Dante disse se lembrar do pai com ele quando pequeno; *“O meu pai era muito bom comigo, bah, me levava pra tudo que era lugar, só bicicleta eu tive quatro, só bicicleta cara (...) O meu pai é muito bom comigo, até hoje ele é!”*. Já sobre a mãe, Dante comentou o fato de ela tê-lo abandonado quando pequeno.

### ***Terceiro mês do bebê***

Dante comentou que ser pai era um sonho, *“mas vem muito rápido, cedo”*. Para Dante, muita coisa havia mudado na sua vida a partir do nascimento de Ronald, mas ele não especificou o que: *“Mudou um bocado de coisa. Eu não queria ter filho agora, cedo assim”*. Comentou que já havia adiado todos os seus planos, mas imaginava que ser pai seria mais difícil do que estava sendo: *“Eu achava que ia ser ruim... criar, tá sendo bom”*. Ele não referiu nenhuma dificuldade com o menino; *“Tá normal, assim, pra mim, só... que eu tinha outros planos, né, mas aconteceu isso”*.

Como pai, Dante acreditava estar se saindo bem, sendo bastante participativo. Ele se considerava coruja, não gostava de comentários acerca da cor de pele diferente entre ele e o filho (ele tinha pele morena e o bebê, branca). Por estar trabalhando, apenas tomava conta dele nos domingos. O que ele mais gostava de fazer era passear com Ronald na rua, com carrinho ou no colo mesmo; *“Eu saio por tudo com ele!”*. Não considerava nada chato; *“Com ele tudo é bom!”*.

Segundo Ana, Dante se mostrava como um bom pai; *“Ele se dá bem com o nenê (...) Ele cuida bem dele, ele brinca com ele, fala com ele, escuta música”*. Na sua opinião, ele era bem carinhoso com o filho; *“Ele chega em casa, o primeiro que ele vai beijar é o Ronald, depois ele vem pra mim. (...) Aí ele fala com o Ronald e depois de meia hora ele vem me ver”*. Ela imaginava que ele seria diferente, mais ciumento quanto ao relacionamento dela com o filho, *“mas ele nunca foi. De vez em quando ele fica brabo, que ele quer pegar o Ronald e eu não quero deixar, porque eu vou fazer alguma coisa, e eu não deixo, aí ele fica brabo”*. Segundo ela, Dante cuidava bem do filho e realizava algumas tarefas de cuidado quando ela pedia, como trocar fraldas. Ela



pensava que *“ele ia se dar mal no negócio de trocar, de cuidar, de nanar e tudo. Mas não, ele se deu super bem, se revelou, porque eu não pensei que ele ia ser assim”*.

### ***Primeiro ano do bebê***

Dante comentou que *“apesar de eu ser novo, está sendo bom”* ser pai. Ele disse estar se sentindo *“mais forte um pouco (...) Dando mais valor aos meus pais também, que antes eu não dava muito né. A gente pensava ‘Ah, quem sabe sou eu!’, agora não, a gente escuta mais eles”*. Ele não estava sentindo nenhuma dificuldade; *“Foi até bom que ele nasceu, bem legal!”*. Imaginava que tudo seria mais difícil, inclusive sua relação com os pais de Ana, *“mas não, correu tudo bem, graças a deus, tá dando tudo bem até hoje”*. A única situação estressante que ele referiu nesse primeiro ano foram as brigas com Ana, em função de ele ficar mal humorado e preocupado quando ficava sem emprego, descontando isso nela.

Afora isso, ele acreditava ser um bom pai. Enquanto estava trabalhando, tinha pouco contato com o filho. Como agora estava desempregado, ficava mais em casa, mas não parecia se revezar com Ana quanto aos cuidados do filho. Segundo ele, fazia o que podia para ajudar, mas às vezes se cansava. Gostava de passear com o menino, porque o filho se divertia, conhecia pessoas novas e ainda pegava um sol. Também costumava brincar bastante com o filho. A única coisa que ele disse não gostar muito de fazer com o filho era dar banho, porque ele molhava tudo.

Para Ana, Dante havia mudado bastante neste momento; *“Ele brinca, ele sai pra caminhar com ele, os dois saem caminhando, cuida, dá comida, ele se apegou mais assim. A gente tá longe e ele fala ‘Vamos pra casa, que ele tá em casa!’”*. Ela imaginava que ele seria diferente como pai, *“ciumento”*, mas *“ele não tem nada de ciúme”* dela com o filho. Além disso, ela não imaginava que ele fosse trocar fralda, dar comida, etc.

### ***Segundo ano do bebê***

Dante, neste momento, referiu se sentir bem como pai, *“apesar de eu ser novo, um filho, agora eu vivo pra ele!”*. Em outro momento da entrevista comentou: *“Ah, não tem como falar, é lindo um filho! É que eu sou novo também, fazer o que? Aconteceu, né, agora tem que levar. Mas é bom, legal”*. Ele não sentia nenhum tipo de dificuldade com o filho, *“nem financeira, nem pessoal (...) Aprendi muita coisa com ele até”*, como

*“responsabilidade, ser mais pessoa (...) Antes eu era muito cheio, agora aprendi a ser mais humilde”*. Ele disse que conseguia entender mais as pessoas agora.

Dante considerava que estava sendo *“Um ótimo pai, eu acho. Isso aí tu tem que perguntar pra ela, como é que ela acha que eu tô, eu acho que eu tô bem”*. Descreveu-se como um ótimo pai, *“pela minha pouca experiência, pouca idade, acho que excelente pai”*. Como estava trabalhando, saía cedo de casa e voltava tarde, não tendo quase contato com o filho durante a semana. Quando estava em casa no domingo, tentava ajudar nas tarefas de cuidado: *“O tempo que eu tenho vazio, eu tento ficar com ele”*. Gostava muito de passear com o filho na pracinha, no parque ou no shopping, e de brincar com o filho. A única coisa que disse não gostar de fazer era brincar de lutinha: *“Eu não pretendo passar isso pra ele”*.

Segundo Ana, Dante *“nunca foi um mau pai, nunca foi daqueles de se desleixar, assim. Não sei, ele é um bom pai, tanto pela idade dele, que é uma idade pro homem mais difícil de amadurecer que pra mulher”*. Para ela, Dante tinha jeito para lidar com Ronald, e eles se davam bem; *“Tem vezes que eles brigam, gritam, se xingam, mas eles se ajeitam”*. Ana também considerava que ele sempre demonstrou o mesmo envolvimento com o filho, desde pequeno.

Em relação à como eram seus pais com ele aos dois anos, Dante comentou que *“Meu pai sempre foi carinhoso, a minha mãe que eu não lembro”*. Além disso, que ele sempre lhe deu tudo o que precisava, por isso que ele era *“cheio”*. Ele achava que a sua relação com o pai influenciava em tudo, *“educação, carinho. Eu não pretendo passar o que o meu pai me passou, que eu tinha tudo sempre, nunca batalhei por nada. Eu pretendo que o Ronald corra atrás já”*.

### **Síntese sobre o tornar-se pai de Dante**

Dante apresentou certa ambivalência em relação à paternidade, apontando o adiamento de seus planos de vida e o fato de ser muito jovem diversas vezes. As dificuldades financeiras foram sempre uma preocupação para ele, que parece ter se adaptado à situação de forma mais lenta que a companheira. Por outro lado, ficou evidente também o prazer que sentia no relacionamento com o filho, apesar de assumir poucas tarefas de cuidado de Ronald (somente quando estava em casa). No segundo ano apareceu, de forma mais evidente, um amadurecimento pessoal decorrente da paternidade.

A partir da exposição da transição para a paternidade de Dante, ficou evidente que ele teve tanto modelos paternos familiares positivos quanto negativos. Especialmente em relação ao pai, o jovem teve uma convivência considerada por ele como positiva. Segundo Montmayor (1986) e Trindade e Bruns (1999), a presença de um modelo de atuação paterna auxilia o jovem a agir como pai. Entretanto, apesar de ter conseguido projetar-se como pai na gravidez, provavelmente baseando-se em seu próprio pai (Colarusso, 1990), Dante não o citou como modelo paterno positivo, afirmando querer ser ele mesmo com a criança. Nesse sentido, se pode pensar que isso tenha ocorrido pelo movimento característico da adolescência, de afastamento das figuras parentais, no sentido de busca de maior separação-individuação (Blos, 1996), bem como da paternidade, de reavaliação da relação com os próprios pais e deles mesmos como pais (Brazelton & Cramer, 1992; Colarusso, 1990; Costa & Katz, 1992), almejando uma superação de algumas falhas parentais (Colarusso, 1990). Conforme Blos (1996), pode-se pensar esta atitude como um rechaço do adolescente de sua família e de seu passado, servindo para encobrir o doloroso processo de desligamento, ao invés de ser sinal de sua ocorrência, como uma reação comum neste período da vida, em que ocorre a retirada da libido dos objetos externos e seu redirecionamento para o próprio *self*, uma autocentralização e auto-absorção do adolescente, que se imagina independente dos objetos amados e odiados de sua infância.

Apesar de considerar que seu pai sempre havia sido carinhoso com ele, e que tinha dado tudo o que ele precisava, não parecia ter sido muito presente em relação aos cuidados com Dante. Ele, por sua vez, também nem sempre se mostrou muito participativo e atuante junto ao filho, apesar de sempre ser carinhoso com o mesmo. Nesse sentido, se nota uma repetição parcial das atitudes de seu pai, o que pode ser decorrente da coexistência de imagens positivas e negativas do mesmo, em função da paternidade, que reaviva as antigas relações e lembranças do passado (Raphael-Leff, 1997), somado ao fato de que as relações objetais infantis, quando revividas na adolescência, tendem a aparecer na sua forma original, ou seja, num estado ambivalente (Blos, 1996).

A pouca convivência entre ele e o filho, mesmo que por motivo de trabalho, remete mais aos modelos paternos negativos que citou na gestação (tios traficantes) e às lembranças das vivências de abandono de sua mãe com ele, corroborando a idéia de que a forma como cada um se projeta e atua como pai/mãe depende não só dos modelos

parentais, mas também de outros modelos recebidos (Colarusso, 1990; Szejer & Stewart, 1997). Até mesmo porque, segundo Colarusso, ter um filho reativa a experiência com a mãe pré-edípica, só que em reverso; a criança é agora um pai todo poderoso e todo conhecedor, controlando, dominando, nutrindo, um ser passivo, indefeso e totalmente dependente. No caso de Dante, suas lembranças maternas referentes a essa fase com a mãe não eram satisfatórias, mas, por outro lado, a avó materna parece ter compensado essa falta, e talvez justamente em função do modelo positivo recebido dela, de envolvimento e carinho para com ele, Dante tenha conseguido ser mais envolvido com Ronald do que seu pai e sua mãe parecem ter sido com ele.

De qualquer modo, por ter um modelo real, concreto, Dante pode, com mais tranqüilidade, avaliá-lo melhor, tomando o que considerava positivo e se opondo aos aspectos considerados negativos, o que caracteriza a terceira individuação (Colarusso, 1990), não em função de uma impossibilidade, isto é, da falta de modelo paterno. Ou seja, teve mais liberdade para ser como gostaria, por não precisar buscar a restauração de uma situação passada, e uma oposição marcante ao modelo paterno. Assim, apresentou uma postura mais condizente com a terceira fase do processo de separação-individuação, conforme proposta por Colarusso (1990), em que é possível modificar aspectos negativos e reter aspectos positivos dos próprios pais, do que da segunda, em que, na ânsia de separação, o jovem pode acabar rejeitando tudo o que provém das figuras parentais, mesmo que positivo (Blos, 1996).

## **O tornar-se mãe de Ana**

### ***Gestação***

A gravidez de Ana não foi planejada, mas também não foi evitada, pois não usaram nenhum método contraceptivo. Ana desejava ser mãe, mas com mais idade, por volta dos 30 anos; *“O meu sonho era ter filho, sempre, desde nova eu sempre fui muito apegada com criança e tudo, aí eu, até teve, eu pensei em abortar e tudo, aí depois eu não, bem capaz, nem, sabe, nunca que eu ia fazer isso!”*. Ao confirmar sua gravidez, quando foi ao médico, devido ao atraso da menstruação por mais de um mês, disse que inicialmente levou um choque, *“até porque eu sou muito nova e ele também”*. Frente ao resultado positivo do exame, afirmou *“Ah, foi, sei lá, diferente, né, eu não imaginava eu*

*tão nova e grávida e tudo*". Dante também comentou que Ana não queria ter ficado grávida e que ficou inicialmente com medo desta situação.

Ana teve *"muito enjoô, até os quatro meses assim, bah, eu não podia comer nada! Agora tudo bem, agora eu me sinto normal"*. A única diferença é que engordou 13kg *"e a barriga, que é bem grande e tudo"*. Ela comentou que estava *"diferente"*, porque antes era bem mais magra, tinha um seio menor e não tinha estrias, mas que agora já estava acostumada com estas diferenças no seu corpo.

Ela disse ter amadurecido bastante durante a gestação; *"A minha cabeça mudou um monte, por causa que antes eu vivia na rua e tudo, vivia andando pela rua, não parava em casa, era muito difícil eu ficar em casa, e agora eu fico mais em casa do que na rua, então mudou tudo! A minha cabeça de adolescente foi pra adulta, mudou bastante, tudo o que eu pensava mudou"*. Segundo Ana, este processo de mudança aconteceu sem ela se dar conta: *"Sem eu saber, eu mudei!"*. Sentia-se mais responsável, tinha horário para chegar em casa, avisava onde estava; *"Antes eu saía e nem dizia a hora que eu ia chegar em casa, se eu chegasse meia noite tava bom, se eu chegasse oito horas, tava bom"*; *"Mudou bastante coisa, e de vez em quando eu fico pensando no que eu era antes e no que eu sou agora, aí, sei lá, dá uma reviravolta! (...) Antes eu não dava bola pra nada, tudo que me falavam eu acreditava, mas não acreditava (...) Bah, agora tudo bem mais sério, eu fiquei mais cabeça e tudo"*. Além disso, estava se sentindo bastante sensível e chorona. Conforme Dante, Ana tinha ficado mais braba durante a gestação: *"Qualquer coisinha ela já xinga o cara! Por isso que, quando ela me xinga, eu nem falo, só saio, aí ela fica trovando sozinha!"*.

A gestação transcorreu sem maiores complicações médicas, a não ser por uma anemia, que foi tratada. O acompanhamento pré-natal começou a ser feito no terceiro mês. Dante a estava acompanhando durante o pré-natal (consultas e exames), quando não estava trabalhando. Aos seis meses Ana fez a primeira ecografia, na qual descobriu o sexo do bebê (masculino). Ana considerou *"tri legal, foi diferente (...) Uma emoção ver que tem um ser dentro de ti assim, é muito legal!"*. As suas maiores preocupações eram quanto às doenças que o bebê poderia ter futuramente. Além disso, ela tinha medo de sofrer durante o parto. Dante disse desconhecer qualquer preocupação de Ana.

Imaginando-se como mãe, Ana achava que iria ser *"muito apegada com ele, isso é certo"*, pois já era apegada com um primo dela, *"não deixava ninguém pegar, era só eu que queria pegar, até parecia que eu é que era a mãe!"*. Assim, se imaginava uma

mãe *“muito apegada, muito grudenta, (...) muito preocupada e tudo, vai chorar, vou pegar no colo e já vou ficar atacada”*. Ela pensava que Ronald ficaria até irritado com ela, *“de tanta preocupação”*. Imaginava que iria querer sair do colégio e vir logo para casa, para vê-lo, como acontecia com sua mãe e suas tias; *“Então eu acho assim, vai ser muita responsabilidade, mas já que eu fiz, agora tem que...”*. Em função de passar a cuidar da casa e do filho após seu nascimento, Ana acreditava que ficaria muito cansada com todas essas mudanças, talvez até mesmo estressada, pois estava acostumada a ficar sempre deitada durante a gravidez, e a não fazer quase nada dentro de casa. Como gostava de sair, imaginava que ia adorar levá-lo para passear na pracinha e em outros lugares, a partir do segundo ou terceiro mês. Também se imaginava brincando muito com o filho, fazendo-o dormir em seu colo, alimentando-o, *“Eu acho que eu vou mimar muito!”*. Ela imaginava que ficaria *“muito apavorada se ele começar a chorar demais, eu tenho certeza!”*. Nessas horas, acreditava que sua mãe tiraria o bebê do seu colo, se ele estivesse chorando demais, para tentar acalotá-lo. No caso do filho não comer ou mamar, ela pensava em levá-lo ao médico, para ver por que isso estaria acontecendo. Mas, para ela, o fato de ele não querer dormir seria mais problemático, pois tanto ela como Dante eram muito dorminhocos; *“Mas daí a gente dá um jeito, o pai fica um pouco, a vó fica um pouco, a mãe fica outro, aí a gente se reveza”*. Ana não gostaria que Ronald fosse *“muito mimado, por causa que eu nunca gostei de guri mimado assim”* e nem *“muito arteiro”*. Ela gostaria de não ter muito trabalho para criá-lo. Disse que tentaria mantê-lo longe de drogas e armas. Dante acreditava que o relacionamento de Ana e Ronald seria muito *“dengoso”*, porque ela já era dengosa com o bebê na barriga, *“imagina quando tiver aqui!”*. Ele imaginava que ela seria uma boa mãe, *“pelo jeito dela, vai ser boa. Mas vai ser muito berrenta só, que já é berrenta agora”*. Dante pensava que Ana daria para o filho tudo o que ele pedisse.

Ela gostaria de ser ao menos parecida com sua mãe, que era bastante apoiadora. Já Dante, como modelo positivo de mãe, citou suas duas avós, que davam tudo para ele e eram muito carinhosas; *“as duas são parecidas”*. Ao mesmo tempo, ele acreditava ser importante Ronald ter limites, não ganhar tudo facilmente, *“Ele vai ter também que trabalhar, para obter a grana e lutar por alguma coisa”*. Ana considerava uma prima como modelo negativo de mãe, porque restringia demais a criança; *“ele já caminha, então ela vai ali na minha vó e não deixa ele ir pro chão, por causa que ele vai se sujar, que ele vai cair, mas isso, criança cai, criança tem que cair! (...) A gente sabe que ele*

*não tem alergia a nada e ela fala que tem, ela não deixa ele ir pro chão, ele só fica no colo, ele fica chorando e tudo, de vez em quando ela até dá nele por causa disso!”. Já Dante, como modelo negativo de mãe, citou a sua própria mãe: “A minha mãe não é muito boa (...) porque ela me deixou quando eu era pequeno. Mas também, hoje em dia ela pega e liga pra cá todos os dias, pra ver como é que eu tô”. Para ela, boa mãe era aquela que entende a criança, “porque é muito difícil entender as crianças, uma hora quer fazer uma coisa, e outra hora quer fazer outra, então deixar fazer o que quer, nem tanto, nem tanto deixar tudo, assim, se for possível pra ele, se não for fazer mal pra ele, deixar ele aprender, deixar ele cair pra ele aprender”. Dante considerava sua tia como uma boa mãe, “é mãe verdadeira mesmo”, pois era carinhosa com os filhos, sabia falar com eles, sabia a hora de bater ou não nos filhos, “não é por qualquer coisinha chegar e dar, tá louco, aí tem que ser louco pra fazer isso!”.*

Ana não comentou muito sobre seu relacionamento com os seus pais na infância, apenas disse, em relação à mãe, que “Quando eu ia pras festas e tudo, eu me revoltava com ela à toa, porque ela sempre deixava eu ir! (...) Eu nem precisava me revoltar, por causa que ela sempre me apoiou em tudo, em qualquer decisão que eu tomasse, até o meu pai ficava contra mim e ela a favor!”.

### **Terceiro mês do bebê**

Ana relatou que esses primeiros meses estavam sendo bons: “É uma alegria, é bem diferente, bem legal”. Referiu que estava adorando ser mãe, “Eu pensei que eu ia estranhar um monte, mas desde quando ele nasceu, graças a deus, eu nunca estranhei! Sempre foi bem... nós sempre juntos, eu sempre cuidei dele (...) sempre me dei bem em cuidar dele e tudo. Até todo mundo se espanta, eu com a minha idade, cuidar bem dele!”. Para ela, a única mudança era o fato de não conseguir dormir muito tempo à noite em função do bebê, “que eu sempre fui muito dorminhoca”. Ana relatou que tinha dificuldade para sair para dançar, já que Ronald ainda mamava no peito; “Esses dias eu queria sair pra dançar, não podia. Eu até podia, só que aí teria que dar mamadeira, aí já é ruim. Eu não quero tirar ele do peito, eu quero esperar ou ele largar, ou não ter mais leite”. Referiu uma situação em que foi rapidamente à noite na casa de uma amiga, enquanto o filho ficou com sua mãe: “Parece que tá sempre faltando alguma coisa, pareceu que eu deixei... parece que eu fui pelada pra rua, parece que eu esqueci a roupa!”.

Ana se descreveu como uma mãe atenciosa, comentando *“Eu acho que eu cuido bem dele, pelo que todo mundo fala”*. Passava o dia inteiro cuidando de Ronald e das tarefas domésticas, brincava e conversava com ele; *“tudo que eu faço, eu faço com ele junto”*. Ela disse que *“De vez em quando eu me sinto cansada, porque, bah, eu me canso um monte, mas tudo bem!”*. Para ela, a atividade preferida era dar banho e sair com o filho, enquanto as que menos gostava, trocar fraldas e lavar as roupas de Ronald.

Dante considerava Ana uma ‘mãezona’; *“Bah, muito bom! Parece uma mãe mesmo, mãe daquelas sabe... mais velha, experiente!”*. Ele a achava cuidadosa e responsável com Ronald, *“não tem do que se queixar!”*. Ele comentou que imaginava que a companheira seria assim, mas ela *“abusou dos limites”*, estando melhor do que ele pensava.

### ***Primeiro ano do bebê***

Ana revelou estar se sentindo bem como mãe: *“Ah, eu sempre adorei, eu nunca assim, eu fiquei grávida cedo, então todo mundo pensava que eu fosse me arrepender assim, mas eu nunca me arrependi, ele é a coisa mais importante da minha vida! (...) Eu adoro! [ser mãe] Tem vezes que a gente se irrita, claro, com uma coisa ou outra, mas nada como ele. Que nem a gente acorda e ele vem dar bom dia, ele se acorda, vem dar beijinho”*. O maior problema para ela, naquele momento, era ter que se programar com muita antecedência para poder sair de casa. Em relação a situações estressantes, Ana referiu as brigas com o namorado, especialmente nos momentos em que ele ficava sem emprego.

Ela imaginava que não ia gostar tanto assim de ser mãe quando estava grávida: *“Quando eu tava grávida, eu não imaginava que eu ia gostar tanto assim, eu sempre achava ‘Ah, será que eu não vou me arrepender depois?’ , mas eu não me arrependi!”*. Ao ser solicitada a se descrever como mãe, Ana respondeu *“Ah, eu acho que eu não sou das piores, eu cuido dele assim”*, apesar de agora Ronald estar ficando também com Dante e com sua mãe. Ela comentou que *“agora eu estou me libertando um pouco porque eu vou pro colégio”*, mas senão sempre era ela quem cuidava do filho e da casa. Realizava todas as tarefas de cuidado do filho, mas preferia sair e brincar com ele. Ela não conseguia se afastar muito do menino, querendo logo voltar para casa. Não mencionou nenhuma atividade que não gostasse de fazer com o filho.



Dante via Ana como uma boa mãe, uma mãe carinhosa, apesar de que *“de vez em quando ela berra com ele, mas é normal, ele irrita também”*. Ela estava se saindo bem; ele imaginava que, por ela ser nova, *“ela ia soltar ele, ia querer sair à noite, porque antes ela saía, mas não, assumiu”*.

### ***Segundo ano do bebê***

Ana se sentia mais segura como mãe nesse momento, considerando melhor ser mãe agora. Para ela, a dificuldade maior *“é que eu moro com os meus pais, então tu fala uma coisa, se eles não gostam, eles reclamam! Aí, mais é isso, na educação (...) Se eu quero criar de um jeito, eles falam que me criaram de outro. Aí fico eu sem saber o que fazer, mais é assim, xaropice deles de querer... De repente eles querem ajudar e acabam atrapalhando”*. Já conseguia se afastar de Ronald para sair à noite, além de ir à aula, mas ainda não se sentia tranqüila por fazer isso; *“Eu fico o tempo todo pensando no que ele está fazendo, se ele tá chorando, se ele tá sentindo falta de mim. Tem vezes que eu ligo pra casa pra saber”*.

Como mãe, ela disse que naquele momento estava se sentindo mais preocupada com a educação e o futuro do filho, em função de ele estar crescendo. Ela costumava assumir todas as tarefas de cuidado do filho, mas o que mais lhe dava prazer de fazer com Ronald era passear na pracinha e no shopping, pois o filho ficava feliz. O que ela menos gostava de fazer com o filho era trocar a roupa, *“porque ele se agita muito, a gente briga, e esperneia”*.

Para Dante, Ana era uma *“ótima, excelente”* mãe, muito carinhosa com ele e com o filho. Disse não ter queixa de nada que ela fazia para Ronald. Comentou que ela estava assumindo todas as tarefas de cuidado, e que inclusive parecia estar cada vez mais envolvida com o menino.

Ana disse não estar seguindo nenhum modelo materno nesse momento; *“Claro, eu sigo os conselhos da minha mãe, tudo, da minha vó, mas tô indo mais por mim, assim”*. Notou que fazia algumas coisas de forma diferente dela, não especificando o que. Disse também que não contava com nenhum modelo negativo de mãe.

Quanto ao relacionamento com seus pais na infância, sua mãe contava que durante o dia ela ficava mais com sua tia, em função do trabalho. *“Pelo que ela me diz, eu nunca fui muito agitada, muito teimosa, assim, eu era mais calminha”*. Para ela, a educação que recebera de sua mãe influenciava na maneira como ela criava o filho;

*“Tem a minha formação, assim, eu tento passar um pouco de mim, claro, tem coisas que eu tento mudar, claro, a minha mãe não é perfeita, tem coisas que ela errou na minha criação, então eu tento não passar esses erros dela pra ele”*. Ela também comentou que essa questão de a mãe tirar a sua autoridade também influenciava na criação de Ronald.

### **Síntese sobre o tornar-se mãe de Ana**

A partir da exposição do processo de transição para a maternidade de Ana, ficou evidente um amadurecimento ao longo de todo o período, pela postura responsável e afetiva demonstrada em relação ao filho, bem como pelo reconhecimento de alguns aspectos negativos da maternidade (sempre secundários, quando comparados à alegria e satisfação sentidas por ser mãe). Assim, apesar da pouca idade, Ana assumiu completamente a sua maternidade, cuidando do filho e da casa durante os dois anos em que participou desta pesquisa, e retomando seus estudos. Cabe ressaltar que a família extensa forneceu muito apoio para a jovem neste momento de transição.

No caso de Ana, ficou evidente como suas expectativas como mãe na gravidez foram baseadas em sua própria mãe (Colarusso, 1990), mostrando uma identificação com ela como cuidadora, repetindo com o filho o relacionamento afetivo que tiveram. De fato, para Stern (1997), a mulher aprende a ser mãe com sua própria mãe, seja de forma positiva ou negativa. Entretanto, no segundo ano do filho, não a citou diretamente como modelo materno positivo, afirmando querer ser ela mesma com o filho, apesar de ouvir alguns conselhos seus e da avó. Nesse sentido, se pode pensar que isso tenha ocorrido pelo movimento característico da adolescência, de afastamento das figuras parentais, no sentido de busca de maior separação-individuação (Blos, 1996), bem como da maternidade, de reavaliação da relação com os próprios pais e deles mesmos como pais (Brazelton & Cramer, 1992; Colarusso, 1990; Costa & Katz, 1992), almejando uma superação de algumas falhas suas (Colarusso, 1990), em função do desejo de que o filho não passasse pelo que ela passou, ou que tivesse algo melhor do que ela mesma teve (Brazelton & Cramer, 1992; Fraiberg & cols., 1994). Entretanto, para Blos (1996), se pensarmos esta atitude como um rechaço do adolescente de sua família e de seu passado, ela poderia estar servindo para encobrir o doloroso processo de desligamento, ao invés de ser sinal de sua ocorrência. Porém, no caso dela, não havia um rechaço, e sim uma afirmação de diferenças e semelhanças entre ela, a mãe e a avó, indicando um

movimento de diferenciação e identificação, próprio da terceira individuação (Blos, 1996; Colarusso, 1990). Apesar de também estar ressaltando as diferenças entre ela e a mãe, Ana não demonstrou uma rejeição de tudo o que provinha das figuras parentais, mesmo que positivo, na ânsia de separação, como seria esperado na segunda fase do processo de separação-individuação (Blos, 1996). Nesse sentido, se nota uma repetição parcial de Ana das atitudes de sua mãe, o que decorre justamente da coexistência de imagens positivas e negativas dela em função da maternidade, que reaviva as antigas relações e lembranças do passado (Raphael-Leff, 1997).

Assim, Ana parecia estar realizando esta separação de forma madura, pois, ao dizer que seguia alguns conselhos da mãe e da avó, e que modificava algumas coisas, dava uma idéia de continuar seguindo o modelo materno em alguns quesitos, e de transformá-lo em outros, ficando evidente justamente essa reavaliação da própria mãe (Brazelton & Cramer, 1992; Colarusso, 1990; Costa & Katz, 1992), mencionada acima. Acredita-se que, por ter um modelo materno real, concreto e positivo, ela talvez pudesse, com mais tranquilidade, avaliá-lo melhor, tomando o que considerava positivo e se opondo aos aspectos considerados negativos (Colarusso, 1990). Ou seja, poderia ter mais liberdade para ser como gostaria e poderia ser.

Por outro lado, ainda conforme Blos (1996), é comum, neste período da vida, em função da retirada da libido dos objetos externos e seu redirecionamento para o próprio *self*, uma autocentralização e auto-absorção do adolescente, que se imagina independente dos objetos amados e odiados de sua infância. Ana estava em processo de reavaliação e diferenciação dos pais, mesmo não tendo indicado diretamente modelos de identificação extra-familiares (Blos, 1996). A busca por um modelo extra-familiar indicaria justamente o direcionamento de seu investimento psíquico libidinal e agressivo para outros objetos, o que facilita o afrouxamento dos laços com os pais (Blos, 1996). Mas, antes de a libido poder voltar-se para a busca de gratificação de objetos específicos da fase no ambiente social mais amplo, deve ocorrer inicialmente a decaída pulsional dos objetos infantis, que era justamente o que Ana parecia estar realizando no segundo ano do filho. Mas mesmo sem mencionar modelos alternativos, percebeu-se o desejo de encontrar seu jeito próprio de ser mãe e diferenciar-se (Raphael-Leff, 1997). Pode-se pensar até que o fato de a mãe ser considerada por ela como um modelo positivo, mesmo com algumas falhas, Ana não necessitasse buscar outros modelos positivos para seguir, como comentado acima.

Quanto às razões pelas quais Ana poderia ter engravidado, em função da idade, pensou-se em um desejo de testar a sua feminilidade, através da constatação da capacidade reprodutiva (Dadoorian, 2003), conseguindo uma mudança de *status* de menina para mulher. Além disso, poderia haver um entendimento de que ser mulher é ser mãe. Também se pode citar o desejo de renovar antigos relacionamentos (Brazelton & Cramer, 1992), no caso, de fazer reviver a irmã morta. Nesse sentido, Ana desejava uma filha menina. Em geral, as pessoas preferem filhos do mesmo sexo, em função do desejo de duplicar-se, pois isso facilita a identificação com o bebê e o resgate da própria história (Costa & Katz, 1992; Szejer & Stewart, 1997). Por outro lado, Ana acabou dando aos pais o filho homem que não puderam ter. Essa idéia fica mais evidenciada quando se pensa que, na gestação, Ana tinha certeza de que estava esperando um menino, apesar de desejar uma menina. Essa situação apóia os achados da pesquisa de Dadoorian (2003), em que a maioria das adolescentes relatou que ia deixar o filho com a mãe para poder trabalhar, revelando ser este um presente (falo) da adolescente para a sua mãe. Segundo Colarusso (1990), a individuação em relação aos próprios pais é aumentada pela habilidade de dar aos avós algo único e importante para seu desenvolvimento pessoal: um neto. Por isso, o jovem adulto ganha um aumentado prestígio e poder na relação com os pais, pois fornece aos mesmos uma continuidade genética vital ao seu desenvolvimento. Pode-se pensar que, no caso dela, a valorização tenha sido ainda maior, pois se trata da reparação de um filho que os pais não tiveram, não só de um neto. Apesar de não ter ficado evidente em relação à mãe, Ana mostrava ressentimento pelo fato de o pai não ser carinhoso com ela como ela gostaria, indicando talvez uma carência afetiva. Assim, ao dar um neto substituto do filho e da irmã para seus pais, Ana talvez se sentisse mais valorizada por eles, resgatando esta história de falta de afeto paterna (Dadoorian, 2003; Szejer & Stewart, 1997), o que parece ter sido confirmado a partir da mudança de postura de seu pai com Ronald, muito mais afetivo do que parecia ter sido com ela. Pela identificação com o filho, ela poderia estar resgatando o amor do pai, em função de um desejo de ser amada por ele (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Frediani & cols., 1994; Pinheiro, 2000). De fato, a gravidez na adolescência pode ser motivada pelo desejo de vivenciar uma relação de proximidade emocional com alguém (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Guimarães & cols. 2003; Osofsky & cols., 1993), especialmente com homens (Taquete, 1992).

Um outro aspecto a ser comentado diz respeito ao fato de que, durante a parentalidade, existe a revivência da simbiose na interação com o filho, particularmente da reaproximação, o que fornece aos pais uma segunda chance de engajamento e separação, agora com uma estrutura psíquica desenvolvida e sofisticada, o que aumenta a probabilidade de domínio adicional dessa tarefa (Colarusso, 1990). No caso de Ana, essa situação parece ter sido revivida com intensidade, haja vista sua dificuldade de afastamento do filho. Parece ter revivido com ele a simbiose em alguns momentos demonstrada no relacionamento dela com sua mãe, até por ser filha única, o que pode ter facilitado, ao mesmo tempo, sua separação e individuação frente à mãe. Até mesmo porque, ao dar um filho para a própria mãe, conseguiria se libertar da simbiose com ela. De fato, Fulmer (2001) coloca que a gravidez da jovem pode servir para gratificar a avó, como alívio para a solidão que ela sentiria frente à separação dos filhos.

## DISCUSSÃO GERAL

### **Semelhanças entre os Casos quanto à Relação de Casal, ao Tornar-se Pai e ao Tornar-se Mãe**

A exposição feita acima oferece um conjunto de informações sobre as particularidades de cada família para cada um dos eixos temáticos utilizados na presente pesquisa. A seguir analisam-se as eventuais semelhanças entre os casos em cada um dos eixos temáticos e sua relação com a literatura pertinente.

Quanto à *relação de casal*, examinando-se conjuntamente os três jovens casais investigados no presente estudo, observou-se uma oscilação das dimensões individualidade e conjugalidade na relação, ora predominando a primeira, ora a segunda. Dados semelhantes foram encontrados por Dias (2000), entre casais adultos da classe média carioca; uma das principais dificuldades na construção do relacionamento conjugal foi a busca de equilíbrio entre as necessidades individuais e as demandas conjugais. Outra pesquisa qualitativa, realizada por Féres-Carneiro (2001), também revelou a importância de valorizar a individualidade na vida a dois, tanto para homens quanto para mulheres. As mulheres inclusive enfatizaram o paradoxo conjugalidade/individualidade como uma dificuldade do casamento. Féres-Carneiro (1998) acredita que a dificuldade de ser casal reside justamente no fato de este encerrar, simultaneamente, duas individualidades e uma conjugalidade. Entretanto, conforme Heilborn (1995), existe a necessidade de equilíbrio entre os espaços para a individualidade e a preservação do solo conjugal, sem o que a relação corre o risco de sucumbir. Como afirmam Falcke e colaboradores (2002), conjuntamente os parceiros devem negociar os momentos em que o nós será privilegiado, mas é importante que consigam manter um equilíbrio entre os espaços dedicados ao *eu* e ao *nós*. Tal equilíbrio, obviamente, sofre alterações em função das demandas inerentes a cada etapa do relacionamento conjugal e do ciclo vital percorridas (Falcke & cols., 2002).

Assim, em relação às etapas do relacionamento dos casais do presente estudo, constata-se que, em geral, a partir da notícia da gravidez e durante a mesma, foi privilegiado pelos jovens o cultivo da conjugalidade, em função até mesmo de prepararem as condições materiais e psicológicas para a chegada do bebê. Como afirma Colarusso (1990), o vínculo objetal em direção ao parceiro fica mais complexo e

fortalecido a partir da parentalidade, porque, através da união física, há a formação de uma nova vida, frente à qual devem se organizar em papéis complementares, para garantir sua sobrevivência. Desse modo, a parentalidade acabou unindo os casais do presente estudo durante a gestação.

Entretanto, após o nascimento do bebê, nos três casos foi observado um enfraquecimento da dimensão conjugalidade, seja por brigas, por diminuição do contato afetivo e sexual em função da criança, ou ainda, pelo maior investimento emocional na relação com a criança, que passou a suprir as necessidades pessoais antes satisfeitas pela relação de casal, ocasionando um esvaziamento desta última. Somente no segundo ano é que parece ter acontecido uma retomada do cultivo da conjugalidade, momento justamente em que a criança passa a ter maior independência em relação aos pais. Esses achados corroboram as idéias de Costa e Katz (1992), de que o nascimento do primeiro filho rompe a simbiose conjugal estabelecida antes da gravidez, afastando os membros entre si. Esse movimento de limitação da conjugalidade, ou pelo menos de reformulação do espaço conjugal a partir da chegada dos filhos, também foi observado em casais adultos na transição para a parentalidade, por Menezes (2001) e Correa (2001), através de pesquisas longitudinais qualitativas realizadas em nosso meio. Segundo Correa, a conjugalidade e a individualidade ficaram em segundo plano em relação à gravidez e a parentalidade neste momento da vida de casal. Entre os casais adolescentes aqui examinados, pode-se pensar que o enfraquecimento do pólo da conjugalidade após o advento da parentalidade tenha ocorrido até mesmo em função da pouca intimidade estabelecida durante o namoro.

De fato, tratando da construção da intimidade dos casais aqui examinados, percebeu-se entre eles que o maior tempo de convivência a partir da gravidez, e o fato de morarem juntos, não necessariamente reverteu em reforço da conjugalidade, já que nem sempre houve um aproveitamento satisfatório das oportunidades de diálogo e convivência, e a relação sexual ficou restrita para todos eles. Desse modo, não se vislumbrou, nos jovens deste estudo, a construção de uma intimidade genuína (Colarusso, 1990; Heilborn, 1995), inclusive no aspecto sexual. Em relação a isso, Bradt (2001) comenta que as tarefas e exigências da parentalidade podem mesmo reduzir as possibilidades de diálogo e intimidade. Entretanto, conforme Magalhães e Féres-Carneiro (2003), a noção de conjugalidade, a partir da modernidade, pressupõe a instauração da intimidade entre os parceiros, colocando-a como condição para uma

relação fecunda. Também para Willi (1978), um dos aspectos fundamentais para o bom funcionamento de um relacionamento seria o fato de o casal reconhecer-se como tal, exigindo-se mutuamente espaço e tempo próprios, e tendo uma vida conjugal com equilíbrio entre a intimidade e o investimento em si mesmo. Pode-se pensar que a intimidade não tenha sido construída de forma mais sólida entre os casais adolescentes do presente estudo, em função do pequeno tempo de relacionamento antes da gestação, inclusive de sexual, o que dificultou o seu cultivo e enriquecimento após a gravidez.

Outra explicação possível para que isso não tenha acontecido seria a idade dos participantes, ou seja, o fato de serem ainda adolescentes. Segundo Colarusso (1990), a capacidade de intimidade genuína é a fundação emocional da terceira individuação, sendo indicativa da dominância das tarefas desenvolvimentais adolescentes. Nesse sentido, cabe ressaltar que as evidências da vivência da terceira individuação por alguns participantes só apareceram no segundo ano da criança, justamente um momento de retomada do fortalecimento da conjugalidade, o que fecha com as idéias acima. Contudo, apesar de alguns participantes do presente estudo apresentarem características da terceira individuação, essa situação não foi encontrada entre todos os casais, o que atrapalhou a construção de uma intimidade maior mesmo para aqueles membros que, teoricamente, já teriam capacidade para tanto.

Assim, embora os participantes do presente estudo já estivessem vivenciando algumas situações relativas à idade adulta jovem, como a parentalidade, alguns ainda estavam cronológica e emocionalmente na adolescência. Nesse sentido, conforme Erikson (1998), o adolescente não teria ainda as condições psíquicas necessárias para o estabelecimento de uma intimidade genuína, uma vez que não possuiria ainda um senso genuíno de identidade, ou seja, uma idéia clara de onde está, o que é e o que representa. É essa confusão de identidade justamente que impede o estabelecimento de relações de intimidade. De fato, as manifestações afetivas do adolescente e a conseqüente intimidade estão bastante relacionadas com a consolidação da identidade, pois, como salienta Aberastury (1981), somente quando se percebe como um ser único, que necessita de um outro para sua complementação, é que o adolescente poderá lançar-se a relacionamentos afetivos mais duradouros. Somado a isso, para as jovens do presente estudo, o namorado havia sido o primeiro parceiro sexual. Então, não haviam tido oportunidade de realizar as experimentações afetivas e sexuais que fazem parte da adolescência (Erikson, 1998). Como sugerem Atwater (1988) e Steinberg (1985), a



entrada precoce nos papéis adultos, muitas vezes em função da aparência física, faz com que os jovens tenham menos tempo disponível para experimentar novos papéis e situações típicas da adolescência.

Já em relação à etapa do ciclo vital percorrida, pode-se pensar que os adolescentes, em sua relação de casal, apresentariam maior oscilação no equilíbrio entre individualidade/conjugalidade inicialmente porque a adolescência é, por si só, um período de oscilação entre o voltar-se para si mesmo e a expansão social, entre o individual e o coletivo (Knobel, 1981; Sadler & Catrone, 1983). Assim, os jovens estariam vivenciando, dentro de si mesmos, uma oscilação entre estes dois pólos (individual x grupal). Afora isso, não teriam muitas experiências afetivas prévias, isto é, uma preparação para o casamento e a vida familiar, para terem clareza dos ajustamentos necessários para assegurar uma relação estável e harmônica, para equilibrarem suas necessidades pessoais e as do parceiro no convívio diário (Martin & cols., 2001), o que ficou evidente entre os jovens do presente estudo. Também por vivenciarem maior nível de estresse, em função de iniciarem a trajetória sexual e parental precocemente, algumas vezes antes ou conjuntamente com a trajetória conjugal e freqüentemente junto com a trajetória profissional, sem ter completado a escolarização (Russell, 1980), como aconteceu entre os participantes, principalmente, fora do tempo/momento previsto socialmente (Montmayor, 1986; Russell, 1980). Assim, talvez não conseguissem realmente se comprometer com um relacionamento, investindo nele, em função de tantas situações pessoais e sociais urgentes para resolver.

Um último aspecto que poderia dificultar aos adolescentes o equilíbrio entre individualidade e conjugalidade seria o seu desenvolvimento cognitivo. Na adolescência, o jovem pode adquirir o pensamento formal, que o permite pensar sobre situações hipotéticas e sobre conceitos abstratos (Steinberg, 1985), ou seja, formular hipóteses, testá-las e reformulá-las frente às evidências da realidade (McKinney & cols., 1977), pensar sobre possibilidades não imediatamente presentes em uma situação, a fim de resolvê-la, bem como gerenciar conscientemente o próprio funcionamento mental (Piaget, 1976). Tudo isso afeta o modo como o adolescente pensa sobre ele mesmo, sobre os outros e sobre o mundo (Steinberg, 1985). A partir dessas novas possibilidades, fica evidente um certo egocentrismo: o adolescente passa a pensar que vivencia situações únicas, que não podem ser compreendidas adequadamente pelas outras pessoas (McKinney & cols., 1977), o que favorece que o foco do adolescente recaia

sobre si mesmo, dificultando a ele se colocar no lugar do outro (Young, 1988). Assim, esse egocentrismo pode prejudicar o entendimento entre os membros do casal, uma vez que cada um pode pensar que o outro não o compreende, e até mesmo não conseguir entender o ponto de vista alheio, o que pode acabar interferindo na comunicação e, por sua vez, enfraquecendo a conjugalidade.

Já quanto ao *tornar-se pai*, em dois casos estudados (Cléber e Miguel) os jovens não conheceram seus pais, pois estes haviam abandonado suas mães durante a gravidez. Estes achados corroboram o modelo familiar de pais adolescentes, muitas vezes relatado na literatura como sendo de uma relação bastante próxima com a própria mãe, considerada a fonte principal de apoio, e uma relação distante emocional e/ou fisicamente com o pai (Allen & Doherty, 1996; Christmon, 1990b; Dallas & Chen, 1998; Elster & Hendricks, 1986; Trindade & Bruns, 1998; Westney & cols., 1986). Esta situação poderia influenciar negativamente o adolescente, ao receber uma mensagem de que, em seu futuro papel, não necessitaria se envolver com o bebê, por ser esta uma tarefa feminina (Hines, 2001; Teti & Lamb, 1986). Além do que, segundo Allen e Doherty (1996), devido ao modelo paterno negativo, muitos pais adolescentes podem ter dificuldade de se imaginar como parceiros e pais bem sucedidos. Cabe salientar, entretanto, que o modelo familiar de um adolescente (Dante) contrariava esta tendência apresentada pela literatura.

A forma como cada um se projeta como pai ou mãe relaciona-se diretamente com os pais que teve, uma vez que os pais sempre são um modelo de referência. Entretanto, os modelos parentais podem ser tanto utilizados para a repetição, como para a transformação (Colarusso, 1990; Szejer & Stewart, 1997). Nesse sentido, segundo Trindade e Bruns (1999), o pai pode ser utilizado pelo adolescente como um modelo indireto, no momento em que reflete sobre sua experiência e a recria, elaborando uma maneira própria de educar seu filho e se relacionar com ele, o que parece ter ocorrido com dois adolescentes (Cléber e Miguel), que se tornaram pais cuidadores e presentes, diferentemente dos próprios pais. Estes achados apóiam aqueles encontrados por Allen e Doherty (1996), de que os pais adolescentes estavam muitas vezes sendo melhores pais para suas crianças do que seus pais haviam sido para eles. Também entre pais adultos, Brazelton e Cramer (1992) pontuaram o desejo do pai de ser melhor que seu antecessor, uma vez que o desejo de ter um filho, dentre outras coisas, é influenciado pela antiga rivalidade edipiana. Assim, a geração de um filho faz com o que o homem se iguale ao

próprio pai, e a criação do bebê, com que possa superá-lo (Costa & Katz, 1992; Colarusso, 1990). De fato, Colarusso aponta que constantes comparações inconscientes e conscientes são feitas entre a forma como os novos pais estão criando seu filho e a forma como eles mesmos foram criados, o que estimula a sua individuação frente a eles. Foi possível perceber esta postura diferenciada dos jovens do presente estudo já na gestação, quando esperavam ser pais presentes após o nascimento do filho, contrariamente ao que seus pais haviam sido frente a eles. Também a idéia que tinham de um bom pai retratava isso, pois, para eles, seria atencioso e presente, ou seja, o oposto do que os seus pais haviam sido. Os achados desses casos corroboram as idéias de Goodyear e colaboradores (2000), de que a paternidade poderia ser considerada como uma tentativa de viver uma experiência de intimidade e criar uma família própria para amar e ser amado. Por outro lado, o pai pode ser utilizado de forma direta pelo adolescente, como parece ter acontecido com um dos adolescentes (Dante), que era carinhoso como seu pai havia sido com ele.

Dois jovens (Cléber e Miguel) referiram as experiências com suas respectivas mães como parâmetro para educar/criar o filho após seu nascimento. Desse modo, pela presença feminina predominante na sua história (mãe e avós), eles pareciam se imaginar em uma postura cuidadora, tradicionalmente considerada feminina (Trindade, 1993). Conforme Raphael-Leff (1997), a conservação, pelo menino, de qualidades de cuidador, ou o abandono de todas as coisas femininas, depende da força dos vetores materno e paterno da constelação particular de sua família e do grau de machismo na subcultura. Sem um modelo para competir, admirar e se identificar, o homem pode se tornar realmente uma réplica da mãe pré-edípica, adotando uma conduta materna e abastecedora (Costa & Katz, 1992), o que, segundo Szejer e Stewart (1997), pode obscurecê-lo como pai. De qualquer forma, estes achados confirmam as idéias de Brazelton e Cramer (1992), para quem o homem, na construção de sua identidade de pai, necessita integrar duas figuras opostas com as quais se identifica, no caso, a mãe e o pai. A solução deste dilema, deste paradoxo da masculinidade, influenciará na conformação de sua identidade sexual e de sua identidade paterna. É somente a solução equilibrada que possibilitará a futura aceitação de seu papel na criação dos filhos, e a identificação com a gravidez da mulher, contribuindo como pai para a educação e cuidado da criança, o que os dois jovens do presente estudo parecem ter conseguido

fazer com sucesso. Também o terceiro jovem (Dante) parece ter se apoiado no modelo feminino da avó materna no seu exercício da paternidade.

De todo modo, as idéias acima demonstram que os pais desejam defender os filhos contra seus próprios sentimentos de incapacidade e as falhas que percebem em suas vidas (Brazelton & Cramer, 1992), o que foi encontrado nos três casos investigados. Também Fraiberg e colaboradores (1994) afirmam que os pais nem sempre querem que o filho passe pelo que passaram, ou querem que ele tenha algo melhor do que tiveram, o que leva a pensar que a história passada dos pais não é necessariamente o destino, não permitindo prever se, ao se tornarem pais, serão estes sofrimentos que guiarão suas condutas, ou encontrarão uma renovação nessa ocasião. Isso porque a proximidade de tornar-se pai faz com que os homens revivam as antigas relações e lembranças do passado, podendo coexistir imagens positivas e negativas de seus próprios pais (Raphael-Leff, 1997). Nesse sentido, a gravidez proporciona uma oportunidade de revisar as relações e identificações com os pais (Colarusso, 1990; Costa & Katz, 1992) e re-elaborá-las mentalmente (Brazelton & Cramer, 1992).

Mas, como comentado anteriormente, a forma como cada um se projeta como pai relaciona-se diretamente com o pai que teve e com outros modelos paternos (Szejer & Stewart, 1997). Para Blos (1996), não só os pais, mas também o grupo de amigos, os professores e outros adultos significativos, passam a ser considerados como modelos, influenciando na forma final da identidade do adolescente. Isso poderia explicar os modelos citados pelos jovens do presente estudo, tanto na gravidez como no segundo ano, positivos e negativos. Dessa forma, pela expansão dos vínculos para objetos não familiares, que facilita o processo de independência psicológica dos pais, objetivo da segunda individuação, estes novos objetos se tornam recipientes de alguns desejos libidinais e agressivos antes dirigidos para os pais (Colarusso, 1990). Nesse ponto, não se pode esquecer que os jovens deste estudo estavam vivenciando a adolescência, cuja tarefa psíquica principal, conforme Blos (1994, 1996), é justamente a aquisição da autonomia emocional em relação aos pais, com um avanço qualitativo no processo de separação-individuação.

Entretanto, o fato de os três jovens (Cléber, Miguel e Dante) terem citado, em algum momento, a si mesmos como modelos paternos pode indicar o movimento libidinal da adolescência, de retirada da libido objetal dos objetos externos e de sua conversão em libido narcisista, sendo desviada para o *self*, o que resulta na

autocentralização e auto-absorção do adolescente, que se imagina independente dos objetos amados e odiados de sua infância (Blos, 1996). Entretanto, para Blos, o rechaço indiscriminado do adolescente de sua família e do seu passado seria uma tentativa de encobrir o doloroso processo de desligamento da fase, mais do que um sinal de ocorrência do mesmo. De fato, presume-se que esse processo tenha sido mais difícil para os jovens que não tiveram pai (Cléber e Miguel), pois, de forma geral, se opuseram ao *nada* que receberam dele, necessitando fazer um desligamento psíquico de um objeto ao qual não haviam concretamente se vinculado. Assim, essa sua postura pode indicar que, pela falta de um modelo paterno constante, eles ficaram sem referências, tomando a si mesmos como modelos.

Pensou-se, então, que nestes dois casos as transformações demonstradas no desempenho do papel paterno, em comparação aos próprios pais, poderiam não ser totalmente autênticas, por talvez terem sido baseadas mais na oposição e rebeldia características da adolescência, no sentido de definição da identidade de forma contrastante à dos pais (Blos, 1996), do que em uma reavaliação madura dos pontos positivos de seus modelos paternos, que faz parte da terceira individuação. Nesse momento, os jovens adultos devem reconhecer as formas pelas quais eles são iguais a seus pais, e não diferentes deles, isto é, capazes de cuidar de si mesmos, física e emocionalmente e, capazes de amar e de produzir filhos (Colarusso, 1990), o que parece ter acontecido com um dos participantes do presente estudo (Dante), que teve um modelo paterno concreto frente ao qual pode avaliar seus aspectos positivos e negativos. Isso porque os outros dois jovens não tinham parâmetros de identificação com os próprios pais, como tinha Dante, tendo talvez mais dificuldade para fazer esse balanço esperado na terceira individuação.

Por fim, quanto ao terceiro eixo temático, o *tornar-se mãe*, em dois casos (Daiane e Ana) a relação com a própria mãe foi considerada boa, tendo havido breve menção aos pais. Tais achados também confirmam o modelo familiar de mães adolescentes veiculado na literatura, de relacionamento próximo entre mãe e filha, e distante física e/ou emocionalmente entre pai e filha (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Combrinck-Graham, 1991; Landy & cols., 1983; Taquete, 1992; Viçosa, 1993).

Stern (1997) aponta que o relacionamento atual da mãe com sua própria mãe e a totalidade da experiência de ter sido cuidada por ela são as maiores influências sobre seu comportamento materno em relação ao bebê. De fato, as três jovens do presente

estudo (Daiane, Adriane e Ana) acabaram repetindo com seus filhos um padrão de relacionamento muito semelhante ao que tiveram com suas próprias mães. Além disso, foi possível perceber que as jovens que tiveram uma experiência de relacionamento positiva com a própria mãe (Daiane e Ana), pelo menos como recordado por elas em dois momentos (gestação e segundo ano de vida da criança), foram aquelas que apresentaram uma avaliação mais positiva da experiência da maternidade ao longo do tempo, além de serem aquelas que mencionaram a própria mãe como modelo materno positivo a ser seguido na gestação. Conforme Szejer e Stewart (1997), para algumas mães, ser boa mãe significa ser como a própria mãe.

Desse modo, constatou-se em duas jovens (Daiane e Ana) características do processo de terceira individuação, com a avaliação dos pontos positivos dos modelos maternos e o reconhecimento das semelhanças entre eles e si mesmas (Colarusso, 1990). Uma jovem (Adriane), por sua vez, apesar de ter enfatizado a vontade de fazer diferente de sua própria mãe, também acabou repetindo o padrão de relacionamento e o modelo materno distante afetivamente junto à filha. Assim, ela demonstrou, com maior evidência, características do processo de segunda individuação, no sentido de oposição e rebeldia na definição da identidade, de forma contrastante à dos pais (Blos, 1996). Dito de outro modo, o tornar-se mãe proporciona uma conexão entre as gerações, intensificando a consciência da correspondência emocional ou das diferenças no relacionamento da mãe com seus próprios pais, estejam eles vivos ou mortos (Raphael-Leff, 1997). De qualquer forma, para Colarusso (1990), as constantes comparações conscientes e inconscientes feitas entre a forma como as novas mães estão criando seu filho e a forma como elas mesmas foram criadas estimula a sua individuação frente às genitoras.

De modo geral, os aspectos comentados acima confirmam as idéias de Colarusso (1990) e Szejer e Stewart (1997), para quem a forma como cada pessoa se projeta como mãe relaciona-se diretamente com os pais que ela teve, pois “os pais sempre são um modelo de referência em relação ao qual nos determinamos, seja querendo fazer como eles, ou contrariamente a eles, seja tentando corresponder ao seu desejo ou opondo-nos a eles” (Szejer & Stewart, 1997, p. 63). Nesse sentido, foi possível perceber, nos três casos, um desejo de modificar algumas condutas e orientações em relação àquelas da própria mãe. Este achado não corrobora os achados de Dias e Lopes (2003), pois as autoras não encontraram, em sua pesquisa, uma desvalorização das experiências das

filhas em relação às suas mães, ou seja, nenhuma das mães jovens daquele estudo manifestou desejo consciente de ser diferente de sua própria mãe. Todavia, conforme Brazelton e Cramer (1992), pais e mães desejam defender os filhos contra seus próprios sentimentos de incapacidade e as falhas que percebem em suas vidas, tornando-se os pais perfeitos que não tiveram. Segundo Colarusso (1990), as mães em geral possuem uma expectativa de fazer um bom trabalho enquanto tal, pois, tornando-se mães, conseguem exercer um papel ativo e dominante na relação mãe-criança, o que facilita a re-elaboração dos sentimentos infantis de passividade e submissão diante de situações que consideraram inadequadas. Também Fraiberg e colaboradores (1994) afirmam que os pais não querem que o filho passe pelo que passaram, ou querem que ele tenha algo melhor do que tiveram, o que indica que a história passada nem sempre é o destino, ou seja, que, ao se tornarem pais, não necessariamente seus sofrimentos guiarão suas condutas. Isso porque a proximidade de tornar-se mãe faz com que as mulheres revivam as antigas relações e lembranças do passado (Raphael-Leff, 1997), o que possibilita a reavaliação das relações com os próprios pais, na realidade ou na fantasia, para elaborar o novo papel parental (Brazelton & Cramer, 1992; Colarusso, 1990). Somado a esse processo, na adolescência, a partir da regressão do ego, o adolescente revive as relações objetais infantis, instituindo correções e diferenciações nas relações de objeto pré-edípicas (Blos, 1996), o que parece ter acontecido especialmente com duas jovens neste estudo (Daiane e Ana).

Entretanto, a forma como cada um se projeta como pai ou mãe relaciona-se não apenas a como os pais o foram, mas também com outros modelos parentais (Szejer & Stewart, 1997). Assim, constatou-se entre as jovens, em alguns momentos, indicações de outros modelos, positivos e negativos, que não as mães. Para Blos (1996), não só os pais, mas também o grupo de amigos, os professores e outros adultos significativos, passam a ser considerados como modelos, influenciando na forma final da identidade do adolescente. Dessa forma, pela expansão dos vínculos para objetos não familiares, que facilita o processo de independência psicológica dos pais, objetivo da segunda individuação, estes novos objetos se tornam recipientes de alguns desejos libidinais e agressivos antes dirigidos para os pais (Blos, 1996; Colarusso, 1990), o que facilita a conquista da autonomia emocional em relação a eles e um avanço no processo de separação-individuação, tarefa psíquica principal da adolescência (Blos, 1994, 1996).

Também chamou a atenção que as três adolescentes, pelo menos uma vez durante todo o período de acompanhamento do estudo, comentaram não ter um modelo positivo ou negativo. Essa situação poderia ser considerada negativa, pois o fato de não ter uma figura parental substituta impediria as jovens de compensarem suas experiências negativas com as próprias mães (Stern, 1997). Contudo, pode-se pensar que isso tenha ocorrido em função de, na adolescência, haver uma tendência de retirada da libido objetal de objetos externos e de conversão em libido narcisista, sendo esta desviada para o *self*, o que resulta na autocentralização e auto-absorção do adolescente, que se imagina independente dos objetos amados e odiados de sua infância (Blos, 1996), característica da segunda individuação.

Finalizando, a partir de uma análise global dos resultados quanto à *transição para a parentalidade*, de modo geral, essa situação foi vivenciada inicialmente de forma abrupta e negativa pelos adolescentes. Entretanto, tal percepção inicial pareceu se transformar com o tempo e a convivência com o filho, a partir das gratificações obtidas, referindo os participantes, de modo geral, uma vivência positiva do processo de transição para a parentalidade, apesar de algumas oscilações ao longo dos períodos de acompanhamento do estudo. Embora sem indícios claros de sobrecarga emocional, neste estudo, todos os jovens tiveram suas vidas alteradas de alguma forma, pois todos sofreram mudanças pessoais e/ou de vida a partir da gravidez. Como não poderia deixar de ser, considerando a idade deles, uma gravidez não esperada, e uma mudança repentina com o início de uma vida conjugal, dificuldades nesse processo foram citadas por todos os jovens pais e mães, especialmente no sentido de conciliar as demandas parentais, conjugais, adolescentes, educacionais e profissionais. Contudo, tais dificuldades não pareceram ter diminuído a satisfação com a parentalidade.

Na verdade, tais dificuldades não são necessariamente associadas à adolescência. Elas poderiam ocorrer mesmo entre adultos. Por exemplo, os resultados aqui encontrados entre os adolescentes foram muito semelhantes aos encontrados por Berthoud (2003) entre adultos, investigando os estágios do ciclo da parentalidade no contexto brasileiro. A autora encontrou uma fase inicial de *desconstrução da vida*, em que os futuros pais e mães devem mudar seu modo de ser e viver na adaptação à parentalidade, muito semelhante ao que os adolescentes referiram no presente estudo. Além disto, em função da transformação do cotidiano, os adultos tendem a se sentir diferentes de outras pessoas e presos ao papel parental, referindo cansaço, preocupações



e sentimentos ambivalentes frente a isso, como os jovens também mencionaram. Berthoud encontrou ainda uma fase de *criação de espaço para o novo membro*, em que aparece uma mudança de foco de interesses para o filho e uma mudança de identidade, com a incorporação do papel parental, de cuidador, como também aconteceu entre os adolescentes. Por fim, Berthoud indicou a existência de uma fase de *reconstrução da vida*, com a adaptação à nova vida e re-significação da parentalidade, isto é, de elaboração da nova situação, com indícios de crescimento, aprendizagem, maturidade e ganho pessoal trazidos pela parentalidade, que aqui também puderam ser identificados nos participantes do presente estudo. Nesse sentido, concorda-se com as idéias da autora, baseadas na teoria social de tempo de Neugarten, de que a idade seria cada vez menos relevante para o momento em que ocorrem a maioria das transições da vida, pois estas tenderiam a ser vivenciadas de forma similar pela maior parte das pessoas (Berthoud, 2003).

Especificamente quanto ao processo de separação-individuação, constatou-se entre os participantes características da vivência da segunda individuação, esperada na adolescência, tais como ênfase nas diferenças entre o jovem e seus pais e na oposição aos mesmos e aos seus aspectos negativos, além da busca de novos modelos de identificação, embora também tenham sido observadas características da vivência da terceira individuação, esperada na idade adulta jovem, tais como a consideração de aspectos positivos dos pais e da educação deles recebida, com o desejo de manutenção de seus acertos e a transformação de seus erros ou inadequações. Desse modo, ficou evidente que tanto a adolescência como a parentalidade evocam a história pessoal dos genitores, promovendo uma reavaliação das relações com os próprios pais (reais e fantasiados), para elaborar o novo papel parental, e que essa revivência de temas e conflitos infantis pode gerar avanços em alguns aspectos do desenvolvimento emocional.

Outro aspecto que cabe ser comentado é a forma como a vivência do processo de separação-individuação pelos participantes se manifestou na relação de casal. Percebeu-se a influência da vivência do processo de separação-individuação pelo/a adolescente na construção da intimidade e no balanço individualidade x conjugalidade na relação de casal, em função de ambos estarem relacionados à consolidação e definição da identidade. Assim, os jovens que apresentaram características da segunda individuação acabaram também apresentando menos indícios de equilíbrio entre as dimensões

individualidade e conjugalidade, em comparação aos que apresentaram características da terceira individuação. O que se pode constatar, a partir disso, é que os avanços no processo de separação-individuação acabam levando a um maior equilíbrio, e talvez até amadurecimento, da relação de casal, o que ficou mais evidenciado no segundo ano de vida da criança, indicando um crescimento da relação ao longo do tempo, simultaneamente ao crescimento pessoal dos jovens.

## **CAPÍTULO IV**

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados do presente estudo revelaram que, em função de tantas demandas práticas e emocionais colocadas aos jovens pela vivência simultânea da adolescência, da parentalidade e de uma relação de casal, estes parecem direcionar suas energias para o processo mais urgente e mais demandante no momento, no caso, a parentalidade, uma vez que a presença do bebê mobiliza o cuidado e a responsabilidade. Com isso, várias questões próprias da adolescência e do relacionamento de casal parecem ficar em segundo plano, sendo retomadas a partir do crescimento do bebê, pela diminuição das exigências por este impostas.

Contudo, essa situação não implicou em uma avaliação negativa da experiência da parentalidade, apesar das dificuldades e mudanças enfrentadas ao longo desta transição. De fato, o estudo revelou um amadurecimento de alguns participantes ao longo dos dois anos de acompanhamento da pesquisa. Isso faz pensar que a parentalidade na adolescência, apesar de dificultar a vivência de algumas tarefas específicas da fase, como a experimentação afetiva e sexual, não traz apenas repercussões negativas para a vida dos jovens, mas também ganhos no desenvolvimento pessoal, no sentido de maior maturidade emocional, devido ao cumprimento de tarefas de maior complexidade.

Isso de certa forma foi corroborado em função de terem sido evidenciadas características da terceira individuação entre os participantes. Cabe lembrar que, conforme esperado em função da adolescência, os jovens estariam vivenciando o processo de segunda individuação. Entretanto, percebeu-se que a situação de parentalidade pode favorecer o avanço psíquico do jovem rumo a uma fase mais avançada do desenvolvimento emocional, no que tange ao processo aqui investigado, impulsionando-o à terceira individuação.

Ainda em relação ao mesmo tema, verificou-se que, somada à reavaliação das relações com os genitores, despertada pela adolescência, os participantes deste estudo também se encontravam reavaliando as suas relações com seus genitores como pais, em função da parentalidade. Nesse sentido, pode-se pensar que os adolescentes, nesta situação, acabam vivenciando simultaneamente dois momentos do mesmo processo, isto é, diferenciação e identificação, que vivenciaríamos em duas fases evolutivas diferentes

(no caso, adolescência e idade adulta jovem), caso não houvesse a sobreposição da adolescência com a parentalidade. Apesar de que, em alguns casos, essa vivência simultânea parece não ter chegado a sobrecarregar demasiadamente o psiquismo, em outros isso pode ter acontecido.

Por outro lado, pode-se supor que a vivência, pelo adolescente, da segunda fase do processo de separação-individuação talvez tenha sido facilitada pela vivência concomitante da parentalidade e da relação de casal, pois, nesse caso, o adolescente tem novos vínculos em que se ancorar, o que facilitaria a separação emocional em relação aos próprios pais.

Nessa mesma linha de pensamento, embora se encontre na literatura (Kahhale, 1997) referências à gravidez na adolescência como uma atuação do adolescente, para se separar dos pais sem se separar, ou seja, evitar a separação e resgatar a dependência, por gerar uma ilusão de independência (casa/filho), no presente estudo, apesar de realmente a gravidez ter mantido a ligação física dos jovens com as famílias, psiquicamente não parece ter impedido a separação de suas figuras objetais infantis, haja vista terem sido observados indícios da terceira individuação em alguns participantes. Dessa forma, talvez justamente pela revivência da simbiose infantil com o filho, em uma nova posição, os novos pais se sintam completos, com algumas carências preenchidas, conseguindo re-elaborar suas vivências infantis (Colarusso, 1990), até mesmo por terem seu ego engrandecido pela gravidez, o que os auxiliaria no enfrentamento dos lutos psíquicos que devem fazer (Aberastury, 1981; Borges, 1999), inclusive o luto pelos pais infantis. O que se percebeu é que, à medida que o vínculo conjugal e o bebê vão se desenvolvendo, os adolescentes, mesmos os mais novos, parecem se sentir mais seguros para iniciarem o desligamento psíquico dos pais, alcançando, ao longo do processo, um resultado muito semelhante ao previsto para adultos jovens nesse processo de transição, no caso, a terceira individuação.

Nesse sentido, uma possível explicação é a busca de um bebê e/ou de um companheiro/a pelo adolescente para evitar a solidão decorrente do desligamento dos objetos infantis, próprio da adolescência (Blos, 1996), somada, em alguns casos, à falta de outros vínculos (como as amizades). Isso porque o desinvestimento nas figuras parentais pode trazer certo hiato, percebido pelo adolescente como sentimento de vazio ou agitação anterior. Em busca de alívio, o jovem refugia-se em qualquer oportunidade oferecida pelo ambiente, até que investimentos proporcionalmente importantes como os

originários possam ter se estabelecido. Uma dessas possibilidades poderia ser a gravidez, que traz um preenchimento deste vazio interior (Borges, 1999). Assim, em função das questões até aqui levantadas, pensou-se que o bebê e o companheiro/a poderiam servir para substituir o vínculo do adolescente com os pais, pois existia ainda, para alguns jovens, uma carência afetiva originada na infância, pela ausência real ou afetiva de algum genitor, o que poderia tornar ainda maior este sentimento de solidão, promovendo o desejo de gravidez. Obviamente que essa questão é complexa, não se podendo esquecer outros aspectos que estariam influenciando no desejo de gravidez, como o desejo de descendência, de comprovar o funcionamento reprodutivo, de superação dos próprios pais, etc. (Brazelton & Cramer, 1992).

De qualquer forma, estas idéias ficam corroboradas pelo movimento realizado pelos casais, pois, a partir da presença física do bebê, o/a companheiro/a acabou tendo uma importância secundária, o que ficou comprovado pelo enfraquecimento da dimensão conjugalidade, comparando-se à situação encontrada na gestação. Assim, ocupando-se do bebê, de seus cuidados e das tarefas de casa, os jovens parecem encontrar uma forma de ocupação do vazio interior, comentado acima. No momento que a criança cresceu e se tornou menos dependente, as demandas pessoais de preenchimento afetivo parecem ter sido novamente direcionadas ao/a companheiro/a, ocasionando o reforço da conjugalidade, percebida no segundo ano da criança nos casais estudados.

Nesse sentido, foi possível constatar que a parentalidade proporcionou a eles uma vivência de proximidade emocional com alguém, trazendo uma oportunidade de revivência da situação infantil, especialmente da relação com os pais da infância, o que parece ter sido importante nos casos aqui investigados, uma vez que houve a presença de conflitos familiares, separações e ausências nas famílias destes jovens. Entretanto, também se perceberam conotações narcisistas na gravidez, servindo esta como uma forma de elevação da auto-estima, especialmente pelo fato de dar um neto aos pais e de se tornar genitor. Somado a isso, destacou-se o desejo de superação dos próprios pais no desempenho do papel parental, o que seria esperado entre os adolescentes, que se encontram justamente em um período de questionamento dos próprios pais e de sua relação com eles, em função da segunda individuação e do luto pelos pais infantis que ocorre nessa fase.

Um outro ponto que ficou evidenciado a partir dos achados, e que merece ser destacado, ainda relacionado ao processo de separação-individação, é a importância dos modelos parentais, tanto positivos como negativos, para o processo de separação-individação dos adolescentes. Isso porque os participantes fizeram referências diretas ou indiretas aos mesmos, seja como parâmetro de como agir, seja como parâmetro de como não agir como pais. Nesse sentido, a presença de um modelo parental concreto parece ter sido mais positiva para os jovens do que a sua ausência, facilitando o encontro de um jeito próprio de ser pai/mãe. Porém, mesmo na ausência de alguns modelos, houve a busca de parâmetros no genitor presente, indicando justamente a necessidade dos jovens de possuírem referências parentais.

Não se pode também deixar de comentar os fatores idade e nível sócio-econômico dos participantes. Nesse sentido, cabe destacar que, apesar das diferenças de idade entre os adolescentes (14 a 18 anos), o que corresponderia a diferentes fases da adolescência, este não parece não ter sido um fator relevante nos aspectos investigados no presente estudo, porque tanto o casal mais novo (Dante e Ana) como o mais velho (Cléber e Daiane) conseguiram vivenciar de forma positiva os três marcos evolutivos (adolescência, parentalidade e relação de casal) que ocorreram concomitantemente em suas vidas. Além disso, o casal mais novo apresentou maior avanço no desenvolvimento emocional (indícios da terceira individuação) e amadurecimento na relação de casal ao longo dos dois anos da pesquisa.

Já quanto ao nível sócio-econômico, se poderia pensar que algumas dificuldades enfrentadas não existiriam caso os participantes tivessem mais recursos financeiros. Contudo, isto não foi corroborado pelo casal de nível sócio-econômico médio, que não mostrou uma vivência proporcionalmente mais positiva e nem um desenvolvimento emocional e relacional mais avançado, o que faz pensar que também este parece não ser um fator determinante para as questões aqui examinadas. Na verdade, pode-se até considerar que os jovens de nível sócio-econômico baixo acabaram tendo um resultado mais positivo no que tange à vivência da parentalidade na adolescência, como ocorreu neste estudo, tendo em vista a maior aceitação em relação a essa situação no seu meio social, como comentado na introdução deste trabalho, o que, por sua vez, proporcionou maior apoio dos familiares. Assim, embora a idade e o nível sócio-econômico, entre outros fatores, sejam muito relevantes, eles parecem não ser suficientes para explicar o que pode acontecer na transição para a parentalidade entre adolescentes. Inúmeros

fatores, pessoais, familiares, sociais e culturais interagem, interferem e determinam a qualidade e a forma da transição para a parentalidade e da relação de casal de adolescentes.

Fazendo-se aqui uma reflexão sobre o estudo realizado, pode-se destacar inicialmente, como um ponto positivo, a temática sobre a qual se desenvolveu a investigação, no caso, a parentalidade e a relação de casal na adolescência. Assim, este estudo contribuiu para preencher diversas lacunas existentes na literatura, até mesmo por conseguir comparar as vivências de pais e mães adolescentes simultaneamente nesta transição. Afora isso, as perspectivas teóricas aqui utilizadas como base para a análise também são aspectos que tornaram o trabalho original, pois não foram localizados estudos com adolescentes sobre as temáticas aqui enfocadas analisadas sob as mesmas perspectivas. Mais especificamente, a utilização de uma perspectiva teórica de cunho evolutivo (separação-indivuação) se constitui em outro ponto forte do estudo, por integrar de forma coerente três marcos evolutivos (adolescência, parentalidade e relação de casal) que ocorreram concomitantemente no caso das famílias aqui investigadas.

Quanto à metodologia utilizada na pesquisa, destaca-se como ponto positivo a possibilidade de estudar tanto a transição para a parentalidade como a relação de casal na adolescência, pelo depoimento direto dos jovens pais e mães, evitando-se os vieses tradicionalmente criticados em pesquisas sobre o tema, especialmente em função da falta de contato direto com os pais adolescentes. Como o fenômeno da parentalidade na adolescência se mostra cada vez mais freqüente, é importante ouvir o que esses jovens têm a dizer, suas dúvidas, dificuldades e sentimentos, a fim de compreender como experienciam esses acontecimentos e, assim, melhor auxiliá-los (Trindade & Bruns, 1998). O fato de se tratar de um estudo longitudinal, que cobriu da gestação ao segundo ano de vida da criança, também preenche lacunas encontradas na literatura em relação ao período de tempo das investigações sobre a transição para a parentalidade. Isto permitiu ainda conhecer as nuances particulares e oscilações dentro de cada tema, para cada participante, nos quatro momentos investigados. Por sua vez, a utilização de uma abordagem qualitativa permitiu uma abertura maior dos adolescentes nas entrevistas. Obteve-se, com isto uma profundidade de entendimento que uma pesquisa quantitativa comumente não conseguiria, e que nesse momento se julgava necessária, em função da escassez de estudos deste tipo.

O que guiou a realização desta pesquisa foi a necessidade de melhor se conhecer a transição para a parentalidade entre adolescentes, permitindo contribuir para intervenções mais adequadas junto a esta parcela da população. Acredita-se, também, que o conhecimento adquirido neste estudo poderá contribuir para a elaboração e implementação de políticas públicas mais adequadas para este público-alvo, enfocando também o bebê e até mesmo suas famílias de origem e a comunidade mais ampla.

Em relação a isso, a partir dos resultados obtidos, pensa-se ser necessária a elaboração de grupos de preparação para a parentalidade dirigidos aos adolescentes, não apenas durante a gestação, mas também após o nascimento da criança, em que possam ser discutidos não somente os aspectos médicos, mas principalmente os aspectos emocionais envolvidos nessa transição. Estes espaços seriam de grande valor terapêutico, por auxiliarem os adolescentes nesta experiência. Afora isso, percebeu-se a necessidade de incluir nestes grupos não apenas temas ligados à parentalidade, mas principalmente, ao relacionamento de casal, tendo em vista as inúmeras dificuldades que os jovens podem vivenciar em função do início simultâneo da vida conjugal e da parentalidade, além da vivência da adolescência, ficando as questões de casal geralmente em segundo plano, apesar de não serem menos importantes.

Embora se acredite no valor do estudo realizado, ao final é possível apontar para outros aspectos que poderiam ser aprofundados ou melhorados em estudos futuros. Por exemplo, sugere-se que novos estudos investiguem aspectos relacionados ao bebê e à relação dos jovens pais com o mesmo, uma vez que este é um ponto importante de influência no processo de transição para a parentalidade e na relação de casal. Além disso, seria importante a ampliação do número de casos investigados, para se ter uma melhor compreensão sobre a extensão com que os achados do presente estudo também ocorrem com outros adolescentes, particularmente aqueles com idade inferior a 14 anos, e de diferentes níveis sócio-econômicos.

É importante lembrar, ainda, que os participantes deste estudo foram selecionados por conveniência. Nesse sentido, fica a dúvida se os adolescentes que aceitaram participar da pesquisa não foram justamente aqueles que se encontravam mais adaptados à vivência da gravidez, e, por isto, mais à vontade para falar sobre tais experiências. De outro modo, também se pode pensar que os jovens escolheram participar da pesquisa, dentre outros motivos, pela necessidade de ajuda emocional no decorrer do processo, uma vez que cada entrevista, apesar de não ter objetivo



terapêutico, constituiu-se em uma oportunidade de reflexão para os participantes elaborarem suas vivências. Além disso, não se pode descartar o fenômeno da deseabilidade social, que pode ter influenciado os resultados obtidos, fazendo com que os adolescentes tentassem passar uma imagem positiva para a entrevistadora, de acordo com a imagem social esperada para um bom pai e uma boa mãe. De qualquer forma, pode-se pensar que, de algum modo, os resultados revelados pelo presente estudo representam questões vivenciadas por muitos adolescentes na transição para parentalidade e na sua relação de casal.

Quanto às entrevistas utilizadas, apesar de terem sido consideradas adequadas, por terem permitido obter um grande número de informações, pensa-se que poderiam ter sido incluídas questões relativas à sexualidade do casal e ao relacionamento e à vivência dos avós frente à situação. Assim, recomenda-se que, em futuros estudos, os avós sejam entrevistados e que outros instrumentos de coleta de dados, como filmagens da interação dos pais com a criança, sejam também considerados. Este último tipo de material estava disponível no presente estudo, mas não foi utilizado em função do tempo que seria necessário para a realização da análise do mesmo. Seria também recomendável que novos estudos estendessem a investigação da transição para a parentalidade por um período de tempo ainda maior, e que também pudessem comparar este processo entre casais adolescentes e adultos.

Antes de finalizar, cabe salientar que, como em todo estudo qualitativo, as interpretações dos resultados são permeadas de aspectos subjetivos e da visão teórica da autora, podendo o leitor discordar das interpretações e conclusões apresentadas. De qualquer modo, as falas dos próprios adolescentes, colocadas na sessão resultados, buscaram retratar da forma mais fiel e adequada possível as informações coletadas. Obviamente muito mais poderia ser descrito, se não fosse pelas restrições de espaço. Espera-se que o material que foi apresentado permita ao leitor entender as interpretações realizadas, e também lhe dê subsídios para outras interpretações. Para Fonseca (1997), a problematização da parentalidade adolescente nos campos de pesquisa e intervenção pode seguir caminhos diferentes, dependendo do tipo de valores que orienta a sua realização: de um lado, pode-se considerá-la sempre indesejável e patologizá-la, prevendo processos de intervenção repressivos; de outro, pode-se considerá-la como uma experiência que pode ser positiva para certos adolescentes, apoiando-os em suas necessidades. Essa perspectiva pautou o presente estudo.

Talvez justamente o ponto mais importante deste trabalho tenha sido o de confrontar alguns esquemas e verdades estabelecidas, mostrando que a parentalidade na adolescência nem sempre assume um caráter negativo na vida dos jovens, e de que a relação de casal entre adolescentes não necessariamente é menos duradoura e harmônica do que a de adultos, como é representada freqüentemente na literatura e na nossa cultura. É claro que os adolescentes enfrentam dificuldades em relação a estas vivências, mas tais dificuldades podem ser semelhantes às dos adultos, e não parecem ser intransponíveis, especialmente quando contam com uma rede de apoio social efetiva.

Por fim, não se poderia deixar de mencionar o quanto a realização deste doutorado também representou um momento de transição e crescimento pessoal para a autora, constituindo-se metaforicamente em um período de transição para a parentalidade, cujo produto (tese), apesar de suas limitações, foi gerado a partir de um grande desejo pessoal, sendo o processo permeado por ambivalências, mas tendo uma avaliação final muito positiva, até mesmo em função dos modelos parentais recebidos.

## REFERÊNCIAS

- Abeche, A. M. (2003). A gestante adolescente e seu parceiro: Características do relacionamento do casal e aceitação da gravidez. [resumo] Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, 25 (07), 535.
- Aberastury, A. (1981). O adolescente e a liberdade. Em A. Aberastury & M. Knobel (Orgs.), Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico (pp. 13 - 23), 10ed. Trad. S. M. G. Ballve. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1970.
- Aberastury, A. (1990). Adolescência. Em A. Aberastury (Org.), Adolescência (pp. 15 - 32). 6ed. Trad. R. Cabral. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1978.
- Ackerman, N. W. (1986). Diagnóstico e tratamento das relações familiares. Trad. M. C. R. Goulart. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1958.
- Allen, W. D. & Doherty, W. J. (1996). The responsibilities of fatherhood as perceived by African American teenage fathers. Families in Society: The Journal of Contemporary Human Services, 77 (03), 142- 155.
- Alvarenga, L. L. de (1996). Uma leitura psicanalítica do laço conjugal. Em T. Féres-Carneiro (Org.), Coletâneas da ANPEPP: Relação amorosa, Casamento, Separação e Terapia de Casal, 01 (01), 25 – 35.
- Amazarray, M. R.; Machado, P. S.; Oliveira, V. Z. & Gomes, W. B. (1998). A experiência de assumir a gestação na adolescência: Um estudo fenomenológico. Psicologia: Reflexão e Crítica, 11 (03), 431 – 440.
- Amorim, L. M. (2003). Intimidade: como e/ou até que ponto influencia o relacionamento conjugal? Disponível em [http://www.abratef.org.br/artigos/01\\_02\\_2003.htm](http://www.abratef.org.br/artigos/01_02_2003.htm), acesso em 12 de janeiro de 2005.
- Anteghini, M.; Fonseca, H.; Ireland, M. & Blum, R. W. (2001). Health risk behaviors and associated risk and protective factors among Brazilian adolescents in Santos, Brazil. Journal of Adolescent Health, 28 (04), 295 – 302.
- Araújo, M. de F. (2002). Amor, casamento e sexualidade: Velhas e novas configurações. Psicologia, Ciência e Profissão, 22 (02), 70 – 77.
- Atwater, E. (1988). Adolescence. 2ed. New Jersey: Prentice Hall.

- Aylmer, R. C. (2001). O lançamento do jovem adulto solteiro. Em B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar (pp. 169 – 183), 2ed. Trad. M. A. V. Veronese. Porto Alegre: Artmed. Original publicado em 1989.
- Bailey, P. E.; Bruno, Z. V.; Bezerra, M. F.; Queiroz, I.; Oliveira, C. M. & Chen-Mok, M. (2001). Adolescent pregnancy 1 year later: The effects of abortion vs. motherhood in Northeast Brazil. Journal of Adolescent Health, 29 (03), 223 – 232.
- Baizán, P.; Aassve, A. & Billari, F. C. (2003). Cohabitation, marriage, and first birth: The interrelationship of family formation events in Spain. [resumo] European Journal of Population, 19 (02), 147 – 169.
- Baloush-Kleinman, V. & Sharlin, S. A. (2004). Social, economic, and attitudinal characteristics of cohabitation in Israel. [resumo] Journal of Family and Economic Issues, 25 (02), 255 – 269.
- Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições70.
- Barker, S. L. & Castro, D. M. F. (2002). Gravidez na adolescência: Dando sentido ao acontecimento. Em M. de L. J. Contini, S. H. Koller & M. N. dos S. Barros (Orgs.), Adolescência & Psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas (pp. 78 - 84). Brasília: CFP.
- Batalova, J. A. & Cohen, P. N. (2002). Premarital cohabitation and housework: Couples in cross-national perspective. [resumo] Journal of Marriage and Family, 64 (03), 743 – 755.
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: a process model. Child Development, 55 (01), 83 – 96.
- Belsky, J. & Miller, B. C. (1986). Adolescent fatherhood in the context of the transition to parenthood. Em A. B. Elster & M. E. Lamb (Orgs.). Adolescent fatherhood (pp. 107 - 121). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Berrington, A. (2001). Entry into parenthood and the outcome of cohabiting partnerships in Britain. [resumo] Journal of Marriage and the Family, 63 (01), 80 - 96.
- Berthoud, C. M. E. (2003). Re-significando a parentalidade: Os desafios de ser pais na atualidade. v. 1. Taubaté: Cabral.

- Billy, J. O.; Landale, N. S. & McLaughlin, S. D. (1986). The effect of marital status at first birth on marital dissolution among adolescent mothers. [resumo] Demography, 23 (03), 329 – 349.
- Blos, P. (1994). Adolescência: Uma interpretação psicanalítica. Trad. W. Dutra. São Paulo: Martins Fontes. Original publicado em 1962.
- Blos, P. (1996). Transição adolescente: Questões desenvolvimentais. Trad. M. R. Hofmeister. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1979.
- Bolton, F. G. & Belsky, J. (1986). The adolescent father and child maltreatment. Em A. B. Elster & M. E. Lamb (Orgs.), Adolescent fatherhood (pp. 123 – 140). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Borges, I. C. B. (1999). Uma delicada travessia. Cadernos Psicanalíticos, 21 (13), 45 - 53.
- Bradt, J. O. (2001). Tornando-se pais: famílias com filhos pequenos. Em B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar (pp. 206 – 222), 2ed. Trad. M. A. V. Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1989.
- Brazelton, T. B. & Cramer, B. G. (1992). As primeiras relações. Trad. M. B. Cipolla. São Paulo: Martins Fontes. Original publicado em 1990.
- Brown, S. L. (2000). The effect of union type on psychological well-being: Depression among cohabitators versus married. [resumo] Journal of Health and Social Behavior, 41 (03), 241 – 255.
- Bruno, Z. V. & Bailey, P. E. (1998). Gravidez em adolescentes no Ceará: Maternidade ou aborto. Em E.M. Vieira, M. E. L. Fernandes, P. Bailey & A. McKay (Orgs.), Seminário Gravidez na Adolescência (pp. 57 - 66). São Paulo: Ministério da Saúde/Projeto de Estudos da Mulher/Associação Saúde da Família/USAID.
- Buchanan, M. & Robbins, C. (1990). Early adult psychological consequences for males of adolescent pregnancy and its resolution. Journal of Youth and Adolescence, 19 (04), 413 – 424.
- Burdon, B. (1998). Envolvendo os homens na vida familiar: se eles podem fazê-lo, por que não o fazem? Em P. Silveira (Org.), Exercício da paternidade (pp. 81-90). Porto Alegre: Artes Médicas.

- Cabral, C. S. (2003). Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. Cadernos de Saúde Pública, 19 (02), 283 – 292, supl. 02.
- Cabrera, N. J.; Tamis-LeMonda, C. S.; Bradley, R. H.; Hofferth, S. & Lamb, M. E. (2000). Fatherhood in the twenty-first century. Child Development, 71 (01), 127 – 136.
- Caillé, P. (1994). Um e um são três: O casal se auto-revela. Trad. J. de S. & M. Werneck. São Paulo: Summus. Original publicado em 1991.
- Camargo, G. (2002). Ops, engravidei! Extra Classe – O Jornal do SINPRO/RS, 67, 19 - 21.
- Canevaro, A. (2002). *Nec sine te nec tecum vivere possum*: Terapia trigeracional para as simbioses de casal. Em M. Andolfi (Org.), A crise do casal: Uma perspectiva sistêmico-relacional (pp. 79 – 98). Trad. L. Kahl & G. Menegoz. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 2001.
- Castoldi, L. & Sobreira Lopes, R. C. (1998). Genograma familiar do casal. Instrumento não publicado.
- Cervený, C. (1996). Gravidez na adolescência: Uma perspectiva familiar. Em R. M. de Macedo (Org.), Coletâneas da ANPEPP: Família e Comunidade, 01 (02), 35 – 50.
- Cervera, N. (1994). Family change during an unwed teenage pregnancy. Journal of Youth and Adolescence, 23 (01), 119 - 140.
- Christmon, K. (1990a). Parental responsibility and self-image of African American teenage fathers. Families in Society, 71 (09), 563 – 567.
- Christmon, K. (1990b). Parental responsibility of African American unwed adolescent fathers. Adolescence, XXV (99), 645 – 653.
- Clarke, L. & Jensen, A. M. (2004). Children's risk of parental break-up. Acta Sociologica, 47 (01), 51 – 69.
- Cochran, D. L. (1997). African american fathers: A decade review of the literature. Families in Society: The Journal of Contemporary Human Services, 78 (04), 340 – 351.
- Colarusso, C. A. (1990). The third individuation: The effect of biological parenthood on separation-individuation processes in adulthood. Psychoanalytical Study of the Child, 45, 179 – 194.

- Coleman, E. (1980). Counseling adolescent males. The Personnel and Guidance Journal, 60 (04), 215 - 218.
- Coley, R. L. & Chase-Lansdale, P. L. (1998). Adolescent pregnancy and parenthood: Recent evidence and future directions. American Psychologist, 53 (02), 152 – 166.
- Combrinck-Graham, L. (1991). La sexualidad del adolescente en la espiral vital de la familia. Em C. J. Falicov (Org.), Transiciones de la familia: Continuidad y cambio en el ciclo de vida (pp. 167 - 198). Buenos Aires: Amorrortu.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Corrêa, C. N. (2001). A transição do casal para a parentalidade. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Costa, G. P. (2000). A cena conjugal. Porto Alegre: Artmed.
- Costa, G. P. & Katz, G. (Orgs.) (1992). Dinâmica das relações conjugais. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Costa, M. C. O.; Santos, C. A. T.; Sobrinho, C. L. N.; Freitas, J. O.; Ferreira, K. A. S. L.; Silva, M. A. & Paula, P. L. B. (2002). Estudo dos partos e nascidos vivos de mães adolescentes e adultas jovens no município de Feira de Santana, Bahia, Brasil, 1998. Cadernos de Saúde Pública, 18 (03), 715 – 722.
- Cowley, C. & Farley, T. (2001). Adolescent girls' attitudes toward pregnancy: The importance of asking what the boyfriend wants. Journal of Family Practice, 50 (07), 603 – 607.
- Cox, M. J.; Paley, B.; Burchinal, M. & Payne, C. C. (1999). Marital perceptions and interactions across the transition to parenthood. Journal of Marriage and the Family, 61 (03), 611 – 625.
- Crockenberg, S. (1987). Predictors and correlates of anger toward and punitive control of toddlers by adolescent mothers. Child Development, 58 (04), 964 – 975.
- Cutrona, C. E.; Hessling, R. M.; Bacon, P. L. & Russell, D. W. (1998). Predictors and correlates of continuing involvement with the baby's father among adolescent mothers. Journal of Family Psychology, 12 (03), 369 – 387.
- Dadoorian, D. (1998). A gravidez desejada na adolescência. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 50 (31), 60 - 70.

- Dadoorian, D. (2003). Gravidez na adolescência: um novo olhar. Psicologia, Ciência e Profissão, 21 (03), 84 - 91.
- Dallas, C. M. & Chen, S. C. (1998). Experiences of African American adolescent fathers. Western Journal of Nursing Research, 20 (02), 210- 222.
- Dean, A. L. (1997). Teenage pregnancy: The interaction of psyche and culture. Hillsdale, New Jersey: Analytic Press.
- Dearden, K., Hale, C. & Alvarez, J. (1992). The educational antecedents of teen fatherhood. British Journal of Educational Psychology, 62(01), 139 - 147.
- Dellmann-Jenkins, M.; Sattler, S. H. & Richardson, R. A. (1993). Adolescent parenting: A positive, intergenerational approach. Families in Society: The Journal of Contemporary Human Services, 74 (10), 590 – 601.
- Dennison, C. & Coleman, J. (1998). Teenage motherhood: Experiences and relationships. Em S. Clement (Org.). Psychological perspectives on pregnancy and childbearing (pp. 245 – 263). London: Churchill Livingstone.
- Dessen, M. A. & Braz, M. P. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. Psicologia, Teoria e Pesquisa, 16 (03), 221 - 231.
- Dias, A. C. G. & Lopes, R. C. S. (2003). Representações de maternidade de mães jovens e suas mães. Psicologia em Estudo, 08, 63 - 73.
- Dias, M. de V. (2000). A construção do casal: um estudo sobre as relações conjugais contemporâneas. [resumo] Tese de Doutorado não publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em <http://www.dbd.puc-rio.br/>, acesso em 11/01/2005.
- Diaz, J. & Diaz, M. (1999). Contracepção na adolescência. Em N. Schor, M. do S. F. T. Mota & V. Castelo Branco (Orgs.), Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento (pp. 249 - 257). Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, v. 01.
- Diniz, G. R. S. (1999). Homens e mulheres frente à interação casamento – trabalho: Aspectos da realidade brasileira. Em T. Féres-Carneiro (Org.), Casal e família: Entre a tradição e a transformação (pp. 31 - 54). Rio de Janeiro: Nau.
- Duarte, L. (2005, 05 de maio). Gravidez tem que ter hora. Jornal Zero Hora, p. 04 – 05.



- Dush, C. M. K.; Cohan, C. L. & Amato, P. R. (2003). The relationship between cohabitation and marital quality and stability: Change across cohorts? [resumo] Journal of Marriage and Family, 65 (03), 539 – 549.
- Duvander, A-Z. E. (1999). The transition from cohabitation to marriage: A longitudinal study of the propensity to marry in Sweden in the early 1990s. [resumo] Journal of Family Issues, 20 (05), 698 – 717.
- Edlund, L.; Haider, L. & Pande, R. (2002). Unwed parenthood: Like marriage or like divorce? [resumo] Acesso em 14 de janeiro de 2005. Disponível em <http://www.pythie.cepremap.ens.fr/~piketty/Papers/Edlundetal2002.pdf>.
- Elster, A. B. & Panzarine, S. (1983). Teenage fathers: Stresses during gestation and early parenthood. Clinical Pediatrics, 22 (10), 700 - 703.
- Elster, A. B. & Hendricks, L. (1986). Stresses and coping strategies of adolescent fathers. Em A. B. Elster & M. E. Lamb (Orgs.). Adolescent fatherhood (pp. 55 – 65). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Elster, A. B. & Lamb, M. E. (Orgs.). (1986). Adolescent fatherhood. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Erikson, E. H. (1998). O ciclo de vida completo. Trad. M. A. V. Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1997.
- Fagot, B. I., Pears, K. C., Capaldi, D. M., Crosby, L. & Leve, C. S. (1998). Becoming an adolescent father: Precursors and parenting. Developmental Psychology, 34 (06), 1209 - 1219.
- Fagundes, J. O. (1999). Ilusão de fusão na relação do casal. Em M. Ramos (Org.), Casal e família como paciente (pp. 69 - 94). 2ed. São Paulo: Escuta. Original publicado em 1994.
- Falcke, D.; Diehl, J. A. & Wagner, A. (2002). Satisfação conjugal na atualidade. Em A. Wagner (Org.), Família em cena: Tramas, dramas e transformações (pp. 172 – 188). Petrópolis: Vozes.
- Fávero, M. H. & Mello, R. M. (1997). Adolescência, maternidade e vida escolar: A difícil conciliação de papéis. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 13 (01), 131 - 136.
- Feldman, R. (2000). Parent's convergence on sharing and marital satisfaction, father involvement, and parent-child relationship at the transition to parenthood. Infant Mental Health Journal, 21 (03), 176 – 191.

- Féres-Carneiro, T. (1987). Aliança e sexualidade no casamento e no recasamento contemporâneo. Psicologia, Teoria e Pesquisa, 03 (03), 250 – 261.
- Féres-Carneiro T. (1995). Casais em terapia: Um estudo sobre a manutenção e a ruptura do casamento. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 44 (02), 67 – 70.
- Féres-Carneiro, T. (1996). Escolha amorosa e relação conjugal na homossexualidade e na heterossexualidade: Um estudo sobre namoro, casamento, separação e recasamento. Em T. Féres-Carneiro (Org.), Coletâneas da ANPEPP: Relação amorosa, Casamento, Separação e Terapia de Casal, 01 (01), 71 – 100.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: O difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. Psicologia, Reflexão e Crítica, 11 (02), 379 – 394.
- Féres-Carneiro, T. (2001). Casamento contemporâneo: Construção da identidade conjugal. Em T. Féres-Carneiro (Org.), Casamento e família: Do social à clínica (pp. 67 – 80). Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Féres-Carneiro, T. & Magalhães, A. S. (2000). Retorno da conjugalidade sobre a subjetividade dos parceiros: Uma questão para a clínica psicanalítica do casal. Acesso em 15 de janeiro de 2005. Disponível em <http://www.geocities.com/hotsprings/villa/3170/CarneiroMagalhaes.htm> ou <http://estadosgerais.org/historia/141-retorno.html>.
- Folle, E. & Geib, L. T. C. (2004). Representações sociais das primíparas adolescentes sobre o cuidado materno ao recém-nascido. Revista Latino-Americana de Enfermagem, 12 (02), 183 - 190.
- Fonseca, J. L. (1997). Paternidade adolescente: Uma proposta de intervenção. Dissertação de Mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Fonseca, J. L. C. L. (1998). Paternidade adolescente: Da investigação à intervenção. Em M. Arilha, S. G. U. Ridenti & B. Medrado (Orgs.), Homens e masculinidades: Outras palavras (pp. 185 - 214). São Paulo: Editora34.
- Forste, R. (2002). Prelude to marriage, or alternative to marriage? A social demographic look at cohabitation in the U.S. [resumo] Journal of Law and Family Studies, 4 (01), 91 - 104. Disponível em [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=269172](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=269172), acesso em 21 de março de 2005).

- Fraiberg, S.; Adelson, E. & Shapiro, V. (1994). Fantasmas no quarto do bebê: Uma abordagem psicanalítica dos problemas que entravam a relação mãe-bebê. Revista do CEAPIA, 7, ano VII. Original publicado em 1983.
- Frediani, A. M.; Roberto, C. M. & Ballester, D. A. P. (1994). Aspectos psicossociais da gestação na adolescência. Acta Medica, 15, 349 - 360.
- Freitas, G. V. S. & Botega, N. J. (2002). Gravidez na adolescência: Prevalência de depressão, ansiedade e ideação suicida. Revista da Associação Médica Brasileira, 48 (03), 245 - 249.
- Frosch, C. A.; Mangelsdorf, S. C. & McHale, J. L. (1998). Correlates of marital behavior at 6 months postpartum. Developmental Psychology, 34 (06), 1438 – 1449.
- Fulmer, R. H. (2001). Famílias de baixa renda e famílias com formação profissional: Uma comparação da estrutura e do processo de ciclo de vida. Em B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.). As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar (pp. 468 – 496), 2ed. Trad. M. A. V. Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1989.
- Furstenberg, F. F. (1980). Burdens and benefits: The impact of early childbearing on the family. Journal of Social Issues, 36 (01), 64 - 87.
- Furstenberg Jr., F. F.; Brooks-Gunn, J. & Morgan, S. P. (1990). Adolescent mother in later life. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gallihier, R. V.; Rostosky, S. S.; Welsh, D. P. & Kawaguchi, M. C. (1999). Power and psychological well-being in late adolescent romantic relationships. [resumo] Sex Roles, 40 (09/10), 689 – 710.
- Gama, S. G. N.; Szwarcwald, C. L.; Sabroza, A. R.; Branco, V. C. & Leal, M. C. (2004). Fatores associados à assistência pré-natal precária em uma amostra de puérperas adolescentes em maternidades do município do Rio de Janeiro, 1999-2000. Cadernos de Saúde Pública, 20 (01), 101 – 111, supl. 01.
- GIDEP – Grupo de Pesquisa em Infância, Desenvolvimento e Psicopatologia/UFRGS (1998a). Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Instrumento não publicado.
- GIDEP – Grupo de Pesquisa em Infância, Desenvolvimento e Psicopatologia/UFRGS (1998b). Entrevista de contato inicial. Instrumento não publicado.
- GIDEP – Grupo de Pesquisa em Infância, Desenvolvimento e Psicopatologia/UFRGS (1998c). Entrevista de dados demográficos do casal. Instrumento não publicado.

GIDEP – Grupo de Pesquisa em Infância, Desenvolvimento e Psicopatologia/UFRGS (1998d). Entrevista sobre a gestação e as expectativas da gestante. Instrumento não publicado.

GIDEP – Grupo de Pesquisa em Infância, Desenvolvimento e Psicopatologia/UFRGS (1998e). Entrevista sobre a gestação e as expectativas do futuro pai. Instrumento não publicado.

GIDEP – Grupo de Pesquisa em Infância, Desenvolvimento e Psicopatologia/UFRGS (1998f). Narrativa conjunta sobre a história do casal. Instrumento não publicado.

GIDEP – Grupo de Pesquisa em Infância, Desenvolvimento e Psicopatologia/UFRGS (1999a). Entrevista sobre a experiência da maternidade – terceiro mês do bebê. Instrumento não publicado.

GIDEP – Grupo de Pesquisa em Infância, Desenvolvimento e Psicopatologia/UFRGS (1999b). Entrevista sobre a experiência da paternidade – terceiro mês do bebê. Instrumento não publicado.

GIDEP – Grupo de Pesquisa em Infância, Desenvolvimento e Psicopatologia/UFRGS (1999c). Entrevista com o casal sobre a experiência da parentalidade – terceiro mês do bebê. Instrumento não publicado.

GIDEP – Grupo de Pesquisa em Infância, Desenvolvimento e Psicopatologia/UFRGS (2000a). Entrevista com a mãe sobre o desenvolvimento do bebê – primeiro ano do bebê. Instrumento não publicado.

GIDEP – Grupo de Pesquisa em Infância, Desenvolvimento e Psicopatologia/UFRGS (2000b). Entrevista com o pai sobre o desenvolvimento do bebê – primeiro ano do bebê. Instrumento não publicado.

GIDEP – Grupo de Pesquisa em Infância, Desenvolvimento e Psicopatologia/UFRGS (2000c). Entrevista com o casal sobre a experiência da parentalidade – primeiro ano do bebê. Instrumento não publicado.

GIDEP – Grupo de Pesquisa em Infância, Desenvolvimento e Psicopatologia/UFRGS (2001a). Entrevista com a mãe sobre o desenvolvimento do bebê – segundo ano do bebê. Instrumento não publicado.

GIDEP – Grupo de Pesquisa em Infância, Desenvolvimento e Psicopatologia/UFRGS (2001b). Entrevista com o pai sobre o desenvolvimento do bebê – segundo ano do bebê. Instrumento não publicado.

- Giffin, K. (1998). Exercício da paternidade: Uma pequena revolução. Em P. Silveira (Org.), Exercício da paternidade (pp. 75-80). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gomes, W. A.; Costa, M. C. O.; Sobrinho, C. L. N.; Santos, C. A. S. T. & Bacelar, E. B. (2002). Nível de informação sobre adolescência, puberdade e sexualidade entre adolescentes. Jornal de Pediatria, 78 (04), 301 - 308.
- Gomes, R.; Fonseca, E. M. G. O. & Veiga, A. J. M. O. (2002). A visão da Pediatria acerca da gravidez na adolescência: Um estudo bibliográfico. Revista Latino-Americana de Enfermagem, 10 (03), 408 - 414.
- Gonçalves, C. R. (2002). Sinopses jurídicas: Direito de Família. v. 02. São Paulo: Saraiva.
- Gonzatto, M. (2004, 22 de dezembro). Menos casamento de “papel passado” no Estado. Jornal Zero Hora, p. 04 – 05.
- Goodyear, R. K.; Newcomb, M. D. & Allison, R. D. (2000). Predictors of Latino men’s paternity in teen pregnancy: Test of a mediational model of childhood experiences, gender role attitudes, and behaviors. Journal of Counseling Psychology, 47 (01), 116 – 128.
- Gonzalez, J. A. R. (1994) Manual de orientación y terapia familiar: Enfoque sistémico teórico-práctico. 2ed. Madrid: Instituto de Ciencias del Hombre. Original publicado em 1984.
- Guimarães, A. M. D. N.; Vieira, M. J. & Palmeira, J. A. (2003). Informações dos adolescentes sobre métodos anticoncepcionais. Revista Latino-Americana de Enfermagem, 11 (03), 293 - 298.
- Harris, J. L. J. (1998). Urban African American adolescent parents: Their perceptions of Sex, love, intimacy, pregnancy and parenting. Adolescence, 33 (132), 833 – 844.
- Haskey, J. (2001). Cohabitation in Great Britain: Past, present and future trends – and attitudes. Population Trends, 103, 04 – 25.
- Hartmann, F. V. (2004). A interação conjugal e o uso da violência em famílias com filhos pequenos. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Heilborn, M. L. (1995). O que faz um casal, casal? Conjugalidade, igualitarismo e identidade sexual em camadas médias urbanas. Em I. Ribeiro & A. C. T. Ribeiro (Orgs.), Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade

brasileira (pp. 91 – 106), Coleção Seminários Especiais, Centro João XXIII, v. 10. São Paulo: Loyola.

Heilborn, M. L.; Salem, T.; Rohden, F.; Brandão, E.; Knauth, D.; Víctora, C.; Aquino, E.; McCallum, C. & Bolzon, M. (2002). Aproximações sócio-antropológicas sobre a gravidez na adolescência. Horizontes Antropológicos, 08 (17), 13 - 45.

Hendricks, L. E. (1980). Unwed adolescent fathers: Problems they face and their sources of social support. Adolescence, XV (60), 861 - 869.

Hendricks, L. E. (1988). Outreach with teenage fathers: A preliminary report on three ethnic groups. Adolescence, XXIII (91), 711 - 720.

Hendricks, L. E. & Montgomery, T. (1983). A limited population of unmarried adolescent fathers: A preliminary report of their views on fatherhood and the relationship with the mothers of their children. Adolescence, XVIII (69), 201 - 210.

Hetherington, E. M. (1997). Teenage childbearing and divorce. Em S. S. Luthar; J. A. Burack; D. Cicchetti & J. R. Weisz (Orgs.), Developmental psychopathology: Perspectives on adjustment, risk, and disorder (pp. 350 – 373). Cambridge/New York: University Press.

Hines, P. M. (2001). O ciclo de vida familiar nas famílias negras pobres. Em B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.). As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar (pp. 440 – 467), 2ed. Trad. M. A. V. Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1989.

Hockaday, C.; Crase, S. J.; Shelley, M. C. & Stockdale, D. F. (2000). A prospective study of adolescent pregnancy. Journal of Adolescence, 23, 423 – 438.

Imber-Black, E. (2001). Transições idiossincráticas de ciclo de vida e rituais terapêuticos. Em B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.). As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar, (pp. 131 – 143), 2ed. Trad. M. A. V. Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1989.

Jablonski, B. (2001). Atitudes frente à crise do casamento. Em T. Féres-Carneiro (Org.), Casamento e família: Do social à clínica (pp. 81 – 95). Rio de Janeiro: Nau Editora.

Jamieson, L.; Anderson, M.; McCrone, D.; Bechhofer, F.; Stewart, R. & Li, Y. (2002). Cohabitation and commitment: Partnership plans of young men and women. [resumo] The Sociological Review, 50 (03), 356 – 377.

- Jeolás, L. S. & Ferrari, R. A. P. (2003). Oficinas de prevenção em um serviço de saúde para adolescentes: espaço de reflexão e de conhecimento compartilhado. Ciência & Saúde Coletiva, 08 (02), 611 - 620.
- Jorgensen, S. R. (1993). Adolescent pregnancy and parenting. Em T. P. Gullotta, G. R. Adams & R. Montmayor (Orgs.), Adolescent sexuality (pp. 103 - 140). Newbury Park: Sage.
- Kahhale, E. M. P. (1997). Mecanismos psíquicos da grávida adolescente. Em M. Zugaib, J. J. Tedesco & J. Quayle (Orgs.), Obstetrícia psicossomática (pp. 243 - 251). São Paulo: Atheneu.
- Kaltiala-Heino, R.; Rimpela, M.; Rissanen, A. & Rantanen, P. (2001). Early puberty and early sexual activity are associated with bulimic-type eating pathology in middle adolescence. Journal of Adolescent Health, 28 (01), 346 – 352.
- Kaplan, E. B. (1996). Black teenage mothers and their mothers: The impact of adolescent childbearing on daughters' relations with mothers. Social Problems, 43 (04), 427 – 444.
- Kiernan, K. (2001). The rise of cohabitation and childbearing outside of marriage in Western Europe. International Journal of Law, Policy and the Family, 15 (01), 01 - 21.
- Kiernan, K. (2003). Unmarried parenthood: New insights from the Millennium Cohort Study. Population Trends, 114, 26 – 33.
- Kiernan, K. (2004a). Redrawing the boundaries of marriage. Journal of Marriage and the Family, 66 (04), 980 – 987.
- Kiernan, K. (2004b). Unmarried cohabitation and parenthood in Britain and Europe. Law & Policy, 26 (01), 33 – 55.
- Kim, H. K. & McKenry, P. C. (2002). The relationship between marriage and psychological well-being: A longitudinal analysis. [resumo] Journal of Family Issues, 23 (08), 885 – 911.
- Klaus, M. H. & Kennell, J. H. (1993). Pais/Bebê: A formação do apego. Trad. D. Batista. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1976.
- Knobel, M. (1981). A síndrome da adolescência normal. Em A. Aberastury & M. Knobel (Orgs.), Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico (pp. 24 - 62), 10ed. Trad. S. M. G. Ballve. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1970.

- Kramer, E. (2004). Cohabitation: Just a phase? Psychological Today, set-out/2004. Acesso em 14/01/2005. [resumo] Disponível em: [http://www.findarticles.com/p/articles/mi\\_m1175/is\\_5\\_37/ai\\_n6214919](http://www.findarticles.com/p/articles/mi_m1175/is_5_37/ai_n6214919)
- Kreutz, C. M. (2001). A experiência da maternidade e a interação mãe-bebê em mães adolescentes e adultas. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Lamb, M. E. & Elster, A. B. (1986). Parental behavior of adolescent mothers and fathers. Em Em A. B. Elster & M. E. Lamb (Orgs.), Adolescent Fatherhood (pp. 88 - 106). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Lamb, M. E.; Elster, A. B.; Peters, L. J.; Kahn, J. S. & Tavaré, J. (1986). Characteristics of married and unmarried adolescent mothers and their partners. Journal of Youth and Adolescence, 15 (06), 487 – 496.
- Landy, S., Schubert, J., Cleland, J., Clark, C. & Montgomery, J. S. (1983). Teenage pregnancy: Family syndrome?, Adolescence, XVIII (71), 679 - 694.
- Langer, M. (1986). Maternidade e sexo. 2ed. Trad. M. N. Folberg. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1978.
- Laville, C. & Dionne, J. (1999). A construção do saber: Manual de metodologia de pesquisa em Ciências Humanas. Trad. H. Monteiro & F. Settinieri. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1997.
- Lee, M. (2001). Family and adolescent childbearing. Journal of Adolescent Health, 28 (04), 307 – 312.
- Levandowski, D. C. (2001). Paternidade na adolescência: Expectativas, sentimentos e a interação com o bebê. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Levandowski, D. C.; De Antoni, C.; Koller, S. H. & Piccinini, C. A. (2002). Paternidade na adolescência e os fatores de risco e de proteção para violência na interação pai-criança. Interações, Estudos e Pesquisas em Psicologia, VII (13), 77 – 100.
- Levandowski, D. C. & Piccinini, C. A. (2002). A interação pai-bebê entre pais adolescentes e adultos. Psicologia, Reflexão e Crítica, 15 (02), 413 – 424.
- Levandowski, D. C. & Piccinini, C. A. (2004). Paternidade na adolescência: Aspectos teóricos e empíricos. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 14 (01), 51 – 67.



- Levy-Shiff, R. (1994). Individual and contextual correlates of marital change across the transition to parenthood. Developmental Psychology, 30 (04), 591 – 601.
- Lewis, M. & Volkmar, F. R. (1993). Aspectos clínicos do desenvolvimento na infância e adolescência. 3ed. Trad. G. Giacomet. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1990.
- Lima, C. T. B.; Feliciano, K. V. de O.; Carvalho, M. F. S.; Souza, A. P. P.; Menabó, J. B. C.; Ramos, L. S.; Cassundé, L. F. & Kovács, M. H. (2004). Percepções e práticas de adolescentes grávidas e de familiares em relação à gestação. Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil, 04 (01), 71 - 83.
- Luster, T. & Mittelstaedt, M. (1993). Adolescent mothers. Em T. Luster & L. Okagaki (Orgs.), Parenting: An ecological perspective (pp. 69 – 99). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Machado, R. de C. A. & Paula, L. G.. (1996). Gravidez na adolescência. Acta Médica, 257 – 264.
- Madeira, A. M. F. (1998) Mães adolescentes que freqüentam a puericultura de um centro de saúde: Algumas características. Enfermagem Revista, 04 (07/08), 98 - 108.
- Magalhães, A. S. (2003). Transmutando a subjetividade na conjugalidade. Em T. Féres-Carneiro (Org.), Família e casal: Arranjos e demandas contemporâneas (pp. 225 – 245). Rio de Janeiro: Loyola/PUCRio.
- Magalhães, A. S. & Feres-Carneiro, T. (2003). Conjugalidade e subjetividades contemporâneas: O parceiro como instrumento de legitimação do “eu”. Trabalho apresentado no Segundo Encontro Mundial dos Estados Gerais da Psicanálise, Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.estadosgerais.org/mundial.rj>, acesso em 11/01/2005.
- Mahler, M. (1982). O processo de separação-individação. Trad. H. M. de Souza. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1979.
- Mahler, M. S.; Pine, F. & Bergman, A. (2002). O nascimento psicológico da criança: Simbiose e individuação. Trad. J. A. Russo. Porto Alegre: ArtMed. Original publicado em 1975.
- Manning, W. D. & Smock, P. J. (1995). Why marry? Race and the transition to marriage among cohabitators. [resumo] Demography, 32 (04), 509 – 520.

- Marcelli, D. & Braconnier, A. (1989). Manual de psicopatologia do adolescente. Trad. A. E. Filman. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1984.
- Marsiglio, W. (1986). Teenage fatherhood: High school completion and educational attainment. Em A. B. Elster & M. E. Lamb (Orgs.), Adolescent Fatherhood (pp. 67 - 86). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Marsiglio, W. & Cohan, M. (1997). Young fathers and child development. Em M. E. Lamb (org.), The role of the father in child development (pp. 227 - 244), 3ed. New York, NY, US: John Wiley & Sons.
- Martin, P. D.; Martin, D. & Martin, M. (2001). Adolescent premarital sexual activity, cohabitation, and attitudes toward marriage. Adolescence, 36 (143), 601 - 609.
- Martini, J. G.; Gregis, C. & Jardim, L. (1999). Gravidez na adolescência: da prática disciplinadora à pedagogia libertadora. Revista Brasileira de Enfermagem, 52 (04), 539 - 546.
- Martins, P. de O.; Trindade, Z. A. & Almeida, A. M. de O. (2003). O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. Psicologia, Reflexão e Crítica, 16 (03), 555 - 568.
- McAnarney, E. R.; Lawrence, R. A.; Aten, M. J. & Iker, H. P. (1984). Adolescent mothers and their infants. Pediatrics, 73 (03), 358 - 362.
- McKinney, J. P.; Fitzgerald, H. E. & Strommen, E. A. (1977). Developmental Psychology: The adolescent and young adult. Homewood, Illinois, US: Dorsey Press.
- McLaughlin, S. D.; Grady, W. R.; Billy, J. O.; Landale, N. S. & Wings, L. D. (1986). The effects of the sequencing of marriage and first birth during adolescence. [resumo] Family Plann Perspective, 18 (01), 12- 18.
- Medrado, B. & Lyra, J. (1999). A adolescência “desprevenida” e a paternidade na adolescência: Uma abordagem geracional e de gênero. Em N. Schor, M. do S. F. T. Mota & V. Castelo Branco (Orgs.), Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento (pp. 230 - 248). Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, v. 01.
- Melo, M. T. (2001a). Estar grávida na adolescência: Um estudo realizado no Hospital Regional de São José – SC. Psicologia & Sociedade, 13 (01), 93 - 106.
- Melo, I. (2001b, 16 de janeiro). Aumenta o atendimento de mães adolescentes pelo SUS. Jornal Zero Hora, Seção Geral, p. 38.

- Menezes, C. C. (2001). A relação conjugal na transição para a parentalidade: Da gestação ao segundo ano de vida do bebê. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Miller, B. C.; Benson, B. & Galbraith, K. A. (2001). Family relationships and adolescent pregnancy risk: A research synthesis. Developmental Review, *21* (01), 01 – 38.
- Montmayor, R. (1986). Boys as Fathers: Coping with the dilemmas of adolescence. Em A. B. Elster & M. E. Lamb (Orgs.), Adolescent fatherhood (pp. 01 - 18). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Moore, D. R. & Florsheim, P. (2001). Interpersonal processes and psychopathology among expectant and nonexpectant adolescent couples. Journal of Consulting and Clinical Psychology, *69* (01), 101 – 113.
- Muza, G.. M. & Costa, M. P. (2002). Elementos para a elaboração de um projeto de promoção à saúde e desenvolvimento dos adolescentes: O olhar dos adolescentes. Cadernos de Saúde Pública, *18* (01), 321 - 328.
- Nock, S. L. (1998). The consequences of premarital fatherhood. American Sociological Review, *63* (02), 250 - 263.
- Nunes, C. E. G. (1998). Adolescência e paternidade: Um duelo de papéis sociais. Psico, *29* (01), 125 - 138.
- Núñez-Urquiza, R. M.; Hernández-Prado, B.; García-Barríos, C.; González, D. & Walker, D. (2003). Embarazo no deseado en adolescentes, y utilización de métodos anticonceptivos posparto. Salud Publica de México, *45* (01), 92 - 102.
- Okagaki, L. & Divecha, D. J. (1993). Developmental of parental beliefs. Em T. Luster & L. Okagaki (Orgs.), Parenting: An ecological perspective (pp. 35 – 67). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Oliveira, M. W. (1998). Gravidez na adolescência: Dimensões do problema. Caderno CEDES, *19* (45), 48 – 70.
- Ortiz, C. G. & Nuttall, E. V. (1987). Adolescent pregnancy: Effects of family support, education, and religion on the decision to carry or terminate among Puerto Rican teenagers. Adolescence, *XXII* (88), 897 - 917.
- Osofsky, J. D.; Hann, D. M. & Peebles, C. (1993), Adolescent parenthood: Risks and opportunities for mothers and infants. Em C. H. Zeanah (Org.), Handbook of Infant Mental Health (pp. 106 – 119). London: Guilford Press.

- Osório, L. C. (2002). Casais e famílias: Uma visão contemporânea. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Outeiral, J. O. (1994). Adolescer: Estudos sobre adolescência. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Oz, S.; Tari, A. & Fine, M. (1992). A comparison of the psychological profiles of teenage mothers and their nonmother peers: I. Ego development. Adolescence, 27 (105), 193 – 202.
- Papalia, D. E. & Olds, S. W. (2000). Desenvolvimento humano. 7ed. Trad. D. Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1998.
- Parke, R. D.; Power, T. G. & Fisher, T. (1980). The adolescent father's impact on the mother and child. Journal of Social Issues, 36 (01), 88 – 106.
- Piaget, J. & Inhelder, B. (1976). Da lógica da criança à lógica do adolescente: Ensaio sobre a construção das estruturas operatórias formais. Trad. D. M. Leite. São Paulo: Pioneira. Original publicado em 1970.
- Piccinini, C. A.; Tudge, J.; Lopes, R. S. & Sperb, T. M. (1998). Estudo longitudinal de Porto Alegre: Da gestação à escola. Instituto de Psicologia, UFRGS. Projeto de pesquisa.
- Piccinini, C. A.; Rapoport, A.; Levandowski, D. C. & Voigt, P. R. (2002). Apoio social percebido entre mães adolescentes e adultas. Psico, 33 (01), p. 09 – 35.
- Pinheiro, V. S. (2000). Repensando a maternidade na adolescência. Estudos de Psicologia, 05 (01), 243 – 251.
- Preto, N. G. (2001). Transformação do sistema familiar na adolescência. Em B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar (pp. 223 - 247), 2ed. Trad. M. A. V. Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1989.
- Ragozin, A. S.; Basham, R. B.; Crnic, K. A.; Greenberg, M. T. & Robinson, N. M. (1982). Effects of maternal age on parenting role. Developmental Psychology, 18 (04), 627 – 634.
- Ramires, V. R. (1997). O exercício da paternidade hoje. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Raphael-Leff, J. (1997). Gravidez: A história interior. Trad. R. D. Pereira. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1993.

- Redmond, M. A. (1985). Attitudes of adolescent males toward pregnancy and fatherhood. Family Relations Journal of Apply Family and Child Studies, 34 (03), 337 – 342.
- Reis, J. S. & Herz, E. J. (1987). Correlates of adolescent parenting. Adolescence, XXII (87), 599 - 609.
- Rhein, L. M., Ginsburg, K. R., Schwarz, D. F., Pinto-Martin, J. A., Zhao, H., Morgan, A. P. & Slap, G. B. Teen father participation in child rearing: family perspectives (1997). Journal of Adolescent Health, 21 (04), 244 - 252.
- Ribeiro, E. R. O.; Barbieri, M. A.; Bettiol, H. & Silva, A. A. M. (2000). Comparação entre duas coortes de mães adolescentes em municípios do Sudeste do Brasil. Revista de Saúde Pública, 34 (02), 136 - 142.
- Robinson, B. E. (1988). Teenage pregnancy from the father's perspective. American Journal of Orthopsychiatry, 58 (01), 46 - 51
- Robinson, B. E. & Barret R. L. (1987). Self-concept and anxiety of adolescent and adult fathers. Adolescence, XXII (87), 611 – 616.
- Robinson, R. B. & Frank, D. I. (1994). The relation between self-esteem, sexual activity, and pregnancy. Adolescence, 29 (113), 27 - 35.
- Rothstein, A. A. (1978). Adolescent males, fatherhood and abortion. Journal of Youth and Adolescence, 07 (2), 203 - 214.
- Rubin, V. & East, P. L. (1999). Adolescents' pregnancy intentions relations to life situations and caretaking behaviors prenatally and 2 years postpartum. Journal of Adolescent Health, 24 (05), 313 – 320.
- Russell, C. S. (1980). Unscheduled parenthood: Transition to 'parent' for the teenager. Journal of Social Issues, 36 (01), 45 - 63.
- Sadler, L. S. & Catrone, C (1983). The adolescent parent: A dual developmental crisis. Journal of Adolescent Health Care, 04 (01), 100 – 105.
- Sabroza, A. R.; Leal, M. C.; Gama, S. G. N. & Costa, J. V. (2004). Perfil sociodemográfico e psicossocial de puerperas adolescentes do Município do Rio de Janeiro, Brasil – 1999-2001. Cadernos de Saúde Pública, 20 (01), 112 – 120, supl. 01.
- Sager, C. J. (1980). Contrato matrimonial y terapia de pareja. Buenos Aires: Amorrortu.

- Santos, S. R. & Schor, N. (2003). Vivências da maternidade na adolescência precoce. Revista de Saúde Pública, 37 (01), 15 – 23.
- Santos Jr., J. D. (1999). Fatores etiológicos relacionados à gravidez na adolescência: Vulnerabilidade à maternidade. Em N. Schor, M. do S. F. T. Mota & V. Castelo Branco (Orgs.), Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento (pp. 223 - 229). Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, v. 01.
- Schames, A. A. (2000). Satisfação conjugal de homens e mulheres. Dissertação de Mestrado não publicada. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Seltzer, J. A. (2000). Families formed outside of marriage. Journal of Marriage and the Family, 62 (04), 1247 – 1268.
- Shields, M. & Wooden, M. (2003). Marriage, children and subjective well-being. Disponível em <http://afrc2003.websites.net.au/finalpapers/Wooden,%20Mark.pdf>  
Acesso em 14/01/2005.
- Silva, D. V. & Salomão, N. M. R. (2003). A maternidade na perspectiva de mães adolescentes e avós maternas dos bebês. Estudos de Psicologia, 08 (01), 135 - 145.
- Siqueira, M. J. T.; Mendes, D.; Finkler, I.; Guedes, T. & Gonçalves, M. D. S. (2002). Profissionais e usuárias(os) adolescentes de quatro programas públicos de atendimento pré-natal da região da grande Florianópolis: Onde está o pai? Estudos de Psicologia, 07 (01), 65 – 72.
- Smith, E. A. & Zabin, L. S. (1993). Marital and birth expectations of urban adolescents. [resumo] Youth & Society, 25 (01), 62 – 74.
- Soares, I. (1999, 21 de novembro). Gravidez precoce: Gestações jovens estão sem controle. Jornal Zero Hora, Seção Geral, p. 47 - 49.
- Sommer, K.; Whitman, T. L.; Borkowski, J. G.; Schellenbach, C.; Maxwell, S. & Keogh, D. (1993). Cognitive readiness and adolescent parenting. Developmental Psychology, 29 (02), 389 – 398.
- Stake, R. E. (1994). Case studies. Em N. Denzin & Y. Lincoln (Org.), Handbook of Qualitative Research (pp. 236 - 247). Londres: Sage.
- Stanley, S. M.; Whitton, S. W. & Markman, H. J. (2004). Maybe I do: Interpersonal commitment and premarital or nonmarital cohabitation. [resumo] Journal of Family Issues, 25 (04), 496 – 519.

- Steinberg, L (1985). Adolescence. New York: Alfred Knopf.
- Stern, D. N. (1997). A constelação da maternidade: O panorama da psicoterapia pais/bebê. Trad. M. A. V. Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 1995.
- Stouthamer-Loeber, M. & Wei, E. H. (1998). The precursors of young fatherhood and its effect on delinquency of teenage males. Journal of Adolescent Health, *22* (01), 56 - 65.
- Svarer, M. (2004). Is your love in vain? Another look at premarital cohabitation and divorce. [resumo] Journal of Human Resources, *39* (02), 523 – 535.
- Szejer, M. & Stewart, R. (1997). Nove meses na vida da mulher: Uma abordagem psicanalítica da gravidez e do nascimento. Trad. M. N. B. Benetti. São Paulo: Casa do Psicólogo. Original publicado em 1997.
- Taquete, S. R. (1992). Sexo e gravidez na adolescência: Estudo de antecedentes bio-psico-sociais. Jornal de Pediatria, *68* (03/04), 135 - 139.
- Tavares, E. (1996). Mãe menininha. Em A. I. Corrêa (Org.), Mais tarde... é agora! Ensaio sobre a adolescência (pp. 101 – 115). Coleção Psicanálise da Criança, v. 1 (08). Salvador: Ágalma.
- Teti, D. M. & Lamb, M. E. (1986). Sex-role learning and adolescent fatherhood. Em A. B. Elster & M. E. Lamb (Org.), Adolescent fatherhood (pp. 19 - 30). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Timmer, S. G. & Orbuch, T. L. (2001). The links between premarital parenthood, meanings of marriage, and marital outcomes. [resumo] Family Relations, *50* (02), 178 – 185.
- Toledo-Dreves, V.; Zabin, L. S. & Emerson, M. R. (1995). Durations of adolescent sexual relationships before and after conception. Journal of Adolescent Health, *17* (03), 163 – 172.
- Trindade, Z. A. (1993). As representações sociais e o cotidiano: A questão da maternidade e da paternidade. Psicologia: Teoria e Pesquisa, *9* (03), 535 - 546.
- Trindade, E. & Bruns, M. A. de T. (1999). Adolescentes e paternidade: Um enfoque fenomenológico. Ribeirão Preto: Holos.
- Trindade, Z. A. & Menandro, M. C. S. (2002). Pais adolescentes: vivência e significação. Estudos de Psicologia, *07* (01), 15 - 23.

- Unger, D. G. & Wandersman, L. P. (1988). The relation of family and partner support to the adjustment of adolescent mothers. Child Development, 59 (01), 1056 – 1060.
- Viçosa, G. (1993). Atendimento em grupo a gestantes adolescentes e seus companheiros: Uma experiência de 10 anos. Revista de Psiquiatria do RS, 15 (01), 65 – 69.
- Viçosa, G. (1997). A interação mãe-bebê na maternidade precoce. Em N. Fichtner (Org.), Prevenção, diagnóstico e tratamento dos transtornos mentais da infância e da adolescência: Um enfoque desenvolvimental (pp. 36 - 45). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Vondra, J. & Belsky, J. (1993). Developmental origins of parenting: Personality and relationship factors. Em T. Luster & L. Okagaki (Orgs.), Parenting: An ecological perspective (pp. 01 – 34). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Waite, L. J. & Spitze, G. D. (1981). Young women's transition to marriage. Demography, 18 (04), 681 – 694. (Resumo)
- Walsh, F. (2002). Casais saudáveis e casais disfuncionais: Qual a diferença? Em M. Andolfi (Org.), A crise do casal – uma perspectiva sistêmico-relacional (pp. 13 – 28). L. Kahl & G. Menegoz, Trads. Porto Alegre: Artes Médicas. Original publicado em 2001.
- Ward, M. & Carlson, E. A. (1995). Associations among adult attachment representations, maternal sensitivity, and infant-mother attachment in a sample of adolescent mothers. Child Development, 66 (01), 69 – 79.
- Westney, O. E., Cole, O. J. & Munford, T. L. (1986). Adolescent unwed prospective fathers: Readiness for fatherhood and behaviors toward the mother and the expected infant. Adolescence, XXI (84), 901 - 911.
- Westney, O. E., Cole, O. J. & Munford, T. L. (1988). The effects of prenatal education intervention on unwed prospective adolescent fathers. Journal of Adolescent Health Care, 09 (03), 214 – 218.
- Wilkinson, R. B. (1995). Changes in psychological health and the marital relationship through childbearing: Transition or process as stressor? Australian Journal of Psychology, 47 (02), 86 – 92.
- Willi, J. (1978). La pareja humana: Relación y conflicto. Trad. F. E. Rolin. 2ed. Madrid: Morata. Original publicado em 1975.



- Yazlle, M. E. H.; Mendes, M. C.; Patta, M. C.; Rocha, J. S. Y.; Azevedo, G. D. & Marcolin, A. C. (2002). A adolescente grávida: Alguns indicadores sociais. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, 24 (09), 609 – 614.
- Young, M. (1988). Parenting during mid-adolescence: A review of developmental theories and parenting behaviors. Maternal Child Nursing Journal, 17 (1), 01 – 12.
- Zordan, E. P.; Falcke, D. & Wagner, A. (2003). ¿Copiar o (re)crear? Perspectivas histórico-contextuales del matrimonio. Em A. Wagner (Org), La transmisión de los modelos familiares (pp. 45 – 65). Madrid: Editorial CCS.

## **ANEXOS**

## Anexo A

### Estudo Longitudinal de Porto Alegre: Da Gestação à Escola

(Piccinini & cols.,1998)

Este projeto se iniciou no ano de 1999, para examinar diversos fatores associados ao desenvolvimento infantil, da gestação aos anos pré-escolares. O projeto foi inicialmente denominado *Aspectos subjetivos e comportamentais da interação pais-bebê/criança: Estudo longitudinal da gestação ao segundo ano de vida criança*, tendo recebido apoio do CNPq na categoria de Projeto Integrado. O estudo envolveu mais de 100 gestantes com diferentes configurações familiares (i.e. casadas, solteiras), de vários níveis sócio-econômicos, que estivessem esperando seu primeiro filho. A gestação e os dois primeiros anos ficaram sob responsabilidade mais direta dos professores Cesar Piccinini e Rita Sobreira Lopes, ambos da UFRGS, e nos anos seguintes, sob responsabilidade do Prof. Jonathan Tudge (*University of North Carolina*) e Tânia Sperb (UFRGS).

O objetivo do projeto foi examinar diversos fatores associados aos pais (expectativas, valores parentais e nível sócio-econômico), bem como as diferenças individuais infantis (temperamento e apego) e sua relação com as atividades cotidianas de crianças pré-escolares. Além disto, a participação do Prof. Tudge permitirá comparações dos nossos dados entre diversas culturas. Por exemplo, quando a criança completar 36 meses, será feita uma coleta de dados que segue a que está sendo realizada pelo referido Professor em diversos países (EUA, Coréia do Sul, Rússia, Estônia e Finlândia). Contudo, diferentemente dos estudos nestes países, os dados brasileiros são coletados desde a gestação e permitirão comparações longitudinais, que não estão sendo feitas naqueles países. Neste sentido, o Prof. Tudge tem especial interesse nos dados coletados em nosso estudo e, desde o início do projeto, tem participado de todas as decisões envolvendo os instrumentos a serem utilizados em cada fase do estudo.

O projeto está, no momento, em pleno desenvolvimento, com algumas crianças da amostra atingindo os quatro anos de idade, tendo sido acompanhadas desde a gestação. Foram coletados dados de mulheres primíparas e seus companheiros, em diversas etapas do desenvolvimento infantil. Até o final de 2005 se espera completar a coleta de dados. Cabe ressaltar que dos dados coletados, já foram produzidas mais de nove Dissertações de Mestrado e cinco Teses de Doutorado até o ano de 2004, envolvendo temas diversos como a paternidade adolescente, a transição do casal para a parentalidade, depressão materna e interação mãe-bebê, cuidados alternativos, construção da maternidade, a construção da paternidade, etc. Também foram publicados diversos artigos originados tanto destes trabalhos como de outros dados coletados não utilizados nos mesmos, e oferecidos cursos de extensão sobre os temas pesquisados.

Apresenta-se, a seguir, um esquema geral das fases de coleta de dados já concluídas, as que estão em andamento e as programadas.

### **FASE I**

**(3º trimestre gestação)**

(coleta concluída)

#### **No hospital:**

- Entrevista de contato inicial
- Entrevista de dados demográficos do casal
- Consentimento informado

#### **Na residência da gestante:**

- Entrevista sobre a gestação e as expectativas da gestante
- Entrevista sobre a gestação e as expectativas do futuro pai
- Genograma familiar do casal
- Narrativa conjunta sobre a história do casal

#### **No Hospital: (Segundo dia após o nascimento)**

- Visita social e marcação de novo encontro

### **FASE II**

**(3º mês de vida do bebê)**

(coleta concluída)

#### **Na residência da gestante:**

- Observação filmada da interação da família (pai-mãe-bebê/pai-bebê/mãe-bebê/pai-mãe-bebê)
- Entrevista com o casal sobre a experiência da parentalidade
- Impressões dos pais sobre o temperamento do bebê
- Entrevista sobre a experiência da maternidade
- Entrevista sobre a experiência da paternidade
- Q-Sort de valores parentais

### **FASE III**

**(8º mês de vida do bebê)**

(coleta concluída)

#### **Na Sala de Observação da Universidade:**

- Observação filmada da interação da família (pai-mãe-bebê/pai-bebê/mãe-bebê/pai-mãe-bebê)
- Entrevista com o casal sobre a experiência da parentalidade
- Impressões dos pais sobre o temperamento do bebê

- Entrevista com a mãe sobre o desenvolvimento do bebê
- Entrevista com o pai sobre o desenvolvimento do bebê

#### **FASE IV**

**(12º mês de vida do bebê)**

(coleta concluída)

##### **Na Sala de Observação da Universidade:**

- Observação da interação familiar (pai-mãe-bebê/pai-bebê/mãe-bebê/pai-mãe-bebê)
- Entrevista com o casal sobre a experiência da parentalidade
- Impressões dos pais sobre o temperamento do bebê
- Entrevista com a mãe sobre o desenvolvimento do bebê
- Entrevista com o pai sobre o desenvolvimento do bebê
- Inventário Beck de depressão (usado com a mãe)

#### **FASE V**

**(18º mês de vida do bebê)**

(coleta concluída)

##### **Na Sala de Observação da Universidade:**

- Situação Estranha de Ainsworth com a mãe
- Observação da interação livre pai-bebê
- Entrevista com o casal sobre a experiência da parentalidade
- Entrevista com a mãe sobre o desenvolvimento do bebê
- Práticas educativas maternas
- Entrevista com o pai sobre o desenvolvimento do bebê
- Práticas educativas paternas

#### **FASE VI**

**(24º mês de vida do bebê)**

(coleta concluída)

##### **Na Sala de Observação da Universidade:**

- Observação da interação familiar-brinquedo sucata (mãe-bebê/pai-bebê/pai-mãe-bebê)
- Entrevista com a mãe sobre o desenvolvimento do bebê
- Práticas educativas maternas
- Entrevista com o pai sobre o desenvolvimento do bebê
- Práticas educativas paternas

## **FASE VII**

**(30º mês de vida do bebê)**

(coleta concluída)

### **Na residência da família:**

- Observação da interação familiar
- Entrevista com a mãe sobre o desenvolvimento da criança

## **FASE VIII**

**(36º mês de vida do bebê)**

(coleta concluída)

### **Na residência da família e outros lugares freqüentados pela criança:**

- 20 horas de observação de 24 crianças (metade de classe média e metade de classe trabalhadora);
- Observação no contexto típico no qual a criança está (casa, creche, shopping, rua com amigos, parentes), planejada para cobrir o equivalente a um dia de vida completo da criança.
- Duas horas de observação na demais crianças da amostra original
- Entrevistas com os pais sobre seus valores e crenças sobre práticas educativas, o modo como foram criados, sua experiência de trabalho, sua percepção sobre o temperamento infantil, etc.
- Mesma metodologia usada por Tudge em outros países (USA, Rússia, Estônia, Finlândia, Coreia e Kenya)

## **FASE IX**

**(Depois das crianças completarem 4 anos)**

(coleta em andamento)

### **Na residência da família e pré-escola:**

- Dados serão coletados dos pais e professores (para crianças em pré-escolas) em novembro de cada ano (no final de cada ano acadêmico), após a criança completar quatro anos.
- Uso da *Social Skill Rating System* (Gresham & Elliott, 1990) para coletar dados sobre a percepção de pais e professores sobre a competência social, comportamental e intelectual da criança.
- Entrevistas com os pais acerca de suas expectativas e preocupações sobre o futuro da criança, incluindo qualquer preparação para a escola formal.

O projeto acima apresentado está sob coordenação do Grupo de Estudos em Interação Social, Desenvolvimento e Psicopatologia (GIDEP), que foi formado no ano de 1993 no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo certificado pelo

Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil. Tem por objetivo produzir conhecimentos para a teoria e prática na área de desenvolvimento e psicopatologia, especialmente no que diz respeito à investigação dos fatores sócio-emocionais e cognitivos no desenvolvimento normal e atípico dentro do contexto de interações pais-criança e criança-criança. O grupo está empenhado na qualificação de pesquisadores e profissionais e tem atuado intensamente na formação de mestres e doutores que atuam na área.

O GIDEP reúne três grupos de pesquisa: Infância e Família, representado pelos professores César Augusto Piccinini, PhD e Rita Sobreira Lopes, PhD; Criança e Desenvolvimento, representado pela professora Tânia Mara Sperb, PhD; e Desenvolvimento Atípico, representado pela professora Cleonice Alves Bosa, PhD. O Grupo de Pesquisa Infância e Família, dentro do qual foi construída a presente pesquisa, busca examinar o desenvolvimento emocional primitivo durante a gestação, parto e pós-parto, estudar a transição para a maternidade e para a paternidade e acompanhar o desenvolvimento do bebê e da família nos primeiros anos de vida do bebê. Dentro deste grupo, existem duas linhas de pesquisa. A primeira é representada pelo professor César Augusto Piccinini, PhD, e estuda a Interação Pais/Bebê-Criança, examinando aspectos subjetivos e comportamentais relacionados à qualidade desta interação nos primeiros anos de vida. Dentre os aspectos investigados, destacam-se a experiência da maternidade e da paternidade e sua relação com diversas características do próprio bebê/criança, tais como o temperamento e o apego infantil. A segunda linha de pesquisa, representada pela professora Rita Sobreira Lopes, estuda o Desenvolvimento do Bebê e da Família. O projeto de pesquisa mais atual desenvolvido pelo grupo abrange compreende um estudo longitudinal sobre o impacto da psicoterapia na depressão materna e na interação pais-bebê.

O GIDEP conta ainda com três laboratórios: o LOPI (Laboratório de Observação de Processos Interativos), que se destina à realização de pesquisas que envolvem observações sistemáticas de interações familiares (díades e tríades) e entre crianças, servindo também como espaço para análise e codificação de vídeos; o LESI (Laboratório de Edição de Som e Imagem), que oferece serviços de filmagens, cópia de fitas de videocassete, edição de imagens e produção de vídeos para pesquisa e ensino; e o LACODI (Laboratório de Análise de Conteúdo e Discurso), que oferece treinamento e serviços de Análise de Conteúdo, quantitativa e qualitativa, bem como de Análise de Discurso, através do uso de programas como o NUD\*IST N6 e o Nvivo, que permitem analisar textos digitalizados. Os laboratórios são utilizados por professores, pós-graduandos e graduandos associados ao GIDEP. Cada grupo de pesquisa e laboratório tem autonomia didática e financeira.

Atualmente o GIDEP conta com aproximadamente 22 alunos, entre mestrandos e doutorandos, além de vários ex-alunos que continuam vinculados ao grupo, bem como bolsistas de iniciação científica.



## **Anexo B**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Mestrado e Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

(GIDEP/1998a)

Pelo presente Consentimento, declaro que fui informado, de forma clara e detalhada, dos objetivos e da justificativa do presente Projeto de Pesquisa, que busca investigar a interação pais-bebê.

Tenho o conhecimento de que receberei resposta a qualquer dúvida sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com esta pesquisa; terei total liberdade para retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo ao atendimento dispensado nesta instituição.

Entendo que não serei identificado e que se manterá o caráter confidencial das informações registradas relacionadas com a minha privacidade.

Concordo em participar deste estudo, bem como autorizo para fins exclusivamente desta pesquisa, a utilização das imagens realizadas com meu bebê.

O pesquisador responsável por este Projeto de Pesquisa é o Prof. Dr. Cesar Augusto Piccinini, que poderá ser contatado pelo telefone 33306768.

Data:     /     /

Nome e assinatura do participante:

\_\_\_\_\_

## Anexo C

### Entrevista de contato inicial (GIDEP/1998b)

Nome da mãe:

Escolaridade:

Trabalha? ( ) Sim ( ) Não O que faz?

Horas/semana:

Esta é a sua primeira gravidez?

Com quantos meses você está?

Como está a sua saúde?

Quantos anos você tem?

O pai do bebê vive com você?

Há quanto tempo?

Como é o nome dele?

Qual é a idade dele?

O que ele faz? Qual é a escolaridade dele?

Ele tem outros filhos?

Qual o bairro que você mora?

Cidade:

Telefone:

Data da entrevista:

Data prevista para o nascimento do bebê:

## Anexo D

### Entrevista de dados demográficos do casal (GIDEP/1998c)

Eu gostaria de ter mais algumas informações sobre você e o seu marido:

Esposa:

- Nome:.....
- Data de Nascimento:.....
- Idade: ..... - Escolaridade (ano concluído):.....
- Religião: ..... Praticante: ( ) sim ( ) às vezes ( ) não
- Estado Civil: ( ) casada ( ) separada ( ) solteira ( ) viúva ( ) com companheiro
- Mora com o pai do bebê? ( ) sim ( ) não. Desde quando?.....
- Quem mais mora na casa? .....
- Você trabalha fora? ( ) sim ( ) não ( ) desempregada. Desde quando?.....
- O que você faz(ia)? ..... Horas/semana: .....
- Grupo étnico:.....
- É a sua primeira gravidez?..... (Se não for) Tem outros filhos?.....
- Com quantos meses você está?.....
- Como está a sua saúde durante a gravidez?.....

Marido:

- Nome.....
- Data de Nascimento:.....- Idade: .....
- Escolaridade (ano concluído): .....
- Religião: .....Praticante: ( ) sim ( ) às vezes ( ) não
- Você trabalha fora? ( ) sim ( ) não ( ) desempregado. Desde quando?.....
- O que você faz(ia)?..... Horas/ semana:.....
- Grupo étnico:.....
- Tem outros filhos?.....

Endereço para contato:.....

Cidade:..... CEP.....

Telefone.....

Telefone do emprego/contato: .....

Esposa:..... Marido:.....

Telefone de parente/amigo para contato:.....

## Anexo E

### Entrevista sobre a gestação e as expectativas da gestante (GIDEP/1998d)

Nome:..... Idade:.....

Escolaridade:.....

Trabalha? ( ) sim ( ) não O que faz?.....

Horas/semana.....

#### **1. Eu gostaria que você me falasse sobre a sua gravidez, desde o momento em que você ficou sabendo até agora.**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Esta é a sua primeira gravidez?
- Como você se sentiu ao receber a notícia da gravidez? Foi uma gravidez planejada?
- Como você se sentiu no início e agora no final da gravidez? (em termos físicos e emocionais)
- Quais as suas preocupações em relação à gravidez e ao bebê?
- Como você se sente em relação ao parto?
- Como está a sua saúde, desde o início da gravidez até agora?
- Você tem ido ao médico para acompanhar a gravidez? Quantas vezes você já foi?
- Você já fez alguma ecografia? Como você se sentiu ao ver o bebê?
- Como você está se sentindo em relação às mudanças do seu corpo?

#### **2. Você poderia me contar como tem sido para o seu marido, desde que soube da gravidez até agora.**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como ele reagiu à notícia da gravidez?
- Você acha que a gravidez mudou alguma coisa nele?
- E no relacionamento de vocês?
- Quais as preocupações dele em relação à gravidez e ao bebê?
- Que tipo de apoio você tem esperado dele durante este período?
- Que tipo de apoio ele tem lhe oferecido?

#### **3. Você poderia me contar um pouco sobre a reação da sua família e da família do seu marido em relação à gravidez.**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como a sua família reagiu em relação à gravidez? (ex.: sua mãe e seu pai)
- Como reagiu a família do seu marido? (ex.: sua sogra e seu sogro)
- E os seus amigos? Como eles reagiram à gravidez?
- Algum familiar (ou amigo ou profissional) tem lhe ajudado durante a gravidez?
- Quem você espera que vai lhe ajudar?
- Você está pensando em colocar o bebê na creche ou deixar com alguém para cuidar? Por que esta escolha? Quanto pensa fazer isto?

#### **4. Agora eu gostaria que você me falasse sobre o seu bebê.**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- O que você já sabe sobre o bebê?
- Você já sabe o sexo do bebê?
- Como você se sentiu quando soube que era menina/menino? E como o seu marido se sentiu?
- (Se não sabe o sexo)*
- O que você gostaria que fosse, menina ou menino? Por quê? E o seu marido?
- Vocês já pensaram num nome para o bebê? Quem escolheu? Algum motivo para a escolha do nome?
- Você sente o bebê se mexer? Desde quando? Como é que foi?
- Vocês costumam tocar a barriga ou falar com o bebê?

**5. Como você imagina que vai ser o bebê quando nascer?**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Que características físicas você imagina que o bebê vai ter?
- Como você imagina que vai ser o temperamento, o jeito dele? Por quê?
- Com quem você acha que o bebê vai ser parecido? Por quê?

**6. Como você imagina o seu relacionamento com o bebê quando ele nascer?**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como você se imagina como mãe?
- Quando você se imagina como mãe, você pensa em alguém como modelo?
- Quem seria? Como ela é/era como mãe?
- E tem alguém que você não gostaria de ter como modelo de mãe?
- E a sua mãe, como você imagina que ela era contigo?
- Como você descreveria uma boa mãe?
- Como você se imagina atendendo o seu bebê? (alimentando, consolando, brincando, fazendo dormir)
- O que mais você se imagina fazendo com o bebê?
- Como você se imagina lidando com o bebê quando ele chorar? E quando ele não quiser comer/mamar? E quando ele não quiser dormir?

**7. Como você imagina o relacionamento do seu marido com o bebê?**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como você acha que ele vai ser como pai?
- Como você acha que vai ser o jeito dele lidar com o bebê?
- Você acha que vai pedir ajuda ao seu marido nos cuidados com o bebê?
- Em que você acha que ele vai lhe ajudar?
- Quando você imagina o seu marido como pai, você pensa em alguém como modelo?
- Quem seria? Como ele é/era como pai?
- E tem alguém que você não gostaria que ele tivesse como modelo de pai?
- E o seu pai, como você imagina que ele era contigo?
- Como você descreveria um bom pai?

**8. O quanto você acha que o bebê irá mudar a sua vida e a do seu marido?**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Em que aspectos você pensa que ocorrerão mudanças?
- Como você acha que vai se sentir com estas mudanças?
- E quanto ao relacionamento de vocês dois? O quanto será afetado pelo nascimento do bebê? Em que aspectos?
- Como você acha que vai se sentir com estas mudanças?

**9. Como você acha que seu filho(a) vai ser quando crescer?**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como você imagina que vai criar o seu filho(a)?
- O que você espera para seu filho(a) quando ele(a) crescer?
- O que mais você espera para ele(a)?
- O que você não gostaria para ele(a)?

**10. Você gostaria de fazer mais algum comentário sobre estes pontos que a gente conversou?**

## Anexo F

### Narrativa conjunta do casal sobre sua história (GIDEP/1998f)

Nome da gestante:.....

Nome do marido:.....

Data da entrevista:.....Entrevistador:.....

“Eu gostaria que vocês me contassem a história do seu relacionamento, desde que vocês se conheceram até como pensam a vida no futuro. Eu não tenho perguntas para fazer. Apenas gostaria que me falassem da sua vida juntos, como se fosse uma história, com um início, um meio e um fim. Vocês não precisam concordar sobre a história, eu vou escutar o que os dois falam. Falem da forma que for mais fácil para vocês”.

(Caso não fique explícito, retomar os seguintes tópicos):

#### **Vocês poderiam me falar um pouco mais sobre...**

- Como vocês se conheceram;
- O que levou vocês a se interessarem um pelo outro;
- Até quando vocês viveram com os pais de vocês;
- Como foi a saída da casa dos pais;
- Como foi a decisão de morar juntos;
- Como foi o início da vida a dois, logo após a união;
- Como está sendo a vida a dois agora;
- O que vocês esperam para o relacionamento do casal no futuro.

Vocês gostariam de acrescentar mais alguma coisa?

## Anexo G

### Genograma familiar do casal

(Castoldi & Sobreira Lopes, 1998, adaptado de Carter & McGoldrick, 1989)

Nome da esposa: .....

Nome do marido: .....

Data da entrevista: .....

“Eu gostaria que vocês me ajudassem a fazer o desenho das famílias de origem de vocês: dos seus pais, irmãos, tios e avós... Gostaria que me contassem quem são as pessoas que fazem parte de sua família, quais as idades e suas ocupações... Eu gostaria de assinalar as pessoas que já morreram, que estão doentes ou que apresentam alguma situação especial... Podem começar por onde quiserem... Cada um fala da sua própria família... Quem quer começar?...”

(Caso não fique explícito, retomar os seguintes tópicos)

Vocês poderiam me falar um pouco sobre...

1. Como é o relacionamento entre as pessoas da família de vocês?

2. Existe alguma ligação especial entre os familiares?

3. Existe alguma briga especial entre alguns familiares?

4. Eu agora vou listar para vocês uma série de dificuldades (eventos estressores) e gostaria que vocês me falassem quando algum deles aconteceu com vocês próprios ou com a família de vocês:

- hospitalização;
- doença grave da família;
- doença mental;
- uso constante de medicação;
- acidente;
- nascimento de filho doente;
- adoção;
- aborto;
- afastamento temporário de filho;
- entrada ou saída de pessoas da família;
- mudança de cidade;
- mudança de endereço;
- aposentadoria;
- encarceramento;
- separação de casal;
- conflitos graves na família;
- perda ou mudança de emprego;
- perda de pessoas da família;
- perda de amigos;
- violência conjugal;
- uso de álcool e/ou drogas;

5. Vocês gostariam de acrescentar mais alguma coisa?

## Anexo H

### Entrevista sobre a experiência da maternidade

#### Terceiro mês do bebê

(GIDEP, 1999a)

**1. Eu gostaria que você me falasse sobre o bebê nestes primeiros três meses.**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como está o desenvolvimento/crescimento do bebê?
- O que ele já é capaz de fazer que lhe chama mais a atenção (quais as suas habilidades)?
- Como você descreveria o jeito do seu bebê?
- Era como você imaginava? (Se não era) O que está diferente?
- Com quem você acha que ele é parecido? (física e emocionalmente) Era como você imaginava? Como você se sente com isto?
- O bebê teve cólica neste período? Como foi? O que você fazia para acalmá-lo?

**2. Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre como está sendo a experiência de ser mãe pela primeira vez.**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como foi o parto? E os primeiros dias depois? Foi como você imaginava?
- Como você está se sentindo como mãe?
- Que dificuldades você tem sentido?
- Você imaginava que seria assim?
- Como você se descreveria como mãe?

**3. Eu gostaria que você mais gosta me falasse sobre o seu dia-a-dia com o bebê.**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Que tarefas você tem assumido com relação aos cuidados do bebê? Como você se sente?
- Que coisas você mais gosta de fazer com ele? Por quê?
- Que coisas você menos gosta de fazer com ele? Por quê?
- Você costuma brincar com o bebê? Com que frequência?
- Que tipo de brincadeira vocês costumam fazer?
- Como ele reage a estas brincadeiras?
- Onde o bebê passa a maior parte do tempo?

**4. Eu gostaria que você me falasse como está vendo o seu marido/companheiro como pai.**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como é o jeito dele lidar com o bebê?
- Como você acha que ele está sendo como pai?
- Era como você imaginava?
- Que tipo de apoio ele tem lhe oferecido neste período? Você solicita a ajuda dele nos cuidados com o bebê? Como ele reage?

**5. Tem outras pessoas lhe ajudando a cuidar do bebê?**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Quantas horas esta pessoa fica?
- Como você se sente com outras pessoas cuidando do bebê?
- O que lhe agrada? O que lhe incomoda?
- Como o seu bebê reagiu no início quando outra(s) pessoa(s) ficava(m) com ele? E hoje, como ele reage? Como esta pessoa é com ele?

*(Caso o bebê fique mais de 5 horas semanais aos cuidados de outra pessoa) Por que vocês escolheram esta forma de cuidado para o bebê? (o que levaram em conta: proximidade, fator financeiro, estímulo emocional ou cognitivo, etc.).*



## **6. O bebê foi para a creche?**

*(Caso não tenha mencionado)*

*(Se o bebê foi para a creche)*

- Com que idade?
- Quantas horas ele ficava na creche? Quantas horas ele fica agora?
- Como foi a adaptação dele? Como ele está hoje em relação à creche?
- Como você se sentiu? Como você se sente hoje em relação à creche?
- Por que escolheram colocar na creche? (o que levaram em conta: proximidade, fator financeiro, estímulo emocional ou cognitivo, etc.)
- Por que escolheram a creche que ele está?

*(Se não foi para a creche)*

- Vocês estão pensando em colocar o bebê na creche? Quando? Por que escolheram colocar na creche?
- Como você acha que ele vai reagir?
- Como você acha que vai se sentir?

## Anexo I

### Entrevista com a mãe sobre o desenvolvimento do bebê

#### Primeiro ano do bebê

(GIDEP, 2000a)

**1. Eu gostaria que você me falasse sobre o bebê desde a última vez que a gente conversou.**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como está o desenvolvimento/crescimento do seu bebê?
- O bebê apresentou algum problema de saúde neste período? Que cuidados exigiu?
- O que ele é capaz de fazer que lhe chama mais a atenção (quais as suas habilidades)?
- O bebê já está caminhando? Quando foi o início? Como foi? Como você se sente com isso?
- Como você descreveria o jeito do seu bebê, agora, com um ano?
- Era como você imaginava? (Se não era) O que está diferente?
- Com quem você acha que ele é parecido? (física e emocionalmente) Era como você imaginava? Como você se sente com isto?

**2. Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre como está sendo a sua experiência de ser mãe.**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como você está se sentindo como mãe?
- Que dificuldades você tem sentido?
- Você imaginava que seria assim?
- Como você se descreveria como mãe?

**3. Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre o seu dia-a-dia com o bebê.**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Que tarefas você tem assumido com relação aos cuidados do bebê? Como você se sente?
- Que coisas você mais gosta de fazer com ele? Por quê?
- Que coisas você menos gosta de fazer com ele? Por quê?
- Você costuma brincar com o bebê? Com que frequência?
- Que tipo de brincadeiras vocês costumam fazer?
- Como ele reage a estas brincadeiras?
- Onde o bebê passa a maior parte do tempo?
- Você precisou ficar afastada do bebê neste período? Por quanto tempo? Qual o motivo?
- Você trabalha fora? Se sim, já retornou às atividades? Como foi o retorno ao trabalho?
- Como você se sente quando está longe do bebê?
- Como você acha que o bebê se sente quando fica longe de você?

**4. Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre algum objeto preferido do bebê.**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Qual é este objeto e como ele é?
- (caso não seja um objeto) Seria uma parte do corpo (da criança/mãe), uma música, um movimento, afagar o corpo, uma palavra?
- Em que momento o bebê procura este objeto?
- O que ele faz (com o objeto ou parte do corpo)?
- Você lembra quando isso apareceu?
- (caso já tinha aos 8 meses) Este objeto mudou nos últimos meses? Como está atualmente?

**5. Eu gostaria que você me falasse como está vendo o seu marido/companheiro como pai.**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como é o jeito dele lidar com o bebê?
- Como você acha que ele está sendo como pai?
- Era como você imaginava?
- Que tipo de apoio ele tem lhe oferecido? Você solicita a ajuda dele nos cuidados do bebê?
- Como ele reage?

**6. Tem outras pessoas lhe ajudando a cuidar do bebê?**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Quantas horas esta pessoa fica?
- Como você se sente com outras pessoas cuidando do bebê?
- O que lhe agrada? O que lhe incomoda?
- Como o bebê reagiu no início quando outra(s) pessoa(s) ficava(m) com ele? E hoje, como ele reage?
- Como esta pessoa é com ele?

*(Caso o bebê fique mais de 5 horas semanais aos cuidados de outra pessoa) Por que vocês escolheram esta forma de cuidado para o bebê? (o que levaram em conta: proximidade, fator financeiro, estímulo emocional ou cognitivo, etc.)*

**7. O bebê foi para a creche?**

*(Caso não tenha mencionado)*

*(Se o bebê foi para a creche)*

- Com que idade?
- Quantas horas ele ficava na creche? Quantas horas ele fica agora?
- Como foi a adaptação dele? Como ele está hoje em relação à creche?
- Como você se sentiu? Como você se sente hoje em relação à creche?
- Por que escolheram colocar na creche? (o que levaram em conta: proximidade, fator financeiro, estímulo emocional ou cognitivo, etc.)
- Por que escolheram a creche que ele está?

*(Se não foi para a creche)*

- Vocês estão pensando em colocar o bebê na creche? Quando? Por que escolheram colocar na creche?
- Como você acha que ele vai reagir?
- Como você acha que vai se sentir?

**8. Pensando um pouco nos cuidados do bebê ao longo do primeiro ano de vida do bebê...**

- Ao longo deste primeiro ano de vida, você vivenciou situações estressantes? Quais?
- Você solicitava mais ajuda nestas situações/períodos?
- Houve mudança de pessoas/creches que cuidaram do seu bebê? Por quê? Com que frequência?

## Anexo J

### Entrevista com a mãe sobre o desenvolvimento do bebê

#### Segundo ano do bebê

(GIDEP, 2001a)

**1. Eu gostaria que você me falasse sobre o bebê desde a última vez que a gente conversou.**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como está o desenvolvimento/crescimento do/a (nome)?
- Que coisas o/a (nome) mais gosta de fazer? Que coisas ele menos gosta?
- O/a (nome) apresentou algum problema de saúde neste período? Que cuidados exigiu?
- Como você descreveria o jeito do/a (nome), agora, aos dois anos?
- O que o/a (nome) está fazendo que mais lhe chama atenção?

**2. Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre a linguagem/fala do/a (nome).**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como tem sido a comunicação com o/a (nome)?
- Como você se sente com isso?
- (Se já fala)* Quando ele/a falou as primeiras palavras? O que ele/a fala? São palavras ou pequenas frases?

**3. Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre:**

*Alimentação do/a (nome)*

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como tem sido a hora das refeições? Como é o comportamento dele ao alimentar-se/ser alimentado?
- Quem de vocês participa mais da hora das refeições do/a (nome)? Alguma razão para isso?

*O sono do/a (nome)*

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como tem sido a hora de dormir do/a (nome)? Como é o comportamento dele quando está dormindo?
- Ele/a tem um quarto só para ele/a ou dorme com alguém?

*O controle do xixi e do cocô do/a (nome)*

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Ele/a usa fraldas?
- (Caso use)* Quando precisa trocar as fraldas, como ele/a se comporta? Como você se sente com isso?
- Quem de vocês costuma trocar as fraldas do/a (nome)? Alguma razão para isso?
- Quando você está pensando em tirar as fraldas? Como pensa fazer isto?
- (Caso não use)* Quando você tirou as fraldas? Como foi? Como você se sentiu com isso?
- Qual a reação dele/a ao usar o pinico/troninho?

*A hora do banho do/a (nome)*

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como tem sido a hora de tomar banho do/a (nome)?
- Como é o comportamento dele/a ao tomar banho?
- Quem de vocês participa mais do banho do/a (nome)? Alguma razão para isso?

*A troca de roupa do/a (nome)*

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como tem sido a troca de roupa do/a (nome)? Como é o comportamento dele/a ao trocar de roupa?
- Quem de vocês participa mais da troca de roupa dele/a? Alguma razão para isso?

*A escovação de dentes do/a (nome)*

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como tem sido a hora de escovar os dentes dele/a? Como é o comportamento dele/a ao escovar os dentes?
- Quem de vocês participa mais desse momento? Alguma razão para isso?

**4. Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre as brincadeiras do/a (nome).**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como é que ele/a brinca? Qual a brincadeira preferida dele/a?
- Ele/a costuma brincar com outras crianças?
- Como ele/a se comporta enquanto brinca? (corre, fala, irrita-se facilmente, etc.)
- Você costuma brincar com o/a (nome)? O que costuma fazer? Como você se sente?
- Ele/a costuma brincar sozinho/a? Desde quando? Como você se sente?

**5. Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre algum objeto preferido do/a (nome).**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Qual é este objeto e como ele é?
- (caso não seja um objeto)* Seria uma parte do corpo (da criança/mãe), uma música, um movimento, afagar o corpo, uma palavra?
- Em que momento o/a (nome) procura este objeto?
- O que ele/a faz (com o objeto ou parte do corpo)?
- Você lembra quando isso apareceu?
- (caso já tinha aos 18 meses)* Este objeto mudou nos últimos meses? Como está atualmente?

**6. Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre como está sendo a sua experiência de ser pai/mãe.**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como você está se sentindo como pai/mãe nesse momento?
- Você está tendo alguma dificuldade?
- Como você se descreve como pai/mãe?
- Você segue algum modelo de pai/mãe que você já conheceu?
- Você evita algum modelo de pai/mãe que você já conheceu?
- Quais as atividades que você mais gosta de fazer com o/a (nome)? Por quê? *(solicitar mais de uma)*
- E quais as que você menos gosta? Por quê? *(solicitar mais de uma)*
- O que você sabe sobre o seu relacionamento com a sua mãe/pai aos 2 anos de idade? Como você imagina que era o relacionamento de vocês? De que forma você pensa que a sua relação com a sua mãe/pai quando era criança influenciou no seu jeito de ser pai/mãe do seu filho/a?

**7. Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre os momentos em que o/a (nome) tem ficado longe de você.**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Quais foram esses momentos em que vocês tiveram que ficar longe?
- Como você se sentiu? Como ele/a se sentiu?
- (Se o motivo foi ir para a creche)* Com que idade iniciou?
- Qual o motivo que o/a levou a colocá-lo/a na creche?
- Como foi a adaptação dele/a? Como você se sentiu?
- Quantas horas ele/a fica na creche?
- (Se não tem ido à creche)* Quem fica com o/a (nome) no dia a dia? Como você se sente com isso?
- Tem alguém que ajuda a cuidar do/a (nome)? Como você se sente com isso?
- Vocês pretendem colocá-lo/a na creche? Quando? Por quê?

**8. Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre como está vendo a sua esposa(o)/companheira(o) como mãe/pai.**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Como é o jeito dela/e lidar com o/a (nome)?
- Que coisas ela/e costuma fazer com o/a (nome)? Que coisas ela/e não faz? Por quê?
- A/o sua/seu esposa/o lhe ajuda no cuidado do/a (nome)? Você solicita a ajuda dela/e? Como ela/e reage?
- Você nota alguma diferença no envolvimento da/o sua/seu esposa(o)/companheira(o) com o/a (nome), comparando quando ele/a era bebê e agora que tem dois anos?
- Vocês têm alguma discordância com relação aos cuidados do/a (nome)? Em que? Como é?

**9. Em geral, como você está vendo o relacionamento do casal neste momento?**

*(Caso não tenha mencionado): Você poderia me falar um pouco mais sobre...*

- Tem havido alguma mudança no relacionamento do casal nestes últimos meses?

*(Em caso positivo)* A que você atribui essas mudanças? Como era antes? Como está agora?

- A sua família e a família da/o sua/seu esposa/o têm interferido no jeito de você lidar com o/a (nome)?

**10. Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa sobre isto tudo que a gente falou?**

## Anexo K

### Entrevista com o casal sobre a experiência da parentalidade

#### Terceiro mês do bebê

(GIDEP/1999c)

**1. Eu gostaria que vocês me contassem como tem sido a vida de vocês desde que o bebê nasceu...**

*(Caso não tenham mencionado): Vocês poderiam me falar um pouco mais sobre...*

- Era como vocês imaginavam?
- O que mudou nos planos de vocês?
- Em que coisas vocês discordam quanto aos cuidados com o bebê?

**2. Vocês poderiam me descrever um dia de semana, desde a hora em que vocês acordam até que o último de vocês vai dormir...**

*(Caso não tenham mencionado): Vocês poderiam me falar um pouco mais sobre...*

- Como tem sido o relacionamento de vocês três durante a semana?
- Como tem sido o relacionamento do casal?

**3. Vocês poderiam me contar, agora, como tem sido o final de semana da família?**

*(Caso não tenham mencionado): vocês poderiam me falar um pouco mais sobre...*

- Como tem sido o relacionamento de vocês três durante o final de semana?
- O que muda na rotina da família no final de semana?
- Vocês assumem tarefas diferentes nos cuidados do bebê?
- Quais as atividades de lazer da família? Vocês costumam sair ou ficar em casa?

## **Anexo L**

### **Estrutura de categorias e subcategorias temáticas**

#### **I - A RELAÇÃO DO CASAL**

##### **1.1 - Gestação**

###### *1.1.1 História do casal*

- como se conheceram
- motivos de atração pelo/a parceiro/a
- o pedido de namoro
- o relacionamento

###### *1.1.2 A notícia da gravidez*

- contando a notícia ao/à parceiro/a
- contando a notícia para as famílias
- reação das famílias à notícia da gravidez
- apoio familiar
- apoio social (amigos e outros)

###### *1.1.3 A relação do casal a partir da gravidez*

- mudanças na relação do casal a partir da gravidez
- apoio do/a companheiro/a
  - recebido
  - solicitado
  - expectativas de apoio x apoio recebido

###### *1.1.4 O futuro do relacionamento*

- planos futuros do casal
- expectativas quanto ao relacionamento no futuro
- expectativas quanto ao apoio do/a companheiro/a após o nascimento do bebê

###### *1.1.5 Expectativas quanto ao apoio social*

##### **1.2 - Terceiro mês, primeiro e segundo ano do bebê**

###### *1.2.1 Percepção do relacionamento conjugal atual*

- pontos positivos
- dificuldades

###### *1.2.2 Mudanças no relacionamento e nos planos do casal após o nascimento do bebê*

###### *1.2.3 Discordâncias quanto ao cuidado do bebê*

###### *1.2.4 Descrição da rotina da família*

- dia de semana
- final de semana

###### *1.2.5 Divisão das tarefas de cuidado do bebê entre os parceiros*

- apoio do/a companheiro/a
  - recebido
  - solicitado
  - expectativas durante a gestação x apoio real

###### *1.2.6 Apoio social*

- apoio familiar
- interferência das famílias no cuidado do bebê

#### **II - O TORNAR-SE PAI**

##### **2.1 Gestação**

###### *2.1.1 Vivência da gravidez*

- planejamento da gravidez



- reação à notícia da gravidez
- percepção da companheira quanto à reação do futuro pai à notícia da gravidez
- sentimentos em relação à vivência da gravidez
- mudanças pessoais decorrentes da gravidez
  - percepção da companheira em relação às mudanças pessoais do futuro pai
- reação às mudanças físicas
- participação no acompanhamento pré-natal
  - sentimentos em relação à ultra-sonografia
- preocupações em relação à gravidez, ao bebê e ao parto
  - percepção da companheira em relação às preocupações do futuro pai

#### *2.1.2 Expectativas em relação ao desempenho do papel paterno e à criação do filho*

- facilidades e dificuldades no desempenho do papel paterno
- atividades e tarefas imaginadas com o bebê
- atitude diante de situações difíceis de cuidado do bebê
- expectativas quanto à criação/educação do filho
- expectativas da companheira em relação ao desempenho do papel paterno e ao relacionamento pai-bebê
- modelo de pai do futuro pai e da gestante
  - positivo
  - negativo
- definição/conceito de bom pai do futuro pai e da gestante

#### *2.1.3 Aspectos transgeracionais*

- lembranças do relacionamento com a mãe e o pai na infância

## **2.2 Terceiro mês**

### *2.2.1 Experiência da paternidade*

- sentimentos
- mudanças
- dificuldades
- percepção pessoal do desempenho do papel paterno
- atividades desempenhadas junto ao bebê
  - a que mais gosta
  - a que menos gosta

### *2.2.2 Percepção da companheira quanto ao desempenho do papel paterno*

- avaliação do companheiro enquanto pai
- expectativas durante a gestação x desempenho do papel paterno pelo companheiro

## **2.3 Primeiro ano**

### *2.3.1 Experiência da paternidade*

- sentimentos
- mudanças
- dificuldades/situações de estresse
- expectativa x vivência da paternidade
- percepção pessoal do desempenho do papel paterno
- atividades desempenhadas junto ao bebê
  - a que mais gosta
  - a que menos gosta

### *2.3.2 Percepção da companheira quanto ao desempenho do papel paterno*

- avaliação do companheiro enquanto pai
- expectativas durante a gestação x desempenho do papel paterno pelo companheiro

## **2.4 Segundo ano do bebê**

### *2.4.1 Experiência da paternidade*

- sentimentos
- mudanças
- dificuldades
- percepção pessoal do desempenho do papel paterno
- atividades desempenhadas junto ao bebê
  - a que mais gosta
  - a que menos gosta

### *2.4.2 Percepção da companheira quanto ao desempenho do papel paterno*

- avaliação do companheiro enquanto pai
- envolvimento

### *2.4.3 Modelo paterno*

- positivo
- negativo

### *2.4.4 Lembranças do relacionamento com o pai aos 2 anos de idade*

- influência na forma de criar/educar/cuidar o filho

## **III - O TORNAR-SE MÃE**

### **3.1 - Gestação**

#### *3.1.1. Vivência da gravidez*

- planejamento da gravidez
- reação à notícia da gravidez
- percepção do companheiro quanto à reação da gestante à notícia da gravidez
- reação às mudanças físicas
- sentimentos em relação à vivência da gravidez
- mudanças pessoais decorrentes da gravidez
- percepção do companheiro em relação às mudanças pessoais da gestante
- acompanhamento pré-natal
  - sentimentos em relação à ultra-sonografia
- preocupações em relação à gravidez, ao bebê e ao parto
  - pessoais
  - percepção do companheiro quanto às preocupações da gestante

#### *3.1.2 Expectativas em relação ao desempenho do papel materno e à criação do filho*

- facilidades e dificuldades no desempenho do papel materno
- atividades e tarefas imaginadas com o bebê
- atitude diante de situações difíceis de cuidado do bebê
- expectativas quanto à criação/educação do filho
- expectativas do companheiro em relação ao desempenho do papel materno e ao relacionamento mãe-bebê
- modelo de mãe da gestante e do companheiro
  - positivo
  - negativo
- definição/conceito de boa mãe da gestante e do companheiro

#### *3.1.3 Aspectos transgeracionais*

- lembranças do relacionamento com a mãe e o pai na infância

### **3.2 - Terceiro mês**

#### *3.2.1 Experiência da maternidade*

- sentimentos
- mudanças
- dificuldades

- percepção pessoal do desempenho do papel materno
- atividades desempenhadas junto ao bebê
  - a que mais gosta
  - a que menos gosta

### *3.2.2 Percepção do companheiro quanto ao desempenho do papel materno*

- avaliação da companheira enquanto mãe
- expectativas durante a gestação x desempenho do papel materno pela companheira

## **3.3 - Primeiro ano**

### *3.3.1 Experiência da maternidade*

- sentimentos
- mudanças
- dificuldades/situações de estresse
- expectativa x vivência da maternidade
- percepção pessoal do desempenho do papel materno
- atividades desempenhadas junto ao bebê
  - a que mais gosta
  - a que menos gosta

### *3.3.2 Percepção do companheiro quanto ao desempenho do papel materno*

- avaliação da companheira enquanto mãe
- expectativas durante a gestação x desempenho do papel materno pela companheira

## **3.4 - Segundo ano do bebê**

### *3.4.1 Experiência da maternidade*

- sentimentos
- dificuldades
- mudanças
- percepção pessoal do desempenho do papel materno
- atividades desempenhadas junto ao bebê
  - a que mais gosta
  - a que menos gosta

### *3.4.2 Percepção do companheiro quanto ao desempenho do papel materno*

- avaliação da companheira enquanto mãe

### *3.4.3 Modelo materno*

- positivo
- negativo

### *3.4.4 Lembranças do relacionamento com a mãe aos 2 anos de idade*

- influência na forma de criar/educar/cuidar o filho